**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ENFERMAGEM E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO NO
ÂMBITO DAS PRÁTICAS E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE ENFERMAGEM DA
UENP**

RONALDO PINHEIRO DA SILVA

**MARINGÁ
2012**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO

**DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ENFERMAGEM E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO NO
ÂMBITO DAS PRÁTICAS E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE ENFERMAGEM DA
UENP**

Dissertação apresentada por RONALDO
PINHEIRO DA SILVA, ao Programa de Pós-
graduação em Educação da Universidade
Estadual de Maringá, como um dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de concentração: EDUCAÇÃO.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. ANALETE REGINA SCHELBAUER

MARINGÁ
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S586d Silva, Ronaldo Pinheiro da
Diretrizes curriculares do curso de graduação em enfermagem e os desafios para a formação no âmbito das práticas e do estágio supervisionado: uma análise a partir do curso de enfermagem da UENP / Ronaldo Pinheiro da Silva. -- Maringá, 2012.
252 f.

Orientador: Prof^a Dr^a Analete Regina Schelbauer.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Educação em enfermagem. 2. Graduação em enfermagem. 3. Estágio clínico. 4. História da enfermagem. 5. Currículo. I. Schelbauer, Analete Regina, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. TÍTULO.

CDD 21. ed. 371.712

RONALDO PINHEIRO DA SILVA

**DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ENFERMAGEM E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO NO
ÂMBITO DAS PRÁTICAS E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE ENFERMAGEM DA
UENP**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Analete Regina Schelbauer (Orientadora) - UEM

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia da Silva Oliveira - UEPG - Ponta Grossa

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Gomes Machado - UEM

Prof^ª. Dr^ª. Regina Taam - UEM

Maringá, 31 de março de 2012.

Dedico este trabalho

À minha mãe, **Nilza Pinheiro da Silva**, e ao meu pai, **Gerson Jorge da Silva**, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com honestidade, dignidade e humildade, pelo amor e carinho, dedicação, compreensão e contribuição nos momentos mais difíceis. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

A Deus por todas as oportunidades oferecidas durante minha vida, pelas vitórias e conquistas, por permitir esse momento.

A minha família, que sempre esteve presente, sempre com preocupação em minhas viagens até a UEM, sempre ao meu lado, sempre!

A minha namorada, Gabriela, que esteve continuamente ao meu lado nessa jornada, sempre compreendendo os momentos de minha ausência.

A minha orientadora Professora Prof^a. Dr^a. Analete Regina Schelbauer, por ter me ensinado que o processo de aprendizagem é eterno e, sobretudo, por ser uma pessoa maravilhosa com uma paciência imensurável a qual seguirei como exemplo.

A todos os professores da UEM que contribuíram com minha formação durante esses dois anos, com quem tive privilégio de estudar durante os créditos do mestrado.

Aos funcionários Hugo e Márcia, pela paciência que tiveram durante todo meu percurso nesta IES, pela dedicação, por não terem medido esforços para nos orientar.

A banca examinadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia da Silva Oliveira, Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado e Prof^a. Dr^a. Regina Taam.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para que eu estivesse aqui nesse momento de alegria e glória.

Tome decisões conscientes, pense, valorize, tenha muita paciência perante uma dúvida, antes de decidir pense no amor, lembrem-se, há decisões que quando tomadas não têm volta.

(Ronaldo Pinheiro da Silva)

SILVA, Ronaldo Pinheiro da. **DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM E OS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO NO ÂMBITO DAS PRÁTICAS E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE ENFERMAGEM DA UENP**. 252 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Analete Regina Schelbauer. Maringá, 2012.

RESUMO

A formação profissional do Enfermeiro, estabelecida pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001, prevê que a formação prática deverá ocorrer pela realização do estágio e das aulas práticas, a serem orientadas pelas Diretrizes e Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos cursos. Contudo, a temática do âmbito das práticas e do estágio relacionadas aos Projetos Pedagógicos, não tem sido amplamente debatida no meio acadêmico, o que tem acarretado em grandes desafios a professores e alunos quanto à efetivação destas práticas na formação do futuro enfermeiro. Neste contexto, surgem algumas dúvidas tais como: Quais as contribuições das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem para organização dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Enfermagem no que se refere à organização das práticas, do ensino clínico e do Estágio Curricular Supervisionado? O Curso de Graduação de Enfermagem da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel tem organizado e respondido as recomendações para formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do estágio curricular supervisionado, prescritas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001? Partindo dessas indagações, o objetivo dessa pesquisa foi identificar de que forma o Curso de Graduação de Enfermagem da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel tem organizado e respondido às recomendações para formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do estágio curricular supervisionado, prescritas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001. Definiu-se por estudo exploratório documental, o material bibliográfico analisado consiste das Diretrizes Curriculares e do Projeto Político-Pedagógico do Curso, assim como artigos, livros, teses e dissertações sobre o tema. O estudo tem sua relevância na contribuição e na compreensão da formação no quesito âmbito das práticas, sendo um subsídio para orientação das futuras reformulações dos PPP dos Cursos de Graduação em Enfermagem, além de servir de base para futuros estudos sobre a formação do Enfermeiro. Os resultados obtidos poderão somar a tantos outros já identificados por diversos autores no sentido de aprimorar a proposta educativa das Universidades. Nosso recorte temporal se deu a partir do ano de 2001, tomando como marco o ano de implantação das Diretrizes Curriculares em vigor para o Curso de Graduação em Enfermagem e como marco final o PPP vigente de 2011. Constatou-se que as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem contribuem para a elaboração do Projeto Político Pedagógico do curso de Enfermagem, entretanto, algumas orientações sobre o ensino clínico e prático não é esclarecido. O curso de Enfermagem da UENP/CLM tem correspondido com as Diretrizes Curriculares no que refere as orientações para a formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do estágio curricular supervisionado. O modelo curricular do curso de Enfermagem da UENP/CLM segue as propostas das Diretrizes Curriculares em relação à formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do estágio, contudo, constatou-se a necessidade de alguns ajustes no PPP em relação ao ensino prático e estágio curricular supervisionado.

Palavras-chave: Educação em Enfermagem; Graduação em Enfermagem; Estágio Clínico; História da Enfermagem; Currículo; UENP.

SILVA, Ronaldo Pinheiro da. **CURRICULUM GUIDELINES OF THE NURSING UNDERGRADUATE COURSE AND THE FORMATION CHALLENGES WITHIN PRACTICE AND DURING THE TRAINING STAGE: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF THE NURSING COURSE AT UENP.** 252 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Analete Regina Schelbauer. Maringá, 2012.

ABSTRACT

Nurses' professional formation established by the 2001 Curriculum Guidelines of the Nursing Course states that practical formation should occur through training periods and practical lessons under the supervision of the courses' Guidelines and Political and Pedagogical Projects. Since the theme on practice and training period related to Pedagogical projects has not been debated, the subsequent occurrence of challenges for teachers and students on the true efficiency of these practices within the formation of future nurses is evident. Several doubts may be put forward within this context. What are the contributions of the Curriculum Guidelines of the Nursing Course for the organization of the Political and Pedagogical Projects of the Nursing undergraduate course with regard to the organization of practices, clinical teaching and Supervised Training Period? Has the Nursing Undergraduate Course of the State University of Northern Paraná, campus Luiz Meneghel, organized and materialized the recommendations for nurse formation within the context of practice and supervised curriculum period as ordered by the 2001 Curriculum Guidelines of the Nursing Course? Current research identifies how the Nursing Undergraduate Course of the State University of Northern Paraná, campus Luiz Meneghel, has organized and followed recommendations for the formation of nurses within the context of practice and supervised curriculum period as ordered by the 2001 Curriculum Guidelines of the Nursing Course. Since current research is an exploratory and documental study, the bibliographical material comprises the Curriculum Guidelines and the Political and Pedagogical Project of the Course, articles, books, theses and dissertations on the theme. Study is relevant on its contribution and comprehension of the formation of practices. It is also a help for the orientation of future reformulation of Political and Pedagogical Projects in the Nursing undergraduate courses and for future studies on the nurses' formation. Results may be added to others identified by several authors to improve the educational project of universities. Current temporal starting point lies in 2001, the year in which the Curriculum Guidelines for Nursing undergraduate courses was introduced, up to the current Political and Pedagogical Project of 2011. Although the Curriculum Guidelines of the Nursing Course contributes towards the establishment of a Political and Pedagogical Project of the Nursing Course, certain clues on clinical teaching and practice are not clear. The UENP/CLM Nursing Course employs the Curriculum Guidelines with regard to the orientations for the nurse formation within the practice and supervised training. The curriculum model of the UENP/CLM Nurse Course follows the suggestions of the Curriculum Guidelines with regard to nurse formation within the practices and training formation, although the need for adjustments in the Political and Pedagogical Project should be implemented with regard to practice and curriculum supervised training.

Keywords: Education in Nursing; Nursing Undergraduate Course; Clinical Training; History of Nursing; Curriculum; UENP.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Leis utilizadas na elaboração do PPPCE/UNP/CLM, 2011	97
Quadro 2	Resoluções Cofen n°299/2005 e 189/96 referentes ao estágio.....	97
Quadro 3	Conteúdos curriculares do Curso de Enfermagem da UENP/CLM	106
Quadro 4	Conteúdos curriculares do Curso de Enfermagem da UENP/CLM	107
Quadro 5	Conteúdos curriculares do Curso de Enfermagem da UENP/CLM	108
Quadro 6	1º ano UENP/CLM	112
Quadro 7	2º ano UENP/CLM	113
Quadro 8	3º ano UENP/CLM	113
Quadro 9	4º ano UENP/CLM	114
Quadro 10	5º ano UENP/CLM	114
Quadro 11	TCCs produzidos no Campus Luiz Meneghel a partir de 2005 até 2010 ...	118
Quadro 12	Ementas que destacam o ensino prático e estágio	121
Quadro 13	Descrições quanto ao ensino prático das disciplinas que abordam somente aulas em laboratório	122
Quadro 14	Descrições quanto ao ensino prático das disciplinas de que abordam práticas clínicas e laboratório	123
Quadro 15	Descrições quanto ao ensino prático das disciplinas de que abordam somente práticas clínicas	124
Quadro 16	Bibliografias sugeridas e disponíveis para disciplinas que abordam somente práticas em laboratório	125
Quadro 17	Bibliografias sugeridas e disponíveis para disciplinas que abordam práticas clínicas e laboratório	126
Quadro 18	Bibliografias sugeridas e disponíveis para disciplinas que abordam somente práticas clínicas	126
Quadro 19	Quadro geral de análise do PPPCE/UENP/CLM	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Cronologia dos Seminários Nacionais de Enfermagem. Brasil, 1994 a 2010	30
Tabela 2	Titulação do corpo docente do Curso de Enfermagem da UENP/CLM em 2010	100

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	ASPECTOS HISTÓRICOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	21
2.1.	Histórico da Enfermagem no Brasil	21
2.2.	O Início da Graduação em Enfermagem no Brasil	26
2.3.	Questões Atuais do Curso de Graduação em Enfermagem	31
2.4.	O Estágio na Graduação em Enfermagem	39
3.	APRESENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM	53
3.1.	O Perfil do Formando Egresso Para o Mercado de Trabalho	56
3.2.	As Competências e as Habilidades do Formando Egresso Para o Mercado de Trabalho	60
3.3.	Conteúdos Curriculares Para a Formação do Enfermeiro na Graduação	66
3.4.	A Formação Complementar Para a Formação do Enfermeiro na Graduação	75
3.5.	A Organização do Curso de Enfermagem na Graduação	76
3.6.	O Acompanhamento e a Avaliação do Curso de Enfermagem na Graduação	84
4.	APRESENTAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ/CAMPUS LUIZ MENEGHEL	88
4.1.	Breve Histórico do Município de Bandeirantes	88
4.2.	Histórico da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel	90
4.3.	A Trajetória do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Enfermagem da UENP/CLM	92

4.4.	Apresentação do Atual Projeto Político-Pedagógico do Curso de Enfermagem da UENP/CLM	95
4.5.	Objetivo do Curso da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneguel	103
4.6.	Perfil do Profissional, Competências e Habilidades, Segundo o Projeto Político-Pedagógico do Curso	104
4.7.	Avaliação do Aluno, Segundo o Projeto Político-Pedagógico do Curso ...	109
4.8.	Matriz Curricular do Curso de Enfermagem da UENP/CLM	111
4.9.	Análise das Monografias do Curso de Enfermagem da UENP/CLM	118
4.10.	Programas e Ementas do Curso de Enfermagem da UENP/CLM	120
4.11.	Conteúdos Programáticos do Curso de Enfermagem da UENP/CLM	122
4.12.	Bibliografias Utilizadas no Ensino Prático do Curso de Enfermagem da UENP/CLM	125
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	138
	APÊNDICES	150
	ANEXO	167

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela realização da atual pesquisa pode ser explicado pela minha profissão de professor universitário da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel (UENP/CLM), desde o ano de 2007, onde atuo no ensino teórico, nas práticas de laboratório e no ensino clínico em campo de estágio. A formação em bacharelado e especialista contribuiu, significativamente, em minha jornada, entretanto o Mestrado em Educação proporcionou-me a aprendizagem pedagógica e científica para atuação na área da docência e na pesquisa.

Atualmente, a formação do Professor Enfermeiro para atuar no Ensino Superior ocorre em nível de Pós-graduação *Stricto Sensu*, em Cursos de Mestrado e Doutorado, porém vários destes não apresentam relação direta com a docência, pela sua grade curricular, gerando desta forma uma formação restrita à sua área inicial, sem conhecimentos pedagógicos específicos para o ensino em universidades (SILVA, 2008).

O mesmo autor acrescenta que:

É no percurso do curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação que ocorre a mudança na postura e entendimento desse profissional bacharel sobre seu papel no ensino superior e na responsabilidade de formar indivíduos, tornando mais evidente a falta de uma formação pedagógica para o auxílio desse profissional no ensino superior (SILVA, 2008, p. 96, grifo dos autores).

A escolha pelo curso de Mestrado em Educação corrobora com as afirmações de Silva (2008), pois por este raciocínio, pude confirmar que a área da Educação contribui significativamente para a formação do Professor.

Quanto aos aspectos relacionados à formação em nível de graduação, esta ocorre em Universidades públicas ou privadas, sendo que essas instituições são responsáveis pelo preparo formal dos alunos para que estes atuem junto à sociedade, com responsabilidade e compromisso, conforme explica Opitz et al. (2008):

Atualmente, o papel do ensino nas universidades é buscar caminhos que consolidem projetos pedagógicos coerentes com as exigências impostas pelos avanços tecnológicos e científicos, ou seja, preparar profissionais tecnicamente capazes de cumprir os desafios da modernidade, sem perder de vista as perspectivas de uma educação/ensino que atenda às demandas

sociais da população, possibilitando assim uma realidade mais igualitária e humana (OPITZ et al., 2008, p. 315).

Contudo, a formação do Enfermeiro em nível de Graduação pode ocorrer por duas vias, sendo o nível de bacharelado, destinado à formação dos profissionais que irão atuar na assistência e licenciatura Curso de Graduação, designado para a formação de docentes para atuarem na Educação Básica e nos cursos técnicos (SILVA, 2008).

Em termos históricos, o ensino prático em Enfermagem formalizou-se no Brasil desde a criação da Escola Anna Nery, no início do século XX, porém o ensino prático era confundido com trabalho, pois alunos e professores faziam parte dos recursos humanos dos hospitais, além disso, não havia legislação específica que regulamentasse essa atividade. A partir de 1972, por meio da reformulação do currículo mínimo de Enfermagem e da criação da primeira legislação sobre estágio pelo Ministério Público do Trabalho, os estágios foram regulamentados e tornaram-se exigências dos Cursos de Graduação em Enfermagem. Em 2001, por meio das novas Diretrizes o estágio é considerado peça fundamental para o ensino, assim como as aulas práticas (COSTA; GERMANO, 2007).

Na atualidade, as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem (DCEN) recomendam a formação generalista, humanista, crítico e reflexivo para o exercício da profissão, capaz de intervir em problemas de saúde mais prevalentes em âmbito nacional, com ênfase na região de atuação do profissional, de forma integrada e interdisciplinar e em caráter teórico-prático desde o início do curso (BRASIL, 2001b).

A mesma Diretriz orienta que os Cursos de Enfermagem, devem adotar no último ano, o Estágio Curricular Supervisionado em hospitais e na rede básica de saúde Pública. Para Silva e Sena (2008), as recomendações das Diretrizes Curriculares para o estágio têm como premissa a construção e organização do Sistema Único de Saúde, com vistas a realizar a promoção da saúde e prevenção de agravos. Entretanto, para que tal reorganização seja efetiva, é necessário uma formação profissional, políticas públicas de saúde, recursos humanos, recursos materiais e estrutura física adequada para a formação prática, visto que a Enfermagem é um dos cursos responsáveis pela formação de profissionais da área da saúde.

Entendemos que, atualmente, a formação prática se dá pela realização do processo de estágio e das aulas práticas. Essa aprendizagem e os estudos teóricos devem ser guiados e orientados pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem e pelos Projetos Político Pedagógicos (PPP) dos Cursos de Graduação.

Diante do exposto, nos lançamos à revisão de literatura com o objetivo de esclarecer o que já foi estudado sobre o tema conforme recomenda Alves-Mazzotti (2006). A autora destaca que a revisão de literatura tem por finalidade direcionar o rumo de pesquisa orientando a elaboração do problema do estudo dentro de uma determinada área. Esclarece, que o pesquisador deve atualizar-se sobre o tema que pretende estudar, pois é necessário identificar em outras literaturas algumas questões, cujo, tema não foi estudado e que merecem a atenção do pesquisador, com o intuito de esclarecer o objeto de estudo, assim como o instrumento a ser utilizado e identificar estudos já realizados sobre o tema em questão. A revisão de literatura evita a realização de pesquisa já trabalhada por outros autores e deve ser iniciada por meio de leituras e interpretações de trabalhos atualizados utilizando-se de referências empregadas por outros autores.

Para a busca dos autores relacionados, foi realizada uma investigação nas bases de dados BDEF, SciELO, LILACS, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Banco de Teses e Dissertações da Capes, utilizando os descritores: Graduação em Enfermagem, Estágio Clínico, História da Enfermagem e Currículo.

Os critérios de inclusão das literaturas foram: textos em português, publicações nacionais referentes à formação de Enfermeiros, textos com resumos completos e que puderam ser acessados na íntegra. Após essa etapa, realizamos leitura e análise do material bibliográfico conforme as etapas propostas por Gil (2002) para a leitura do material em pesquisa, a saber: leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa.

Para Gil (2002, p. 77) a leitura exploratória é definida como “[...] uma leitura do material bibliográfico que tem por objetivo verificar em que medida a obra consultada interessa a pesquisa”, esta possibilita a interação do pesquisador com tema escolhido, sobretudo permite o diagnóstico de algumas pesquisas relacionadas à proposta de estudo, segundo o autor.

A leitura seletiva tem como finalidade selecionar o material a ser utilizado, para tanto deve ser realizada atentando-se aos maiores detalhes, porém não se trata da finalização da leitura, podendo o autor retomá-la quando necessário com o intuito de sanar dúvidas ou responder a achados das leituras seguintes (GIL, 2002).

No caso da leitura analítica, esta é realizada após a seleção dos textos, essa fase não impede o pesquisador de recorrer a novos textos ou eliminar textos previamente selecionados, visto que a leitura analítica não é considerada uma leitura definitiva, trata-se,

portanto, de uma análise aprofundada do material que irá subsidiar e embasar a pesquisa como um todo (GIL, 2002).

Após esta leitura analítica é realizada a interpretativa, cuja finalidade é atentar-se para a o cumprimento do objetivo da pesquisa, com vistas a solucionar o problema proposto. É considerada uma leitura de maior complexidade, e confere ao pesquisador a oportunidade de aquisições de informações mais relevante que serão utilizadas para a concretização da pesquisa (GIL, 2002).

Deste modo, com a utilização da metodologia de leitura recomendada por Gil (2002), foram selecionados como referenciais teóricos para sustentar essa pesquisa os estudos de Galleguillos e Oliveira (2001), Pinto (2003), Marinho (2005), Rodrigues (2005), Spagnol (2005), Ito et al.(2006), Kruse (2006), Moura et al. (2006), Mourão (2006), Vale e Fernandes (2006), Carrijo (2007), Costa e Germano (2007), Moreira (2007), Oguisso (2007), Tyerrel e Santos (2007), Furegato (2008), Renovato et al. (2009). Esses pesquisadores discutem a história da Enfermagem brasileira desde sua implantação no Brasil como método científico, a influência de outros países na Enfermagem brasileira, fundação dos primeiros hospitais e das primeiras escolas de Enfermagem no século XX, influência das políticas sanitárias sobre a profissão do Enfermeiro, formação de recursos humanos, início da graduação em Enfermagem no Brasil, mudanças e recomendações das Diretrizes e como eram realizados os primeiros estágios.

Em relação às Diretrizes Curriculares de 2001, os estudos de Sordi e Bagnato (1998), Bousso et al. (2000), Delors et al. (2003), Fernandes et al. (2005), Bernardino, Oliveira e Ciampone (2006), Moser (2006), Pires (2006), Prado (2006), Silva e Cogo (2007), Cristina e Paganini (2008), Czeresnia (2008), Haag et al. (2008), Corbani, Brêtas e Matheus (2009), Shigunov Neto e Maciel (2009) discutem o papel das Diretrizes Curriculares, o perfil esperado do egresso, competências e habilidades a serem adquiridas na formação, conteúdos curriculares, formação complementar, organização dos cursos, o estágio e o ensino prático.

No que se refere a Projetos Político-Pedagógicos, encontramos: Brasil (2001b), Parra (2008), Saupe e Alves (2000), Cofen (2005), Cofen (1996), Silva (2010), Brasil (2007), Fernandes et al. (2005), Feuewerker e Almeida (2003), Godoy (2002), Laluna e Ferraz (2003), Feurwerker e Sena (2002), Pereira (2003), Godoy (2001), Oliveira e Santos (2005), Gomes et al. (2007), Opitz (2008), Santos (2006), Prado (2006), Ciampone (2006), Heyden, Resck e Gradim (2003). Esses autores discutem os Projetos Político-Pedagógicos,

que abordam currículo, número de alunos nos estágios, orientações de ensino, qualificação de professores, orientações para elaborar o PPP, currículo tradicional, currículo integrado, avaliação dos alunos, prática de ensino, realização de estágios, problemas relacionados ao ensino, pesquisas e Trabalho de Conclusão de Curso (TCCs).

Constatou-se que a temática da formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do Estágio Curricular Supervisionado relacionada aos PPP dos cursos permanece escassa. Partindo desse pressuposto, percebe-se a necessidade de retomar o processo histórico da formação do Enfermeiro, bem como os aspectos sobre o âmbito das práticas e do estágio, com um olhar voltado para os avanços e retrocessos considerando que “[...] a compreensão de qualquer área do conhecimento se encontra estritamente relacionada com suas origens, suas raízes, tornando-se pertinente à busca da compreensão dos fatos atuais a partir da sua história” (SCHERER; SCHERER; CARVALHO, 2006, p. 286).

No que se refere ao o termo estágio, aula prática e ensino clínico, segundo Carvalho et al. (1999), Silva e Silva (2004), Ito (2005), Marran e Lima (2010), com frequência, gera confusão entre docentes e discentes das universidades. Os autores acreditam que tal fato pode estar relacionado, com a organização dos PPP dos cursos.

Acreditamos que a não-compreensão das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem e da organização dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos sobre o ensino da prática e do estágio pode acarretar desafios relacionados à prática de ensino para professores e alunos dos Cursos de Graduação em Enfermagem, além de dificultar o processo de aprendizagem e interferir no modelo de formação esperado pelo Sistema Único de Saúde. Sobretudo espera-se que os PPP dos Cursos de Graduação em Enfermagem sejam adequados conforme as recomendações das Diretrizes, o que nos leva aos seguintes questionamentos: Quais as contribuições das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem para organização dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Enfermagem no que se refere a organização das práticas, do ensino clínico e do Estágio Curricular Supervisionado? E mais especificamente: o Curso de Graduação de Enfermagem da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel tem organizado e respondido as recomendações para formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do estágio curricular supervisionado, prescritas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001?

A resposta para estas questões parece ter início nas Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem e no Projeto Político-Pedagógico do Curso, visto que estes

documentos determinam e direcionam como deve ocorrer a formação do profissional Enfermeiro em nível de graduação; neste sentido surgem algumas dúvidas a serem esclarecidas tais como:

Quais são as prescrições das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem para a formação do profissional Enfermeiro no âmbito das práticas e do Estágio Curricular Supervisionado?

Como estão organizados as práticas e o estágio supervisionado no PPP do Curso de Graduação em Enfermagem da UENP?

A prescrição do PPP do Curso de Graduação em Enfermagem corresponde às prescrições das diretrizes Curriculares do Curso?

Os PPP do Curso de Graduação em Enfermagem da UENP contempla a formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do Estágio Curricular Supervisionado?

Diante das perguntas relacionadas anteriormente, surge a necessidade de nos reportarmos às Diretrizes do Curso de Enfermagem com o intuito de esclarecer se essa Lei estabelece orientações no âmbito das práticas e do Estágio Curricular Supervisionado, e ao PPP da UENP/CLM, objetivando desvendar a organização dessas modalidades de ensino.

O estudo tem sua justificativa ancorada na contribuição e na compreensão do processo de formação no quesito âmbito das práticas e Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Enfermagem, sendo um subsídio para a orientação das futuras reformulações dos PPP dos Cursos de Graduação em Enfermagem, além de servir de base para futuros estudos sobre a formação no âmbito de ensino a serem desenvolvidos por outros pesquisadores.

Neste sentido, o objetivo dessa pesquisa é identificar de que forma o Curso de Graduação de Enfermagem da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel tem organizado e respondido às recomendações para formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do estágio curricular supervisionado, prescritas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001.

Objetivos específicos:

1. reconstruir o processo histórico do ensino prático e o estágio curricular supervisionado de graduação em Enfermagem ao longo da história, tendo como marco o início da Enfermagem como curso de graduação no Brasil;

2. identificar as prescrições das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001 relacionadas ao ensino prático e ao estágio curricular supervisionado e se esta tem contemplado a atual necessidade de formação em saúde;
3. analisar, com base no PPPCE/UENP/CLM se a organização das práticas e do estágio curricular supervisionado do curso está de acordo com as recomendações das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001, e se esta tem contemplado a atual necessidade de formação em saúde.

Para responder os objetivos utilizou-se como recorte temporal o ano de 2001, tomando como marco inicial as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem e como marco final o PPPCE/UENP/CLM em vigor no ano de 2011. O recorte espacial foi delimitado em uma Universidade Pública Estadual da região Norte do Paraná (Universidade Estadual do Norte do Paraná Campus Luiz Meneghel).

Deste modo, essa pesquisa apresenta as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem e o Projeto Político-Pedagógico da UENP/CLM em vigor no ano de 2011, em relação ao estágio Curricular Supervisionado e o âmbito das práticas. Compreende-se que os resultados obtidos nesta investigação poderão se somar a outros já identificados por diversos autores no sentido de refletir e suscitar mudanças nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em enfermagem.

Considerando a natureza do objeto de investigação que enfoca as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem (BRASIL, 2001b) e o Projeto Político-Pedagógico da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel, optou-se por um estudo exploratório baseado em análise documental, a saber: Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001, Matrizes Curriculares, ementas, conteúdos e referências bibliográficas relacionadas ao âmbito das práticas e do Estágio Curricular Supervisionado. Os documentos analisados foram produzidos pela Universidade e pelo Ministério da Educação, Ministério Público do Trabalho, Ministério da Saúde, deste modo o material analisado consiste em documentos oficiais (Diretrizes e Projeto Político Pedagógico), assim como artigos, livros, teses, dissertações sobre o tema e que orientaram e embasaram a pesquisa.

A pesquisa exploratória é definida como “[...] estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer” (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 321), sobretudo fornece ao pesquisador maior afinidade com o problema em questão, o que facilita a elaboração de hipóteses e

conhecimento sobre o tema a ser pesquisado. Este tipo de estudo pode ser realizado por meio de pesquisas relacionadas já trabalhadas por outros autores, portanto, o estudo exploratório se assemelha com a pesquisa bibliográfica (GIL 2002).

A análise documental é definida como a modificação de um documento original para uma forma secundária, com o intuito de apresentar e comparar informações por meio de quadros, figuras, gráficos sem alterar a originalidade do conteúdo, facilitando a compreensão do mesmo conforme o objetivo proposto (BARDIN, 2011).

Para Severino (2007, p. 122) a análise documental pode ser realizada a partir de “[...] documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”.

Neste sentido, os documentos analisados foram organizados e agrupados por meio de quadros para comparação e melhor compreensão do leitor conforme recomenda Bardin (2011). De posse das informações coletadas, os dados oriundos foram analisados e discutidos de forma crítica e descritos de maneira sistemática conforme as ideias dos principais autores que discutem o PPP.

A pesquisa foi organizada da seguinte forma: a primeira seção é referente a introdução conforme descrita anteriormente. Na segunda seção estão apresentados os aspectos históricos sobre o curso de graduação em Enfermagem no Brasil, questões atuais sobre o curso, estágio e a prática, assim como ensino clínico. Na terceira seção estão apresentadas as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem de 2001, com o objetivo de identificar de que forma a Lei responde e orienta os desafios para a formação do Enfermeiro, no âmbito da formação prática e estágio supervisionado. Na quarta seção é apresentada a análise do atual Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel, tendo como objetivo identificar e compreender como estão estruturadas as aulas práticas, o ensino clínico e o Estágio Curricular Supervisionado. O PPP foi organizado em forma de quadro para possibilitar a identificação, as orientações e a análise do mesmo. Na quinta seção encontra-se as considerações finais sobre a pesquisa, destacando os problemas levantados e apontando caminhos para uma nova pesquisa

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

2.1. Histórico da Enfermagem no Brasil

Para retornar aos aspectos históricos da Enfermagem no Brasil, bem como o seu desenvolvimento no decorrer dos anos, definimos por começar esta seção expondo ao leitor como eram realizados os cuidados de Enfermagem no final do século XVIII e como foi o desenvolvimento desta profissão no país.

Os cuidados prestados aos doentes no final do século XVIII e em meados do século XIX eram realizados por Sacerdotes das Igrejas e pelas irmãs de caridade que naquele período exerciam a função de cuidadoras em instituições hospitalares, posteriormente, a partir da reformulação do processo de trabalho instituído por Florence Nightingale, os cuidados aos enfermos passaram a ser oferecidos por meios científicos e técnicos (SPAGNOL, 2005; CARRIJO, 2007; FUREGATO, 2008).

A História da Enfermagem brasileira foi influenciada por modelos oriundos de outros países, conhecido como Enfermagem moderna. O termo Enfermagem moderna é definido como “[...] ensino de Enfermagem sistematizado, com base em princípios científicos, iniciado com Florence Nightingale” (PINTO, 2003, p. 48). Esse modelo tinha como característica a atuação em nível hospitalar, portanto focava o agravamento de doenças tendo como eixo norteador o conhecimento prático (CARRIJO, 2007).

Florence Nightingale, ao atuar na guerra da Crimeia em 1854, como líder no atendimento aos feridos, utilizou métodos de higiene e condições sanitárias que diminuíram o número de mortes dos soldados. Após a guerra, fundou a Primeira Escola de Enfermagem no hospital Sant Thomas, em Londres, onde já havia em funcionamento uma Escola de Medicina, porém o Curso de Enfermagem, não era caracterizado como curso superior. No entanto, o modelo de cuidado foi adotado por diversos países, o que fez com que Florence Nightingale ficasse conhecida mundialmente como precursora da Enfermagem moderna (OGUISSO, 2007).

A profissionalização da Enfermagem em territórios Europeus é confirmada por Moreira:

Sem dúvida, a história mostra que o grande movimento propulsor da profissionalização da enfermagem surgiu na Inglaterra logo após a guerra da Criméia (1853-1856), com Florence Nightingale e a fundação da escola de enfermagem no Hospital Saint Thomas, em Londres, no ano de 1860. É assim que se encontra registrado em todos os livros que tratam da história da enfermagem. A partir desse marco, o movimento atingiu os Estados Unidos e as diversas regiões onde o Império Britânico, à época, exercia poder de influência (MOREIRA, 2007, p. 120).

No Brasil, a profissionalização da Enfermagem teve início “[...] em 1894 por meio de Enfermeiras inglesas contratadas para trabalhar no Hospital Samaritano, recém-criado em São Paulo. O modelo nightingaleano tinha por princípio, que a Enfermagem era uma ciência à parte, com métodos e teorias próprias” (CARRIJO, 2007, p. 54). A contratação dessas profissionais ocorreu pela carência de recursos humanos, pois Igreja e Estado entraram em confronto, fazendo com que as cuidadoras Irmãs, deixassem de prestar cuidados aos Pacientes no Hospital Samaritano. ficando, portanto, o Hospital Samaritano sem trabalhadoras para este fim (TEIXEIRA et al., 2006; CARRIJO, 2007).

A Escola Alfredo Pinto¹ foi a primeira Escola Brasileira de Enfermagem a ser implantada no país, porém essa escola não utilizava a concepção de Enfermagem moderna, e sim o modelo Francês que tinha como método de ensino o uso de manuais preparado por profissionais médicos que atuavam como docentes na formação de Enfermeiros (BAPTISTA; BARREIRA, 2006; CARRIJO, 2007).

A Escola Alfredo Pinto, a princípio, teve como objetivo o preparo de profissionais para atuarem em hospitais psiquiátricos e organizações militares. O modelo de ensino adotado apresentava como característica a ênfase no tratamento hospitalar e medicalização, o que era considerado ideal aos pacientes com distúrbios mentais. Para o Autor, este foi o motivo da adoção do Modelo Francês pela Escola Alfredo Pinto (KIRSCHBAUM, 1994 apud OLIVEIRA; ALESSI, 2003).

¹ A formação de pessoal de Enfermagem para atender inicialmente aos hospitais civis e militares e posteriormente, às atividades de saúde pública principiou com a criação, pelo governo, da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, no Rio de Janeiro, junto ao Hospital Nacional de Alienados do Ministério dos Negócios do Interior. Esta escola, que é de fato a primeira escola de Enfermagem brasileira, foi criada pelo Decreto Federal nº 791, de 27 de setembro de 1890, e denomina-se hoje Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, pertencendo à Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO. Disponível em: <http://www.abenpe.com.br/diversos/hist_enfermagem.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2011.

Em 1920, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública² (DNSP), a instituição tinha como objetivo formar enfermeiras para atuarem em hospitais. Nessa época, a Igreja católica já não era a única a prestar cuidados aos enfermos, e a Enfermagem se organizava na busca de uma profissão de cunho científico (GOMES; ALMEIDA FILHO; BAPTISTA, 2005).

Pinto (2003) descreve que, no início do século XIX, ocorreu migração de Enfermeiras inglesas aos Estados Unidos e, posteriormente, de Enfermeiras americanas para o Brasil. Galleguillos (2007) acrescenta que profissionais da Enfermagem dotados de nível superior de ensino foram trazidos para o Brasil com o objetivo de organizar o serviço de Enfermagem e atuarem como coordenadores de Enfermagem no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), e destaca que esse departamento teve como Diretor, naquele período, o Médico Sanitarista, Carlos Chagas que se esforçava para combater as endemias existentes na época.

Dentre as estratégias utilizadas por Carlos Chagas para combater as doenças, a atuação da Enfermagem foi vista como importante tática, que podem ser confirmadas por Tyrrel e Santos:

[...] a vinda de um grupo de enfermeiras norte-americanas, patrocinadas pela Fundação Rockefeller, integrantes de uma missão, à época denominada Missão de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, considerada necessária à efetivação da Reforma Sanitária em desenvolvimento. Essa missão permaneceu no Brasil durante uma década (1921-1931) (TYRREL; SANTOS, 2007, p. 139).

Este fato demonstrou que o país necessitava de força de trabalho qualificado, pois a Enfermagem, não era dotada de conhecimentos científicos, portanto não considerada como nível de graduação. Tal acontecimento justificou a vinda de profissionais estrangeiras, qualificadas em nível superior, para que desta forma pudessem ministrar aulas às alunas que comporiam a Enfermagem nacional. Fato que veio a ocorrer por meio da criação da Escola de Enfermeiros do Departamento Nacional de Saúde Pública.

² Em 1920, pelo Decreto nº 3.987 de 02/01/1920, foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), órgão subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, bem como a reforma sanitária, proposta por Carlos Chagas em sua então gestão ao DNSP – função que exercera até 1926. Disponível em: <http://nbt.zip.net/arch2010-07-01_2010-07-31.html>. Acesso em: 12 abr. 2011.

Neste sentido, segundo Kruse (2006), o início do século XX foi marcado por iniciativas governamentais ligadas a necessidades de ações sanitárias conforme transcrito na seguinte citação:

[...] o período do início do século XX, tanto no Brasil como no restante da América Latina, caracterizou-se por um processo incipiente de modernização e de urbanização das cidades, entre outras coisas, devido ao aumento do comércio internacional e ao incremento das correntes migratórias. Estes fatores teriam levado a uma crescente complexidade da estrutura sócio-econômica do país. O constante aumento populacional, principalmente nas capitais dos estados mais importantes, teria forçado o governo a preocupar-se com a elaboração de uma política sanitária, devido ao incremento das doenças transmissíveis como a cólera, a peste bubônica, a febre amarela, a varíola, a tuberculose, a lepra e a febre tifóide que poderiam prejudicar os interesses ligados à economia exportadora do café (KRUSE, 2006, p. 404).

A mesma questão é reiterada por Monteiro (2009) ao esclarecer que o ensino de Enfermagem no Brasil se desenvolveu pelas necessidades de combater as doenças que o país enfrentava no início do século XX. A precária condição da saúde pública relacionava-se com as epidemias e corroborava com a necessidade de formação de recursos humanos para combater as doenças.

Galleguillos e Oliveira (2001, p. 81) relatam que o ensino de Enfermagem “[...] tinha como propósito formar profissionais que garantissem o saneamento urbano, condição necessária à continuidade do comércio internacional, que se encontrava ameaçado pelas epidemias”.

Entre os anos de 1910 a 1920, houve um impulso em relação ao desenvolvimento da profissão de Enfermagem, tendo como fio condutor questões econômicas e sanitárias do qual o país enfrentava, porém a falta de profissionais para atuarem em conflitos na Primeira Guerra Mundial teve grande relevância para a profissão, pois a carência da força de trabalho fez com que a Cruz Vermelha³ observasse a necessidade de treinar Enfermeiros para atuarem em combate, o que levou à criação da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro no ano de 1916. No entanto, o ensino dessa Escola não era de

³ A Cruz Vermelha Brasileira foi organizada e instalada no Brasil em fins de 1908, tendo como primeiro Presidente Oswaldo Cruz. Destacou-se a Cruz Vermelha Brasileira por sua atuação durante a primeira Guerra Mundial (1914-1918). Fundaram-se filiais nos estados. Durante a epidemia de gripe espanhola (1918), colaborou na organização de postos de socorro, hospitalizando doentes e enviando socorristas a diversas instituições hospitalares e a domicílio. Atuou também socorrendo vítimas das inundações, nos estados de Sergipe e Bahia, e as das secas do Nordeste. Muitas das socorristas dedicaram-se ativamente à formação de voluntárias, continuando suas atividades após o término do conflito. Disponível em: <<http://www.coren-sp.gov.br/internet/072005/ocorenspp/historia/10.php>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

nível superior, pois o curso tinha duração de 120 dias com prioridade para o ensino prático (PORTO, 2007).

O ensino de Enfermagem no Brasil foi oficializado e sistematizado em 1923, pelo Decreto nº 16.300/23, no Rio de Janeiro, mediante a organização do serviço de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública. Esse departamento procurava adequar o ensino de acordo com as necessidades do mercado (ITO et al., 2006; OGUISSO, 2007). O ensino ficou sob a responsabilidade de Enfermeiras da Fundação Rockefeller que, segundo Galleguillos e Oliveira (2001), foram trazidas para o país para coordenar o ensino na escola já concluída em 1922, sobretudo veio a iniciar as aulas no ano de 1923 “[...] com o nome de Escola de Enfermagem do DNSP. Em 1926, passou a ser designada Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) e, em 1931, Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro” (GALLEGUILLOS; OLIVEIRA, 2001, p. 81).

A Escola de Enfermagem Anna Nery ficou popularmente conhecida como Escola Padrão pelo fato de as Enfermeiras norte-americanas se intitularem como Enfermeiras de Alto Padrão, como forma de caracterizar a Enfermagem como ciência de nível superior (GALLEGUILLOS; OLIVEIRA, 2001; KRUSE, 2006).

Galleguillos e Oliveira (2001) relatam que a primeira alteração no currículo de Enfermagem ocorreu em 1926, porém, não houve diferenças expressivas em comparação com o currículo anterior:

A duração do curso era de vinte e oito meses, sendo o currículo organizado em cinco séries: as quatro primeiras relativas à parte geral do curso e a quinta às especializações – Enfermagem Clínica, Enfermagem de Saúde Pública e Administração. Ao longo dos primeiros anos de funcionamento o curso foi progressivamente ampliado para que pudesse incluir experiências nos diversos serviços que eram organizados nos hospitais do Rio de Janeiro. Em 1930 tinha a duração de três anos e oferecia, além das aulas teóricas, práticas em enfermarias e ambulatórios [...] (KRUSE, 2006, p. 404).

A Escola de Enfermeiras Anna Nery foi adotada como Escola-modelo para o reconhecimento das demais Escolas de Enfermagem brasileiras, contudo, somente poderiam ser reconhecidos como Enfermeiros os diplomados na Escola de Enfermagem Anna Nery, ou diplomados de outras escolas após a reavaliação do currículo por essa entidade. A Escola de Enfermagem Anna Nery foi a primeira escola a fazer parte de uma Universidade, episódio ocorrido em 1931 por meio da anexação à Universidade

Brasil (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Contudo a Escola Anna Nery foi reconhecida como instituição de nível superior somente no ano de 1946, sendo assim um marco na história da Enfermagem no que se refere ao ensino científico (GALLEGUILLOS; OLIVEIRA, 2001; TYERREL; SANTOS, 2007; BARBOSA, 2007; FUREGATO, 2008).

Monteiro (2009) descreve que a Escola de Enfermagem Anna Nery permaneceu como Escola Padrão até o ano de 1949. Neste ano, por meio da Lei nº 775/49, a Escola Anna Nery deixou de ser considerada como modelo de equiparação para outras escolas de Enfermagem, sendo a partir deste momento de responsabilidade do Ministério da Educação e Saúde, o qual deveria assumir a função de organização e regulamentação do ensino de Enfermagem.

2.2. O Início da Graduação em Enfermagem no Brasil

A Graduação em Enfermagem no Brasil ocorreu por meio de modelos americanos, pelo apoio da entidade Americana conhecida como a Fundação Rockefeller e com a vinda de Enfermeiras da Europa, que tinham o objetivo de qualificar a Enfermagem brasileira para o combate às doenças da época:

A Fundação Rockefeller encontra-se no cerne do processo que gerou e constituiu o campo de atuação do que posteriormente foi caracterizado como filantropia científica e que, grosso modo, pode ser definido como a destinação de recursos privados para atuação em atividades de interesse público, no caso a produção do conhecimento científico em institutos isolados de pesquisa ou nos departamentos universitários. Criada nos Estados Unidos em 1913, a Fundação teve por objetivo reunir e centralizar as ações filantrópicas da família Rockefeller que vinham sendo praticadas de forma sistemática e em escala crescente desde o final do século XIX. A história oficial da instituição localiza bem antes o espírito filantrópico do patriarca da família e magnata do petróleo John Dawson Rockefeller (MARINHO, 2005, p. 52, grifo dos autores).

Os profissionais de Enfermagem começaram a organizar-se com o objetivo de criar um currículo que atendesse às necessidades de saúde, criando assim a Associação

Brasileira de Enfermagem (ABEn)⁴, a qual contribuiu para o desenvolvimento do Curso de Graduação em Enfermagem, pela realização de Seminários e Congressos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM, 2011).

A ABEn teve a oportunidade de contribuir com a profissão após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961. Após o estabelecimento dessa lei, o Curso de Enfermagem passou a ser considerado como curso de graduação, conforme destacado por Monteiro:

A 20 de dezembro de 1961 foi, então, promulgada a Lei nº 4.024/61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ou LDB, a primeira cronologicamente falando. Ela teve papel fundamental nos rumos da educação nacional e impactou diretamente sobre a questão da formação do enfermeiro e do ensino na Enfermagem. Com efeito, entre suas diversas providências, exigia que todos os candidatos aos concursos vestibulares dos cursos superiores, tivessem concluído o ciclo colegial (secundário completo) ou equivalente. A LDB encerrou onze anos de discussão entre diretoras de escolas, acerca dos requisitos de escolaridade para o ingresso de alunas no curso de enfermagem. Ao estabelecer que somente concluintes de curso secundário poderiam pleitear ingresso no curso, alçou definitivamente a profissão para o nível superior (MONTEIRO, 2009, p. 23).

Neste contexto, a ABEn, ancorada nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, enviou neste mesmo ano um relatório para o Conselho Federal de Educação com sugestões para a composição do primeiro currículo mínimo para a Enfermagem, tal proposta foi instituída pelo Parecer nº 271/62, no ano de 1962, que segundo relatos de Mourão (2006, p. 65) “[...] aprovou a duração do curso para três anos, criou os cursos de especialização de caráter optativo, excluiu as Ciências Sociais e colocou a Saúde Pública como especialização”.

Ao se tratar de avanços ocorridos na História da Enfermagem brasileira, Barbosa (2007, p. 32) acrescenta que:

⁴ A Associação Brasileira de Enfermagem - ABEn, fundada em 12 de agosto de 1926, sob a personalidade jurídica que congrega Enfermeiros, obstetrizas, técnicos e auxiliares de enfermagem e estudantes dos cursos de graduação e de educação profissional de nível técnico que a ela se associam, individual e livremente. É uma Entidade de âmbito nacional, de caráter não-governamental e de direito privado, reconhecida como de utilidade pública, conforme Decreto Federal nº 31.417/52, publicado no DOU de 11 de setembro de 1952. É filiada à Federação Panamericana de Profissionais de Enfermeira - FEPPEN, desde 1970, junto à qual representa a enfermagem brasileira. Disponível em: <<http://www.abennacional.org.br/index.php?path=10>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a da Reforma Universitária em 1961 e 1968, respectivamente, modificam radicalmente o perfil de professores e alunos das Escolas de Enfermagem. A seleção de candidatos extrapola a esfera de responsabilidade das Escolas e fica a cargo dos órgãos de administração acadêmica das universidades; as instituições passam a receber todos os alunos, desde que devidamente aprovados e classificados no vestibular, e o enfoque da formação do enfermeiro, o qual era o da competência técnica, começa a ter forte componente teórico (BARBOSA, 2007, p. 32).

No ano de 1972, foi instituído no Brasil, por meio da Resolução nº 4 de 1972, o novo currículo mínimo para o Curso de Enfermagem, que dividia e habilitava o egresso em: Enfermagem obstétrica, Enfermagem médico - cirúrgica e Enfermagem em saúde pública. O currículo denominado mínimo modificava o Curso de Graduação em Enfermagem para quatro anos com o ensino centrado na área hospitalar com assistência individual (MOURÃO, 2006).

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por iniciativas políticas que vieram a influenciar na formação do profissional Enfermeiro, dentre elas, destacam-se a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada no ano de 1986; a publicação da Constituição Brasileira, em 1988, e a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Lei nº 8080/90, no ano de 1990. Tais ações políticas alavancaram a expansão dos direitos da sociedade em relação à saúde (SILVA et al., 2010). Nessa década, segundo Mourão (2006, p. 66), houve expressiva “[...] reorientação do ensino de Enfermagem tecnicista e curativista para generalista e preventivista”.

O currículo do curso de Enfermagem modificou-se em sua trajetória, objetivando melhorias em cada época, conforme acrescenta Pinto (2003):

Em 1994, ocorreu a aprovação do novo currículo mínimo do Curso de Enfermagem, tendo como eixo principal a formação de um profissional com capacidade para articular o seu pensar/fazer com o saber de outras áreas que conformam a produção em saúde (PINTO, 2003, p. 70).

O novo currículo de 1994 gerava descontentamento para os profissionais de Enfermagem, haja vista, que este não considerava as matérias relacionadas à Educação em Enfermagem e não contemplava aspectos institucionais e regionais de cada curso (SILVA et al., 2010).

No ano de 1996, foi estabelecida, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases para a organização da Educação Nacional (LDB). Essa legislação teve como um dos seus

objetivos, fornecer bases para a formação dos currículos dos cursos superiores, entre esses, o da Enfermagem. Tais disposições estão listadas no capítulo IV, artigo 43º, que trata das finalidades da Educação Superior no Brasil.

Com base nessa legislação, no ano de 1997, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Edital nº 4/97, convocou representantes das Instituições de Ensino Superior para que enviassem propostas que, posteriormente, comporiam as Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme destacado por Pinto (2003):

Em 1997, foi lançado o Edital 04/97, convidando as Instituições de Ensino Superior (IES) a enviarem propostas para elaboração das diretrizes curriculares, ampliando a discussão para além do âmbito reduzido dos membros das Comissões de Especialistas de Ensino (que são comitês assessores da Secretaria de Educação Superior do MEC), onde a cada área de conhecimento, com seus especialistas, suas particularidades, seus objetivos e seus fundamentos, caberia sinalizar a orientação que a SESU/MEC deveria encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, de forma a garantir diretrizes curriculares que atendessem à atual dinâmica de produção e de aplicação do conhecimento (PINTO, 2003, p. 72).

Rodrigues (2005) ressalta que, a partir de 1999, houve grande mudança na Educação Superior em Enfermagem. Esse acontecimento ocorreu após a publicação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Enfermagem que se estabeleceu em 2001; no documento continha, como estrutura principal, normas regulamentadoras para habilitação na Graduação em Enfermagem:

De fato, em novembro de 2001, o presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação tendo em vista o disposto no artigo 9º, do inciso 2º, alínea “c”, da lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, fundamentado no parecer CNE/CES 1.133, de 7 de agosto de 2001, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, encaminhou para homologação pelo senhor ministro da Educação em 1º de outubro de 2001, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem (PINTO, 2003, p. 73).

Os Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEns) foi a forma que a ABEn utilizou para realizar discussões que apoiariam a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem

de 2001, após a convocação do MEC por meio do Edital nº4 de 1997, conforme descrito por Galleguillos e Oliveira (2001):

Tal convocação desencadeou a realização de Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil (SENADEn), promovidos pela ABEn, com o objetivo geral de discutir e estabelecer as diretrizes gerais para a educação em enfermagem, articulando os diversos níveis de formação (GALLEGILLOS; OLIVEIRA, 2001, p. 85).

Os Seminários Nacionais de Enfermagem (SENADEns), Tabela 1, iniciado em 1994, tiveram como objetivos discutir aspectos sobre a profissão relacionados com a educação em Enfermagem. Esses seminários ocorreram anualmente e contribuíram para o desenvolvimento da Enfermagem brasileira, contudo algumas discussões já haviam sido iniciadas a partir de 1979 pela ABEn, por meio de congressos (VALE; FERNANDES, 2006; MOURA et al., 2006).

Tabela 1 – Cronologia dos Seminários Nacionais de Enfermagem. Brasil, 1994 a 2010

ANO	TEMA
1994	Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil.
1997	Diretrizes para a Educação em Enfermagem no Brasil.
1998	As Diretrizes para a Educação em Enfermagem no contexto da LDB.
2000	Enfermagem: Estratégias e perspectivas Político-Pedagógicas.
2001	Avaliação no contexto das diretrizes curriculares para a educação na Enfermagem: prioridades, implicações e desafios.
2002	Educação e mudanças: discutindo os contextos, textos, lições e proposta.
2003	Educação em Enfermagem: buscando coerência entre intenções e gestos.
2004	Educação em Enfermagem: discutindo mudanças, pesquisando o novo e superando os desafios.
2005	A Qualidade da Educação: Um Compromisso Social da Enfermagem?
2006	ABEn 80 anos: Conquistas, avanços, desafios e perspectivas na educação em Enfermagem.
2008	Novos pactos entre educação e saúde em prol da qualidade da formação dos profissionais da saúde/Enfermagem.
2010	Responsabilidade Social da Educação em Enfermagem: “de Florence Nightingale ao Cenário Atual”.

Fonte: Tabela organizada a partir do quadro elaborado por Moura et al. (2006, p. 450-453).

Para Renovato et al. (2009, p. 245), “Da década de 1960 até o final do século XX, as Matrizes Curriculares do Ensino da Enfermagem contribuíram para a formação tecnicista, permeada de discursos acerca da neutralidade científica”. Não obstante, a Enfermagem, ao longo de sua história, teve inúmeros problemas que foram resolvidos ou atenuados com o passar dos anos desde seu início, nos últimos tempos com o desenvolvimento tecnológico ocorrido, a Enfermagem modernizou-se, passando por mudanças em nível nacional e desafiando as adaptações que deverão ocorrer neste século (RENOVATO et al., 2009).

Sem dúvida os problemas relacionados a formação da Enfermagem ainda existem e sempre irão existir, haja vista que mudanças na área da saúde ocorrem continuamente, portanto, é preciso refletir sobre questões atuais da formação do Enfermeiro, pois as mudanças da profissão encontram-se diretamente relacionadas com as transformações do perfil das condições de saúde em nível nacional, estadual e regional, neste sentido considera-se importante abordar as questões atuais do curso de graduação em enfermagem.

2.3. Questões Atuais do Curso de Graduação em Enfermagem

Para refletirmos sobre o quadro atual do curso de Graduação em Enfermagem no Brasil é necessário destacar que a Enfermagem, enquanto uma das profissões que se encontra inserida na área da saúde, possui autonomia e é detentora de características únicas na atuação em saúde e peculiaridades centradas no cuidado ao enfermo como forma de produção, recuperação, promoção e educação em saúde.

A Resolução nº 311, de 2007, do Código de Ética dos profissionais de Enfermagem define que a “[...] Enfermagem compreende um componente próprio de conhecimentos científicos e técnicos, construído e reproduzido por um conjunto de práticas sociais, éticas e políticas que se processa pelo ensino, pesquisa e assistência” (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2007).

A Enfermagem centrada no cuidado ao ser humano tem como objetivo atuar na prevenção, promoção e recuperação, e atualmente encontra-se subdividida em três classes distintas, que segundo o Cofen são definidos como: Profissional Enfermeiro, dotado de Graduação em Enfermagem; Técnico de Enfermagem, profissional com nível técnico de instrução, exigido deste o ensino médio; e o Auxiliar de Enfermagem, profissional com conhecimentos básicos de Enfermagem, sendo que este deve ser dotado de no mínimo o nível escolar fundamental (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2007).

Ao retomar o histórico da Enfermagem, foi constatado que a diferença de classe, entre Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem existentes na atualidade, ocorreu pelas necessidades de combater as doenças prevalentes do século XX, que exigia a formação de profissionais em um curto período de tempo, prevalecendo a formação de auxiliares de Enfermagem.

Para Renovato et al. (2009) a educação superior em Enfermagem no Brasil, apresenta forte ligação com inovações realizadas na área da Saúde e Educação por meio de ações políticas e técnicas, “Neste sentido, repensar a formação nesta área passou a ser uma exigência tendo em vista os desafios contemporâneos que estão inseridos no contexto das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais” (RENOVATO et al., 2009, p. 234). Para Silva, Silva e Ravalha (2009, p. 38, grifo dos autores), a “[...] globalização tem gerado uma crescente transformação em todas as áreas, com a oferta de novas tecnologias como a inclusão de equipamentos digitais, comunicação e a *Internet*, o que tem provocado a necessidade de capacitação dos profissionais”.

Conforme observado pelos autores no parágrafo anterior, o desenvolvimento tecnológico tem exigido a capacitação dos profissionais de saúde, sobretudo para os profissionais de ensino nas universidades, o que exige uma maior capacitação dos formadores para que estes atuem em condições de oferecer a qualidade do ensino, contudo, é necessário ações políticas por parte dos governantes com o objetivo de garantir o processo de ensino e da prática dos profissionais que irão atuar na assistência.

Além das observações anteriores, um dos desafios a ser superados pela Enfermagem observado na prática é o reconhecimento da profissão, haja vista que a função do Enfermeiro é desconhecida pelo usuário de saúde, pela própria categoria de Enfermagem e por outros profissionais da saúde. Além disso, muitos confundem Enfermeiros com técnicos e auxiliares de Enfermagem. Neste sentido, Padilha, Silva e Borenstein (2006, p. 535) acreditam que “[...] o reconhecimento por parte da sociedade possivelmente virá através de uma prática exercida efetivamente e consubstanciada pelo próprio desempenho de profissionais da Enfermagem, sendo que isto é outro desafio a ser enfrentado”.

No entanto, as mudanças que os Cursos de Enfermagem devem buscar para a formação do profissional Enfermeiro são apresentadas pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem e estão fundamentadas nos itens relacionados a habilidades e competências que tendem a desenvolver Enfermeiros com aptidões de aprender a aprender, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Esses são os rumos que a Enfermagem deve seguir nesse novo milênio por meio de adequações de seus Projetos Político-Pedagógicos, tais mudanças visam ao aperfeiçoamento de ações de educação para o SUS, conforme destacado na lei Orgânica da Saúde, Lei 8080/90, com a interação ensino e serviço de forma inovadora, tendo como objetivo o suprimento das

necessidades de saúde do Brasil relacionadas aos cuidados de Enfermagem (BRASIL, 2001).

Neste contexto, as Diretrizes que regem o SUS, determinam que a saúde é um direito de todos os brasileiros sendo dever do Estado prover condições para que esta seja garantida. Tais ações devem ser permeadas por meio de atuações políticas e sociais com o intuito de assegurar o acesso à saúde de forma igualitária, entretanto, este acesso parece estar distante da realidade em nosso País, se considerarmos as situações precárias e desumanas mostradas pela mídia nos hospitais. Para Valla (1999) o governo tem a garantia de acesso a saúde para população, por meio de leis e diretrizes, porém ainda continuam longas as filas que os usuários do SUS enfrentam na busca para um atendimento, o que demonstra a incapacidade por parte do Estado em oferecer esse serviço. O autor esclarece que “[...] não há garantia de que todos terão assistência, e, para aqueles que serão atendidos, o peso das demandas e as expectativas da população fazem com que o atendimento seja necessariamente medicalizante [...]” (VALLA, 1999, p. 13).

As observações de Valla (1999) motivam a reflexão sobre a formação dos profissionais de saúde, visto que, as Diretrizes do Curso de Enfermagem preveem o Sistema Único de Saúde como campo de formação de recursos humanos para a área da saúde, sobretudo, novos estudos devem ser realizados sobre o tema, pois, se o sistema não é capaz de garantir a saúde de forma integral, possivelmente pode não garantir um ambiente adequado para a educação em saúde, ou apresentar dificuldades para alunos e professores.

Para Bernardino, Oliveira e Ciampone (2006, p. 36), o “[...] processo de implantação do SUS no Brasil, trouxe o desafio de redirecionar as práticas de Enfermagem para o atendimento integral à saúde coletiva e individual da população”. Esse desafio reflete na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos do curso de Enfermagem, bem como no processo pedagógico de ensino teórico e prático, pois esses, visam direcionar a formação de profissionais aptos a atuar junto a dificuldades encontradas na atualidade em relação a promoção a saúde (SILVA et al., 2010).

Neste contexto, os autores esclarecem que o profissional do futuro deve aprender a aprender de forma constante, com o intuito de adquirir conhecimentos que lhe ofereça autonomia e capacidade de resolver situações diversas e inesperadas em seu cotidiano de trabalho, assim como fornecer aptidões que lhe proporcione condições de agir com segurança e competência nas mais diversas ocorrências, utilizando-se de meios disponíveis

em seu ambiente de trabalho. Os autores afirmam que, atualmente, o processo de formação do Enfermeiro passa por alguns contrapontos tais como a aversão dos profissionais a modificações no ensino, a falta de reflexão no quesito docência e a falta de integração entre o ensino e o serviço de saúde o que reflete diretamente na assistência a saúde.

Diante da situação, o Ministério da Saúde juntamente com a Secretaria de Gestão do Trabalho, Secretaria da Educação Superior, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira e do Ministério da Educação, lançaram em 2005 o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), portanto, o Ministério da Saúde reconhece a necessidade de aprimoramento dos formadores e trabalhadores de saúde para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Deste modo, este órgão adota como estratégia a capacitação dos profissionais de saúde como solução para promover a saúde e prevenir doenças, por meio da integração entre ensino e serviço, além da reorientação da formação para o atendimento das ações integrais do SUS (BRASIL, 2007).

O Pró-Saúde tem como premissa a integração entre o ensino e serviço, fortalecendo a introdução de estudantes junto ao Sistema de Saúde, sendo a rede básica do SUS o ambiente preferencial para o ensino prático relacionado à promoção da saúde. Entretanto, as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001 já previa o SUS como principal campo de atuação para o ensino prático, tendo como estratégia as Universidades como apoio para o fortalecimento do Sistema de Saúde. No caso da UENP, a elaboração do PPP do curso de graduação em Enfermagem segue as recomendações das Diretrizes de 2001. Como as orientações do Pró-Saúde são de 2005, por conseguinte posterior as Diretrizes, parece deixar os aspectos controversos, em relação a quais recomendações utilizar na construção do PPP.

Contudo as questões do pró-Saúde devem ser consideradas, visto que, se trata de orientações para a formulação de estratégias para a formação em saúde, o que está diretamente relacionado com a elaboração dos projetos de formação em saúde, a saber: Orientação teórica, cenário da prática e orientação pedagógica, no entanto, não é possível saber, se todos os cursos de graduação em Enfermagem irão adotar o projeto proposto, já que a organização Pan-Americana da saúde irá assumir “[...] o compromisso de apoiar técnica e financeiramente os cursos que decidissem por enfrentar os processos de mudanças” (BRASIL, 2007, p. 5). Portanto, trata-se de uma proposta que não obriga a adoção por todas as Universidades.

Neste contexto, a formação em saúde encontra-se distante da realidade do próprio sistema, sendo que, problemas de acesso integral a saúde apresentam-se como difícil solução, devido a precárias condições econômicas e sociais atreladas a falta de recursos e a má distribuição de renda, que por sua vez acarreta situações incompatíveis para que o indivíduo tenha condições de manter a saúde, tal fato torna-se relevante se considerarmos que segundo a lei orgânica da saúde, a “[...] saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais [...]” (BRASIL, 1990, p. 1), diante do exposto, nota-se que as ações do Pró-Saúde devem ser apoiadas e ancoradas por ações políticas que visem o desenvolvimento econômico de bens e serviços essenciais à população.

Para proporcionar os determinantes citados anteriormente, o Pró-Saúde busca assegurar “[...] uma abordagem integral do processo saúde-doença com ênfase na atenção básica, promovendo transformações nos processos de geração de conhecimentos, ensino e aprendizagem e de prestação de serviços à população” (BRASIL, 2007, p. 13).

Contudo, nota-se que a estratégia do Pró-Saúde tem como fator determinante a transformação do ensino de graduação por meio da atuação das universidades junto ao sistema de saúde, que por sua vez, favorece a integração do aprendizado com a realidade da saúde, bem como o diagnóstico de situações que busquem a manutenção da saúde. Para tanto, as recomendações são de que, o aluno interaja com os usuários e profissionais de saúde desde o início da graduação, assumindo e reconhecendo seu papel como profissional de saúde, destacando a atuação do Enfermeiro em atividades educativas e sociais em meio à população [...] deslocando o foco central da doença [...] para a prevenção de risco de adoecer, assim como a reabilitação em saúde (BRASIL, 2007, p. 45).

Esses são apenas alguns dos obstáculos que representam a fase de adaptação em que a profissão passa neste século, tendo como orientação as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001 e o Pró-Saúde de 2005, desafios que merecem reflexão por alunos, professores, administradores e Enfermeiros assistenciais.

Os desafios dos docentes relacionados a adaptação a mudanças diante das novas propostas da Educação em Enfermagem podem ser confirmadas por Mourão (2006) ao descrever que:

De fato a resistência dos docentes em modificar seus métodos e atitudes é um obstáculo na implementação das propostas curriculares aprovadas. Por outro lado, a responsabilidade da Universidade em formar profissionais com perfil adequado às necessidades sociais, requer a adoção de pedagogias que favoreçam o desenvolvimento do espírito crítico, da capacidade de reflexão e que estimulem a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento (MOURÃO, 2006, p. 78).

Além do que foi salientado pelas citações anteriores, a Enfermagem passa por outros problemas na atualidade como o aumento progressivo de profissionais Enfermeiros, contudo tais problemas já foram constatados anteriormente na literatura, conforme destacado por Almeida (1986) ao descrever que na década de 1980 havia grande número de profissionais de Enfermagem que ultrapassavam a demanda do mercado de trabalho. Na época foi destacado pelo autor o excesso de profissionais que se concentrava na categoria de nível Médio e Fundamental. No entanto, na atualidade, a Enfermagem apresenta sobrecarga de profissionais na categoria de trabalhadores de nível superior, havendo desemprego e baixos salários para essa população.

Para Silva, Silva e Ravalia (2009, p. 40), é preciso que os gestores da educação em Enfermagem discutam adequações relacionadas à multiplicação dos cursos de graduação em todo o país, haja vista que “[...] o número de Enfermeiros formados a cada semestre tem crescido muito e é preciso que a qualidade da formação destes profissionais seja ampliada através da reflexão de seus formadores”.

Silva, Silva e Ravalia (2009, p. 38) descrevem que, a “[...] educação em Enfermagem tem sentido a necessidade de mudanças, visto que o aluno na atualidade participa como sujeito na construção de conhecimentos e não mais como somente espectador”.

Os autores destacam que, as modificações necessárias para graduação devam partir de iniciativas do corpo docente, por meio de discussões as quais definam que o aluno é o sujeito. Já os discentes devem buscar, na universidade, meios disponíveis para a concretização do conhecimento e sua formação.

Lopes Neto (2007) consideram que a formação do profissional Enfermeiro enfrentará constantes mudanças estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares do curso, assim como pelo sistema público de saúde vigente, o qual considera importante o trabalho multidisciplinar, que objetiva a integração do ensino com os serviços e aperfeiçoamento da aplicação integral à saúde da população.

A Enfermagem tem como apoio, os órgãos da classe que favorecem o aprimoramento da profissão, por meio de fiscalização. Essa inspeção encontra-se respaldada pela Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, que criou o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)⁵, e, posteriormente, instituiu os Conselhos Regionais de Enfermagem (Corens). Atualmente, todas as categorias são obrigadas a filiar-se ao Coren de seu respectivo Estado e ao Cofen, para que a profissão possa ser exercida legalmente (FREITAS, 2007).

O Cofen, por meio da Lei nº7.498/86, dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e as atribuições das três classes atualmente existentes. Segundo o Cofen, é considerado Enfermeiro o profissional de Enfermagem com nível de graduação e é atribuído a ele como exercício:

Art. 11. O Enfermeiro exerce todas as atividades de Enfermagem, cabendo-lhe: I - privativamente:

Direção do órgão de Enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de Enfermagem; organização e direção dos serviços de Enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços; planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de Enfermagem; consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Enfermagem consulta de Enfermagem; prescrição da assistência de Enfermagem; cuidados diretos de Enfermagem a pacientes graves com risco de vida; cuidados de Enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas; como integrante da equipe de saúde: participação no planejamento, execução e avaliação da programação de saúde; participação na elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde; prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde; participação em projetos de construção ou reforma de unidades de internação; prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar e de doenças transmissíveis em geral; prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados à clientela durante a assistência de Enfermagem; assistência de Enfermagem à gestante, parturiente e puérpera acompanhamento da evolução e do trabalho de parto; execução do parto sem distocia; educação visando à melhoria de saúde da população. Parágrafo único; assistência à parturiente e ao parto normal; identificação das distocias obstétricas e tomada de providências até a chegada do médico; realização de episiotomia e episiorrafia e aplicação de anestesia local, quando necessária (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 1986).

⁵ O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e os seus respectivos Conselhos Regionais (Corens) foram criados em 12 de julho de 1973, por meio da Lei 5.905. Juntos, eles formam o Sistema Cofen/Corens. Estão subordinados ao Conselho Federal todos os 27 conselhos regionais localizados em cada Estado brasileiro (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 1986).

O Técnico de Enfermagem é o profissional que exerce atividades de nível médio sendo de sua atribuição:

Participar da programação da assistência de Enfermagem; Executar ações assistenciais de Enfermagem, exceto as privativas do Enfermeiro, observado o disposto no Parágrafo único do Art. 11 desta Lei; Participar da orientação e supervisão do trabalho de Enfermagem em grau auxiliar; Participar da equipe de saúde (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2011).

Para o Auxiliar de Enfermagem são atribuídas atividades de nível médio pelo Conselho:

Observar, reconhecer e descrever sinais e sintomas; Executar ações de tratamento simples; Prestar cuidados de higiene e conforto ao paciente; Participar da equipe de saúde (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2011).

Conforme descrito anteriormente, percebe-se que a diferença do Enfermeiro das demais categorias, sem dúvida é a abordagem científica adotada por este profissional, desde a graduação, o que lhe confere autonomia e hierarquia na profissão. Neste contexto, as intervenções de auxiliares e técnicos de Enfermagem devem ser realizadas sob a supervisão de um Enfermeiro, contudo a absorção de Enfermeiros no mercado de trabalho ainda é pequena, pois, segundo um estudo quantitativo de Antunes e Costa (2003), foi constatado, déficit entre Enfermeiros contratados e a necessidade do serviço em um hospital universitário, a pesquisa dos autores foi baseada nas recomendações da Resolução Cofen nº189/96, que “Normatiza em âmbito Nacional a obrigatoriedade de haver Enfermeiro em todas as unidades de serviço onde são desenvolvidas ações de Enfermagem durante todo o período de funcionamento da instituição de saúde” (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 1996, p. 1). Esse estudo confirma o que se vê na prática da Enfermagem atualmente, permanecendo os auxiliares de Enfermagem como a maioria dos contratados nos serviços de saúde.

Todas as categorias de Enfermagem recebem, após sua inscrição no Conselho Regional, uma carteira profissional de identidade para o reconhecimento das respectivas categorias. Esse documento pode ser utilizado como identidade pessoal.

Além das atribuições citadas, cabe ao Cofen elaborar normas para o funcionamento dos Corens, promover estudos para o aperfeiçoamento da Enfermagem, elaborar resoluções, aprovar propostas orçamentárias dos Corens, baixar e expedir instruções para o bom funcionamento do Coren, entre outros. Neste contexto, os Corens ficam subordinados ao Cofen.

Sabemos que os profissionais ingressantes no mercado de trabalho podem atuar em áreas como a docência, assistência direta à população de forma individual e coletiva, gestão dos serviços de saúde hospitalar e extra-hospitalar e na assistência, sendo, portanto, necessário que o ingressante tenha a formação adequada na graduação.

2.4. O Estágio na Graduação em Enfermagem

A Enfermagem, atualmente, apresenta forte relação com a educação. Neste sentido, é preciso considerar que as disciplinas na área de Enfermagem em nível de Graduação, constituem-se em aulas de caráter teórico e prático, ou seja, de estágios, aulas práticas e ensino clínico.

Ito (2005) descreve que a prática do estágio de graduação em Enfermagem ocorre desde a fundação da primeira escola de Enfermagem, fundada no Brasil em 1923, no Departamento Nacional de Saúde. O autor afirma que, desde esta década, há preocupação com a prática na formação do profissional, sendo importante a integração entre a teoria e a prática em instituições de saúde. [...] algumas escolas e cursos de Enfermagem nas décadas de 1940 e 1950 ministravam o ensino de Enfermagem com ênfase apenas na prática, com base em estágios realizados nos hospitais. Era uma metodologia sem fundamentação teórica e muitas vezes sem exigir a devida comprovação de curso secundário para ingresso no curso de Enfermagem (MONTEIRO, 2009, p. 21).

Galleguillos e Oliveira (2001, p. 81) destacam que naquela época a “[...] prática nos campos de estágio eram quase que toda realizada em instituições hospitalares, à semelhança do que ocorre hoje na maioria das escolas de Enfermagem”.

Costa e Germano (2007, p. 709) relatam que “[...] o Estágio Curricular Supervisionado não era prática comum no ensino de Enfermagem em seus primórdios,

havendo apenas aula prática ou ensino clínico, que era desenvolvida concomitante ou após o conteúdo teórico de cada disciplina do curso”.

Em meados do século XX, as Enfermeiras e estudantes da Escola Anna Nery prestavam serviços nos hospitais onde ocorria o ensino prático, entretanto, essas profissionais atuavam como docentes em campo de estágio, e eram responsáveis pela Assistência de Enfermagem direta aos doentes. O trabalho de Enfermagem dos hospitais era realizado por Enfermeiras, que atuavam como professoras, diante deste fato os hospitais tinham como força de trabalho os alunos para a Assistência de Enfermagem (FRANÇA; BARREIRA, 2004).

Monteiro (2009, p. 16) confirma que as instituições de saúde tinham como trabalhadores de Enfermagem, futuras Enfermeiras, sendo que “[...] as alunas deveriam prestar oito horas de serviço diário em hospital. Com isso, teriam direito a dois meios dias de descanso semanal e quinze dias de férias anuais”.

Costa e Germano (2007) ressaltam que, por meio do Parecer nº 272/62, o currículo mínimo do Curso de Enfermagem estabeleceu a redução das aulas práticas para 20h semanais, e que por essa mudança as instituições de ensino deixaram de assumir a assistência hospitalar de Enfermagem nas instituições de saúde e passaram a ser exclusivas para o ensino prático, portanto, nessa ocasião, os discentes deixaram de fazer parte do trabalho precário como ocorria anteriormente.

Posteriormente, no ano de 1977, com o intuito de cessar a atividade de estágio como trabalho de baixo custo, foi publicada a Lei 6494/77 que regulamentava o estágio curricular dos estudantes de nível superiores, que, segundo Marran e Lima (2010, p. 2), “[...] favoreceu o ensino de Enfermagem, ao coibir o que acontecia em sua origem, quando as estudantes eram a força de trabalho dos hospitais de ensino”. Essa Lei define o estágio curricular como:

[...] as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizada na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino (BRASIL, 1977, p. 2).

Posteriormente, com a sucessão do novo currículo de Enfermagem, estabelecido em 1972, foi instituído no Curso de Graduação em Enfermagem o Estágio Curricular Supervisionado, que tinha como característica a sua aplicação juntamente com a disciplina

de Administração em Enfermagem, realizada nos dois últimos semestres do ano letivo (COSTA; GERMANO, 2007).

No ano de 1988, foi aprovada a Constituição Federal que deu origem ao Sistema Único de Saúde (SUS). Com o novo cenário de assistência à saúde, os profissionais de Enfermagem sentiram a necessidade de enfrentar o desafio do preparo dos profissionais da classe para atuarem no novo sistema de saúde (COSTA; MIRANDA, 2009).

Em setembro de 2008, por meio da aprovação da nova Lei de Estágio nº 11.788/2008, foi regularizada a situação do Estágio Curricular Supervisionado, sob aspectos legais, entretanto, os Cursos de Graduação podem estar em fase de reformulação e adaptação em seus currículos quanto à essa modalidade de ensino, haja vista que essa lei é considerada recente em nosso meio.

No que se refere à definição de estágio, Ito (2005), em sua pesquisa denominada “O Estágio Curricular segundo a percepção dos Enfermeiros assistenciais de um Hospital de ensino”, localizou inúmeras denominações dessa terminologia tais como: Estágio Curricular Supervisionado, estágio curricular, estágio pré-profissional, (todos relacionados ao Estágio Curricular Supervisionado), todavia, serão definidos conforme revisão de literatura os conceitos dessa nomenclatura, assim como a aula prática, com o objetivo de esclarecer os diferentes conceitos.

Para Silva, Silva e Ravalía (2009), o Estágio Curricular Supervisionado é caracterizado como uma modalidade de ensino cujo objetivo é proporcionar ao acadêmico de Enfermagem do último ano uma visão panorâmica de sua profissão. Neste contexto, podem surgir algumas dificuldades que não são exclusivas dos alunos, mas também dos professores que atuam com o grupo. Discussões sobre essa temática são necessárias no âmbito da educação em Enfermagem, isto porque os cursos de bacharelado em Enfermagem têm se multiplicado no Brasil, surgindo então a necessidade da busca na qualidade da formação destes profissionais por meio da reflexão de seus formadores, pois novos Enfermeiros serão diretamente novos educadores.

Silva, Silva e Ravalía (2009) apontam de forma sucinta algumas das atividades realizadas pelos discentes e docentes no Estágio Curricular Supervisionado:

Dentre as inúmeras atividades desenvolvidas, pode se citar algumas que fazem parte do cotidiano do acadêmico no estágio: reconhecimento da planta física de um estabelecimento de saúde; conhecimento da organização da equipe de saúde; contato com profissionais que já atuam, de nível médio e superior; exercitar o trabalho em equipe; realizar

abordagem a clientes hospitalizados ou em regime ambulatorial; desenvolver técnicas específicas da Enfermagem; planejar e organizar suas ações; coletar dados para o desenvolvimento de estudos de casos; utilizar o campo de estágio como laboratório (sem colocar o cliente em risco); e ainda, cuidar, do ambiente, do seu grupo e finalmente de seu cliente (SILVA; SILVA; RAVALLIA, 2009, p. 39).

Os autores ressaltam que essa modalidade de estágio é realizada em vários setores do hospital, como pronto-socorros, maternidades, clínica médica, pediatria, entre outros, e acrescentam que são utilizados os postos de saúde como campo de atuação para o ensino. Contudo, segundo o Pró-Saúde, o ambiente, atualmente, é visto como estratégia para a concretização do ensino e da assistência são as Unidades Básicas de Saúde e o Programa Saúde da Família. Estes cenários proporcionam ao graduando a oportunidade de desenvolverem-se com um perfil generalista, para atuar na promoção da saúde e na prevenção de doenças.

Silva e Silva (2004) afirmam que os estágios descritos nos currículos dos cursos de Graduação em Enfermagem, exceto o estágio supervisionado, referem-se, na verdade ao ensino clínico ou aula prática que comumente ficou conhecido como estágio. Marran e Lima (2010, p. 1) destacam que parece “[...] ser comum na Enfermagem a utilização do termo estágio como sinônimo de aula prática”. Para os autores, este fato ocorre pelo Estágio Curricular Supervisionado ser realizado nos dois últimos semestres letivos. Os autores ressaltam que mesmo com as “[...] interpretações dicotômicas na academia e nas instituições de saúde, existe clareza a cerca do âmbito tempo e espaço para apropriação integral das duas categorias” explicitadas na legislação nacional referente ao estágio (MARRAN; LIMA, 2010, p. 1).

Portanto, o termo estágio deve ser compreendido por alunos e professores, visto que cada etapa da graduação corresponde a uma modalidade de estágio e que grande parte das disciplinas requer o ensino prático em forma de práticas de laboratório, práticas nos campos de estágios ou estágio propriamente dito. Além disso, cada disciplina ensinada na prática exige um docente preparado, pois muitas matérias estão relacionadas com setores diferentes, o que exige do professor familiaridade prévia com o ambiente, rotinas e peculiaridades de cada setor.

Ito (2005) afirma que o aluno de graduação em Enfermagem deve ter como requisito, para realizar o Estágio Curricular Supervisionado, a aprovação de todo o conteúdo teórico e prático fornecido nas disciplinas anteriores, entretanto, este estágio não

substitui outros estágios particulares de cada disciplina, e considera este como atividade integrante do currículo cujo objetivo é praticar conteúdos teóricos ministrados anteriormente em sala de aula.

Todavia, percebe-se a importância das disciplinas teóricas e práticas ministradas anteriormente à realização do estágio do último ano; do mesmo modo, deve-se considerar que no último ano o estágio não é realizado sob a supervisão direta do docente. Esse método por ser característica do estágio supervisionado exige como pré-requisito o conhecimento de todas as disciplinas relacionadas aos cuidados de Enfermagem, para que professores e alunos atuem com segurança na promoção da saúde.

Para Alarcão e Rua (2005), os estágios particulares de cada disciplina são definidos como estágio clínico e aula prática, sendo a ocasião de observação e intervenção no serviço de saúde com o objetivo de desenvolver capacidades, atitudes e competências.

Na modalidade de ensino citada anteriormente, o aluno desenvolve as competências descritas pelas Diretrizes Curriculares de 2001, que envolvem diversas disciplinas, sendo que as ensinadas no primeiro ano servem de pré-requisito para o segundo ano e assim sucessivamente. Neste contexto, na elaboração do PPP dos cursos, os docentes devem atentar-se para as peculiaridades de cada disciplina, com o intuito de melhor atender à sistematização na formação dos futuros Enfermeiros.

Ito (2005, p. 7) menciona que essa última modalidade de ensino citada anteriormente é definida como complementos práticos da teoria e são muitas vezes apontados como “aula prática” ou “ensino clínico”. Este método de ensino permite a aplicação de cuidados de Enfermagem ao paciente em campo de estágio, sendo que por essa prática, o aluno desenvolve raciocínio crítico para a prática da promoção da saúde por meio de intervenções sistematizadas de Enfermagem. Contudo, para que a aprendizagem se concretize, é necessária a qualificação do profissional que irá supervisionar e orientar o estágio de práticas clínicas.

Silva e Silva (2004) descrevem que o ensino clínico é realizado em diferentes ambientes que funcionam como recinto para a formação, onde cada lugar remete formas de aprendizagem diferenciadas. Desta forma, o que o aluno aprende nos hospitais difere dos ensinamentos realizados na rede básica, visto que cada um tem objetivos e particularidades próprias. Além disso, os setores hospitalares são diferentes e, por conseguinte, o que se aprende é diferente em cada setor, a exemplo das especificidades que se aprende no setor de pronto-socorro e no setor maternidade.

Portanto, os estágios de cada disciplina ocorrem em setores específicos, ou seja, na disciplina de alta complexidade os estágios são realizados nos pronto-socorros e unidades de terapia intensiva; no caso da disciplina de saúde da criança, os estágios ocorrem na Pediatria e assim respectivamente, portanto difere do Estágio Curricular Supervisionado, cujo foco, é a Administração em Enfermagem em setores diversos. Os estágios clínicos também devem ser realizados em escolas e em educação infantil (FERNANDES et al., 2005). Neste contexto, os estágios têm como finalidade a prática da educação em saúde, e como objetivo, ensinar aos alunos métodos preventivos para que o indivíduo não adoça.

Carvalho et al. (1999) ressaltam que o ensino clínico é desempenhado em laboratórios e em instituições de saúde. Esta constatação é confirmada por Marran e Lima (2010) ao analisarem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Graduação em Enfermagem, os autores observaram que a aula prática tem por finalidade proporcionar ao estudante a oportunidade de realizar a prática de um determinado conteúdo específico que foi ensinado pelos estudos teóricos na sala de aula, o que consiste em levar os discentes até as instituições de saúde com acompanhamento constante pelo docente, para que o aluno aprenda a realizar procedimentos, técnicas, habilidades clínicas e atue com segurança em casos reais de estudos vistos somente na teoria.

Silva et al. (2010) acrescentam que a articulação entre a teoria e os estágios de Enfermagem possibilitam ao ensino meios pedagógicos que vão além das universidades, ou seja, os estágios ao serem realizados fora das universidades fornecem um novo ambiente para o ensino prático e aproxima o aluno no espaço entre o ensino e o recinto de trabalho, possibilitando maior oportunidade de aquisição de conhecimento pelo alunos de graduação.

Dessa forma, os autores enfatizam que o docente de estágio deve se familiarizar com a:

Utilização das estratégias pedagógicas que possibilitem, aos futuros egressos, compreenderem e re-compreenderem os determinantes da saúde, transformarem saberes e práticas em relação à atenção à saúde da população, articularem conhecimentos profissionais com os saberes e práticas envolvidos em saúde, perceberem a complexidade de suas práticas e de, efetivamente, desenvolverem formas de pensar e agir, reinventando modos de lidar com a realidade de saúde (SILVA et al., 2010, p. 182).

O estágio atualmente é regulamentado pela Lei nº11788/2008. Esse documento apresenta o objetivo do Estágio Curricular Supervisionado e define esta modalidade de ensino como sendo a preparação para o trabalho bem sucedido dos acadêmicos, tendo em vista o aprendizado de capacidades próprias da atividade de cada profissão, devendo, portanto, fazer parte do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, e deixa claro a importância da supervisão de estágio, tanto pelo docente quanto pelo profissional da organização concedente. Em relação ao estágio curricular, segundo a Lei, caracteriza-se como estágio obrigatório sendo aquele cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

É preciso considerar que, segundo o Conselho Federal de Enfermagem, o acompanhamento de estágio na área de Enfermagem deve ser realizado exclusivamente por docentes Enfermeiros de nível superior.

Nas instituições de saúde, o Enfermeiro professor tem a função de ensinar aos alunos como se processam as ações de Enfermagem na prática, concretizando-se por meio de aulas teóricas e práticas. Essa última, além de ser ministrada excepcionalmente por Enfermeiros inseridos na área da docência, tem como característica a realização de estudo em situações reais de atendimento à saúde em hospitais e unidades de saúde, escolas e asilos.

Neste contexto, não podemos deixar de apontar a fala de Quiroga (2010) sobre algumas situações a qual os docentes de Enfermagem que atuam em estágio podem estar submetidos:

O professor ensina o aluno diante de um cadáver exalando formol, de uma criança fragilizada pela doença nos braços de sua mãe, de uma gestante ansiosa em trabalho de parto, de um paciente transpirando e gemendo de dor vítima de um infarto do miocárdio, de um paciente sonolento e vulnerável em pós operatório de uma cirurgia de grande porte, de um paciente em estado grave, de uma adolescente de 13 anos grávida; e seriam necessárias muitas páginas para descrever todos os contextos nos quais se processa o ensino e a aprendizagem em Enfermagem (QUIROGA, 2010, p. 11).

Com as considerações da autora supracitada, consideramos que o profissional que atuará em ensino clínico deve ser preparado anteriormente para essa prática, porém Ferreira Júnior (2008) menciona que a formação atual dos Enfermeiros, em moldes de

bacharelado, tem por finalidade o preparo para atuação específica na saúde, não havendo relação com a prática da docência.

Galleguillo e Oliveira (2001) mencionam que em 1994 o Conselho Federal de Educação, por meio do Parecer n. 314/94, realizou mudanças no Currículo Mínimo de Enfermagem baseado nas Diretrizes do Curso de Enfermagem vigente na época, em que foram modificadas na carga horária mínima do curso passando a ser composta de 3.550h, sendo que 500h foram reservadas para o estágio curricular, não sendo permitida sua realização em menos de dois semestres e sem a supervisão do docente de Enfermagem. Contudo, tais modificações contemplavam a atuação dos Enfermeiros das instituições promotoras do estágio junto ao ensino por meio da integração docente e Enfermeiro assistencial. Essa integração, segundo o autor, abriu brechas para a supervisão de estágio a distância.

Essa mudança do currículo ocorrida no ano de 1994 veio a caracterizar o estágio supervisionado, que é realizado no 8º semestre do Curso de Graduação em Enfermagem, sob supervisão direta do Enfermeiro da instituição e supervisão indireta do professor Enfermeiro por meio de visitas e reuniões no campo de estágio com os discentes.

Costa e Germano (2007) observaram forte relação entre a prática da disciplina de Administração em Enfermagem e o atual estágio supervisionado, e destacam que o Estágio Curricular Supervisionado foi concretizado em 1972 por meio do aumento da carga horária do Curso de Graduação em Enfermagem. Os autores descrevem, que em 1994, pela reformulação do novo currículo de Enfermagem que direcionava para a construção do aprimoramento sanitário do Sistema Único de Saúde, os estágios passaram a ter como ambiente para sua realização a rede básica de saúde (Postos de Saúde) além dos hospitais, contudo:

[...] a materialização deste ideal não tem ocorrido sem atropelos, pois antigos e novos problemas somam-se, como a desarticulação entre ensino-serviço e docente/assistencial, dificuldades na relação público/privado, problemas com a legislação profissional que interfere na preceptoria, escassez e superlotação dos campos de estágio, algo que tende a ser intensificado com a expansão do ensino na esfera privada, dentre outros problemas. Esta realidade indica a necessidade de reflexão acerca do Estágio Curricular Supervisionado quanto aos aspectos didático/pedagógico, estrutural e legal, no intuito de construir uma política de Estágio, pactuada entre ensino serviço e gestão do sistema de saúde, que possa reger esta atividade acadêmica dentro de sua especificidade (COSTA; GERMANO, 2007, p. 709).

O autor citado anteriormente ressalta ainda que a reformulação do estágio supervisionado trazia como objetivo preparar os profissionais de Enfermagem para atuarem conforme os princípios do SUS, esses princípios referem-se à universalidade, equidade, integralidade, descentralização, resolutividade, regionalização, hierarquização e a participação popular. Esses são itens norteadores para a garantia de acesso à saúde pela população, e são descritos nas Diretrizes, Legislações e Portarias do Ministério da Saúde, as quais devem ser colocadas em prática pelos profissionais da saúde e pela população.

A universalidade pode ser definida como o direito de acesso ao sistema de saúde a todas as pessoas, considerando as especificidades de saúde de cada um, portanto considera que cada indivíduo pode ter necessidades diferentes em relação à manutenção da saúde. Tais diferenças são expressas em hábitos, regiões, poder aquisitivo, entre outros. Neste sentido, a universalidade do SUS ocorre por meio de projetos para grupos de pessoas, reestruturação das redes básicas de saúde, acesso a serviços terciários por meio de regulação de vagas, consórcios entre os municípios e a capacitação dos profissionais de saúde (BRASIL, 2000).

A equidade descrita nas legislações tem por finalidade proporcionar a igualdade de oportunidade a todos na utilização do SUS, que ocorre por meio de distribuição igualitária por ações e serviços de saúde. A integralidade é a garantia de acesso total a métodos preventivos, curativos, individuais e coletivos em todos os níveis da atenção à saúde, a mesma envolve ações de promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 2000).

Para o autor citado anteriormente, a descentralização refere-se ao redirecionamento de políticas administrativas com uma única esfera de governo por meio de serviços a serem prestados pelos municípios. Este sistema proporciona autonomia para os municípios, contudo ocorre a distribuição de serviços para cada nível de governo com ênfase na atuação dos municípios, considerando que esses permanecem mais próximos da realidade de saúde. Já a resolutividade é a capacidade de solucionar problemas do usuário do serviço de saúde de forma adequada, no local mais próximo de sua residência ou encaminhando-o onde suas necessidades possam ser atendidas conforme o nível de complexidade, A resolutividade ocorre por meio de acesso a todas as ações de saúde, primários, secundários ou terciários, portanto são serviços prestados em Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, bem como serviços especializados em saúde pelos encaminhamentos.

Para Brasil (2002), a assistência primária é definida como métodos preventivos de fatores de risco, que tem como eixo norteador a realização de campanhas educativas, planejamentos de ações de saúde realizadas nos postos de saúde e nos domicílios.

A atenção secundária relaciona-se com recursos tecnológicos de apoio a diagnósticos e terapias, prevenindo agravos em doenças já instaladas, portanto, é um método mais complexo e de alto custo, este se refere aos serviços de urgências em hospitais de médio porte e clínicas (FONSECA et al., 2008).

A atenção terciária tem como finalidade evitar mortes precoces, assim como realizar a reabilitação de indivíduos acometidos por doenças que causaram sequelas, tem como características as especialidades. Portanto, ocorre em hospitais com condições físicas e materiais para tratamento de alta complexidade (NETO et al., 2008).

A regionalização é a integração de ações de saúde, evitando a dissipação dos sistemas locais de saúde. Já a hierarquização é a forma como ocorre o processo de regionalização, tendo por finalidade promover a igualdade na aquisição de recursos para a saúde para todos os municípios (BRASIL, 2000).

Participação popular é a ação da sociedade na busca da efetividade das políticas públicas de saúde por meio do controle social, na atuação da população junto à tomada de decisões em relação às aplicações políticas em saúde de forma democrática. A participação popular é garantida pela Lei nº8.142/90, que esclarece a função da sociedade na administração das políticas de saúde. Entre as ações exercidas pela sociedade está o planejamento, execução e fiscalização dos serviços de saúde, cujas ações ocorrem por meio de Conferências e Conselhos Municipais, Estaduais e Federais de Saúde, o que permite o direcionamento das ações para a resolução de problemas locais (NUNES et al., 2009).

Após esclarecimento sobre os princípios do SUS, é preciso considerar que tais aberturas devem estar presentes na atuação do serviço de saúde, no local em que os discentes realizam o estágio ou aula prática. Deste modo, o estágio reserva grande complexidade em se tratando de promoção de saúde, o que pode refletir de forma positiva ou negativa no processo de ensino durante o estágio.

Sobretudo, é preciso considerar as observações de Silva, Silva e Ravalia (2009, p. 39). Os autores descrevem que, durante os estágios em geral, os alunos passam por períodos difíceis, marcados por modificações em seus pensamentos e atitudes, que podem estar relacionados com a adaptação a uma nova realidade de vida, encontradas no ambiente de estágio, além da adequação de uma nova modalidade de aprendizagem, neste contexto a

emoção e as novas experiências com a realidade do sistema de saúde podem despertar sentimentos como “[...] medo, ansiedade, piedade, necessidade de paciência e empatia”. Diante desse evento, o professor deverá se adequar com cada grupo em campo de estágio, podendo ter problemas em relação ao aluno professor advindas do novo ambiente a qual o aluno deverá se inserir e se ajustar.

Casate e Corrêa (2006) acrescentam que o aluno, ao iniciar os estágios no Serviço Público de Saúde, pode sofrer impacto emocional ao se deparar com situações de pobreza e condições inadequadas de vida por parte da população. Esses aspectos, de certa forma, contrariam a realidade do aluno, podendo ser fonte de sofrimentos, fragilidades e vulnerabilidades.

Tais conflitos vividos pelos alunos em campo de estágio podem estar relacionados às políticas do sistema de saúde, o qual é descrito nas diretrizes de uma forma e praticada de outra, pois segundo Nunes et al. (2009, p. 7) “[...] existe um hiato entre o que prevê a legislação e a prática efetiva do controle social em saúde [...]”, o que pode dificultar a interação entre a universidade e o serviço realizado no SUS, haja vista que, pode não ficar claro para alunos e professores as ações efetivas do SUS, especialmente no que se refere as ações de prevenção e promoção da saúde realizada pela atenção primária, que por sua vez ainda assume em muitos casos o caráter curativo que deveria ser realizado pela atenção secundária e terciária pois, segundo Nunes et al. (2009, p. 7) “[...] a cogestão de usuários e trabalhadores em saúde, prevista em lei, visando o vínculo entre as partes envolvidas no processo saúde-doença, não tem sido efetivada no sentido de favorecer a melhoria na qualidade da assistência prestada”.

Contudo, outras situações podem causar ansiedade e impacto nos alunos, tais como a visualização de um paciente acidentado com deformações anatômicas causadas por traumas, pacientes graves internados na Unidade de Terapia Intensiva e até mesmo o contato com a morte, que muitas vezes é presenciado em campo de estágio por alunos e professores.

Casate e Corrêa (2006) relatam que os alunos, durante os estágios ao se depararem com situações diferenciadas de sua realidade, contam com o apoio e a compreensão por parte do docente, além do mais o autor destaca que muitas vezes os discentes enxergam o professor como um profissional exemplar a ser seguido durante sua carreira profissional.

No que se refere às instituições concedentes do estágio, os serviços de saúde são considerados excelente local dotado de recursos para o ensino em Enfermagem, pois

nessas unidades, os discentes têm acesso a informações que muitas vezes não são encontradas nas literaturas (SILVA; SILVA, 2004).

As instituições promotoras do estágio exercem papel fundamental no ensino em saúde. Contudo, a equipe de saúde dessas instituições pode sentir-se desconfortável ao perceber seu espaço de trabalho preenchido com a presença de alunos e professores assumindo a função de ensino e aprendizagem, visto que a atuação dos discentes e docentes pode ocasionar conflitos em relação ao cuidado de Enfermagem ensinado pelos docentes e ao cuidado prestado pela equipe de saúde. Neste contexto, os alunos podem compreender que nem sempre o que lhes é ensinado na teoria, realmente acontece na realidade de um serviço de saúde. Portanto, o estágio não se caracteriza como um ato simples que se processa sem problemas, pois o mesmo tem suas peculiaridades relacionadas ao atual sistema de saúde, o que reflete nos alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem (SILVA; SILVA; RAVALIA, 2009). Os autores ressaltam, ainda, que o estágio oferece desafios que “[...] não são exclusivas dos alunos, pois os professores têm expectativas em relação ao grupo, e às demandas geradas a partir de responsabilidades advindas da instituição hospitalar” (SILVA; SILVA; RAVALIA, 2009, p. 39).

Na atualidade, as orientações para o ensino de Graduação em Enfermagem, referentes ao âmbito da prática e do estágio supervisionado estão redigidas nas Diretrizes Curriculares de 2001 do Curso de Enfermagem. Esta lei tem por finalidade oferecer subsídios para a formação do Enfermeiro com o intuito de garantir aos alunos o acesso ao ensino, pesquisa e extensão, direcionado na formação do profissional generalista, crítico e com aptidão para atuar em todas as dimensões do cuidado como promotor da saúde. No entanto, compete às Universidades adaptarem seus projetos pedagógicos para esse fim, sendo essa responsabilidade dos docentes do ensino superior (BRASIL, 2001b).

Os cursos de graduação em Enfermagem estão em fase de ajustes em seus currículos, pautados na Diretriz de 2001, com vista em realizar modificações em sua formação, tendo como desafio ultrapassar os padrões e crenças já estabelecidos ao curso no decorrer dos anos (SILVA et al., 2010).

Para Fernandes et al. (2008):

As DCENF vêm exigindo uma educação mais flexível, crítica, reflexiva, versátil, constante e que busque respostas aos desafios da atenção à saúde da população. Elas indicam, pois, a necessidade da formação de um

profissional capacitado para atuar com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano, fundamentado nos princípios da Reforma Sanitária Brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS) (FERNANDES et al., 2008, p. 397).

Fernandes et al. (2005) observaram que recentemente os Cursos de Graduação em Enfermagem têm se deparado com problemas na adaptação das propostas prescritas nas Diretrizes em relação à formação dos Enfermeiros; essas dificuldades são referentes a mudanças relacionadas aos conteúdos essenciais das Diretrizes, entre elas conteúdos práticos, estágios e ao esclarecimento dos aspectos gerais que norteiam a formação do profissional.

Após a apresentação do histórico da formação do Enfermeiro e questões relacionadas às práticas, bem como o Estágio Curricular Supervisionado, constatamos que a História da Enfermagem foi marcada por constantes “desafios”, desde o início do século XX com a implantação da Enfermagem moderna. Após este marco, percebe-se que a classe está em busca constante por melhorias em seu processo de trabalho por meio de reivindicações e reflexões, com apoio em leis e entidades da classe, com o objetivo de construir uma Enfermagem com moldes científicos e tecnológicos de acordo com a modernização e a globalização. Todavia, em sua trajetória procurou construir uma Enfermagem capaz de fortalecer o reconhecimento da profissão na área da Saúde, o que ainda é um desafio que será enfrentado pelos alunos egressos no mercado de trabalho.

Tais mudanças dependem de ações políticas realizadas na área da saúde, visto que as universidades tendem a preparar os alunos para atuarem junto ao SUS, pois é o que se espera para a efetivação da prevenção de doenças e promoção da saúde. Portanto, um grande aliado a essa efetivação a ser considerado são os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação em Enfermagem, visto que esse documento direcionará internamente e de forma regional e local as ações de saúde da população ao que se refere a intervenções de Enfermagem.

Vale destacar que inserido no PPP, está o estágio e o ensino prático, ensino este que coloca o aluno diretamente para atuar no sistema de saúde; daí a importância da clareza desta modalidade de ensino em tal documento, pois por meio deste o ensino será direcionado para o que se acredita ser a solução para a efetivação da promoção da saúde e prevenção de doenças da população em geral, sendo, portanto, de suma importância e responsabilidade o ensino prático para a efetivação, melhoria e evolução do sistema único de saúde.

Observamos nesta seção que desde a década de 1920, as aulas práticas foram ministradas, e a partir da década de 1970 foi ministrado o Estágio Curricular Supervisionado. Tal constatação deixa claro que o ensino prático contribui significativamente para o ensino e a aprendizagem na área da Enfermagem. Houve época em que os hospitais utilizavam os estágios como força de trabalho, porém em meio a mudanças, organização e a inserção da Lei de estágio nº11.788 de 25 de setembro de 2008, ocorreram desenvolvimentos satisfatórios, contudo as Diretrizes e a lei de estágio são consideradas recentes, representando um desafio para professores e instituições acadêmicas. Este fato nos reporta até as Diretrizes Curriculares de Enfermagem de 2001 com o intuito de compreender quais são as prescrições atuais para o ensino no âmbito das práticas e o Estágio Curricular Supervisionado.

3. APRESENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Nesta seção, serão apresentadas as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem (DCEn), em vigor desde o ano de 2001 até os dias atuais. A apresentação deste documento tem por objetivo identificar, em suas prescrições, de que forma essa lei responde e orienta os desafios para a graduação do Enfermeiro no âmbito da formação prática do estágio clínico e do estágio supervisionado. Apesar de as diretrizes serem apresentadas neste estudo de forma integral, será dado ênfase nas orientações curriculares referentes às práticas, ao ensino clínico e Estágio Curricular Supervisionado.

As Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem foram instituídas pela Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001, por meio do Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Superior. A criação do documento teve como embasamento o “Art. 9º, do § 2º, Alínea “c”, da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995”, além do “Parecer CNE/CES 1.133, de 7 de agosto de 2001, sendo, portanto “[...] peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes” (BRASIL, 2001b).

O artigo 9º da Lei nº 9.131 (BRASIL, 1995, p. 1) serviu de base para a instituição das Diretrizes Curriculares de Enfermagem e determina que as “[...] câmaras emitirão pareceres e decidirão, privativa e autonomamente, os assuntos a elas pertinentes [...]”, e declara no inciso 2º, que “São atribuições da Câmara de Educação Superior” na Alínea c, a função de “[...] deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os Cursos de Graduação”. Além desses apontamentos, vale ressaltar que a referida lei altera os dispostos da Lei anterior nº 4.024 de dezembro de 1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional na década de 1960 (BRASIL, 2001b).

O Conselho Nacional de Educação teve participação fundamental para que as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem se estabelecessem, o apoio ocorreu por meio de trâmites legais conforme destacado por Brasil (2001b, p. 1) ao esclarecer que a “[...] Comissão da CES/CNE analisou as propostas das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação da área de Saúde elaboradas pelas Comissões de Especialistas de Ensino e encaminhadas pela SESu/MEC ao CNE”. As propostas englobaram os Cursos de

Enfermagem, Medicina e Nutrição, logo após esse percurso, o parecer foi publicado no Diário Oficial na data de 03/10/2001.

As sugestões referentes às Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem embasaram-se nas seguintes documentações:

a). Constituição Federal de 1988, documento elaborado com o objetivo de garantir e proporcionar “[...] o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, desenvolvimento, igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 1988, p. 1).

b). Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde nº 8.080 de 19/9/1990, legislação que tem como premissa garantir o acesso à saúde de forma igualitária e integral a toda população. Neste contexto a lei “[...] regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado” (BRASIL, 1990, p. 1).

c). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 20/12/1996, de grande repercussão na educação em Enfermagem na década de 1990, essa lei foi a responsável pela regulamentação do ensino em nível nacional, ao estabelecer “[...] as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1996, p. 1).

d). Lei nº 10.172 de 9/1/2001 que aprovou o Plano Nacional de Educação com duração de dez anos consecutivos (BRASIL, 2001c).

e). Parecer CES/CNE 776/97 de 3/12/1997, o referido documento teve como objetivo estabelecer “[...] Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação”, incluindo o Curso de Enfermagem (BRASIL, 1997a, p. 1).

f). Edital da SESu/MEC Nº 4/97 de 10/12/1997, documento elaborado por meio da Secretaria da Educação Superior, considerado de grande importância para a educação em Enfermagem, teve como finalidade convocar “[...] as Instituições de Ensino Superior a apresentar propostas para as novas Diretrizes Curriculares dos cursos superiores”, as propostas foram elaboradas pelas “Comissões de Especialistas da Sesu/MEC” (BRASIL, 1997b, p. 1).

g). Parecer CES/CNE 583/2001 de 4/4/2001, que estabelece a “[...] Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação” (BRASIL, 2001a, p. 1).

h). Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, Unesco: Paris, 1998, a conferência objetivou “[...]”

colocar em movimento um processo de profunda reforma na educação superior mundial” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2011).

i). Relatório Final da 11ª Conferência Nacional de Saúde, realizada de 15 a 19/12/2000, a conferência teve como tema central: “[...] Efetivando o SUS – Acesso, Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde com Controle Social” (BRASIL, 2001, p. 1).

j). Plano Nacional de Graduação do ForGRAD de maio/1999, este discutiu o “[...] Plano Nacional de Graduação: Um projeto em construção”, discutiu os princípios fundamentais da Graduação, as Diretrizes e as metas para a Graduação em nível Nacional (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRA, 1999, p. 1).

Além dos documentos citados supracitado foram utilizados como base para a concretização das DCEn de 2001, “Documentos da OPAS, OMS e Rede UNIDA; Instrumentos legais que regulamentam o exercício das profissões da saúde”, porém as Diretrizes Curriculares de Enfermagem não esclarecem especificamente quais foram esses documentos (BRASIL, 2001b, p. 1).

O Conselho Nacional de Educação, depois de discutir e analisar a proposta das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem formatou o referido documento conforme normas do Parecer CES/CNE 583/2001, que estabelecem as devidas orientações das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação na área da saúde, a saber: “[...] Perfil do Formando Egresso/Profissional, Competências e Habilidades, Conteúdos Curriculares, Estágios e Atividades Complementares, Organização do Curso, Acompanhamento e Avaliação” (BRASIL, 2001b, p. 2).

A apresentação deste documento se dará por meio das descrições de cada uma das orientações citadas no parágrafo anterior, a partir da Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001 do artigo 1º:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, a serem observadas na organização curricular das Instituições do Sistema de Educação Superior do País (BRASIL, 2001b, p. 1, grifo do autor).

Neste artigo 1º encontra-se breve apresentação dos objetivos das Diretrizes Curriculares, ressaltando a importância da compreensão da mesma para que os currículos dos Cursos de Enfermagem sejam formulados a partir de suas orientações:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação em Enfermagem definem os princípios, fundamentos, condições e procedimentos da formação de enfermeiros, estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, para aplicação em âmbito nacional na organização, desenvolvimento e avaliação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação em Enfermagem das Instituições do Sistema de Ensino Superior (BRASIL, 2001b, p. 1, grifo do autor).

O parágrafo apresenta as instruções iniciais que proporcionam as bases legais a serem aplicadas na Graduação do Curso de Enfermagem em nível nacional, guiados por meio das Diretrizes, da formulação e adequação dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Enfermagem de nível superior (BRASIL, 2001b).

Fernandes et al. (2005) entendem que as Diretrizes Curriculares de Enfermagem de 2001 tem por objetivo direcionar a realização de mudanças na formação e atuação dos futuros profissionais de Enfermagem, tais alterações encontram-se embasadas em questões atuais que estão relacionadas ao ensino e aprendizagem em nível nacional e internacional, sendo o aluno visto como o indivíduo que irá mudar a realidade da sociedade.

3.1. O Perfil do Formando Egresso Para o Mercado de Trabalho

O perfil do formando de Enfermagem, egresso no mercado de trabalho, não foi o mesmo ao longo dos anos, as mudanças exigidas ao profissional sofreram reflexos das mudanças sociais que o país enfrentou em seu contexto histórico, o que gerou novas necessidades no mercado de trabalho do profissional da área de enfermagem.

Até os anos trinta do século XX o ensino em saúde pública, com ênfase preventiva esteve presente, objetivando o combate de endemias. Porém nas décadas 40 e 50, época de desenvolvimento da industrialização, urbanização, aumento de hospitais e políticas previdenciárias no Brasil este quadro foi alterado, pois buscava-se nestes períodos a assistência individual, com o intuito de manter a produção a “todo vapor”. Entre 1923 a 1972, o perfil do Enfermeiro era centrado na cura de doenças, o que ficou conhecido como modelo hospitalocêntrico de ensino, trazido dos Estados Unidos no início da Enfermagem moderna no Brasil. Esses visavam à cura de doenças não havendo relação com a prevenção. Neste mesmo período, por meio da criação do Departamento Nacional de

Saúde Pública, uma parcela dos profissionais voltava-se para o combate de endemias; nesse caso, o ensino era direcionado para a prevenção de doenças por meios de políticas sanitárias, como métodos de higiene. Em 1994, o currículo era direcionado para tratamentos complexos sendo que para a Saúde Pública eram enfatizados aspectos básicos desse conhecimento (COSTA, 1995; ALCÂNTARA, 1963 apud ANGERAMI; GOMES, 1996; LESSA, 2004; TAKAHASHI et al., 2005; OLIVEIRA; SOUSA, 2007).

Após a implantação da LDB de 1996, o foco de ensino para a formação de profissionais é direcionado para que estes possam mudar a realidade de saúde, por meio do fortalecimento do SUS baseado nos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. A partir desse momento histórico, com as novas legislações o modelo de ensino é influenciado pelo SUS com vistas a proporcionar o ensino direcionado para a prevenção da saúde conhecido como modelo preventivo. Para que essa estratégia pudesse ser aperfeiçoada o SUS implantou o Programa Saúde da Família como método de prevenção de doenças por meio da atenção primária. Outras situações são abordadas para o perfil epidemiológico preventivo com vistas a combater outras doenças como a dengue, cólera, doenças crônicas e mortalidade por acidentes classificados como causas externas (COSTA, 1995; ALCÂNTARA, 1963 apud ANGERAMI; GOMES, 1996; LESSA, 2004; TAKAHASHI et al., 2005; OLIVEIRA; SOUSA, 2007).

Atualmente, as prescrições dos futuros Enfermeiros apontam para a formação de profissionais generalistas, humanistas, críticos e reflexivos, com qualificação para o exercício da profissão, tendo a ciência e a ética como fator fundamental para esse processo, conforme destacado no artigo 3º das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem:

Art. 3º O Curso de Graduação em Enfermagem tem como perfil do formando egresso/profissional:

I - Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano; e

II - Enfermeiro com Licenciatura em Enfermagem capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem (BRASIL, 2001b, p. 1, grifo do autor).

Para Moser (2006), a formação generalista deve ser clara e de fácil entendimento por parte dos professores e alunos de uma universidade. O termo “[...] formação generalista” é entendido como a formação capaz de proporcionar ao Enfermeiro condições de atuação nos problemas de saúde de uma forma geral, com capacidade de atuação em unidades hospitalares e na rede básica de saúde, entretanto essa formação se dará por meio de aquisição de estudos científicos e tecnológicos nas universidades e na própria sociedade. Estas prescrições podem ser consideradas recentes em nosso meio, devendo ser construída ao longo da graduação e da atuação dos Enfermeiros superando desafios existentes nesse processo.

O perfil de humanista referido no artigo 3º é definido por Corbani, Brêtas e Matheus (2009) como a prática de ser humano ou como o ato de humanizar. Os autores fazem crítica quanto à humanização relatando que é necessário praticar a humanização, pois o que se tem realizado é a desumanização; ressaltam, que inúmeros fatores contribuem para tal processo, como o tecnicismo, tecnologia, avanços da ciência; alertam que estes fatores devem ser observados e trabalhados, pois o cuidado deve ser voltado ao ser humano de maneira holística, e não apenas dando ênfase à doença. Neste contexto, o termo humanização, amplamente utilizado na área da saúde, tem sido empregado para minimizar as condições inadequadas de atendimento à saúde da população pelo sistema de saúde.

O Humaniza-SUS, foi instituído em 2003 pelo Ministério da Saúde (MS), inserido na Política de Humanização da Atenção e Gestão (PNH), sendo uma nova estratégia no SUS. Uma política audaciosa e diferente das já existentes, pois o termo Humanização implica diretamente no comportamento de profissionais, gestores e sem dúvida os usuários (BRASIL, 2010).

O mesmo autor relata que as estratégias do Humaniza SUS não podem ser direcionadas individualmente, mas sim incluir todos os indivíduos envolvidos no processo saúde- doença de forma integral, baseado em princípios e diretrizes. Estas orientações visam à melhoria no acolhimento dos usuários, valorizando os profissionais de saúde com o objetivo de garantir a assistência à saúde e a garantir o acesso aos serviços.

O perfil crítico e reflexivo, proposto pelas Diretrizes, segundo Sordi e Bagnato (1998), é de responsabilidade das instituições de ensino, assim como dos gestores e professores inseridos na educação. Os autores ressaltam que a formação crítica e reflexiva contribui para a formação do cidadão independente, fornecendo conhecimentos para a construção da cidadania, contudo “[...] Trabalhar com as diferentes formas de reflexão,

desenvolver nos alunos as destrezas e atitudes necessárias à reflexão, é um caminho a ser percorrido em todos os momentos de sala de aula” (SORDI; BAGNATO, 1998, p. 86), sendo necessário o envolvimento dos alunos em um contexto social e pedagógico com possibilidades e condições propícias à aprendizagem.

Formar profissionais críticos e reflexivos, conforme orientado pelas Diretrizes, tem por finalidade ensinar os alunos a adquirir capacidades de entender e buscar soluções inovadoras frente aos problemas encontrados na sociedade em relação à saúde. A fim de atingir este objetivo, os discentes devem ser vistos como atores no processo de aprendizagem, sendo necessária a elaboração de metodologias que permitam esse procedimento, para que o docente atue e seja visto como facilitador desse processo (FERNANDES et al., 2005).

No artigo 3º é esclarecido que os Enfermeiros devem ter habilidade para enfrentar e intervir nos principais problemas de saúde que acometem determinada região, portanto é esperado deste profissional que ele tenha a capacidade de resolução das principais dificuldades encontradas na atualidade.

Entretanto, a capacidade de resolução dos problemas esperados pela classe de Enfermagem parece ser responsabilidade demasiada para a profissão, pois o “[...] processo de formação do Enfermeiro se constitui num conjunto de atitudes que vão além dessas diretrizes [...]”, necessitando envolver abordagens interdisciplinares e coletivas por parte dos profissionais da saúde “[...] sendo um desafio de formar um profissional crítico e reflexivo capaz de se inserir na produção dos serviços de saúde na perspectiva da consolidação do Sistema Único de Saúde, de acordo com os princípios da Reforma Sanitária brasileira” (FERNANDES et al., 2008, p. 398).

No artigo 3º, § 2º, as diretrizes apresentam indícios sobre a formação do profissional de Enfermagem como docente de Enfermagem e ensino dos profissionais técnicos de Enfermagem, ao estabelecer que o “[...] Enfermeiro com Licenciatura em Enfermagem está capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem” (BRASIL, 2001b, p. 1).

3.2. As Competências e as Habilidades do Formando Egresso Para o Mercado de Trabalho

A formação por competência tem por finalidade proporcionar ao discente graduando em Enfermagem condições de adquirir “[...] conhecimento científico e profissional, mas também habilidades capazes de contribuir para o desenvolvimento de seu autoconhecimento e autonomia”, para que o Enfermeiro assuma o papel de provedor da saúde perante as dificuldades encontradas em meio à sociedade e em seu ambiente de trabalho (MOSER, 2006, p. 82).

Todavia, há necessidade de estudos mais aprofundados sobre as questões apontadas anteriormente, pois, sabe-se que os conhecimentos recomendados pelas Diretrizes podem não garantir na prática a autonomia necessária para o enfrentamento dos problemas atuais encontrados na realidade; além disso não há garantia de que os conhecimentos e as habilidades adquiridas na graduação serão aplicadas conforme deveriam, ou seja, proporcionando autonomia que muitas vezes são violadas por ações políticas do próprio sistema de saúde.

Portanto, a formação por competência demanda a aquisição de metodologias que auxiliem nos ensinamentos e aprendizagem por parte dos docentes, sendo imprescindível que esses métodos estejam claros nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e que sejam direcionados para cada disciplina, tendo como foco o perfil da formação do aluno prescrito pelas diretrizes e esperadas pelas instituições de ensino, refletindo na prática do Enfermeiro (MOSER, 2006).

Para Fernandes et al. (2005), a formação por competência tem como objetivo proporcionar ao futuro Enfermeiro meios de aplicação em seu ambiente de trabalho, diversos conhecimentos adquiridos na universidade e destacam que a formação por competência encontra-se além de trabalhos técnicos, abrange a utilização de conhecimentos científicos nas ações de saúde em situações inesperadas, e o raciocínio favorece a resolução de problemas em diversas situações do dia a dia.

O artigo 4º das Diretrizes Curriculares de Enfermagem determina as “[...] competências e habilidades gerais” esperadas do egresso no mercado de trabalho, cujas competências e habilidades são: a atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração, gerenciamento e educação permanente. Essas prescrições são

previstas pelas Diretrizes e consideradas de extrema importância para a formação do profissional Enfermeiro (BRASIL, 2001b, p. 1).

Segundo o “**Art. 4º** - A formação do Enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:” (BRASIL, 2001b, p. 1, grifo do autor):

I - **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo (BRASIL, 2001b, p. 1, grifo do autor).

A atenção à saúde prescrita no parágrafo anterior se refere às intervenções a serem realizadas pelos profissionais de Enfermagem em vários níveis de atenção e atuação da saúde, tendo como premissa a utilização de estratégias capazes de prevenir a instalação de doenças e promover ações que ajudem na cura do indivíduo já doente, além da utilização de meios que favoreçam a recuperação dos pacientes com sequelas. Tais ações devem ser executadas em nível individual ou coletivo. Neste processo, o Enfermeiro assegura a prática junto ao sistema de saúde com vistas a proporcionar soluções para os problemas de saúde encontrados na sociedade ou no indivíduo com total qualidade, atuando, portanto, na prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde:

II - **Tomada de decisões:** o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas (BRASIL, 2001b, p. 2, grifo do autor).

Entendemos que a tomada de decisão é apontada como capacidade, utilizada pelo profissional de Enfermagem em seu ambiente de trabalho e em diversas situações associadas no processo de trabalho. Para tanto, essa qualidade profissional deve ser

aprendida na universidade e aperfeiçoada durante toda a vida com base em experiências práticas e fundamentadas em dados teóricos já comprovados pela ciência, tendo o ensino prático como método de aprendizagem:

III - Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação (BRASIL, 2001b, p. 2, grifo do autor).

A comunicação vista como competência e habilidade envolve aspectos que favorecem a Enfermagem. Assim, compreendemos como sendo o entendimento e a relação entre a equipe, garantia e o cumprimento da ética. Em relação à complexidade e às inovações de novas formas de comunicação, as diretrizes recomendam o aperfeiçoamento constante do profissional, e determina que este conheça e domine outra língua além da materna e a utilize como meio de comunicação quando preciso.

Sem dúvida a comunicação na área da saúde é de suma importância, visto que é uma das estratégias que facilita a liderança. As Diretrizes recomendam a abordagem da liderança na graduação e descreve a necessidade de:

IV - Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz (BRASIL, 2001b, p. 2, grifo do autor).

O item liderança é apontado na citação anterior como a capacidade de se posicionar diante da equipe de Enfermagem tendo como objetivo melhorar a assistência prestada. Neste cenário, a liderança exige do Enfermeiro capacidade de conquistar a equipe demonstrando confiança e conhecimentos que solucionem problemas em nível coletivo, cabendo, portanto aos professores elaborarem estratégias metodológicas para trabalharem a liderança na prática e no estágio:

V - Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da

mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde (BRASIL, 2001b, p. 2, grifo do autor).

A administração e o gerenciamento propostos pelas diretrizes são competências e habilidades fundamentais a serem aprendidas na graduação. Como citado anteriormente, é o Enfermeiro quem lidera a equipe de Enfermagem composta por técnicos e auxiliares de Enfermagem, pois as diretrizes recomendam que o Curso de Graduação prepare o Enfermeiro para atuar na gestão em saúde, não obstante sabemos que muitos dos egressos no mercado de trabalho irão atuar como gestores em instituições de saúde, universidades e escolas técnicas.

Além de atuar como gestor da saúde o Enfermeiro deve realizar a continuidade do aprendizado por meio da educação permanente conforme descrito a seguir:

VI - Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais (BRASIL, 2001b, p. 2, grifo do autor).

A proposta de educação permanente refere-se ao aprendizado contínuo dos Enfermeiros na graduação e no mercado de trabalho. Neste parágrafo, evidencia-se o primeiro pilar da educação para o século XXI referente ao aprender a aprender, além de responsabilizar o futuro profissional pela educação dos futuros Enfermeiros por meio de práticas e estágios, tendo como estratégia o uso da harmonia e cooperação entre o aluno e a equipe de saúde concedente do estágio.

O artigo 5º das Diretrizes Curriculares apresenta as competências e habilidades específicas referentes aos conhecimentos e ensinamentos a qual os alunos precisam adquirir durante o curso de graduação para que se habilitem para o exercício da profissão e ingressem no mercado de trabalho (BRASIL, 2001b).

O mesmo artigo evidencia que a formação do Enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades específicas:

- I – atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas;
- II – incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional;
- III – estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
- IV – desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;
- V – compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;
- VI – reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;
- VII – atuar nos programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso;
- VIII – ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;
- IX – reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde;
- X – atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos;
- XI – responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades;
- XII – reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de Enfermagem;
- XIII – assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde.
- XIV – promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social;
- XV – usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o cuidar de Enfermagem;
- XVI – atuar nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico;
- XVII – identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes;
- XVIII – intervir no processo de saúde-doença, responsabilizando-se pela qualidade da assistência/cuidado de Enfermagem em seus diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência;
- XIX – coordenar o processo de cuidar em Enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde;
- XX – prestar cuidados de Enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;
- XXI – compatibilizar as características profissionais dos agentes da equipe de Enfermagem às diferentes demandas dos usuários;
- XXII – integrar as ações de Enfermagem às ações multiprofissionais;

- XXIII – gerenciar o processo de trabalho em Enfermagem com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional;
- XXIV – planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de Enfermagem e de saúde;
- XXV – planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;
- XXVI – desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;
- XXVII – respeitar os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;
- XXVIII – interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;
- XXIX – utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de Enfermagem e da assistência à saúde;
- XXX – participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;
- XXXI – assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;
- XXXII - cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como enfermeiro; e
- XXXIII - reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde (BRASIL, 2001b, p. 3).

Apesar de a citação anterior ser longa, optou-se por transcrevê-la na íntegra dada a importância da mesma, pois, entendemos que além das outras recomendações das Diretrizes já citadas anteriormente, as competências e habilidades específicas propostas pelas Diretrizes Curriculares podem ser vistas como um termo amplo ou um conjunto de subitens das competências e habilidades gerais que envolvem as ações objetivas que orientarão a atuação do futuro Enfermeiro, além de representar as responsabilidades e deveres que o egresso deve adquirir na graduação.

No artigo 5º da mesma Lei, no § único, é determinado que a formação do profissional Enfermeiro corrobore com o Sistema Único de Saúde inserido no país pela Lei 8.080/90 de 1990, conforme apresentado a seguir

Parágrafo Único. A formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento (BRASIL, 2001b, p. 3, grifo do autor).

O modelo vigente de formação, centralizado nas ações do Sistema Único de Saúde, acarreta responsabilidades por parte das Universidades em produzir recursos humanos com modelos pré-determinados para que esses respondam às demandas atuais de saúde. Neste

contexto, a saúde pública é vista como fator indispensável na formação do novo modelo de profissionais que irão atuar no Sistema de Saúde (BERNARDINO; OLIVEIRA; CIAMPONE, 2005).

Moser (2006) ressalta alguns dos conhecimentos e ações esperadas do profissional egresso no mercado de trabalho que condizem com as exigências da atualidade e do Sistema Único de Saúde, a saber:

[...] saúde e segurança no trabalho; b) novas doenças surgidas em função das epidemias; c) novas maneiras de lidar com o público que procura o sistema de saúde, que por sua vez já tem conhecimento prévio sobre sua enfermidade e passa a exigir dos profissionais de saúde uma comunicação mais clara; d) como prevenir e também se prevenir de patologias várias; e) funções administrativas e gerenciais que muitos poderão vir a desempenhar. Para dar conta de tais exigências, o profissional de saúde deverá buscar qualificação através dos meios de formação, nas escolas e universidades (MOSER, 2006, p. 76).

Nas apresentações e orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem relacionadas às competências, não foram encontradas prescrições particulares referentes à organização das práticas, do ensino clínico e do estágio supervisionado, porém entendemos que baseados nas habilidades gerais e específicas, pode-se ter uma noção sobre o que ensinar no estágio, na prática e no ensino clínico, haja vista que o que é esperado pelo docente, é que ele tenha domínio e conhecimentos necessários, adquiridos em sua formação, especialização e da disciplina prática a ser lecionada.

3.3. Conteúdos Curriculares Para a Formação do Enfermeiro na Graduação

Entende-se por conteúdos curriculares a organização e sistematização das matérias/disciplinas que serão ministradas em cada semestre ou em cada ano no Curso de Graduação, as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem de 2001 apresentam o currículo a ser ministrado conforme apresentado abaixo:

Art. 6º Os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Enfermagem devem estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade, integrado à realidade

epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem (BRASIL, 2001b, p. 4, grifo do autor).

Diferente de outros cursos não oriundos da área da saúde, os conteúdos para a área de Enfermagem são, em maioria, relacionados ao processo saúde-doença; algumas disciplinas são de caráter teórico e prático e/ou ensino clínico e Estágio Curricular Supervisionado que visam à promoção da saúde do indivíduo ou do coletivo.

Os conteúdos devem contemplar:

I - Ciências Biológicas e da Saúde – incluem-se os conteúdos (teóricos e práticos) de base moleculares e celulares de processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, aplicados às situações decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática assistencial de Enfermagem (BRASIL, 2001b, p. 4, grifo do autor).

As prescrições das Diretrizes do Curso de Graduação em Enfermagem recomendam que as disciplinas/matérias iniciais a serem aprendidas no curso devem contemplar as Ciências Biológicas e as Ciências da Saúde ministradas em caráter teórico em sala de aula que, segundo Prado (2006, p. 45) “[...] é baseada em teorias específicas, conceitos e princípios fundamentais básicos para a formação do profissional Enfermeiro generalista, crítico, reflexivo e humanista, consciente de seu compromisso social”. E prático, realizado em laboratórios localizados nas Universidades definido como “[...] laboratório escolar: local existente na faculdade que dispõe de equipamentos e materiais simuladores onde o aluno pratica as habilidades inerentes à profissão em uma situação artificial” (INFENTE, 1975 apud HAYASHIDAH; MENDES, 1994, p. 3):

II - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença (BRASIL, 2001b, p. 4, grifo do autor).

Essas disciplinas são ministradas nos anos iniciais do curso, e entende-se que as Ciências Humanas e Sociais têm como premissa envolver o aluno em um contexto social, político e educacional para a compreensão da realidade social e das diferenças entre raças, classes econômicas, acessos e oportunidades.

Para Czeresnia (2008):

[...] as ciências humanas e sociais configuraram-se em bases epistemológicas distintas. *Grosso modo*, as ciências da vida estabeleceram-se no estudo das estruturas visíveis do corpo e buscaram sua identidade em consonância às ciências da natureza; as ciências humanas e sociais estiveram orientadas ao estudo de fenômenos mediados pela linguagem, por relações intersubjetivas, econômicas e sociais (CZERESNIA, 2008, p. 113, grifo do autor).

Portanto, é a ciência que aborda aspectos relacionados a características do ser humano como indivíduo inserido em uma sociedade e geralmente engloba a Sociologia, Filosofia, Ciências Políticas, Antropologia, História, Economia, Geografia humana, psicologia. As disciplinas são de caráter teórico não havendo recomendações para a realização em nível prático nas Diretrizes Curriculares de 2001.

Outros conteúdos recomendados pelas Diretrizes são os da ciência da Enfermagem conforme demonstrado a seguir:

III - Ciências da Enfermagem - neste tópico de estudo, incluem-se:

a) **Fundamentos de Enfermagem:** os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo (BRASIL, 2001b, p. 4, grifo do autor).

No item ciências da Enfermagem, o aluno aprende matérias sobre as bases da prática de Enfermagem, entendidos como, a interação de conteúdos técnicos e metodológicos fundamentais para o exercício da profissão em nível individual ou coletivo. O ensino de Fundamentos em Enfermagem corrobora com o início do ensino prático em unidades de saúde, haja vista que é nessa modalidade de aprendizagem que o aluno faz o primeiro contato com o sistema de saúde em nível hospitalar e de atenção básica⁶, além disso, as aulas são realizadas em laboratório escolar e “[...] laboratório clínico: definido como uma instituição, estabelecimento ou agência comunitária onde o aluno pratica um contato direto com pacientes com objetivo de adquirir habilidades intelectuais e psicomotoras em situação real” (INFENTE, 1975 apud HAYASHIDAH; MENDES, 1994, p. 3).

Para Valsecchi e Nogueira (2006, p. 113), na disciplina de Fundamentos em Enfermagem, o aluno “[...] desempenha uma função introdutória importantíssima,

⁶ A atenção básica ou atenção primária em saúde caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde no âmbito individual ou coletivo que abrangem a promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigida a populações de territórios delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinâmica existente no território em que vivem essas populações (BRASIL, 2007, p. 7).

consubstanciando a transição do ensino das disciplinas científicas básicas para uma primeira experiência clínica, de aprendizagem e reflexão sobre aspectos basilares da prática de Enfermagem”.

Neste contexto, entendemos que é nessa fase do Curso de Graduação que os alunos iniciam a atuação em campo, compreendido como laboratórios e sistema de saúde, recebendo ensinamentos de caráter práticos já aprendidos em aulas teóricas.

Silva e Cogo (2007, p. 191), em um estudo realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, constataram que as aulas em laboratório escolar:

[...] simula a realidade que será encontrada no campo de estágio, o que ameniza o medo e a angústia que a primeira experiência prática da graduação traz ao aluno. Além disso, no laboratório é permitido que se aja sobre o objeto em estudo, que ele seja experimentado e manipulado, que se erre e se acerte; e tudo isso gera um sentimento de segurança ao aluno [...].

Fernandes et al. (2005) ressaltam que para a concretização do ensino teórico e prático é necessária a elaboração de estratégias pedagógicas que serão utilizadas fora das Universidades, ou seja, em ambientes e situações reais de práticas vistas somente dentro do sistema de saúde. Essas estratégias podem aproximar o aluno da realidade e do mundo do trabalho. Os autores acrescentam que os ambientes de ensino prático a serem frequentados pelos alunos e professores incluem “[...] equipe de saúde da família, escolas, creches, laboratórios, serviços de saúde da rede básica e da rede hospitalar, bem como os espaços de gestão do SUS” (FERNANDES et al., 2005, p. 446).

Prado (2006) relata que:

[...] a prática se desenvolve seqüencialmente à teoria, com o propósito de garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem como uma prática reflexiva. Essas disciplinas são desenvolvidas na própria universidade e fora dela, em ambientes especiais como laboratórios, ambulatórios e na própria comunidade [...] (PRADO, 2006, p. 45).

Fernandes et al. (2005) acreditam que nos diversos ambientes nos quais são realizados os ensinamentos práticos, deve-se incluir além de professores e alunos, a equipe multiprofissional da instituição, pois a articulação entre essa população é um fator positivo para a aprendizagem e a compreensão da realidade da atuação dos profissionais, assim como as condições de atendimento à saúde oferecida pelo SUS.

No ano ou semestre seguinte, após o aluno ter concluído a disciplina de Fundamentos em Enfermagem, as recomendações das Diretrizes apontam para o ensino de Assistência de Enfermagem propriamente dito, conforme destacado no item b do inciso III:

b) **Assistência de Enfermagem:** os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso, considerando os determinantes sócio-culturais, econômicos e ecológicos do processo saúde-doença, bem como os princípios éticos, legais e humanísticos inerentes ao cuidado de Enfermagem (BRASIL, 2001b, p. 4, grifo do autor).

Essas orientações revelam a iniciação da aprendizagem sobre a assistência clínica, em que o aluno precisa aprender os conteúdos teóricos e práticos da Assistência de Enfermagem em todas as fases da vida humana, como saúde da criança, do adolescente, do adulto, da mulher e do idoso. Nessa fase da graduação, o aluno deve ter o contato direto com o paciente doente ou sadio e atuar em vários setores diferentes de um determinado serviço de saúde por meio de “[...] conhecimentos teórico-práticos adquiridos em sala de aula, em pesquisas bibliográficas e em ambientes especiais (laboratórios, ambulatórios e outros) sob a orientação e supervisão, direta e permanente, de professor supervisor de Ensino Clínico [...]” (PRADO, 2006, p. 46).

Conforme já citado na primeira seção por Carvalho et al. (1999) e Marran e Lima (2010), o ensino clínico é conhecido como aula prática, ensino prático, somente estágio e estágio clínico, entretanto no que se refere ao “clínico”, este não se enquadra em procedimentos básicos de Enfermagem como, por exemplo, aplicação de injeções, considerado como trabalho técnico, sendo diferente da aplicação clínica que aborda aspectos científicos relacionados à saúde ou à doença do indivíduo ou do coletivo.

Para Cristina e Paganini (2008) na modalidade de ensino clínico, o aluno aprende a abordar de forma sistematizada o paciente em unidades de saúde e no ambiente social, com vistas a adquirir conhecimentos e competências no espaço de trabalho. Com base nesta teoria, o aluno desenvolve pensamento crítico e reflexivo de acordo com a realidade do ambiente em que o mesmo se encontra inserido, sendo, portanto, de suma importância o ensino clínico mesmo que de forma breve nas instituições de saúde, isto porque nessas unidades as habilidades cognitivas, psicomotoras e científicas são trabalhadas em um contexto real.

Os autores acrescentam que a prática de ensino clínico deve ser associada com a teoria, fazendo parte de uma totalidade. Neste estudo, os autores constataram que os discentes classificaram essa estratégia de ensino como fator positivo que facilita a aprendizagem, sobretudo pelo fato dos estudos teóricos serem ministrados anteriormente ao ensino prático, o que melhora a capacidade de atuar em situações de problemas relacionados à saúde.

Constatamos na alínea c do inciso III referente a ciências da Enfermagem que, nos últimos semestres da graduação em Enfermagem, os alunos aprendem conteúdos teóricos e práticos sobre Administração em Enfermagem e sobre o Ensino de Enfermagem conforme consta a seguir:

c) **Administração de Enfermagem:** os conteúdos (teóricos e práticos) da administração do processo de trabalho de enfermagem e da assistência de enfermagem; e d) **Ensino de Enfermagem:** os conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica do enfermeiro, independente da Licenciatura em Enfermagem (BRASIL, 2001b, p. 4, grifo do autor).

Apesar das Diretrizes Curriculares de Enfermagem preverem a capacitação dos Enfermeiros para atuarem no ensino independente da licenciatura, a mesma lei abre brechas para as Universidades optarem pela inserção do Curso de Bacharel e/ou de Licenciatura, essa orientação encontra-se prescrita no § 1º:

§ 1º Os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos no nível de graduação do enfermeiro devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e necessidades prevalentes e prioritárias da população conforme o quadro epidemiológico do país/região.

§ 2º Este conjunto de competências, conteúdos e habilidades deve promover no aluno e no enfermeiro a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente (BRASIL, 2001b, p. 4, grifo do autor).

Observa-se que o futuro profissional de Enfermagem tem a possibilidade de formação tanto na área da docência de nível médio em Enfermagem, como na área da Assistência de Enfermagem em geral. Contudo, o mesmo parágrafo deixa claro que as Universidades têm autonomia de optarem pela formação acadêmica e/ou da assistência profissional.

Moser (2006) destaca que as prescrições das Diretrizes Curriculares de 2001 direcionam a formação do profissional para o conhecimento de várias disciplinas dentro das ciências teóricas, práticas e do estágio supervisionado.

Para o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado na graduação, o artigo 7º define que:

Art. 7º Na formação do Enfermeiro, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidades nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem (BRASIL, 2001b, p. 4, grifo do autor).

Segundo a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, o estágio na graduação é definido como “[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior” (BRASIL, 2008, p. 1).

O artigo 2º da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 esclarece no § 1º da Lei, que o “Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma”. Prado (2006, p. 43) acrescenta que “[...] o componente Estágio Curricular Supervisionado assume um papel de destaque, pois sabe-se que a finalidade dos estágios é aplicar o conhecimento científico aprendido na teoria”.

Conforme já citado no parágrafo anterior, o Estágio Curricular Supervisionado em Enfermagem, proposto pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001, é caracterizado como sendo o estágio propriamente dito que ocorre no último ano do Curso de Graduação com acompanhamento não constante do docente e supervisão do Enfermeiro do sistema de saúde.

Bouso et al. (2000) deixam claro que, nesse estágio, o professor tem a responsabilidade de proporcionar meios pedagógicos que garantam o processo de ensino e aprendizagem para o aluno, por meio de supervisão e avaliação, além de incentivar os métodos de resolução de problemas, sendo assim cabe ao aluno se comportar como aprendiz tendo em mente a premissa de transformação de aluno para profissional, considerando o estágio como a fase em que o mesmo inicia como integrante da equipe, ou seja, como Enfermeiro iniciante. Nessa etapa de aprendizagem, a participação do aluno, do professor e do profissional do campo de estágio é fundamental.

Para Marran e Lima (2010), o Estágio Curricular Supervisionado favorece o ensino, unindo a teoria e prática, porém essa aplicação depende da formulação dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação e a compreensão “[...] entre o que é aula prática e Estágio Curricular Supervisionado, propriamente dito, neste campo de estudo” (MARRAN; LIMA, 2010, p. 4).

Em relação à supervisão do estágio e a sua carga horária, o § único do artigo 7º deixa claro que a supervisão do aluno em Estágio Curricular Supervisionado deve ser realizada pelo profissional docente Enfermeiro em nível parcial, tendo a participação dos Enfermeiros do serviço de saúde conforme mostrado abaixo:

Parágrafo Único. Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio curricular supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá totalizar 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001b, p. 4, grifo do autor).

Algumas considerações devem ser analisadas em relação à atuação do profissional Enfermeiro do serviço de saúde que realizam acompanhamento de estágio, conforme descrito por Moser (2006), que ressalta o fato de os Enfermeiros assistenciais não fazerem parte do componente, o que pode gerar desatualização dos mesmos, em relação às mudanças na prática de Enfermagem, fato que pode ser agravado caso não haja interação destes profissionais com atividades universitárias relacionados ao ensino, podendo estes ficarem restritos ao que foi aprendido na graduação e especialização. Tais fatores podem ser prejudiciais à interação entre os conteúdos ministrados em sala de aula e a aplicação no campo de estágio.

Marran e Lima (2010) relatam que as orientações sobre o estágio não estão bem esclarecidas, sendo, portanto, confundidas ou realizadas de forma incorreta como aula prática prejudicando o objetivo de proporcionar ao aluno a interação ensino e trabalho, sendo necessária a realização de novos estudos sobre essa temática.

Neste contexto, os autores afirmam que a legislação do Conselho Federal de Enfermagem por meio da Resolução nº 299/2005 contradiz as Diretrizes Curriculares ao determinar a proibição do Enfermeiro da instituição concedente de estágio “[...] estando em

serviço na instituição em que se realiza o estágio curricular supervisionado, exercer ao mesmo tempo, as funções para as quais estiver designado naquele serviço e a de supervisor de estágios” (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2005).

Esse é um problema específico do estágio curricular supervisionado que parece não ter sido pensado ao estabelecerem as Diretrizes, pois a Lei revogada pelo COFEN é posterior as Diretrizes Curriculares de 2001, deste modo não se sabe ao certo como está sendo abordada essa constatação nos estágios curriculares supervisionado em hospitais universitários, hospitais não universitários e na rede básica de saúde, o que se pode afirmar é que se os cursos estiverem “fora da lei” tem-se um problema maior em relação a esse estágio, cabe, portanto, a fiscalização do COFEN e a busca da resolução do problema por parte das Universidades em conjunto com as instituições promotoras do estágio.

Com relação aos conteúdos prescritos pelas Diretrizes sobre a formação do Enfermeiro, foi possível confirmar as orientações para o ensino teórico, ensino prático e Estágio Curricular Supervisionado. Notou-se que as Ciências Biológicas e as Ciências da Saúde, no quesito prática, devem ser nas séries iniciais, ministrados em caráter teórico e práticos em laboratórios escolares e na Universidade; As Ciências Humanas e Sociais foram compreendidas como o ensino sobre o processo de vida da sociedade e do indivíduo não havendo recomendações de estágios.

No campo das Ciências da Enfermagem propriamente dita, destacam-se: Fundamentos de Enfermagem: atividades de nível técnico não havendo recomendações de ensino prático; Assistência de Enfermagem: entendido como o ensino clínico ou prática clínica; Administração em Enfermagem: entendido como o Estágio Curricular Supervisionado, realizado no último ano do Curso de Graduação; Ensino de Enfermagem independente da licenciatura: não havendo recomendações de aulas práticas.

Para Prado (2006, p. 22), as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem podem ser entendidas como recomendações para “[...] uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com o perfil de um formando adaptável às novas e emergentes demandas”.

3.4. A Formação Complementar Para a Formação do Enfermeiro na Graduação

No artigo 8º das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem foram encontradas as orientações sobre a formação complementar na Graduação em Enfermagem:

Art. 8º O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem deverá contemplar atividades complementares e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins (BRASIL, 2001b, p. 5, grifo do autor).

Prado (2006) acrescenta que as atividades complementares:

[...] Integram o currículo do curso uma vez que reconhecem, após avaliação, conhecimentos, habilidades e competências dos acadêmicos, adquiridos através de participação em atividades na instituição universitária ou fora dela, envolvendo estudos e atividades independentes, transversais, interdisciplinares que destaquem as relações com o mundo do trabalho e com a extensão. Podem ser consideradas atividades complementares: iniciação científica, monitoria, atividades de extensão, jornadas, congressos, seminários, prestação de serviços voluntários, entre outras (PRADO, 2006, p. 47).

Portanto, as atividades complementares podem ser entendidas como estratégias de aprendizagem de responsabilidade da instituição e de interesse do aluno, estabelecidos por meio de projetos que devem ser contemplados na elaboração do Projeto Político-Pedagógico dos Cursos.

Haag et al. (2008, p. 216) consideram as monitorias como atividades importantes e as definem como “[...] serviço de apoio pedagógico oferecido aos alunos interessados em aprofundar conteúdos, bem como solucionar dificuldades em relação à matéria trabalhada em aula”. Para o autor, as monitorias permitem ao aluno a oportunidade de realizar procedimentos de Enfermagem de forma repetitiva, o que possibilita melhor aperfeiçoamento das técnicas, proporcionando autoconfiança e diminuindo a ansiedade, favorecendo a oportunidade dos discentes conhecerem nos laboratórios os insumos existentes em unidades de saúdes que serão manipulados futuramente.

Os monitores (alunos de Enfermagem) são treinados, previamente, e monitorados pelos professores, além de ter como requisito a aprovação na disciplina a qual irá atuar como monitor. A monitoria se caracteriza como estratégia fundamental para o aperfeiçoamento do aluno, entretanto não substitui as aulas práticas ministradas pelos professores de cada disciplina, conforme recomendada pelas diretrizes (HAAG et al., 2008).

Em relação ao estágio extracurricular, este é definido segundo a Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, como o estágio não caracterizado como requisito para obtenção do diploma de Bacharel em Enfermagem. Sendo, portanto, de interesse do aluno e não-obrigatório, porém para que o mesmo se insira no estágio extracurricular, o mesmo deve obter autorização por escrito da Universidade de ensino e estar aprovado nas disciplinas relacionadas às atividades a serem exercidas em campo sob supervisão do Enfermeiro da instituição concedente do estágio.

Outra opção das instituições de ensino quanto às atividades complementares é as disciplinas eletivas, entendida por Prado (2006) como:

[...] aquelas que visam complementar a estrutura curricular possibilitando ao aluno optar dentre as que melhor se adequem a formação acadêmica do futuro profissional. A oferta das Disciplinas Eletivas favorece a interdisciplinaridade e permite ao aluno a escolha de temas atuais, desenvolvendo sua capacidade crítica e reflexiva, objetivando a formação de um profissional generalista. Os conteúdos a serem escolhidos pelos acadêmicos dependem do semestre em que eles encontram e os conteúdos desenvolvidos nas disciplinas eletivas procuram contemplar assuntos e temas que permeiem as disciplinas profissionalizantes (PRADO, 2006, p. 45).

Fernandes et al. (2005) consideram de suma importância para o aluno de graduação a adoção de formação complementar e destacam a necessidade de elaboração de métodos institucionais que assegurem a oportunidade desta estratégia de ensino ao aluno por meio de acesso ao conhecimento de forma autônoma.

3.5. A Organização do Curso de Enfermagem na Graduação

A organização do Curso de Graduação em Enfermagem encontra-se descrita no artigo 9º da Lei das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem e enfatiza a

importância do Projeto Político-Pedagógico nesse processo, conforme apresentado a seguir:

Art. 9º O Curso de Graduação em Enfermagem deve ter um projeto pedagógico, construído coletivamente, centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Este projeto pedagógico deverá buscar a formação integral e adequada do estudante através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão/assistência (BRASIL, 2001b, p. 5, grifo do autor).

Para Fernandes et al. (2005), as prescrições das Diretrizes proporcionam autonomia para cada curso elaborar os seus Projetos Pedagógicos com a participação de seus respectivos colegiados de forma democrática, na elaboração deste. Os docentes devem seguir as orientações das Diretrizes de forma a atender às necessidades de saúde da população com ênfase na região de atuação, portanto o docente é visto como uma peça fundamental na construção dos recursos humanos em Enfermagem para atuação no sistema de saúde.

No artigo 10º da Lei das Diretrizes são destacadas as necessidades das orientações para a graduação prescritas nas Diretrizes Curriculares e a finalidade de inovações do Projeto Pedagógico dos Cursos:

Art. 10. As Diretrizes Curriculares e o Projeto Pedagógico devem orientar o Currículo do Curso de Graduação em Enfermagem para um perfil acadêmico e profissional do egresso. Este currículo deverá contribuir, também, para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural.

§ 1º As diretrizes curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem deverão contribuir para a inovação e a qualidade do projeto pedagógico do curso.

§ 2º O Currículo do Curso de Graduação em Enfermagem deve incluir aspectos complementares de perfil, habilidades, competências e conteúdos, de forma a considerar a inserção institucional do curso, a flexibilidade individual de estudos e os requerimentos, demandas e expectativas de desenvolvimento do setor saúde na região (BRASIL, 2001b, p. 5, grifo do autor).

Observa-se neste artigo o reforço referente às prescrições e orientações do perfil do profissional de Enfermagem em formação acadêmica e profissional, que possa atuar de forma abrangente com qualidade e flexibilidade em busca do desenvolvimento relacionado

à saúde. Contudo a formulação do Currículo do Curso está diretamente relacionada com as condições e demandas de saúde de cada região.

Todavia, as recomendações das Diretrizes para o currículo de Enfermagem, não parecem facilmente aplicáveis na prática, pois a complexidade de aplicar o que é prescrito fica evidente, ao considerarmos a atual situação que o País enfrenta, quando falamos em saúde e educação, uma vez que a remuneração dos Professores é precária, e as condições do Sistema de Saúde nos quais ocorrem os estágios ainda são precárias

O artigo 11 esclarece que: “A organização do Curso de Graduação em Enfermagem deverá ser definida pelo respectivo colegiado do curso, que indicará a modalidade: seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos ou modular” (BRASIL, 2001b, p. 5).

O artigo 12 estabelece a elaboração de um trabalho de conclusão de curso conhecido como monografia, ou artigo, a ser realizado sob orientação do docente, sendo requisito para a formação acadêmica.

Para Prado (2006), o objetivo do trabalho proposto pelas Diretrizes tem por finalidade:

[...] ser um elo no processo integrador e interdisciplinar, oferecendo ao aluno a oportunidade de sistematizar os conhecimentos adquiridos durante o curso e ampliar sua capacidade de desenvolver um processo reflexivo de produção-sistematização do conhecimento, articulando a relação teórico-prática (PRADO, 2006, p. 47).

No que se refere à formação de professores de nível superior, as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem esclarecem: “**Art. 13.** A Formação de Professores por meio de Licenciatura Plena segue Pareceres e Resoluções específicos da Câmara de Educação Superior e do Pleno Conselho Nacional de Educação” (BRASIL, 2001b). Neste sentido, o Conselho Nacional de Educação por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, define “**Art. 66º.** A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (BRASIL, 1996, p. 23, grifo do autor).

Todavia, as universidades têm elaborado plano de capacitação docente, por meio de apoios governamentais que fornecem bolsas de estudos para docentes de nível superior cumprindo com recomendações do Conselho Nacional de Educação e das Diretrizes Curriculares.

Em relação aos aspectos relacionados à estrutura que compõem o curso de Enfermagem, as Diretrizes deixam claro que os mesmos devem garantir:

Art. 14. A estrutura do Curso de Graduação em Enfermagem deverá assegurar:

I - a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença (BRASIL, 2001b, p. 5, grifo do autor).

Fernandes et al. (2005) consideram que a estratégia em articular o ensino com a pesquisa, extensão e assistência oferece ao aluno a oportunidade de adquirir o autoconhecimento técnico e científico, uma vez que o discente aprende a aprender de forma investigativa por meio de situações vivenciadas em seu cotidiano, contudo os autores acreditam que esta modalidade de aprendizagem na Universidade tem a necessidade de apoio do docente com o intuito de guiar o aluno para que o mesmo identifique e procure soluções para os problemas de saúde.

O inciso II deste artigo aponta a necessidade da integração do ensino teórico e prático por meio das “[...] atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Enfermeiro, de forma integrada e interdisciplinar” (BRASIL, 2001b, p. 5).

Constata-se, no parágrafo anterior a prescrição para o ensino clínico e prático realizado sob supervisão direta do docente Enfermeiro, entretanto no que se trata da carga horária mínima desta prática parece ficar a critério de elaboração dos Projetos Pedagógicos de cada curso não sendo especificado nesta Lei.

Prosseguindo com a análise constatam-se nos incisos III e IV das Diretrizes a preocupação da organização quanto: a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade; os princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo (BRASIL, 2001b).

O inciso V da referida Lei ressalta a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender (BRASIL, 2001b).

Os dois últimos parágrafos anteriores descrevem a educação a ser ofertada no curso de graduação em Enfermagem de uma maneira geral, portanto são orientações que vão

além das disciplinas relacionadas à Enfermagem, pois orienta-se o preparo dos alunos para a participação como cidadão que irá fazer parte de uma comunidade com condições de refletir sobre a mesma.

Em relação a aprender a aprender conforme destacado nas Diretrizes, Fernandes et al. (2005) entendem como a aquisição do processo de aprender com as informações obtidas pelo aluno, e destacam que essa metodologia visa ao aperfeiçoamento do mesmo na habilidade de aprender a aprender, de aprender a encontrar informações que solucionem seus problemas, e de lidar com diversas circunstâncias imprevisíveis que poderão surgir no trabalho.

No inciso VI é orientado para que os cursos de graduação assegurem:

VI - a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do Enfermeiro (BRASIL, 2001b, p. 6).

Nos pilares da educação para o século XXI, apresentados nas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem, há o acréscimo do aprender a aprender, sendo cinco indicações. Entretanto, os quatro pilares da educação são encontrados no relatório enviado a Unesco por Delors et al. (2003). Este relatório apresenta o modelo de educação a ser ministrado em todos os níveis de aprendizagem e referem a:

[...] *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes [...] (DELORS et al., 2003, p. 90, grifo do autores).

Para os autores, a proposta dos quatro pilares da educação tem como intuito direcionar, orientar e servir de base para a aprendizagem do indivíduo “[...] O que também significa: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida” (DELORS et al., 2003, p. 101).

Para Delors et al. (2003), o primeiro item dessas recomendações referente a aprender a conhecer tem como premissa combinar “[...] uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias”(DELORS et al., 2003, p. 101).

Em relação ao aprender a fazer os mesmos autores afirmam que este tem por finalidade:

[...] não somente uma qualificação profissional mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho (DELORS et al., 2003, p. 101).

No item aprender a viver juntos, espera-se que o eterno aluno adquira a capacidade de “[...] compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz” (DELORS et al., 2003, p. 102).

O aprender a ser, descrito no relatório de Delors et al. (2003) representa as orientações comportamentais e educacionais em busca da emancipação humana com vistas a:

[...] melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se (DELORS et al., 2003, p. 102).

Os pilares educacionais citados podem ser encarados como quesitos para a formulação da sistematização do ensino de caráter prático ou teórico conforme esclarecido pelos autores ao destacarem que “[...] esta perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas” (DELORS et al., 2003, p. 102).

Pires (2006), em seu estudo sobre estágio extracurricular de Enfermagem com um grupo de alunos, constatou a relação dos quatro pilares da educação com o estágio. Fica evidente que a constatação do autor pode ser de relevância para o estágio supervisionado e para o ensino prático proposto pelas diretrizes, haja vista que o campo de atuação do estágio curricular obrigatório e o cenário do estágio extracurricular são os mesmos.

No que se refere ao aprender a conhecer, proposto pela Diretriz, Pires (2006) constatou relação com o aprender a conhecer o paciente, suas limitações e seus problemas de saúde, conhecer o campo de estágio, aprender a conhecer materiais e equipamentos

existentes no sistema de saúde do mais simples ao mais complexo, o conhecer da atuação dos profissionais que trabalham na instituição concedente do estágio, bem como a rotina de cada setor no qual ocorrem os estágios.

Para o autor, o item aprender a fazer relaciona-se com o aprender a executar habilidades técnicas e manuseios de aparelhos e instrumentos médicos hospitalares da atualidade, contudo tal manejo possibilita a integração entre a teoria e a prática realizada pelos alunos. Entretanto, no estágio extracurricular, segundo o autor, os alunos se mostraram inseguros pela ausência do profissional docente. O aprender a fazer corroborou com a necessidade de saber fazer para poder saber delegar, aprender a cuidar e realizar ações de planejamentos.

Em relação a aprender a viver juntos, Pires (2006) destaca em sua pesquisa, como sendo o momento em que se aprende a se relacionar no trabalho juntamente com a equipe no ato do estágio. Foram citados com a aprendizagem de relacionamentos de vivência entre a equipe multidisciplinar bem como no relacionamento com o colega de estágio e os familiares dos pacientes. Todas essas características de aprender a viver juntos com a equipe proporcionam segurança em relação à tomada de decisão perante a equipe do setor.

No que se refere a aprender a ser, os estudos de Pires (2006) apontam para aprender a ser capaz de priorizar situações necessárias no ambiente de trabalho, assim como aprender a ser como o docente ou o Enfermeiro, a ser capaz de tomar decisões em momentos de insegurança, ser capaz de buscar o aperfeiçoamento e o conhecimento de forma constante e de tomar iniciativas e ser capaz de aprender a ser um Enfermeiro.

Pires (2006) constatou que alguns dos alunos que fizeram parte da pesquisa relacionaram os quatro pilares da educação para o século XXI, com os estágios curriculares obrigatórios do Curso de Graduação em Enfermagem, ou seja, aula prática, ensino clínico e Estágio Curricular Supervisionado.

O inciso VII reforça a necessidade de trabalho em grupos e o inciso VIII reforça os aspectos éticos e humanos, atitudes e valores a serem adquiridos pelo aluno e pelo Enfermeiro, conforme é destacado a seguir:

VII - o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais;

VIII - a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no enfermeiro atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade (BRASIL, 2001b, p. 6).

No que se refere à licenciatura em Enfermagem, o inciso IX destaca que cabe aos Cursos de Graduação em Enfermagem garantir “[...] a articulação da Graduação em Enfermagem com a Licenciatura em Enfermagem” (BRASIL, 2001b, p. 6).

Entretanto, conforme já citado, a mesma lei estabelece e deixa claro que as instituições de ensino podem optar pela Graduação e Licenciatura ou somente a Graduação em Enfermagem.

Shigunov Neto e Maciel (2009) revelam que atualmente no país, várias universidades priorizam a formação em nível de Bacharel, havendo grande desinteresse na formação de Licenciatura.

Os autores descrevem, que:

Em cursos que não possuem licenciatura a formação pedagógica de pessoal docente para o exercício da função restringe-se à formação em nível de pós-graduação, diga-se de passagem, insuficiente para atender às exigências da sociedade pós-moderna e proporcionar uma sólida formação profissional e pedagógica, que deveria estar embasada em teorias educacionais e posta em prática por intermédio de atividades práticas pedagógicas. Diante dessa lacuna na formação docente nas áreas de conhecimentos que não possuem licenciatura faz-se necessário à proposição de modelos de formação inicial e continuada de professores que possam dirimir tal insuficiência (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2009, p. 87).

A formação dessa classe, geralmente, está direcionada para a prática assistencial, e não havendo semelhança com a docência, os autores acrescentam, que a maioria dos docentes atuantes não obteve formação para atuarem na docência e muitos formandos recentes, trabalham como professores (SHIGUNOV NETO; MACIEL, 2009).

No item organização, prescrito pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem aqui apresentados, constatam-se orientações relacionadas às necessidades de inovações do Projeto Político-Pedagógico, flexibilidade dos cursos, educação para a cidadania, aplicação de atividades teóricas e práticas desde o início do curso, a utilização dos quatro pilares da educação como metodologia e a articulação da licenciatura com graduação.

3.6. O Acompanhamento e a Avaliação do Curso de Enfermagem na Graduação

Os currículos dos cursos de Graduação em nível superior não se caracterizam como procedimento fixo, sendo, portanto, necessário que estes sejam avaliados constantemente por meio coletivo e realizadas as modificações e ajustes necessários. Essas orientações são encontradas no artigo 15 das Diretrizes Curriculares de Graduação em Enfermagem e no § 2º dessa lei:

Art. 15. A implantação e desenvolvimento das diretrizes curriculares devem orientar e propiciar concepções curriculares ao Curso de Graduação em Enfermagem que deverão ser acompanhadas e permanentemente avaliadas, a fim de permitir os ajustes que se fizerem necessários ao seu aperfeiçoamento.

§ 1º As avaliações dos alunos deverão basear-se nas competências, habilidades e conteúdos curriculares desenvolvidos, tendo como referência as Diretrizes Curriculares.

§ 2º O Curso de Graduação em Enfermagem deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (BRASIL, 2001b, p. 6, grifo do autor).

As adequações dos Cursos de Graduação em Enfermagem prescritas nas novas Diretrizes Curriculares de 2001 podem ser vistas como, uma dificuldade para os docentes, conforme relatos de Renovato et al. (2009) ao alertar que se deve considerar a complexidade nas adequações das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, ocasionadas por meio da baixa adesão aos respectivos Projetos Político-Pedagógicos e da interação docente e discente no processo de ensino aprendizagem, sendo um desafio a ser superado, haja vista que muitos professores atuantes na atualidade, tiveram sua formação anterior às Diretrizes Curriculares de 2001.

Mourão (2006) descreve que uma das dificuldades de adaptações dos Cursos de Enfermagem está relacionada com resistências a mudanças por parte dos docentes, e tal dificuldade está relacionada pela falta de compreensão das prescrições das Diretrizes Curriculares e dos Projetos Político-Pedagógicos. Esses fatores associados contribuem para que os docentes continuem a utilizar a antiga estrutura com algumas discretas adaptações no currículo.

Contudo, reflexões sobre as adequações dos Cursos de Enfermagem devem ser estimuladas com fins de facilitar os ajustes com as novas recomendações das Diretrizes no âmbito da educação em Enfermagem e da educação em saúde, tendo como enfrentamento as resistências dos docentes e as dificuldades de adaptações de professores alunos e profissionais de saúde (FERNANDES et al., 2005).

Prado, Reibnitz e Gelbcke (2006) afirmam que a profissão de docente requer conhecimentos específicos, por isso encontra-se além da formação do Enfermeiro e da educação realizada na prática da Enfermagem em seu dia a dia.

Continuam os autores ao descreverem:

Se isso é verdadeiro na formação de professores, mais ainda o é na formação da enfermeira, cuja essência de sua profissão é o cuidado. Então, se é preciso coerência, só podemos ensinar o cuidado, cuidando. Eis aí nosso desafio (PRADO; REIBNITZ; GELBCKE, 2006).

Os autores deixam claro que o ensino de Enfermagem, atualmente, requer a prática de Enfermagem que por sua vez é ensinada por um Enfermeiro e que ao mesmo tempo é um professor. Neste contexto, o professor Enfermeiro se depara com os estágios e o ensino clínico visto como desafio para a formação do mesmo.

Em relação ao discente, os estudos de Moser (2006) revelaram que é necessário que os alunos de graduação tenham bom conhecimento das aulas teóricas e que estejam previamente habilitados para aplicar tais conhecimentos na abordagem prática em diversos níveis complexos de atenção à saúde e à doença da sociedade contemporânea, por meio de um atendimento sistemático e crítico de acordo com a realidade de cada caso. O sucesso dessa premissa depende diretamente da utilização das recomendações das Diretrizes e dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Enfermagem.

Após a apresentação das Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem de 2001, constatamos que essa lei determina a realização do ensino teórico e prático desde o início do curso com acompanhamento constante do professor Enfermeiro. Entretanto, percebemos que nos Cursos de Bacharéis em Enfermagem essa modalidade de ensino tem por objetivo ensinar ao aluno a atuar na Assistência de Enfermagem por meio de estudos teóricos e práticos.

As prescrições das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem para a formação do profissional Enfermeiro no âmbito das práticas e do Estágio Curricular Supervisionado estão presentes na lei, onde é recomendado que sejam realizadas tais

prescrições no último ano do curso, em busca de contribuir para o aprimoramento do SUS e a integralidade da assistência da promoção e prevenção da saúde. No entanto, a Diretriz recomenda o acompanhamento de alunos por Enfermeiros do serviço de saúde e não especifica se este deve ter capacitação docente para essa atuação; além disso, há discrepância entre a Diretriz e o Cofen em relação a esse assunto.

Os outros estágios que não se referem ao estágio curricular supervisionado são descritos como ensino prático, não sendo orientado quanto ao local e carga horária do mesmo. Um fator importante a ser considerado é que os conteúdos relacionados a fundamentos de Enfermagem não são prescritos o ensino prático, conforme já descrito anteriormente, esta orientação está relacionada com o primeiro estágio, geralmente na disciplina de Semiotécnica.

As recomendações do ensino prático e teórico como um todo orientam para a elaboração de currículos que atendam à realidade epidemiológica de cada região, em busca de ações que permitam a integralidade da saúde. Contudo, deve-se considerar que nem todos os alunos que se formarem em determinada região atuarão naquele local, pois muitos migram para outros Estados onde os aspectos epidemiológicos relacionados à saúde podem ser diferentes.

O perfil recomendado aponta para a promoção da saúde e prevenção de doenças com formação generalista, aquisição de competências e habilidades gerais e específicas, onde se engloba a comunicação, liderança, tomada de decisão, educação permanente, administração e gerenciamento. As competências específicas aparecem mais detalhadas relacionando-se com várias atuações em diversas situações da assistência de Enfermagem, estas orientam para que a formação atenda às necessidades do SUS de forma integral com qualidade e humanização.

As Diretrizes orientam para a formação complementar por meio de monitorias, estágios e outras atividades definidas no PPP, e nota-se que esta estratégia favorece a oportunidade de realização do estágio extracurricular do ensino prático.

Em relação às recomendações de ensino, elas estão pautadas nos quatro pilares da Educação com o uso de metodologias inovadoras. Contudo, não é apontado o método a ser utilizado no estágio e nas aulas práticas, tendo como referência os quatro pilares da educação, competências e habilidades e as recomendações para a consolidação do Sistema Único de Saúde. Neste sentido, entendemos que a metodologia utilizada em aula teórica, ensino clínico e estágio, não é finalidade das Diretrizes Curriculares.

Contudo, nota-se que há a contribuição das diretrizes para a elaboração do PPP dos cursos, porém, no que se refere ao ensino prático, o mesmo deve abordar as competências e habilidades gerais e específicas, não havendo maiores esclarecimentos. Ao se referir ao Estágio Curricular Supervisionado, as prescrições das Diretrizes são mais específicas e detalhadas, abordando o acompanhamento, carga horária e o ano de realização do mesmo, o que não ocorre para outras práticas relativas a cada disciplina.

4. APRESENTAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ/CAMPUS LUIZ MENEGHEL

Nesta seção será apresentada e descrita a organização, no Âmbito das Práticas e do Estágio Curricular Supervisionado, tomando como ponto de partida o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Enfermagem (PPPCE) em vigor na Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel (UENP/CLM). O intuito de identificar a organização e as prescrições relacionadas ao âmbito das práticas e o Estágio Curricular Supervisionado, tem como desafio: compreender e identificar como estão estruturados o ensino prático e o estágio curricular supervisionado e identificar se o Projeto Político-Pedagógico contempla a formação do Enfermeiro na graduação no quesito âmbito das práticas e do Estágio Curricular Supervisionado.

Portanto, não se trata de uma avaliação do PPP, mas sim de uma análise do referido documento. Neste contexto, optou-se por iniciar esta seção com uma abordagem histórica do município de Bandeirantes e o início da educação universitária no município. Em seguida, foi descrito o histórico da UENP/CLM, a trajetória dos Projetos Político-Pedagógicos anteriores do curso de Enfermagem, apresentação dos componentes do atual Projeto Político-Pedagógico do curso de Enfermagem, e por fim a apresentação em forma de quadro dos itens do PPPCE/CLM que contemplam e os que não contemplam as recomendações das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001.

4.1. Breve Histórico do Município de Bandeirantes

O subtítulo “breve histórico do município de Bandeirantes” pode ser justificado pela carência de obras existentes sobre a origem da cidade. A falta de estudos sobre isto corrobora com estudos de Zanin e Selonk (2011), no qual os autores ressaltam que há literatura escassa sobre este tema, sendo necessárias novas pesquisas com o objetivo de reconstruir a história do município. Para os autores, tais estudos devem ser realizados com relatos de moradores que fizeram parte do início da colonização da cidade, por documentos

e fotos que caracterizem a história. Entretanto, abordaram-se nesse estudo alguns achados, conforme descrito a seguir.

No início do século XX, o município de Bandeirantes, era formado por uma pequena área desmatada, com apenas dez alqueires, sendo conhecida como Fazenda Laranjinha. Parte destas terras pertencia a Sr^a. Josephina Alves de Lima e, posteriormente, foi vendida ao Sr. Manoel dos Santos. Após esse fato, as terras começaram a ser povoadas e recebeu o nome de Invernada. Tempos depois foi implantada a estrada de ferro que ligava os Estados do Paraná e São Paulo. Em seguida, surgiu a Vila Rezende e em 1929, por iniciativa do Sr. Alberto Faria Cardoso, foi criado o Distrito de Paz. Em 1930 foi criada a estação rodoviária no Bairro Invernada com o nome de Bandeirantes, logo após outras pessoas começaram a adquirir terras na região. Em 1931 foi construído o Cartório de Registro Civil e a primeira Escola para o povoado que morava próximo à estação. Em 1932 fundou-se o primeiro clube recreativo e esportivo e a primeira Igreja, nesse ano foram doadas terras para a construção de casas que daria início às residências da cidade (BANDEIRANTES, 2011):

[...] Em 15 de Junho de 1.934, forma-se a primeira comissão que deveria ir a Curitiba, tratar junto a Interventoria Federal, da Criação do município. Foram eleitos os senhores Ozório Gonçalves Nogueira, Otacílio Arantes Carneiro, Asdrubal de Figueredo Gizzi. Como propaganda do município, e documento do processo de criação do município foi publicada a primeira página sobre o distrito de Bandeirantes no Jornal Gazeta do Povo de Curitiba, apoiado pelo secretário da justiça o Dr. Raul Vaz. Em 14 de novembro de 1.934, o Sr. Manoel Ribas Interventor Federal no Estado assina o decreto que Bandeirantes se tornaria município, cuja instalação se deu a 05 de janeiro de 1.935 sendo seu primeiro prefeito e engenheiro o Dr. Rafael Antonacci, que teve a primazia de assinar o contrato de fornecimento de luz e força (BANDEIRANTES, 2011, p. 1).

Com o passar dos anos, o município de Bandeirantes foi se desenvolvendo, tendo como economia inicial o cultivo de café o qual predominava na região. Entretanto, na década de 70 as lavouras de café foram, aos poucos, substituídas pela plantação canavieira, fato ocorrido após a implantação da Usina Bandeirantes, pela Família Meneghel, portanto, a implantação da usina de açúcar e álcool proporcionou nova oportunidade de trabalho em lavouras e na própria indústria, contribuindo para a continuidade do desenvolvimento da cidade (ZANIN; SELONK, 2011).

Atualmente, a destilaria ainda é importante fonte de renda no município, além do comércio e de pequenas indústrias. A cidade tem crescido consideravelmente. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o município de Bandeirantes localiza-se na região Norte do Estado do Paraná, com distância de aproximadamente 440 km de Curitiba, capital do Estado. O município apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado médio 0,756 e semelhante ao apresentado pelo país no ano 2005. O município conta, ainda, com uma população de 32.184 habitantes, com área de 445 km² (IBGE, 2011).

O desenvolvimento da cidade Bandeirantes teve como peça fundamental a criação da Universidade Estadual do Norte do Paraná, anteriormente denominada de Fundação Educacional de Bandeirantes. A Universidade passou por constantes processos de desenvolvimento e atualmente encontra-se em adaptações para Universidade Estadual, conforme descrito a seguir.

4.2. Histórico da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel

As Instituições de Ensino Superior representam inovações para a sociedade, tendo como finalidade educar para a cidadania e para o mercado de trabalho, por meio de ensino, pesquisa e extensão, tendo como peça fundamental os alunos e professores que contribuem para a busca do conhecimento e desenvolvimento da sociedade. No entanto, atualmente a sociedade como um todo tem contribuído para o desenvolvimento da educação pela integração entre ensino, pesquisa e extensão junto ao serviço de saúde.

O desenvolvimento do ensino universitário em Bandeirantes ocorreu por meio da Fundação Luiz Meneghel. A partir da criação desta instituição, iniciou-se o desafio de tornar a cidade, preparada para se tornar universitária, o que já ocorre na atualidade. Dada a importância desta IES como marco na educação superior em Bandeirantes, será abordada a sua história.

A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) foi criada em 28 de setembro de 2006, pela Lei nº 15.300 do mesmo ano, a sede da Universidade encontra-se localizada na Cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná. A universidade é composta por cinco Faculdades sendo, Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel (FFALM), Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, Faculdade de Educação Física e Fisioterapia de

Jacarezinho, Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, 2011a).

A UENP tem como objetivo produzir conhecimentos em diversas áreas, com vistas a estabelecer o desenvolvimento Regional e Estadual relacionado à melhoria da qualidade de vida, democracia, cidadania e desenvolvimento socioeconômico. A Universidade oferece 22 Cursos de Graduação em diversas áreas, Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* e um Curso de Pós-graduação em Ciências Jurídicas *Strictu Sensu* (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, 2011a).

O Campus Luiz Meneghel foi fundado em 1968, por meio da Lei nº 705/68, com a criação do Fundo Municipal de Ensino e a Fundação Educacional de Bandeirantes, sendo que a última destinava-se à formação em nível superior. O campus possui área total de 1.576.300 m², com 60.584,85 m² de construção, sendo que 11.231,12 m² são de edificações de salas de aula, laboratórios, biblioteca e outras construções utilizadas para pesquisa e extensão (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, 2011d).

O primeiro curso a ser implantado foi o de Agronomia no ano de 1971, dois anos após, pela Lei 1.168/73, a instituição foi transformada em Fundação Faculdades de Agronomia Luiz Meneghel. Em 2000, iniciaram-se os Cursos de Medicina Veterinária e Ciências Biológicas. Com a implantação dos novos cursos, a Faculdade se transformou em Faculdades Luiz Meneghel, por meio da Lei Municipal nº 2.219/2000. Em julho de 2001, foram implantados os **Cursos de Enfermagem** e Sistema de Informação, e em 2003, por meio de resultados de forças e lutas políticas, a Universidade foi estadualizada, e neste mesmo ano a Faculdade foi integrada à Universidade Estadual do Paraná (Unespar) criada por meio da Lei nº 13.283 de 2001. Em 2006, por meio da Lei Estadual nº 15.300/06, foi criada a Universidade Estadual do Norte do Paraná, desintegrando-a da Unespar, atualmente o Campus forma em média 200 profissionais para o mercado de trabalho por ano (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, 2011d):

A implantação do curso de Enfermagem em Bandeirantes foi um desafio muito grande para a instituição, pois historicamente, a Fundação Faculdades Luiz Meneghel era reconhecida nacionalmente pelo curso de Agronomia que já tinha se instalado há quase 30 anos em 2001. A maioria dos membros da diretoria eram engenheiros agrônomos que ousaram e apostaram nesta formação. O projeto foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação em junho de 2001 com início previsto para o segundo semestre do mesmo ano. A aula inaugural foi em 23 de julho de 2001. Contou com a presença do Dr.

Raul Mioshi, médico pediatra do município, membro da diretoria e um grande incentivador para a implantação do curso. Tivemos apoio incondicional do Prof. Dr. João Pereira Torres na época coordenador administrativo da instituição e coordenador da Enfermagem que, com ousadia, sonhou em contribuir para formar os primeiros enfermeiros da FFALM. Mesmo sendo engenheiro agrônomo, muitas vezes ouviu atentamente da coordenação técnica os problemas operacionais característicos do nosso curso. Os grandes parceiros para os campos de estágios hospitalares e saúde coletiva foram a Santa Casa e Secretaria Municipal de Bandeirantes; Santa Casa de Misericórdia e Secretaria Municipal de Cornélio Procópio e também os municípios vizinhos (Abatiá Andirá, Itambaracá, Santa Amélia, Santa Mariana). Na medida em que os semestres passavam, o provimento das necessidades e a organização técnica foram realizadas pela enfermeira Regina Hitomi Fukuda Ohira, posteriormente assumindo a coordenação do curso até 2006. A coordenação do curso durante estes anos também foi exercida pelas professoras enfermeiras: Ivana Semeghini, Emiliana Cristina Melo e Ana Lúcia de Grandi (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, 2011b, p.1-1).

O Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Norte do Paraná encontra-se inserido no Centro de Ciências Biológicas e Departamento de Saúde e Educação localizado na cidade de Bandeirantes, tendo como coordenadora atual a Professora Enfermeira Flavia Teixeira Ribeiro (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, 2011b).

Desde a implantação do Curso de Enfermagem, o colegiado teve como desafio a elaboração e atualização do Projeto Político-Pedagógico, com vistas a aprimorar e atender às recomendações das Diretrizes e do Sistema Único de Saúde. Dada a importância desse processo, relataremos, a seguir, a trajetória da organização dos respectivos projetos desde o início do Curso.

4.3. A Trajetória do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Enfermagem da UENP/CLM

A primeira organização do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Enfermagem da UENP/CLM teve início no ano 2000 com as primeiras movimentações para a implantação do curso. Nesse ano, a Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel enviou uma carta-consulta ao Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná, Excelentíssimo Senhor Professor Haroldo Marçal, assinada pelo então Diretor da Faculdade de Agronomia

Professor Dr. José Celso Martins, que tinha como justificativa para a implantação do curso o grande número de internamentos e procedimentos ambulatoriais realizado pelo Sistema Único de Saúde e a pequena quantidade de profissionais Enfermeiros com nível superior para a assistência à população na região Norte do Paraná. Havia redigido no documento o objetivo e perfil desejado do profissional Enfermeiro, assim como os conteúdos básicos e específicos que seriam colocados em práticas após a implantação do curso (FUNDAÇÃO FACULDADE DE AGRONOMIA LUIZ MENEGHEL, 2000).

No dia 7 de novembro de 2000, após a análise realizada pelo grupo de apoio administrativo e votação unânime da Câmara de Educação Superior, o Conselho Estadual de Educação enviou à Fundação Faculdade Luiz Meneghel o Parecer nº 452/00 favorável para a implantação do Curso que ocorreu em 2001, por meio do Decreto Estadual nº 4.300/2001, sendo que a primeira turma ingressou em julho de 2001 (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2000; CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2005).

Inicialmente, o Curso de Enfermagem era de caráter privado, haja vista que a Faculdade Luiz Meneghel não era estadualizada. O curso tinha carga horária de 3.736h e funcionava em período integral e semestral (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2004; CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, 2005).

O primeiro Projeto Político-Pedagógico do Curso de Enfermagem da UENP/CLM foi criado no ano de 2004, tendo sua organização curricular de acordo com o currículo mínimo exigido pela Portaria do MEC nº 1.721/94, e contemplava o ensino das práticas desde o início do curso tendo como objetivo geral “[...] formar Enfermeiros, que atuem nas áreas de educação, pesquisa e extensão, assistência e gerência, nos diferentes níveis de complexidades educacionais, atuando de forma concreta para a transformação do contexto social” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2004, p. 6).

Em 2005, houve avaliação do Curso de Enfermagem pelos especialistas do Conselho Estadual de Educação com o objetivo de reconhecer o curso. Neste intuito, os especialistas apontaram necessidades de reformulação do Projeto Pedagógico de 2004. Na ocasião, o Colegiado do Curso se reuniu e iniciaram-se as adequações sugeridas que entraram em vigor a partir de 2006, contudo em 2005, o curso foi reconhecido pelo Conselho Estadual de Educação por meio do Parecer nº 530/2005 (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2005).

Optamos por apresentar na íntegra as adequações realizadas na grade curricular do curso, proposta pelo Conselho Estadual de Educação:

1. A carga horária das disciplinas de 72h passam para 60h que somam 4 créditos e as disciplinas com 36h passam para 30h, não alterando na quantidade de aulas efetivamente ministradas no curso neste primeiro quadriênio.
2. Aumento da carga horária das disciplinas de Antropologia Aplicada à Saúde e Sociologia em Enfermagem de 36h para 60h no semestre. A Sociologia em Enfermagem com acréscimo de aulas práticas diurna para atividades desenvolvidas com a comunidade. Alteração da Antropologia para o 2º semestre trazendo a Sociologia para o 1º semestre como foi sugerido pelo perito na ocasião da visita no dia 15 de junho de 2005.
3. Aumento da carga horária da Enfermagem como Profissão e Legislação e Ética Profissional em Enfermagem de 36h para 60h no semestre. As aulas práticas da disciplina Enfermagem como Profissão/Fundamentos no Processo do Cuidar vai proporcionar a interação dos acadêmicos com os profissionais de saúde já atuantes na Enfermagem e com a comunidade, utilizando os instrumentos básicos de Enfermagem como embasamento teórico para a prática nos hospitais, UBS e comunidade.
4. Mudança da disciplina de Microbiologia do primeiro semestre para o segundo semestre, pois na discussão realizada nos semestres anteriores, o professor alega que as disciplinas de Bioquímica e Biologia I são pré-requisitos para esta disciplina.
5. Mudança da disciplina de Fisiologia Humana para o segundo semestre, pois em discussão anteriores, os professores das disciplinas de Farmacologia e Processos Patológicos Gerais sentem dificuldade de trabalhar os conteúdos programáticos sem o pré-requisito.
6. Mudança da disciplina de Parasitologia para o terceiro semestre com a disciplina de Fisiologia Humana.
7. Mudança da Legislação e Ética Profissional em Enfermagem do segundo semestre para o terceiro semestre, pois possibilita o aluno ter uma visão mais crítica em relação a profissão que irão exercer.
8. Aumento da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado I dividindo a disciplina com dois docentes que trabalharão em separado o conteúdo de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e Pronto Socorro (PS). Redução da carga horária de Enfermagem na Saúde do Adulto II (Enfermagem Psiquiátrica), pois em discussões anteriores, o professor relata que a carga horária atual é maior do que a necessidade da disciplina.
9. Acréscimo da disciplina Estágio Curricular Supervisionado II no sétimo semestre onde o aluno desenvolverá ações do Cuidado nos diversos ciclos de vida. Há necessidade de contratação de dois enfermeiros que ficarão na UBS e Santa Casa de Bandeirantes/Cornélio Procópio para supervisão dos alunos nestes estágios.
10. Com a inclusão desta disciplina, os Estágios Curricular Supervisionados I, II e III somam 795h de carga horária de estágio (diurno) no curso de 3.955h atingindo 20,10% da carga horária do curso, atendendo assim o Artigo 7 da Resolução CNE/CES nº 3 de 07 de novembro de 2001 (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2005).

Como se pode notar, houve modificações nas propostas que ocorreram em 2005 e realizadas em 2006. Houve a predominância do aumento da carga horária de algumas disciplinas, porém em algumas o contrário. Ocorreu também a inserção de aulas práticas

junto à comunidade, na disciplina de Sociologia, na área de humanas e em áreas específicas da Enfermagem. As mudanças, após a avaliação dos especialistas do Conselho Estadual de Educação, apontam para as recomendações das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem, recomendações do SUS e do Pró-Saúde. Nesse currículo, nota-se a preocupação com o ensino prático e a integração entre ensino e serviço de saúde.

As mudanças citadas estão relacionadas ao aumento da carga horária em disciplinas de alta complexidade em nível hospitalar e diminuição na disciplina de psiquiatria. Houve mudanças de disciplina de um semestre para outro como pré-requisito, para uma melhor visão crítica por parte do aluno, divisão de disciplinas com contratação de docentes para Estágio Curricular Supervisionado I e adesão de uma nova disciplina, o Estágio Curricular Supervisionado II. Para esta disciplina, foi prescrita a contratação de dois Enfermeiros para o acompanhamento do estágio e não dois docentes, o que não cumpre as recomendações do Conselho Federal de Enfermagem. Nota-se aqui o cumprimento da carga horária de estágio, conforme recomendações das Diretrizes do Curso.

Além das mudanças e justificativas descritas acima, o Projeto Político-Pedagógico de 2005 contemplava a realização obrigatória de 100h de atividades extracurriculares a serem realizadas durante os quatro anos do curso, com o objetivo de contribuir com o processo de ensino e aprendizagem. Essas atividades incluem congressos, seminários, monitorias e cursos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2005).

Sem dúvida, as 100h descritas no PPP contribuem para o aprendizado, visto que as Diretrizes recomendam atividades extracurriculares. Neste contexto, o PPP do Curso de Enfermagem da UENP contempla essas atividades desde o ano de 2005 considerando, portanto, a formação no quesito das práticas com monitorias e estágios extracurriculares.

Em seguida, será abordada a apresentação e análise do atual PPP desde o início das reformulações ocorridas em 2010, haja vista que este documento tem como característica constantes mudanças para a melhoria do ensino.

4.4. Apresentação do Atual Projeto Político-Pedagógico do Curso de Enfermagem da UENP/CLM

A Resolução CNE/CES nº 3 de 07 de novembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em nível nacional, determina que a elaboração dos

Projetos Político-Pedagógicos das universidades, seja realizada pelos respectivos cursos, tendo como orientação em seu processo de criação a referida lei. Neste contexto, as Diretrizes Curriculares de 2001 estabelecem autonomia aos cursos superiores quanto à elaboração e atualização de seus projetos (BRASIL, 2001b).

Para Parra (2008), o Projeto Político-Pedagógico representa um documento que permite a instituição democratizar e estruturar o processo de ensino e aprendizagem de forma inovadora, além de facilitar o planejamento da estrutura de trabalho da IES, sendo, portanto, instrumento que direciona as políticas educacionais propostas. O autor define o PPP como uma declaração formal escrita e formulada que proporciona oportunidade de integração entre a escola e a sociedade construindo um processo histórico.

Para Saupe e Alves:

[...] todo projeto pedagógico é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (SAUPE E ALVES 2000, p. 61).

Os Projetos Político-Pedagógicos são elaborados coletivamente de forma que atendam às necessidades de saúde da população, portanto, encontra-se ligado às realidades em cada momento histórico havendo necessidades de reformulação com o passar dos anos (SAUPE; ALVES, 2000).

Em 2010, ocorreu uma nova mudança no PPPCE/UENP/CLM. Tal mudança foi necessária pela “[...] necessidade de ampliar a visão do currículo mínimo em consonância com a Resolução nº 4 de 06/04/2009 do CNE/CES que dispõe sobre carga horária e procedimentos relativos à integralização e duração do Curso de Graduação em Enfermagem” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ 2011c, p. 3).

Após a reformulação do referido projeto, o curso passa a ser anual com carga horária de 4.490h distribuídas em cinco anos letivos de forma integral. As mudanças ocorridas em 2010 relacionadas à carga horária total do curso estão de acordo com as prescrições das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001, denotando a preocupação do colegiado com as legislações ao reformular o PPP de 2010.

O PPPCE/UENP/CLM de 2011, aperfeiçoado pelo Colegiado do Curso no ano de 2010, teve como fundamentação e embasamento as seguintes leis mostradas no Quadro 1:

Legislação	Finalidade
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
Resolução nº 3/2001 CNE/CES	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.
Resolução nº 4/2009 CNE/CES	Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos Cursos de Graduação em Enfermagem.
Lei do Exercício Profissional de Enfermagem nº 7.498 de 25 de junho de 1986	Regulamentado pelo Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987.
Regimento Geral da UENP, cujo art. 65	Estabelece aos Colegiados de Curso de Graduação propor seus respectivos projetos político-pedagógicos de cada curso.
Estatuto da UENP, art. 62	Estabelece que cada um dos cursos deverá ter seu projeto político-pedagógico próprio, atendidas as Diretrizes e normas do Projeto Político-Pedagógico Institucional da UENP.

Quadro 1 – Leis utilizadas na elaboração do PPPCE/UNP/CLM, 2011.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 2).

Portanto, as normas atuais do PPP da UENP/CLM foram elaboradas de acordo com o modelo de PPP⁷ da Universidade. Atualmente, são ofertadas 40 vagas para o Curso de Enfermagem, embasadas na Resolução Cofen nº 299/2005 e Resolução Cofen nº 189/96 que regem as normatizações para o estágio. Estas Leis determinam o número de alunos permitidos em campo de Estágio sob supervisão de um professor de acordo com cada setor e a gravidade dos pacientes, conforme mostrado no Quadro 2:

Tipo de assistência	Definição	Nº de alunos por supervisor
Mínima	Pacientes estáveis sob o ponto de vista clínico e de Enfermagem, mas fisicamente autossuficientes quanto ao atendimento das necessidades humanas básicas.	10
Intermediária	Pacientes estáveis sob o ponto de vista clínico e de Enfermagem, requerendo avaliações médicas e de Enfermagem com parcial dependência dos profissionais de Enfermagem para o atendimento das necessidades humanas básicas.	08
Semi-intensiva	Pacientes recuperáveis, sem risco iminente de vida, sujeitos à instabilidade de funções vitais, requerendo Assistência de Enfermagem e Médica permanente e especializada.	06
Intensiva	Pacientes graves e recuperáveis, com risco iminente de vida, sujeitos à instabilidade de funções vitais, requerendo Assistência de Enfermagem e Médica permanente e especializada.	05

Quadro 2 – Resoluções Cofen nº 299/2005 e 189/96 referentes ao estágio.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ, 2011c), Resolução COFEN nº 299/2005 (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2005) e Resolução COFEN nº 189/96 (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 1996).

⁷ Disponível em: http://www.uenp.edu.br/prograd/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=85. Acesso em: 08 jan. 2012

Considerando que os alunos de Enfermagem realizam estágios em instituições hospitalares e Postos de Saúde, onde englobam todas as assistências de Enfermagem citadas anteriormente, nota-se que a universidade tem descrito em seu PPP o compromisso com o cumprimento do Conselho Federal de Enfermagem em relação ao número de alunos em cada setor do hospital e da rede básica. No entanto, destacamos que o município não possui um Hospital Universitário para o ensino, o mesmo se realiza nas Santas Casas e Postos de Saúde do SUS. Diante deste quadro, consideramos que novas pesquisas podem ser realizadas relacionadas ao nível de aceitação para o ensino em hospitais não-universitários, pois conforme citado na seção II, autores como Silva et al. (2010), Brasil (2007) constataram aversão de profissionais que trabalham no sistema de saúde em relação a alunos e professores em campo de estágio, prejudicando a integração ensino e serviço e a interação de alunos e professores com a equipe o que reflete na assistência. Esse fato nos leva a pensar se há diferenças de aceitação de alunos em diferentes hospitais com diferentes filosofias. No caso na UENP/CLM ainda não existe estudos sobre o assunto, portanto sabe-se que os estágios são acordados na forma de convênios em hospitais não-universitários.

Na prática dos estágios da UENP/CLM, alunos e professores se interagem em campo de estágio com os profissionais do serviço. Conforme experiência do autor deste trabalho em campo de estágio, observa-se que pouco se pode interferir nas mudanças recomendadas pelas Diretrizes em relação ao cuidado de Enfermagem, ensinado em aulas teóricas e o que se realiza na prática do dia a dia, percebe-se que o sistema caminha em contrapartida com as recomendações da integralidade da saúde recomendadas pelo SUS. Esses fatores podem interferir no ensino prático prescrito no PPP.

Outras mudanças se deram em relação aos estágios, no novo PPPCE/CLM os estágios e aulas práticas passam a ser denominados como práticas clínicas de saúde (PCS), com aulas teóricas e práticas em laboratório nas dez primeiras semanas do período letivo, sendo que após esta etapa serão iniciadas as aulas práticas em campo de estágio integrando a teoria com a prática. Neste novo currículo, as disciplinas de Semiologia e Semiotécnica se uniram gerando a disciplina de Fundamentos I e Fundamentos II, com o intuito de proporcionar ao aluno conhecimentos teóricos e práticos desde o início do curso. Foi incluída no currículo a disciplina de Saúde do Idoso, com estágios em asilos. Essa inclusão se deu por mudanças no perfil epidemiológico da atualidade, que aponta para uma população mais idosa e que, portanto, necessita de assistência à saúde com vistas a manter

a qualidade de vida. A disciplina de Metodologia da Pesquisa passa a ser ofertada no primeiro, terceiro e quinto ano, com o objetivo de oferecer maior suporte à pesquisa (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

O parágrafo anterior demonstra a participação dos docentes na reconstrução do PPPCE/CLM; notam-se mudanças consideráveis em relação ao ensino prático conforme recomendações das Diretrizes do curso. Os estágios e aulas práticas iniciam-se no primeiro ano do curso com o objetivo de integrar a teoria com a prática, pois há a união de duas disciplinas distintas e a inclusão da disciplina de saúde do idoso com estágios e já no primeiro ano a mudança da matéria de metodologia. Tais mudanças podem ser consideradas positivas para o ensino prático e teórico, pois estão de acordo com as recomendações das Diretrizes Curriculares e do SUS que recomendam a assistência a todos os usuários do SUS, incluindo os idosos, população esta que implica um aumento no número de doenças crônicas relacionadas ao envelhecimento. Em relação à pesquisa trabalhada no primeiro ano do curso, por meio da disciplina de Metodologia da Pesquisa, a mesma considera as recomendações das Diretrizes Curriculares do curso que recomenda o ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, conforme constatado neste estudo, as necessidades do mercado de trabalho e a assistência à saúde se modificam de acordo com cada momento histórico. Neste sentido, pesquisas devem ser realizadas em relação à aplicação das mudanças ocorridas no PPP da UENP/CLM, considerando as mudanças atuais das necessidades de saúde da população.

O Estágio Curricular Supervisionado passa a ser ofertado no último ano do curso, com carga horária de 870h, correspondendo a 20% da carga horária total do curso:

Neste momento o **aluno estará sem a supervisão direta do docente** tendo que **assumir responsabilidades** e atuar no serviço juntamente com a equipe de saúde sendo mais um membro efetivo na **tomada de decisões**. Este estágio compreende uma etapa final da formação acadêmica, sendo ele o campo para o exercício das habilidades e competências adquiridas ao longo do processo de formação e para o contato do acadêmico para situações reais de trabalho. O aluno será capacitado a atuar com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 3, grifo nosso).

O PPPCE/CLM descreve que o aluno irá assumir responsabilidades junto ao serviço de saúde tomando decisões relacionadas à promoção da saúde e prevenção de

doenças, entretanto não terá o docente orientando-o em tempo integral de estágio. Sendo assim ressaltamos a necessidade de articulação entre o Enfermeiro do serviço (não-docente) com a universidade, além da aceitação da equipe para com os alunos, porém essas pontuações não são passíveis de análise nesse estudo, sendo uma lacuna a ser pesquisada com metodologias que permitam tal análise.

No que se refere à mudança do curso semestral para anual, haverá diminuição na carga horária semanal dos docentes que atuam em PCS, de 34h semanais para 23h, proporcionando aos docentes condições para atividades extrassalas de aula que contemplem o ensino, pesquisa e extensão. Contudo, o novo Projeto prevê a contratação de seis professores para que as horas semanais em sala de aula e estágio se aproximem de 15h, considerada como ideal pelo Colegiado do Curso (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

A possibilidade de atuação docente em ensino, pesquisa e extensão demanda tempo hábil, sendo assim essa mudança no PPP em relação à carga horária dos docentes vem cumprir as recomendações das Diretrizes em relação à pesquisa, o que certamente irá contribuir para o desenvolvimento da universidade em relação à pesquisa, contudo para que a pesquisa se concretize é necessária a capacitação dos professores.

Na Tabela 2 destacamos a titulação do corpo docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná/ Campus Luiz Meneghel, segundo dados do PPPCE/UENP/CLM.

Tabela 2 – Titulação do corpo docente do Curso de Enfermagem da UENP/CLM em 2010

Titulação	Nº
Pós-doutores	0
Doutores	7
Mestres	12
Especialistas	17
Graduado	2
Total	38

Fonte: Tabela reformulada a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 18).

Dentre os 38 integrantes que compõem o corpo docente da UENP/CLM, 30 mantém como regime de trabalho a dedicação exclusiva, seis dos docentes têm dedicação de 40h sem exclusividade e 20 com dedicação de 20h de trabalho semanal (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

No quesito capacitação docente, o curso de Enfermagem da UENP/CLM, mantém os parâmetros exigidos pela Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que determina que um

terço dos Professores deve manter o regime integral de serviço Docente. A Tabela 2 demonstra que a universidade supera essa exigência. A referida Lei descreve que um terço dos professores tenha titulação de Mestre ou Doutor, o curso de Enfermagem cumpre esse quesito somando os Mestres e Doutores. Vale destacar que as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem orientam para uma corporação de professores qualificados que desenvolvam nas universidades e na sociedade o ensino, pesquisa e a extensão (FERNANDES et al., 2005).

Sabemos que a titulação dos Docentes da UENP/CLM contribui para o ensino teórico e prático, contudo, estudos devem ser realizados na formação de Mestres e Doutores relacionados aos estágios, pois estes exigem considerável experiência dos docentes na prática clínica. A formação de professores para o ensino superior deve abranger a teoria e a prática de ensino com metodologias inovadoras.

Outro ponto a ser considerado é que docentes da IES, o qual nos propomos a estudar e que reformularam o PPPCE/CLM, tiveram formação anteriormente às recomendações das Diretrizes Curriculares de 2001, ou seja, em outros modelos de currículos, diferentes dos exigidos na atualidade da formação em Enfermagem sendo então um desafio para o colegiado na elaboração do PPP, pois os PPPs do curso de graduação em Enfermagem, embora tenham as mesmas recomendações das Diretrizes Curriculares, os mesmos têm em comum como estrutura: Currículo, Ementas, disciplinas, objetivos, bibliografias, orientações teóricas e práticas, modelos de representação descritiva. No entanto, quando se trata do quesito pedagógico, os mesmos diferem entre universidades, pois se encontrou na literatura dois modelos de currículo, o tradicional e o integrado.

O currículo adotado pela UENP/CLM desde o primeiro PPP implantado para iniciar o Curso foi o tradicional, contudo, observa-se na literatura a tendência das Universidades em adotarem o currículo integrado. Para Feuwerker e Almeida (2003, p. 352), as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem “[...] deixam em aberto o tipo de orientação a ser adotado em cada escola, mas sugerem a superação das abordagens tradicionais”. Neste entender, não se pretende defender um modelo ou outro, porém optou-se em esclarecer para o leitor a definição do currículo tradicional e integrado conforme exposto a seguir.

O currículo tradicional é o modelo mais utilizado em educação em saúde na atualidade, embora algumas instituições como a Universidade Estadual de Londrina no Paraná, Faculdade de Medicina de Marília no Estado de São Paulo, e outros Estados, vêm

adotando o modelo curricular integrado (FEURWERKER; SENA, 2002; GODOY, 2002; LALUNA; FERRAZ, 2003).

No currículo tradicional, segundo Pereira (2003), as aulas são expositivas tendo o professor como peça central na transmissão do conhecimento, pelos métodos variados como exposição oral, vídeos, seminários, trabalhos e apoio de recursos tecnológicos. Neste, o docente organiza antecipadamente o conteúdo teórico a ser ensinado aos alunos, nesse caso o professor é o condutor principal do que deve ser aprendido. O autor ressalta que nesse método os “[...] conteúdos e procedimentos didáticos não estão relacionados ao cotidiano do aluno e muito menos às realidades sociais” (PEREIRA, 2003, p. 1529).

O modelo tradicional de ensino relacionado às aulas práticas e aos estágios é subdividido em disciplinas relacionadas aos aspectos anatômicos, fisiológicos e fisiopatológicos do ser humano, assim como disciplinas relativas ao processo de adoecimento, prevenção de doenças, educação e promoção em saúde. Essas considerações foram discutidas na segunda seção dessa pesquisa, na qual professores e alunos colocam em prática conteúdos aprendidos na teoria para que o discente aprenda praticando, tendo o paciente como colaborador para o ensino. Nesse caso, espera-se o esclarecimento do modelo de ensino prescrito nos PPPs dos Cursos de Graduação em Enfermagem, além de o professor estar qualificado para essa prática de ensino.

O Currículo integrado tem como característica a articulação das disciplinas de cada área a serem ministradas; essas são planejadas e divididas em módulos do primeiro ao último ano do curso com o intuito de unir as disciplinas de base com as específicas da Enfermagem (GODOY 2001; LALUNA; FERRAZ, 2003).

Godoy (2001) ressalta que a mudança do currículo tradicional para o integrado exige a capacitação dos professores. O autor esclarece que nesse modelo de ensino o aluno participa ativamente na produção do aprendizado considerando os conhecimentos já adquiridos. Os conteúdos a serem trabalhados são direcionados aos problemas sociais e de saúde, tendo como método de ensino a pedagogia problematizadora. Esse método, segundo o autor, parte da observação da situação da realidade com o objetivo de oferecer solução para o problema por meio de análise e estudos teóricos em grupos de acordo com o que foi observado.

A UENP/CLM oferece a formação em **Bacharelado em Enfermagem**, tendo como forma de ingresso o vestibular, transferência externa e portadores de diploma de nível superior. O curso de Enfermagem tem como premissa formar profissionais para atuar na

prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, com ênfase na promoção da saúde, respeitando a ética e a bioética (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, grifo nosso).

Nota-se que o curso de Enfermagem da UENP/CLM segue os preceitos propostos pelo SUS e pelas Diretrizes Curriculares do Curso em relação à formação para a promoção da saúde e prevenção de doenças, assim como a reabilitação. O curso oferece somente a formação em bacharel, não havendo a licenciatura, mesmo assim o PPP está de acordo com as Diretrizes, haja vista que a mesma não obriga o oferecimento do curso de licenciatura. Neste caso surge nova indagação, estariam os Enfermeiros preparados para educar para a saúde sem a licenciatura? ou a disciplina de Educação em Saúde supre essa necessidade? essa dúvida não será abordada nesse estudo, porém será considerada e estudada futuramente visto que, não há essa disciplina no currículo do PPPCE/CLM, porém a Educação em Saúde é trabalhada dentro de disciplinas de ensino prático, conforme mostrado nos Apêndices A, B e C.

4.5. Objetivo do Curso da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneguel

O Curso de Enfermagem do Campus Luiz Meneghel tem como objetivo formar Enfermeiros com capacidade de atuação generalista de forma crítica, com criatividade, competências, técnicas e comprometimento com as políticas de saúde vigentes, além de fomentar uma visão de integralidade, universalidade e participação junto à sociedade, com o intuito de melhorias no atendimento à saúde de acordo com a situação de saúde do país e da região, por meio de formulação de estratégias que atendam às necessidades da população de forma eficiente e eficaz, a fim de promover a humanização da assistência e o cuidado integral (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

Os objetivos prescritos no PPPCE da UENP/CLM condizem com as orientações das Diretrizes e, conforme citado por Prado, (2006), nem sempre o que é escrito em documentos ocorre na prática, se esse fato é preocupante em termos teóricos, com certeza tem relevância no ensino prático, porém a reformulação do PPPCE/CLM é considerada

relativamente nova e muito há que se fazer para o aprimoramento da formação do Enfermeiro.

Neste contexto:

O curso de Enfermagem da UENP/CLM diante das mudanças ocorridas no ensino superior no Brasil, procura formar profissionais críticos, reflexivos e transformadores com habilidades técnico-científicas para atender as necessidades do ser humano na sua integralidade, inserido em um contexto social e familiar (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 3).

Os profissionais Enfermeiros formados na UENP/CLM devem estar aptos a atuarem em diversas áreas tais como, gestão de nível estadual e municipal, gerentes de Enfermagem em unidades hospitalares, rede básica de saúde e direção hospitalar. O profissional poderá atuar como Enfermeiro assistencial em hospitais, clínicas, empresas, repartições públicas entre outras áreas assistências da Enfermagem (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ 2011c).

O Curso de Enfermagem da UENP/CLM oferece ao aluno embasamento teórico, bem como as práticas de laboratório anteriormente ao estágio, com o objetivo de preparar o aluno para a atuação em campo de estágio, respeitando as normas propostas pelo Cofen em relação ao dimensionamento dos alunos e professores em cada setor e a complexidade de cada estágio (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

Acreditamos que o preparo inicial em laboratório contribui para a formação do Enfermeiro, pois conforme citado na seção II, nos laboratórios os alunos adquirem treinamentos que irão favorecer a aquisição de habilidades em campo de estágio.

4.6. Perfil do Profissional, Competências e Habilidades, segundo o Projeto Político-Pedagógico do Curso

De acordo com o PPPCE, o curso deve desenvolver no aluno aptidões e competências que proporcionam ao futuro Enfermeiro condições de atuar em todas as fases da vida humana e em diferentes campos de atuação de forma multiprofissional,

despertando atitudes que permeiam as ações de promoção da saúde da população (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

Algumas características esperadas sobre o perfil do Enfermeiro formado na UENP/CLM são apresentadas a seguir, neste contexto o egresso deve ser:

- Capaz de assumir postura coerente com os princípios éticos e legais da profissão.
- Empreender a busca do conhecimento sendo agente facilitador de sua própria aprendizagem, oportunizando assim atualizar-se.
- Estabelecer relações democráticas com a clientela, a equipe de enfermagem e saúde.
- Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações.
- Produzir saber que favoreça o desenvolvimento do corpo de conhecimento em enfermagem.
- Assumir o compromisso pela valorização profissional.
- Ter uma prática comprometida com as necessidades de saúde da população através de ações assistenciais, gerenciais, de pesquisa e de educação, uma vez que isto vai de encontro com as propostas curriculares do MEC.
- Tornar-se sujeito no processo de formação de recursos humanos.
- Internalizar ciência e a arte do cuidar como instrumento de interpretação e de intervenção profissional.
- Desenvolver o cuidado de enfermagem a partir da perspectiva de quem experiencia as situações saúde-doença (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 4).

Os itens apresentados anteriormente são apenas alguns pontos a serem trabalhados com os alunos em campo de estágio. Entendemos que é indispensável que os docentes conheçam e entendam o PPPCE, favorecendo o ensino prático em busca de uma formação baseada em competências e habilidades indispensáveis para os Enfermeiros, daí a importância do ensino prático estar prescrito no PPPCE.

O Curso de Graduação em Enfermagem da UENP/CLM tem como premissa a formação por competência conforme recomenda as Diretrizes Curriculares. Neste contexto, o Projeto Político-Pedagógico do Curso apresenta as competências esperadas e consideradas essenciais para a formação do Enfermeiro conforme descrito a seguir:

- reconhecer e atuar nos diferentes cenários da prática profissional;
- Identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico;
- intervir no processo saúde/doença responsabilizando-se pela qualidade da assistência/cuidado de enfermagem ao ser humano em seus diferentes níveis de atenção à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência;

- prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade;
- compatibilizar as características profissionais dos elementos da equipe de enfermagem às diferentes demandas dos usuários;
- integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais;
- gerenciar o processo de trabalho em enfermagem em todos os âmbitos da atuação profissional;
- reconhecer o processo de avaliação e o impacto das ações desenvolvidas;
- planejar e implementar programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem.
- planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;
- desenvolver, participar, divulgar e utilizar pesquisas ou outras produções de conhecimento que objetivam a qualificação da prática profissional;
- ter os códigos éticos, políticos e normativos da profissão como baliza da sua prática;
- interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;
- participar dos movimentos de qualificação das práticas de saúde (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 5).

As competências citadas anteriormente encontram prescritas nas Diretrizes do Curso, e demonstra organização entre as Diretrizes e o PPPCE da UENP/CLM, além dessas, as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001, em seu artigo 6º, esclarece os conteúdos essenciais a serem contemplados na Graduação em Enfermagem, a saber, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Sociais, Enfermagem, Estágio, Atividades Extracurriculares. O currículo do Curso de Enfermagem da UENP/CLM contempla estas prescrições conforme mostrado no Quadro 3.

Área	Disciplinas	Carga Horária
Ciências Biológicas formação geral	Anatomia Humana	120
	Embriologia e Histologia	90
	Fisiologia Humana.	90
	Biofísica	30
	Bioquímica	90
	Farmacologia	90
	Imunologia	60
	Processos Patológicos Gerais	90
	Parasitologia Humana	60
	Microbiologia	90
	Biologia Celular	60
	Genética Humana	60
	Fundamentos de Nutrição e Dietoterapia	30

Quadro 3 – Conteúdos curriculares do Curso de Enfermagem da UENP/CLM.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 7, grifo nosso).

As disciplinas recomendadas pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001, relacionadas a Ciências Biológicas, conhecidas como formação geral, são ministradas nos primeiros anos do curso e será requisito para a iniciação de outras disciplinas. São matérias fundamentais para a inserção no âmbito das práticas e para o estágio supervisionado, pois proporcionam aos estudantes conhecimentos sobre as funções normais e anormais do organismo humano, sendo ponto de partida e de apoio para a promoção da saúde nos estágios e na vida profissional do Enfermeiro. Neste contexto, todas as matérias citadas anteriormente contribuem de forma direta ou indireta para a promoção da saúde (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

É preciso considerar que mudanças ocorrem na área das Ciências Biológicas, como a descoberta de novos medicamentos farmacológicos, advento de doenças antes não prevalente, entre outras incluídas na terapêutica do paciente. Neste sentido, as Ciências Biológicas proporcionam novas técnicas de tratamento e controle de doenças que no passado não havia cura, todavia nota-se que as disciplinas citadas no Quadro 3 tem notável relevância para o profissional Enfermeiro, e para o aluno de Enfermagem no ensino prático, haja vista que o estudante estará em contato direto com situações aprendidas com as disciplinas relacionadas a Ciências Biológicas no ambiente de estágio.

Área	Disciplinas	Carga Horária
Ciências Humanas e Sociais	Ciências Sociais em Enfermagem	90
	Psicologia Aplicada à Enfermagem	60
	Introdução à Metodologia da Pesquisa Científica e Bioestatística	90
	Metodologia da Pesquisa I	60
	Metodologia da Pesquisa II	30

Quadro 4 – Conteúdos curriculares do Curso de Enfermagem da UENP/CLM.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 8, grifo nosso).

As Ciências Sociais e Humanas têm como premissa a inserção do aluno em um contexto da realidade social, bem como o conhecimento de estratégias para atuar junto à comunidade, além de proporcionar ao aluno conhecimentos iniciais para a pesquisa. Neste sentido, as Ciências Humanas exercem papel fundamental para a realização dos estágios, visto que o aluno nesse processo estará diretamente em contato com a comunidade em diversos ambientes, em busca da promoção da saúde e prevenção de doenças (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

Na atualidade, as Ciências Humanas e Sociais exercem forte impacto na área saúde, visto que o modelo recomendado pelo SUS visa à prevenção de doenças e promoção da

saúde, além da humanização preconizada pelo Ministério da Saúde. Essas ações parece ser um desafio a ser superado pelos profissionais de saúde, sendo que o futuro Enfermeiro é visto como peça fundamental na efetivação dessas ações durante a graduação e ao ingressar no mercado de trabalho. Em outras palavras, as Ciências Humanas e Sociais visam preparar o aluno para o enfrentamento dos problemas relativos à assistência à saúde, às mudanças sociais e epidemiológicas ocorridas em cada momento.

Área	Disciplinas	Carga Horária
Enfermagem Formação Diferenciada	Atenção à Saúde Coletiva I	60
	Atenção à Saúde Coletiva II	150
	Epidemiologia em Saúde	60
	Enfermagem como Profissão/Fundamentos para o processo de cuidar	60
	Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria	90
	Fundamentos Práticos para o cuidado de Enfermagem I	120
	Fundamentos Práticos para o cuidado de Enfermagem II	270
	Enfermagem em Clínica Médico-Cirúrgico	210
	Enfermagem Perioperatória, Central de Materiais e Esterilização	120
	Saúde Ambiental	60
	Saúde do Neonato, Criança e Adolescente	180
	Saúde da Mulher	180
	Práticas Clínicas em Alta Complexidade	210
	Administração em Saúde e aplicada em Enfermagem	180
	Saúde do Idoso	60
	Legislação e ética profissional de Enfermagem	60

Quadro 5 – Conteúdos curriculares do Curso de Enfermagem da UENP/CLM.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 8-9).

A formação diferenciada em Enfermagem é o momento em que o aluno aprende conteúdos relacionados à área específica da Enfermagem em um contexto geral e aborda todos os ciclos da vida e do processo de adoecimento. Nessa etapa, o discente atua diretamente com os pacientes a fim de promover e reabilitar a saúde e prevenindo a doença de um indivíduo ou de um grupo, ou seja, inicia-se o ensino por meio de estágios utilizando todos os conhecimentos já adquiridos nos anos anteriores. Essa etapa ocorre em hospitais e postos de saúde (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

Além dos conteúdos apresentados nas tabelas anteriores, o curso contempla o Estágio Curricular Supervisionado em forma de internato com uma carga horária de 930h, atividades complementares de 200h e disciplinas optativas, podendo ser contempladas em até 60% nas atividades complementares ao longo do curso (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c):

Estas atividades visam o complemento da estrutura curricular do curso colocando a disposição do discente atividades não incluídas em seu currículo regular. As 200 horas extracurriculares a serem cumpridas ficarão distribuídas da seguinte forma: 60% referente a participação nas disciplinas optativas; 100% de estágio voluntário e monitoria; e 40% de eventos científicos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 13).

A universidade apresenta em seu PPP os conteúdos essenciais para a formação do Enfermeiro de acordo com as Diretrizes Curriculares, porém nesta análise não é possível afirmar com precisão se os conteúdos descritos são realmente trabalhados na prática dos estágios e aulas práticas, o que foge da intenção deste trabalho, sendo necessário para determinar essa resposta estudos de campo.

4.7. Avaliação do Aluno, Segundo o Projeto Político-Pedagógico do Curso

O sistema de avaliação do Curso de Enfermagem da UENP/CLM obedece ao Regimento Interno da Universidade, conforme demonstrado abaixo:

Art. 98 A avaliação do aproveitamento escolar será feita por disciplinas obrigatórias, complementares ou optativas, conforme o respectivo projeto político-pedagógico. § 1.º A avaliação referida no caput deste artigo será expressa em notas variáveis de zero (0) a dez (10).

§ 2.º Ao término de cada período letivo será atribuída ao estudante, em cada disciplina ou atividade acadêmica, uma média final resultante de, no mínimo: a) três (03) avaliações por disciplina ou atividade, nos cursos semestrais;

b) duas (02) avaliações semestrais por disciplina ou atividade, nos cursos anuais.

Art. 99 Considerar-se-á aprovado na disciplina ou atividades acadêmicas, sem necessidade de exame final, o estudante que obtiver média igual ou superior a sete (7,0) e frequência de, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) da carga horária prevista Conforme Regimento geral da UENP:

Art. 100 O estudante com média final em disciplina ou atividade acadêmica inferior a sete (7,0), será submetido a exame desde que tenha obtido média igual ou superior a quatro (4,0), e tenha frequentado, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) da carga horária prevista.

Art. 101 Será aprovado na disciplina ou atividade acadêmica o estudante que obtiver média igual ou superior a cinco (5,0), extraída aritmeticamente entre a média parcial e a nota do Exame Final respectivo.

Art. 102 O regime de dependência é permitido ao estudante reprovado por nota em até duas (02) disciplinas ou atividade acadêmica, desde que tenha tido frequência de, no mínimo, setenta e cinco por cento (75%) da

carga horária prevista (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 9-10).

A avaliação do processo educativo no curso de Enfermagem da UENP/CLM ocorre por meio de médias aritméticas com nota de zero a dez; no mínimo, três avaliações ou atividades semestrais e duas nas disciplinas anuais, a média de aprovação é 7,0 com 75% de presença nas aulas e com opção de exame, caso o aluno não consiga a média, nesse caso a média final passa a ser 5,0 sendo que o estudante só poderá reprovar em duas disciplinas ou ficará retido no semestre. O PPPCE descreve que as avaliações podem ser aplicadas por meio de atividades, entretanto, não esclarece quais seriam essas. As avaliações relacionadas aos estágios não são esclarecidas no PPP. Mas pelas observações e atuação do autor como docente do curso, sabe-se que cada professor tem um instrumento de avaliação de estágio baseado nas competências e habilidades prescritas pelas Diretrizes e pelo PPPCE/CLM, também com média de zero a dez.

Para Fernandes et al. (2005), o processo de avaliação pode ser entendido como ato formativo de reconhecimento do que foi ensinado, sendo um mecanismo de acompanhamento, ensino e aprendizagem em uma instituição, além de uma ferramenta essencial que aponta as necessidades e as dificuldades vividas pelos alunos durante a aplicação de uma determinada disciplina. O autor ressalta que em uma avaliação deve ser preservada a individualidade do avaliado e esclarece:

[...] a tarefa da prática avaliativa tem como premissa básica a constante reflexão dos docentes sobre sua prática pedagógica e o acompanhamento do aluno na sua caminhada de construção do conhecimento, tendo como claro que o erro é o ponto de partida para esclarecimentos e nunca para servir como motivo de punição (FERNANDES et al., 2005, p. 447).

Para Oliveira e Santos (2005), a avaliação realizada pelo docente pode representar para o discente o único caminho para a aprovação. Neste contexto, a avaliação passa a ter sentido negativo por parte do aluno, que pode estudar apenas os conteúdos referentes às provas, perdendo assim a motivação pela busca de outras Literaturas. O autor destaca que há várias formas de avaliação, como provas dissertativas, objetivas, seminários entre outros, mas o que realmente irá influenciar na avaliação será a qualidade e embasamento com que essa será elaborada e sua relação com o aprendizado.

As avaliações podem ser vistas pelos alunos como punição e exclusão, incentivando-o a adotar meios fraudulentos na realização da prova. Para os professores pode ser entendida como método que não avalia a aprendizagem, estando interligada com a memorização fugindo da realidade. É comum incluírem na avaliação conceitos relacionados à atuação e comportamento do aluno em sala de aula (GOMES et al., 2007).

Os métodos de avaliação do Curso de Enfermagem da UENP/CLM ocorrem por meio de provas, trabalhos, seminários, resumos entre outros. Essa constatação se deu por nossa experiência como docente da UENP/CLM, entretanto não cabe aqui afirmar se avaliação é a ideal para o curso, mas certificar se a mesma está em consonância com as Diretrizes Curriculares que orientam para a avaliação das competências e habilidades. Nesta análise não encontramos prescrições no PPPCE/CLM sobre orientações de avaliação, segundo as Diretrizes (competências e habilidades), mas sobre o regimento interno da UENP/CLM. Todavia, é preciso que os docentes tenham conhecimento sobre as prescrições de avaliação contidas nas Diretrizes a saber: “[...] O Curso de Graduação em Enfermagem deverá utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem e do próprio curso, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pela IES à qual pertence” (BRASIL, 2001b., p. 6).

4.8. Matriz Curricular do Curso de Enfermagem da UENP/CLM

Para Opitz (2008), o currículo de um curso não se restringe apenas à organização das disciplinas, mas sim em um instrumento utilizado para a socialização da aprendizagem com objetivos de facilitar a educação em uma instituição, o currículo deve ser flexível com vistas a proporcionar condições de adaptações junto à comunidade.

A seguir, apresentamos, com início no Quadro 6, o currículo do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Norte do Paraná, em forma de quadro, destacando as séries, disciplinas e a carga horária dos conteúdos teóricos, práticas em laboratório, práticas clínicas em saúde e a forma de oferta, além de descrever e discutir sua relação com o as práticas da promoção da saúde e prevenção de doenças, em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem.

Matérias	Carga horária teórica	Carga horária práticas em laboratório	Carga horária práticas clínicas em saúde	Forma de oferta
Anatomia Humana	60	60	0	Anual
Biofísica	15	15	0	2º Sem.
Biologia Celular	30	30	0	Anual
Bioquímica	60	30	0	Anual
Fisiologia Humana	60	30	0	Anual
Embriologia e Histologia	60	30	0	Anual
Saúde Ambiental	30	0	30	1º Sem.
Ciências Sociais em Saúde	60	0	30	Anual
Introdução à Metodologia da Pesquisa Científica e Bioestatística	60	30	0	Anual
Enfermagem como Profissão/Fundamentos para o Processo de Cuidar/Relações Humanas	30	0	30	Anual
Legislação e Ética Profissional de Enfermagem	60	0	0	Anual
Fundamentos Práticos para o cuidado de Enfermagem I	30	30	60	Anual

Quadro 6 – 1º Ano UENP/CLM.

As disciplinas grifadas são as que atendem o ensino prático e as sugestões do SUS por meio da prática.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 10-11, grifo nosso).

A formação no âmbito das práticas do curso de Enfermagem da UENP/CLM ocorre desde o início do curso, as disciplinas encontram-se organizadas iniciando com as matérias de formação geral, que dão base para a continuidade das outras disciplinas relacionadas aos conteúdos específicos da Enfermagem. No primeiro ano, a grade curricular é composta de 13 disciplinas que contemplam o ensino prático, realizado em laboratórios localizados no interior da universidade e quatro matérias que contemplam a prática em ambientes junto ao município e externo a universidade. Portanto, entende-se que essas contemplam a promoção da saúde e a prevenção de doenças. Apenas duas disciplinas são ofertadas semestralmente sendo que o restante é cursado de forma anual. Vale salientar que todas as matérias são compostas de aulas teóricas ministradas em sala de aula e a iniciação científica é ministrada no início do curso. Neste contexto, o primeiro ano do curso contempla as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem, no quesito de oferecer o ensino teórico e prático desde o início do curso com a atuação do aluno junto a realidade do SUS.

No Quadro 7 são apresentadas as características do segundo ano, sendo que duas disciplinas estão interligadas com os estágios na comunidade.

Matérias	Carga horária teórica	Carga horária práticas em laboratório	Carga horária práticas clínicas em saúde	Forma de oferta
Microbiologia	60	30	0	Anual
Processos Patológicos Gerais	60	30	0	Anual
Parasitologia Humana	30	30	0	Anual
Farmacologia	60	30	0	Anual
Genética Humana	30	30	0	Anual
Psicologia Aplicada à Saúde	60	0	0	Anual
Imunologia	30	30	0	Anual
Atenção à Saúde Coletiva I	30	0	30	Anual
Fundamentos de Nutrição e Dietoterapia	30	0	0	1º Sem.
Epidemiologia em Saúde	60	0	0	2º Sem.
Fundamentos Práticos para o cuidado de Enfermagem II	120	30	120	Anual

Quadro 7 – 2º Ano UENP/CLM.

As disciplinas grifadas são as que atendem o ensino prático e as sugestões do SUS por meio da prática.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 11, grifo nosso).

No segundo ano, sete disciplinas são ministradas como práticas em laboratórios, além das aulas teóricas. Duas matérias são ministradas como práticas clínicas em saúde, nove dos conteúdos são de caráter anual e duas de caráter semestral; as mesmas estão organizadas de forma a atenderem às Diretrizes Curriculares do Curso de acordo com o currículo tradicional.

Em seguida, no Quadro 8 são apresentadas as disciplinas do terceiro ano do curso de graduação destacando as disciplinas que trabalham o ensino prático.

Matérias	Carga horária teórica	Carga horária práticas em laboratório	Carga horária práticas clínicas em saúde	Forma de oferta
Enfermagem em Clínica Médico-Cirúrgico	90	0	20	Anual
Enfermagem Perioperatória, Central de materiais e Esterilização	60	0	60	Anual
Metodologia da Pesquisa I	60	0	0	Anual
Atenção à Saúde Coletiva II	60	0	90	Anual
Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria	30	0	60	Anual
Saúde do Idoso	30	0	30	Anual

Quadro 8 – 3º Ano UENP/CLM.

As disciplinas grifadas são as que atendem o ensino prático e as sugestões do SUS por meio da prática.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 11, grifo nosso).

As disciplinas do terceiro ano do curso são compostas por conteúdos específicos da área da Enfermagem, sendo que não há práticas a serem realizadas em laboratórios, contudo são ministradas cinco disciplinas como práticas clínicas em saúde junto à comunidade, sendo todas ofertadas anualmente. Nessa etapa, a disciplina que contempla a

pesquisa encontra-se inserida na grade curricular, porém sem ensino prático, são destacadas cinco disciplinas que trabalham a promoção e prevenção com a inserção da disciplina que irá trabalhar a saúde do idoso.

O Quadro 9 refere-se ao quarto ano letivo, tendo como característica todas as disciplinas ligadas ao ensino prático.

Matérias	Carga horária teórica	Carga horária práticas em laboratório	Carga horária práticas clínicas em saúde	Forma de oferta
Saúde da Mulher	60	30	90	Anual
Saúde do Neonato, Criança e Adolescente	60	30	90	Anual
Administração em Saúde e Aplicada à Enfermagem	120	0	60	Anual
Práticas Clínicas em Alta Complexidade	60	30	120	Anual

Quadro 9 – 4º Ano UENP/CLM.

As disciplinas grifadas são as que atendem o ensino prático e as sugestões do SUS por meio da prática.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 11, grifo nosso).

O quarto ano do curso é composto por disciplinas que exigem as práticas clínicas em saúde, pois as atividades de aprendizagem em nível hospitalar estão presentes em todas as disciplinas, portanto, as quatro matérias ofertadas oferecem o ensino prático hospitalar e três o ensino em laboratório e hospitalar; todas são oferecidas em caráter anual. Entende-se, assim, que o quarto ano oferece maior oportunidade para alunos e professores no quesito promoção da saúde.

O último ano está apresentado no Quadro 10 com a inserção do estágio curricular supervisionado propriamente dito.

Matérias	Carga horária teórica	Carga horária práticas em laboratório	Carga horária práticas clínicas em saúde	Forma de oferta
Estágio Curricular Supervisionado - Internato	60	0	870	Anual
Metodologia da Pesquisa II	30	0	0	Anual

Quadro 10 – 5º Ano UENP/CLM.

As disciplinas grifadas são as que atendem o ensino prático e as sugestões do SUS por meio da prática.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 12, grifo nosso).

No quinto ano, o aluno encontra-se próximo à finalização do curso e o âmbito das práticas funcionam como forma de internato, com carga horária relativamente aumentada conforme orientação das Diretrizes Curriculares. O internato, é conhecido pelo curso como

Estágio Curricular Supervisionado. Nesse período de ensino, não são ministrados os ensinamentos práticos em laboratórios.

É necessário esclarecer que as aulas práticas ministradas em laboratórios têm por objetivo preparar o aluno para que o mesmo adquira habilidades e aptidões e possa ingressar nas práticas clínicas em saúde realizadas em ambientes reais de atendimento a pacientes que necessitam de cuidados de Enfermagem, portanto, as aulas práticas de laboratório são pré-requisitos para outros estágios (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

Para melhor entendimento do leitor sobre as práticas clínicas em saúde, descritas no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Enfermagem da UENP/CLM, apresentamos as características das disciplinas que compõem o âmbito das práticas a saber: aulas práticas em laboratório, Apêndice A, práticas clínicas em saúde e laboratório, Apêndice B, e somente práticas clínicas, Apêndice C, com informações das disciplinas, modalidades de ensino, ementa e referências bibliográficas que permeiam o ensino como um todo.

Nas disciplinas de Anatomia Humana, Biofísica, Biologia Celular, Bioquímica, Fisiologia Humana, Embriologia e Histologia, Introdução a Metodologia da Pesquisa Científica, Bioestatística, Microbiologia, Processos Patológicos Gerais, Parasitologia Humana, Farmacologia, Genética Humana, Imunologia⁸, as aulas práticas iniciais acontecem em laboratórios específicos, ou seja, são disciplinas relacionadas à base geral do curso de Enfermagem. Essas ocorrem em laboratórios de Enfermagem, sendo que o professor lança mão de materiais, equipamentos, como manequins para simulações, cujo objetivo principal é fazer com que o aluno se sinta o mais próximo da realidade das situações que serão vivenciadas nos estágios (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

As práticas desenvolvidas nessas disciplinas não se referem ao Estágio Curricular Supervisionado. Nesta modalidade de ensino, o aluno é preparado por meio de aulas práticas realizadas no laboratório de Enfermagem, para em seguida iniciarem as práticas clínicas em saúde a serem realizadas em postos de saúde e hospitais com acompanhamento constante de um docente da instituição de ensino. No entanto, as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem não esclarecem aspectos sobre a carga horária dessa prática e o PPPCE/CLM em vigor não especifica o modo de realização das mesmas.

⁸ Ver programa em Apêndice A.

As disciplinas de Fundamentos Práticos para o Cuidado de Enfermagem I, Fundamentos Práticos para o Cuidado de Enfermagem II, Saúde da Mulher, Saúde do Neonato, da Criança e Adolescente, Práticas Clínicas em Alta Complexidade⁹ são realizadas a partir do primeiro ano do curso e visa proporcionar ao discente oportunidade de aprendizagem em um ambiente real. Os alunos são divididos em grupos de oito estudantes, totalizando cinco grupos. Vale salientar que até o quarto ano, as práticas clínicas ocorrem com constante acompanhamento do professor da Instituição de ensino (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c).

As disciplinas cujas práticas de Saúde Ambiental, Ciências Sociais em Saúde, Enfermagem como Profissão/Fundamentos para o Processo de Cuidar/Relações Humanas, Atenção à Saúde Coletiva I, Enfermagem em Clínica Médico Cirúrgico, Enfermagem Perioperatória Central de Materiais e Esterilização, Atenção à Saúde Coletiva II, Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria, Saúde do Idoso, Administração em Saúde Aplicada à Enfermagem, Estágio Curricular Supervisionado-Internato¹⁰ não requerem o preparo inicial em laboratório, segundo este PPP. Neste sentido, após as aulas teóricas os alunos iniciam diretamente as práticas clínicas em saúde.

A organização no âmbito das práticas do Curso de Enfermagem da UENP ocorre em ambientes internos e externos à universidade, esses ambientes visam:

[...] proporcionar ao estudante a vivência de situações práticas em contato com a realidade e o desenvolvimento de habilidades emocionais e técnicas, percebendo o compromisso social da profissão e aprimorando a capacidade reflexiva de forma consciente, crítica e criativa. Buscando estimular a postura ética da enfermagem, os relacionamentos interpessoais e o trabalho em equipe. Instrumentaliza o acadêmico a utilizar-se dos conhecimentos teórico-práticos adquiridos ao longo do curso, inseridos na concepção do cuidado humano de enfermagem. Durante os estágios os alunos deverão inter-relacionar conceitos da assistência, administração, pesquisa, processo educativo em saúde e outros (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 13).

Santos (2006) descrevem que os ambientes em que são realizados o ensino prático e o estágio fornecem ao aluno situações reais aproximando-o das condições do sistema de saúde, de trabalho dos profissionais, além de proporcionar conhecimentos sobre os aspectos epidemiológicos de uma população.

⁹ Ver programa em Apêndice B.

¹⁰ Ver programa em Apêndice C.

Entretanto, Prado (2006) ressalta que:

[...] a realização de estágios nem sempre atende à proposta pedagógica e aos planos de ensino aprovados pelas próprias escolas de enfermagem, fator que tem gerado preocupação, pois esta falta de entrosamento da proposta pedagógica deste componente curricular pode fazer com que o aluno não vivencie um *locus* de aprendizagem fundamentada nas competências, habilidades e atitudes constantes do Projeto Político Pedagógico proposto pelo Curso de Graduação (PRADO, 2006, p. 44).

Para Peres e Ciampone (2006), esses problemas podem estar relacionados com a disparidade entre o ensino proposto pelas Universidades e a adesão, apoio do serviço de saúde, bem com a não colaboração das instituições de saúde sobre a inserção do aluno no Sistema Único de Saúde como meio de melhorias na qualidade do atendimento.

No quinto ano do curso é iniciado o Estágio Curricular Supervisionado, definido por esse Projeto Político-Pedagógico como práticas clínicas em saúde e internato. Este estágio ocorre sob a orientação de um Enfermeiro preceptor da unidade de saúde e supervisão indireta do docente Enfermeiro do Curso de Enfermagem da Universidade “[...] Estas atividades são realizadas nos Hospitais da Cidade de Bandeirantes, nas UBS/PSF do Município e outras instituições com uma distância de no máximo 100 km de Bandeirantes” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 13).

Constamos que neste currículo, das 35 disciplinas ofertadas desde o início do curso, 16 contemplam o ensino prático, estágios, sendo, portanto, essas que realmente trabalham a promoção da saúde e a prevenção de doenças de forma direta no serviço de saúde. Neste contexto, pode-se dizer que é por meio dessas disciplinas que ocorrem a integração entre o ensino e serviço de saúde, recomendados pelas Diretrizes e pelo Pró-Saúde. Contudo, outras disciplinas que não operam diretamente o ensino prático contribuem para o mesmo, visto que conforme já relatado neste trabalho, são matérias que preparam o aluno para a aplicação da promoção da saúde e prevenção de doenças.

Outro mecanismo a ser considerado para a promoção da saúde, prevenção de doenças é a pesquisa. Neste PPPCE, constata-se que no último ano, o aluno é obrigado a realizar um trabalho de conclusão de curso como requisito para a finalização da formação. Dada a importância deste, foram discutidos os TCCs do Curso de Enfermagem, a seguir.

4.9. Análise das Monografias do Curso de Enfermagem da UENP/CLM

No Quadro 11 é apresentada a relação dos TCCs com temas, ano e autor, localizados na Biblioteca da UENP/CLM, com o intuito de evidenciar os trabalhos de pesquisa desenvolvidos na graduação vinculados ao ensino prático, estágio, aulas de laboratório, promoção da saúde e prevenção de doenças conforme recomendações das Diretrizes Curriculares e do SUS. A análise tem início a partir de 2005, ano em que foram elaborados os primeiros trabalhos no curso de Enfermagem. Este tem como objetivo demonstrar se as pesquisas realizadas no curso contemplam a promoção e prevenção da saúde e se abordam o ensino prático, portanto estão grifadas as palavras que caracterizam nosso objetivo.

AUTOR	TEMA	ANO
BENATO, Tatiani Carolina de Lima Garcia	Prevenção , detecção precoce e tratamento do câncer cérvico-uterino.	2005
DELA BELA, Lana Regina Faganello	Proposta de um programa educativo para a prevenção da esquistossomose no município de Santa Amélia - PARANÁ.	2005
CHAVES, Renata Gomes	O controle glicêmico na prevenção de complicações diabéticas.	2005
CRUZ, Carolina Fordelone Rosa	O exame preventivo na detecção e controle de infecções vulvovaginais	2005
FREITAS JUNIOR, Luiz Carlos.	Conhecimentos e atitudes dos profissionais de Enfermagem frente a medidas preventivas e terapêuticas para ulcera de pressão em pacientes hospitalizados	2005
BARCELOS, Maria Carolina de.	A promoção da alegria no contexto da hospitalização infantil	2005
ALMEIDA, Adriana Cristina M. de	Ginástica laboral, um instrumento para promoção de saúde e melhoria das condições laborais da equipe de Enfermagem.	2005
POSSA, Patricia	Os sentimentos despertados no campo de estagio e sua implicação com a aprendizagem em Enfermagem. Bandeirantes:FFALM, 2.005.	2005
GUAITA, Ticiany Estevam	Diagnóstico e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis em uma amostra de estudantes do colégio estadual Mailon Medeiros.	2006
CORDEIRO, Eliane Cristina Rodrigues.	Reconhecimento da prevenção do câncer de colo de útero em mulheres do município da Barra do Jacaré.	2006
SILVA, Mariana Ferreira da	A influência do programa de puericultura na promoção do aleitamento materno exclusivo no município de Bandeirantes - PR	2006
NOVA, Aline Aparecida Vila	social de mulheres quanto a realização do exame preventivo do câncer de colo uterino.	2007
DARIO, Keitili Alice	Conhecimento e práticas do exame preventivo do câncer de colo uterino entre mulheres que frequentam o AME de Bandeirantes - Pr.	2007
HADDAD, Rosana Esteves	Avaliação da técnica de lavagem das mãos e a eficiência dos detergentes na prevenção de infecções hospitalares.	2008
SARTI, Jaqueline Adelania	Conhecimento do paciente portador de diabetes <i>mellitus</i> sobre a prevenção de complicações.	2008
ALMEIDA, Rodrigo Toni de	O papel do Enfermeiro na prevenção do infarto agudo do miocárdio	2008

SCHUSTER, Fabiana Back	Prevenção de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho(DORT) na idade produtiva dos profissionais de Enfermagem.	2008
ANDRADE, Maria Julia Ferreira de	Prevenção do câncer de colo de útero em usuários do sistema de saúde no município de Bandeirantes - Pr.	2008
OLIVEIRA, Eliane Rodrigues Sensato	Úlcera de pressão: um tratamento preventivo em uma cidade da região norte do Paraná.	2008
SANTOS, Jessika Chiarotti dos	Análise dos fatores associados a não realização regular do exame preventivo do câncer de colo de útero entre mulheres em idade fértil no município de Bandeirantes - Pr.	2008
KRUZE, Carolina de Paula	A importância do cuidado de Enfermagem na prevenção da infecção no paciente queimado.	2009
SILVA, Michelly Francine Modos da	Ações de prevenção e controle por profissionais de saúde frente a incidência de HIV na penitenciária estadual de Londrina.	2009
OLIVEIRA, Camila Pereira de	Prevenção de câncer de colo uterino em universitárias dos cursos noturnos da UENP/CLM.	2009
SANTOS, Naisy Cristine	Percepção de idosos relacionados à prevenção de quedas em uma unidade básica estratégia saúde da família	2009
TEIXEIRA, Luzia Gabriela Pereira	Promoção e prevenção de hipertensão arterial em um grupo de idosos.	2009
OLIVEIRA, Morgana de	Hipertensão: atividade física e orientações de Enfermagem na prevenção das doenças cardiovasculares. Bandeirantes:UENP - CLM, 2.010 (1 ex.)	2010

Quadro 11 – TCCs produzidos no Campus Luiz Meneghel a partir de 2005 até 2010.

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa em arquivos de computador da Biblioteca da UENP/CLM (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ CAMPUS LUIS MENEGHEL, 2011, grifo nosso).

Foram encontradas no total 470 monografias, sendo 22 entre 2005 e 2009, que abordaram a prevenção de diversos tipos de patologias. Conforme mostrado na Tabela 11, em 2005 foram abordados cinco trabalhos, em 2006 - dois; 2007 - dois; 2008 - sete; 2009 - cinco e 2010 apenas um relacionado à prevenção. Notou-se que, em 2008, foi o ano em que predominaram os trabalhos realizados sobre a prevenção de doenças.

Dos seis trabalhos encontrados entre 2005 e 2009, cinco abordaram a promoção da saúde; em 2005 foram realizados dois trabalhos sobre o assunto; 2006 apenas um. Nos dois anos seguintes, não houve trabalhos sobre Promoção da Saúde, já em 2009, totalizaram-se dois trabalhos sobre este assunto, relacionando-os à prevenção. Apenas um trabalho foi realizado referente ao estágio, este ocorreu no ano de 2005.

Notou-se a prevalência de estudos sobre a prevenção de doenças, seguidas de promoção da saúde. Não foram encontrados trabalhos sobre ensino prático e aulas de laboratório. Consta-se a precariedade das pesquisas relacionadas sobre a promoção e prevenção da saúde, assim como o estágio e aulas práticas, visto que das 470 monografias apenas 28 contemplam as recomendações das Diretrizes e do SUS.

Esses dados podem ser considerados preocupantes em relação ao ensino, pois, Heyden, Resck e Gradim (2003) ressaltam que as pesquisas, em universidades por serem exigidas para a conclusão do curso, contribuem para a aquisição de métodos científicos que serão futuramente utilizados na vida profissional do Enfermeiro com o intuito de descobrir, por meio da ciência, caminhos para a promoção da saúde, além de incentivar o Enfermeiro a atualizar-se.

Neste contexto, nota-se que as pesquisas da UENP/CLM devem ser direcionadas para a promoção da saúde e a prevenção de doenças, conforme recomendações das Diretrizes, sendo necessária a elaboração de linhas de pesquisas nessa área.

Em seguida, serão abordados os programas das disciplinas constantes no Anexo A, que trabalham o ensino prático com o intuito de esclarecer se há prescrição para o ensino prático nesse documento.

4.10. Programas e Ementas do Curso de Enfermagem da UENP/CLM

Ao abordar os programas das disciplinas, constatou-se que os mesmos não esclarecem os objetivos de cada matéria em relação à teoria e à prática, sendo detalhados somente a ementa, conteúdo programático e as referências bibliográficas utilizadas, conforme apresentados a seguir.

Nesta análise, encontramos duas ementas¹¹ distintas, a primeira inserida no PPPCE, Apêndice A, B, C, e a segunda a qual não iremos considerar, é a que se encontra inserida no programa das disciplinas (Anexo A). Entendemos que estas foram substituídas pelas atuais, descritas no PPPCE, portanto no Quadro 12 são destacadas as frases contidas nas ementas atuais que a nosso ver tem relação com recomendações para o ensino prático.

¹¹ É a parte da apresentação que sintetiza o conteúdo da disciplina, a fim de permitir, de modo imediato, o conhecimento do conteúdo, devendo guardar estreita correlação com o eixo central do objetivo proposto pelo curso. A ementa visa a facilitar a visão do conjunto da disciplina, indicando o assunto nela tratado. Disponível em: www.cefetmg.br/info/downloads/LS_ProjetoPedag_TF.doc. Acesso em: 10 jan. 2012.

DISCIPLINA	DESCRIÇÃO EMENTA
Enfermagem como Profissão/Fundamentos para o processo de cuidar	Enfermagem e sua evolução histórica. Tendências, perspectivas e contribuições científicas do avanço social da profissão. Equipe de Enfermagem, espaços de atuação do Enfermeiro. Instrumentos básicos de atuação profissional. Entidades representativas. Fundamentos para o Processo de Cuidar visando à introdução do aluno na comunidade, escolas, creches, instituições de saúde em diferentes níveis de assistência para contextualização das práticas em saúde , de maneira gradativa a fim de favorecer a aprendizagem num nível crescente de complexidade para o cuidado de Enfermagem.
Anatomia humana	A disciplina aborda métodos de estudo em Anatomia; planos de construção do corpo humano; leis gerais de crescimento e fatores gerais de variação; estudo dos sistemas tegumentar, osseoarticular, muscular, cardiovascular, respiratório, digestório, renal, reprodutor masculino e feminino, nervoso, endócrino e órgãos dos sentidos. Por meio de exposição interativa de conteúdo, com apoio de livro texto e atlas de anatomia, e desenvolvimento de prática de laboratório , esta disciplina permitirá ao aluno o reconhecimento das diferentes estruturas que compõem o corpo humano e sua localização, constituindo a base para todas as atividades de Enfermagem.
Fundamentos práticos para o cuidado de Enfermagem I	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à realização do cuidado integral ao ser humano, no ciclo vital, com ênfase nas técnicas fundamentais de Enfermagem (básicas); Prevê Atividades de Clínica Prática intercaladas aos conteúdos teóricos em ambiente hospitalar e na atenção primária.
Atenção à Saúde Coletiva I	Sistema de Saúde no Brasil: evolução e conceitos básicos. Legislação e Normas Operacionais do SUS. Controle social e financiamento do SUS. Sistema Municipal de Saúde (municipalização e territorialização). Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal. Vigilância em Saúde como unidade de práticas de vigilância epidemiológica , sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.
Fundamentos práticos para o cuidado de Enfermagem II	Sistematizar a Assistência de Enfermagem prestada ao ser humano na fase adulta e direcionada à satisfação das necessidades humanas básicas a partir de conteúdos éticos, teóricos e práticos acerca do cuidar e do processo de cuidar em Enfermagem. Interpretação de exames diagnósticos (laboratoriais e de imagem). Procedimentos invasivos de Enfermagem. Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à realização do cuidado integral ao ser humano, no ciclo vital, com ênfase nas técnicas fundamentais de Enfermagem (avançadas); Atividades de Clínica Prática intercaladas aos conteúdos teóricos em ambiente hospitalar e na atenção primária.
Perioperatória	Cuidado de Enfermagem ao cliente no período perioperatório e desenvolvimento de atividade no complexo de central de material e esterilização.
Atenção à Saúde Coletiva II	Assistência básica de Enfermagem à saúde da criança, mulher e adulto em nível de atenção básica por meio de ensino e estágio supervisionado . Educação em saúde. Modelo Assistencial. Intervenções de Enfermagem na saúde coletiva. Sistematização da assistência de Enfermagem na atenção básica.
Saúde do Idoso	Atuar nos cuidados necessários com idoso inserido em seu contexto. Reconhecer as limitações físicas e psicossociais no processo de envelhecimento. Estratégias de promoção de acordo com a realidade a manutenção da qualidade de vida. O significado do cuidar. O processo de envelhecimento e suas repercussões no cuidar. O cuidador profissional e familiar: deveres, direitos e repercussões. A família como unidade de cuidado. Atenção ao idoso no domicílio, em ILPI e em serviços de saúde: direitos e deveres.

Quadro 12 – Emantas que destacam o ensino prático e estágio.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 19-37, grifo nosso).

Das 16 disciplinas que trabalham o ensino prático, apenas oito destacam orientações sobre a prática em sua ementa, e nota-se que alguns professores ao elaborarem as ementas tiveram a preocupação em esclarecer a prescrição do ensino prático, o que pode ser entendido como ponto positivo para o PPPCE, embora metade das ementas que abordam a prática não trazem informações sobre a mesma, considera-se que são abordados o ensino prático e estágios, pois são apontadas na matriz curricular do PPPCE com a respectiva carga horária.

Não há especificações sobre a elaboração de ementas nas Diretrizes Curriculares para o curso de Enfermagem, tampouco se encontraram autores que abordem o tema, e entende-se que a ementa é a descrição sucinta das atividades a serem trabalhadas, percebendo-se que a ementa não deve ser vista de forma isolada, mas como em conjunto com outros componentes do PPP dos cursos.

4.11. Conteúdos Programáticos do Curso de Enfermagem da UENP/CLM

A análise dos conteúdos programáticos, Anexo A, foi apresentada com o objetivo de identificar quais disciplinas contém prescrições sobre o ensino prático, estágio e ensino clínico. Para isso elaboraram-se os Quadro 13, 14 e 15 a partir do Anexo A com a descrição das disciplinas que trabalham a prática, caracterizando quais disciplinas orientam em seu conteúdo o ensino prático. Vale destacar que os conteúdos das disciplinas ao qual tivemos acesso não foram todos atualizados, sendo, portanto, o único em vigor até o momento.

DISCIPLINA QUE ABORDAM SOMENTE AULAS EM LABORATÓRIO	ORIENTAÇÕES PARA O ENSINO PRÁTICO
Anatomia Humana	Aulas práticas descritas no conteúdo programático
Biofísica	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Biologia Celular	Aulas práticas descritas no conteúdo programático
Bioquímica	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Fisiologia Humana	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Embriologia e Histologia	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Introdução a metodologia da pesquisa científica e bioestatística	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Microbiologia	Aulas práticas descritas no conteúdo programático
Processos Patológicos Gerais	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Parasitologia Humana	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Farmacologia	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Genética Humana	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Imunologia	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático

Quadro 13 – Descrições quanto ao ensino prático das disciplinas que abordam somente aulas em laboratório.

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa em arquivos de computador da Biblioteca da UENP/CLM (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ CAMPUS LUIS MENEGHEL, 2011, grifo nosso).

No que se refere às disciplinas supracitadas, relacionadas ao ensino prático em laboratório, todas trabalham com aulas práticas, conforme mostrado na matriz curricular do curso. Em apenas duas disciplinas estão prescritas as orientações para essas aulas em seu conteúdo programático; o restante apresenta apenas orientações para o ensino teórico, constatando-se, portanto, a necessidade de reformulação dos conteúdos trabalhados em laboratório, para que fique claro o que será abordado e como serão trabalhadas as práticas, com o objetivo de melhorar o ensino e trabalhar a promoção da saúde e prevenção de doenças.

DISCIPLINA QUE ABORDAM PRÁTICAS CLÍNICAS E LABORATÓRIO	ORIENTAÇÕES PARA O ENSINO PRÁTICO
Fundamentos práticos para o cuidado de Enfermagem I, (antiga semiotécnica).	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Fundamentos práticos para o cuidado de Enfermagem II, (antiga semiologia)	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Saúde da mulher	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Saúde do neonato, criança a adolescente.	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Práticas clínicas em alta complexidade, antigo estágio supervisionado I.	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático

Quadro 14 – Descrições quanto ao ensino prático das disciplinas de que abordam práticas clínicas e laboratório.

Fonte: Elaborado a partir de pesquisa em arquivos de computador da Biblioteca da UENP/CLM (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ CAMPUS LUIS MENEGHEL, 2011, grifo nosso).

As disciplinas que trabalham as práticas clínicas, associadas às práticas em laboratório, não apresentam em seus conteúdos programáticos nenhuma prescrição relacionada ao ensino prático. Nessa etapa de ensino, os alunos estarão em estágios no Sistema Único de Saúde sendo, portanto, de suma importância o esclarecimento desse ensino nos respectivos conteúdos programáticos, e mesmo não estando prescrito no documento, sabe-se que os estágios e aulas em laboratório ocorrem, mas essa constatação deve ser corrigida, pois se considera documento importante que permeia o ensino e direciona o professor em sua prática.

DISCIPLINA QUE ABORDAM SOMENTE PRÁTICAS CLÍNICAS	ORIENTAÇÕES PARA O ENSINO PRÁTICO
Saúde Ambiental	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Ciências sociais em saúde/ (antiga sociologia).	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Enfermagem como profissão/fundamentos para o processo do cuidar/relações humanas.	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Atenção à saúde coletiva I.	Aulas práticas descritas no conteúdo programático
Enfermagem em clínica médico-cirúrgica/ (antiga Enfermagem saúde do adulto I).	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Enfermagem perioperatória, central de materiais e esterilização (antiga Enfermagem saúde do adulto I).	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Atenção à saúde coletiva II	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Enfermagem em saúde mental/ antiga Enfermagem saúde do adulto II	Aulas práticas não descritas no conteúdo programático
Saúde do idoso.	Disciplina nova ainda não há conteúdos elaborados
Administração em saúde aplicada a Enfermagem / (antiga administração da assistência à saúde).	Aulas práticas descritas no conteúdo programático
Estágio curricular supervisionado (Internato/ antigo estágio curricular supervisionado III).	Aulas práticas descritas no conteúdo programático

Quadro 15 – Descrições quanto ao ensino prático das disciplinas de que abordam somente práticas clínicas.
 Fonte: Elaborado a partir de pesquisa em arquivo de computador da Biblioteca da UENP/CLM (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ CAMPUS LUIS MENEGHEL, 2011, grifo nosso).

Nos conteúdos programáticos das disciplinas, cuja abordagem ocorre apenas em práticas clínicas, somente três dos documentos analisados descrevem o ensino prático, ficando a maioria dos outros conteúdos direcionados apenas ao ensino teórico. Vale ressaltar que as Diretrizes Curriculares orientam os conteúdos essenciais a serem abordados: Ciências Biológicas e da Saúde, Humanas e Sociais e Ciência da Enfermagem, a serem aplicados tendo como direcionamento as competências e habilidades em termos teóricos, práticos e estágios.

Porém, sabe-se que a partir dos conteúdos orientados pelas Diretrizes, os professores selecionam as matérias e tópicos a serem trabalhados em cada matéria, a forma que irá abordar as mesmas tanto no âmbito teórico como prático. É atributo dos professores a elaboração dos conteúdos, e segundo as Diretrizes, estes devem abordar os problemas mais relevantes em cada região. Neste sentido, seria pertinente que os professores seguissem um modelo padrão de elaboração de conteúdos programáticos, o que não é constatado neste PPP, além disso, há conteúdos que abordam a prática e não se encontram prescritos no documento. Nesta pesquisa, não encontramos autores que discutem os conteúdos programáticos; a maioria dos estudos é direcionada ao PPP como um todo, com objetivos não-relacionados aos conteúdos, e entende-se que os conteúdos devem estar atrelados às habilidades e competências prescritas nas Diretrizes, mas não somente em caráter teórico, mas abordar a interação entre a teoria e a prática.

Portanto, notam-se falhas nas prescrições dos conteúdos relacionados ao ensino prático e tais fatores podem ser considerados críticos para o ensino, visto que os conteúdos direcionam o professor no ensino prático. Neste sentido, não há como constatar neste estudo de que forma é trabalhado o ensino prático em disciplinas que não apresentam a prescrição em seu conteúdo, necessitando, portanto, de estudos com outras metodologias não utilizadas neste estudo.

4.12. Bibliografias Utilizadas no Ensino Prático do Curso de Enfermagem da UENP/CLM

As bibliografias utilizadas em cada disciplina estão apresentadas no Quadro 16, que aborda a quantidade de literatura sugerida e disponível na biblioteca, das disciplinas que trabalham as aulas práticas de laboratório (Apêndice A), Práticas clínicas em saúde e laboratório (Apêndice B) e disciplinas que trabalham somente as práticas clínicas (Apêndice C), porém esta análise não aborda somente as literaturas atuais ou apenas as desatualizadas, nem tampouco o número de exemplares de cada uma, pois não é o foco central deste estudo.

DISCIPLINA QUE ABORDAM SOMENTE AULAS EM LABORATÓRIO	Nº de LITERTURAS SUGERIDAS	LITERATURAS DISPONÍVEIS
Anatomia Humana	9	4
Biofísica	4	2
Biologia Celular	4	2
Bioquímica	3	1
Fisiologia Humana	4	2
Embriologia e Histologia	7	5
Introdução a metodologia da pesquisa científica e bioestatística	6	1
Microbiologia	4	3
Processos Patológicos Gerais	9	4
Parasitologia Humana	2	1
Farmacologia	2	1
Genética Humana	8	3
Imunologia	4	3
Total	66	32

Quadro 16 – Bibliografias sugeridas e disponíveis para disciplinas que abordam somente práticas em laboratório.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 19-37).

No Quadro 16 é revelado que pouco mais da metade das literaturas sugeridas estão disponíveis na biblioteca, das 66 sugeridas 32 estão disponíveis. Daí nota-se que as

bibliografias referem-se às disciplinas relacionadas a Ciências Biológicas e da Saúde, ministradas nos primeiros anos do curso de graduação, com aulas ministradas em laboratório no próprio campus, e tais bibliografias por se tratarem de ciências de base abordadas em outros cursos justificam a quantidade disposta na biblioteca em relação às demais, conforme mostrado no Quadro 17.

DISCIPLINA QUE ABORDAM PRÁTICAS CLÍNICAS E LABORATÓRIO	Nº de LITERTURAS SUGERIDAS	LITERATURAS DISPONÍVEIS
Fundamentos práticos para o cuidado de Enfermagem I	5	1
Fundamentos práticos para o cuidado de Enfermagem II	16	4
Saúde da mulher	6	5
Saúde do neonato, criança a adolescente	42	8
Práticas clínicas em alta complexidade	11	2
Total	80	20

Quadro 17 – Bibliografias sugeridas e disponíveis para disciplinas que abordam práticas clínicas e laboratório.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 19-37).

O Quadro 17 refere-se a ciências da Enfermagem propriamente dita, nota-se a grande quantidade de bibliografia indicada, porém, apenas 20 estão disponíveis no campus; para a disciplina de Fundamentos Práticos, estão disponíveis apenas cinco das 20 e uma sugerida, fato preocupante por se tratar do primeiro estágio com procedimentos de Enfermagem propriamente dito, em relação à disciplina Saúde da Mulher, apenas uma não está disponível; Saúde do Neonato, Criança e Adolescente nota-se grande quantidade sugerida sendo que das 42, apenas oito estão disponíveis, na disciplina de práticas clínicas são sugeridas 11 e apenas duas estão disponíveis.

DISCIPLINA QUE ABORDAM SOMENTE PRÁTICAS CLÍNICAS	Nº de LITERTURAS SUGERIDAS	LITERATURAS DISPONÍVEIS
Saúde Ambiental	5	1
Ciências sociais em saúde	12	0
Enfermagem como profissão/fundamentos para o processo do cuidar/relações humanas	5	2
Atenção a saúde coletiva I	6	0
Enfermagem em clínica médico cirúrgica	9	3
Enfermagem Peri operatória, central de materiais e esterilização	4	2
Atenção a saúde coletiva II	7	1
Enfermagem em saúde mental e psiquiatria	4	2
Saúde do idoso	8	1
Administração em saúde aplicada a Enfermagem	11	4
Estágio curricular supervisionado Internato	7	1
Total	78	17

Quadro 18 – Bibliografias sugeridas e disponíveis para disciplinas que abordam somente práticas clínicas.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 19-37).

O Quadro 18 refere-se às disciplinas que trabalham somente as práticas clínicas e o Estágio Curricular Supervisionado (internato); essas são relacionadas às Ciências Humanas, Sociais e Ciência da Enfermagem. Como mostrado, das 78 literaturas sugeridas, apenas 17 estão disponíveis na biblioteca, sendo que na disciplina de Ciências Sociais em Saúde e Atenção à Saúde Coletiva I não há nenhum exemplar disponível, fato considerado agravante, por considerar uma disciplina que trabalha a prevenção de doenças e promoção da saúde. Nas matérias de saúde ambiental, atenção à saúde coletiva II, saúde do idoso e internato há apenas uma literatura disponível para cada disciplina. No caso do internato, cuja carga horária é relativamente alta, a literatura existente pode não suprir a demanda. Disciplinas de Enfermagem como profissão/fundamentos para o processo do cuidar/relações humanas, Enfermagem em clínica médico-cirúrgica, Enfermagem Perioperatória, central de materiais e esterilização, Enfermagem em saúde mental e psiquiatria e administração em saúde aplicada à Enfermagem podem ser consideradas poucas as literaturas disponíveis.

Entretanto, no PPPCE/CLM, encontra-se descrito que estão disponíveis 7.477 títulos na biblioteca sendo que deste acervo 1.674 são literaturas designadas ao curso de Enfermagem, o que provavelmente inclui os números de exemplares no geral, pois certamente há vários exemplares de literaturas (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011).

Mesmo assim, essa pesquisa mostra a insuficiência do número de literaturas disponíveis na biblioteca em relação às bibliografias indicadas pelos docentes, pelo menos no que se trata do ensino das práticas clínicas e do estágio internato, mas sabe-se que há a possibilidade de fornecer o material por meio de xerox, contudo não foi possível averiguar se todos os professores disponibilizam a literatura por esse meio.

Neste estudo não foi possível averiguar se as referências indicadas pelos professores estão de acordo com as necessidades das disciplinas e das recomendações das Diretrizes Curriculares, nem tampouco aprofundar nas correntes teóricas que embasam a formação do Enfermeiro no campo das práticas. Consideram-se tais referências um vasto e importante campo de pesquisa que merece atenção e deve ser explorada.

Em seguida, será apresentado o quadro geral de análise do PPPCE/CLM, com os respectivos itens descritos, tendo o objetivo de esclarecer se estes estão em consonância com as Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem de 2001, Conselho Federal de Enfermagem e as Orientações do SUS.

Descrição PPPCE/CLM	Prescrições das Diretrizes encontradas no PPP/CLM	Contempla as Diretrizes, Conselho Federal de Enfermagem e o SUS
Nº de vagas	40 a cada ano.	Não esclarece
Carga horária total	4.490h.	Contempla
Regime.	Anual/integral.	Contempla
Formação	Bacharelado em Enfermagem.	Contempla
Licenciatura	Não há formação em licenciatura.	Deixa em aberto
Titulação dos docentes	Mestres e Doutores/Tempo integral de docência.	Contempla
Currículo	Tradicional.	Deixa em aberto
Objetivos	Formar profissionais generalistas, críticos e reflexivos para prevenção, tratamento e reabilitação da saúde, com ênfase na promoção da saúde.	Contempla
Perfil profissional	Competências e habilidades.	Contempla
Ementas	São variadas.	Não esclarece
Disciplinas	Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Sociais, Enfermagem.	Contempla
Conteúdos programáticos	A maioria voltada para teoria, poucos destacam a prática.	Não esclarece
Literaturas para ensino prático	Muitas sugeridas, poucas disponíveis para o ensino prático.	Não esclarece
Carga horária práticas clínicas.	Variadas.	Não esclarece
Aulas em laboratórios	Aulas em laboratório nas dez primeiras semanas do período letivo em algumas disciplinas.	Não esclarece
Início dos estágios	Desde o primeiro ano.	Contempla
Estágio de cada disciplina	Não são todas as disciplinas que tem estágios	Não esclarece
Estágios em hospitais	Desde o primeiro ano.	Contempla
Estágios na rede básica	Desde o primeiro ano.	Contempla
Estágio curricular supervisionado Internato	Ultimo ano com carga horária de 930h.	Contempla
Atividades complementares	Monitorias, cursos, estágios extracurriculares.	Contempla
Nº de alunos em estágios	Conforme recomendações do Cofen.	Contempla
Avaliação do aluno	Baseada nas Diretrizes da UENP	Contempla
Avaliação de estágio	Não é esclarecida no PPP	Não esclarece
Monografias	Poucas relacionadas a promoção e prevenção.	Não esclarece
Prevenção de doenças	Prescrito no PPP	Entende-se que contempla
Promoção da saúde	Prescrito no PPP	Entende-se que contempla

Quadro 19 – Quadro geral de análise do PPPCE/UENP/CLM.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 19-37).

No geral, as prescrições do PPP do Curso de Graduação em Enfermagem da UENP/CLM correspondem com as prescrições das diretrizes Curriculares do Curso, com algumas ressalvas que não são esclarecidas ou ficam em aberto nas Diretrizes Curriculares, conforme mostrado no Quadro 19. Em relação à formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do Estágio Curricular Supervisionado, as prescrições do PPP/CLM contemplam

a formação, necessitando de algumas reformulações em relação ao método a ser utilizado no ensino prático, bem como os seus objetivos.

A organização dos estágios e das aulas práticas do Curso de Enfermagem da UENP/CLM está formulada, especificando o nome das disciplinas, carga horária teórica, práticas em laboratórios e estágios. Algumas disciplinas são precedidas de aulas em laboratórios, outras de ensino prático somente em laboratórios. Os estágios de cada disciplina conhecidos como práticas clínicas em saúde são realizadas com acompanhamento do docente. No internato, o docente não está presente em tempo integral obedecendo as Diretrizes do curso. A organização curricular não especifica alguns itens como avaliação de estágio, metodologias a serem utilizadas nos mesmos, assim como em aulas de laboratórios. Nem todas as ementas descrevem sobre a prática e nem todos os conteúdos programáticos detalham sobre o ensino prático e os estágios. A carga horária dos estágios e as aulas práticas bem como ensino clínico são representadas na matriz curricular do PPPCE/CLM, não sendo especificadas pelas Diretrizes Curriculares.

Quanto ao programa das disciplinas, o mesmo não esclarece os objetivos a serem alcançados de cada uma, portanto não foi possível determinar quais seriam estes em relação ao ensino prático e estágio.

Portanto, constatou-se que ao apresentar os conteúdos básicos elaborados para a implantação do curso em 2001, a descrição do primeiro PPPCE/UENP/CLM elaborado em 2004, seguido do segundo que foi reorganizado em 2006 e a análise do terceiro PPP da UENP/CLM organizado em 2010 e que passou a vigorar em 2011, ainda existe muito a ser reformulado, pois, as mudanças prescritas no atual PPP não denotam avanços significativos no que se refere ao esclarecimento do ensino prático e metodologias inovadoras sobre esse ensino, além dos itens, ementas e conteúdos relacionados à prática, serem incompletos.

Pode-se constatar que a UENP/CLM tem problemas a serem resolvidos e relacionados à organização do PPP, contudo, tem respondido as recomendações para formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do Estágio Curricular Supervisionado, prescritas nas Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem. Porém, este estudo não permitiu apontar se os docentes atuantes da UENP/CLM compreendem as prescrições das Diretrizes e a prescrição do PPP do curso, relacionados aos estágios e aulas práticas, sendo, portanto, outra lacuna a ser pesquisada. Após o entendimento do PPP, foi possível

compreender a importância e a complexidade deste documento que deve ser compreendido por todos os docentes e discentes da universidade.

Sem dúvida, a estrutura do PPP foi modificada durante o desenvolvimento do curso, mas o mesmo deve ser organizado de forma que fique clara sua prescrição e de fácil entendimento para os docentes a fim de que o mesmo possa ser colocado em prática e não fique apenas no papel. Para esta questão cabem outros estudos que não são objetivos deste trabalho. Contudo, a elaboração do PPP/UENP/CLM teve contribuição das Diretrizes Curriculares para o ensino prático e para o estágio, e a nosso ver parece corresponder com a formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do Estágio Curricular Supervisionado.

Vale ressaltar que este estudo permite afirmar que a organização do ensino prático e do estágio curricular supervisionado está diretamente relacionada com a compreensão das Diretrizes Curriculares do Curso de Enfermagem, das legislações de estágios, e das normas do Conselho Federal de Enfermagem, pelos docentes que compõem o colegiado do curso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou refletir sobre a formação do Enfermeiro no âmbito das práticas e do estágio curricular supervisionado, tomando como ponto de partida o histórico da formação deste profissional, das Diretrizes Curriculares e do PPP do curso de Enfermagem da UENP/CLM. Teve como propósito conhecer as recomendações existentes em documentos oficiais e na literatura relacionada à formação do Enfermeiro nos quesitos: ensino, práticas e estágio curricular supervisionado. Como documento principal que permeia o ensino de Enfermagem, foram analisadas as Diretrizes do Curso de Enfermagem de 2001, que permitiram o direcionamento da pesquisa com orientações sobre o que é esperado da formação do Enfermeiro na atualidade.

Constatou-se que a formação em Enfermagem no Brasil recebeu tendências de países estrangeiros, bem como foi marcada pela atuação da Igreja, além de reflexos dos períodos pós e entre guerras e dos determinantes epidemiológicos como as endemias. Contudo, o marco referencial encontrado para o ensino de Enfermagem em termos formais e científicos foi a Escola de Enfermagem Ana Nery, criada em 1923 e reconhecida como nível superior em 1946.

A primeira reformulação do currículo ocorreu em 1926, porém a primeira Diretriz a influenciar no ensino da Enfermagem foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, regularizando a profissão como nível superior. Em 1962, instituiu-se o primeiro currículo mínimo. Outras mudanças ocorreram a partir de 1972, como o novo currículo mínimo para o curso, que tinha caráter tecnicista e curativista. Entretanto, em 1994, houve nova reformulação no currículo com mudanças para o ensino generalista e preventivista. Em 1996, ocorreu uma mudança significativa, quando foi estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases para a organização da Educação Nacional, que deu origem às Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Enfermagem de 2001, com recomendações para o fortalecimento do SUS. Em 2005, outras orientações foram lançadas, como o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), visando fortalecer o ensino e a integração entre ensino e serviço.

O Pró-Saúde recomenda a formação de profissionais “[...] críticos e reflexivos, com conhecimentos, habilidades e atitudes que os tornem aptos a atuarem em um sistema de saúde qualificado e integrado” (BRASIL, 2007, p. 5), o que nos leva a seguinte questão:

Estaria o Sistema Único de Saúde qualificado e integrado para proporcionar essa formação em saúde? Indagações estas que não objetivaram esse trabalho, contudo podem ser consideradas como uma lacuna a ser pesquisada posteriormente.

Muitos desafios foram enfrentados pela classe de Enfermagem tais como: efetividades de ações políticas, integração ensino, serviço, dificuldades de adaptações aos novos currículos, multiplicação dos cursos de graduação, o que gerou aumento excessivo de profissionais Enfermeiros no mercado de trabalho e, atualmente, a não-efetivação das ações de saúde descritas na legislação do SUS, colocando as universidades como solucionadora do problema.

O Estágio Curricular Supervisionado foi instituído a partir de 1972, com vistas a reforçar o ensino dos profissionais de Enfermagem para atuarem conforme os princípios do SUS. Os estágios que anteriormente eram utilizados como força de trabalho em hospitais passaram a ser vistos como solução para os problemas de saúde.

Várias denominações foram encontradas neste estudo em relação ao estágio, entretanto, pode-se diferenciar o estágio curricular supervisionado e os estágios relacionados a cada disciplina, assim como as aulas em laboratórios.

As prescrições para o estágio são apontadas nas Diretrizes Curriculares, porém no que se referem aos aspectos legais as prescrições são assinaladas na Lei 11.788/2008, além dessas orientações o Conselho Federal de Enfermagem determina rumos a serem seguidos sobre o estágio, gerando diversidades entre essas orientações em relação ao acompanhamento do estágio curricular supervisionado por parte das Diretrizes e do Cofen.

As Diretrizes curriculares apontam para a formação generalista baseando em competências e habilidades, além de orientar a formulação e adequação dos Projetos Político-Pedagógicos, destacando os conteúdos curriculares, estágios, atividades complementares, organização do curso, acompanhamento e avaliação dos alunos.

Quanto ao perfil do profissional Enfermeiro, as modificações ficaram evidentes durante a Evolução da enfermagem, pois em seus primórdios, seu caráter era curativista, embora o que se pretendia era a prevenção. Entre os anos 1923 e 1972, o perfil do Enfermeiro era centrado na cura de doenças, o que ficou conhecido como modelo hospitalocêntrico.

Neste mesmo período após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, o perfil voltava-se para o combate de endemias, contudo, após a implantação da LDB de 1996 o foco de ensino, direcionou-se para a formação da realidade de saúde, por meio do

fortalecimento do SUS baseado nos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, sendo esperado o perfil preventivo. Várias estratégias são atualmente utilizadas para a formação direcionada ao SUS tendo a rede básica de saúde como local de formação por meio de estágios.

Outro aspecto a ser considerado neste estudo é que as Diretrizes Curriculares não orientam como deve ocorrer o ensino das práticas, o ensino clínico e estágio supervisionado, portanto, entende-se que tais orientações devem ser baseadas nas habilidades gerais e específicas por meio de conteúdos curriculares.

Os conteúdos curriculares prescritos nas Diretrizes estabelecem a obrigatoriedade das Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Enfermagem e Estágio Curricular Supervisionado, para a formação em bacharel, já no caso da formação em licenciatura as Diretrizes deixam a cargo das Universidades optarem por essa formação, esse fato merece reflexão dos professores do colegiado, pois se sabe que alunos formados no curso de bacharel muitas vezes atuam como docente em universidades públicas e privadas, podendo não estar preparado para a profissão de docente.

Para a construção do PPP, as Diretrizes Curriculares deixam clara a autonomia das Universidades para ensino prático e teórico e recomendam a construção voltada para a formação de acordo com a situação de saúde de cada região, portanto a organização como um todo do curso de Graduação em Enfermagem é realizada pelo colegiado do curso, com vistas à inovação do Projeto Político-Pedagógico.

Outro ponto que merece destaque é que as Diretrizes recomendam métodos que estimulem o aluno a aprender a aprender com base nos quatro pilares da educação, não havendo maiores esclarecimentos sobre aspectos metodológicos para esse ensino, em especial no ensino prático e estágios. Percebem-se mudanças nos currículos de algumas Universidades para atender essa orientação, com a utilização de métodos conhecido como currículo integrado. Contudo, a nosso ver, existe contribuição das Diretrizes para a elaboração do PPP dos cursos de Enfermagem, sendo que o ensino prático e estágios devem ser direcionados para competências e habilidades gerais e específicas, conforme constatado na organização e as prescrições relacionadas às práticas e ao Estágio Curricular Supervisionado, prescritas no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Norte do Paraná/Campus Luiz Meneghel.

A primeira organização do PPPCE/UENP/CLM ocorreu no ano 2000, mas o primeiro PPP desta IES foi criado no ano de 2004, organizado de acordo com o currículo

mínimo exigido pela Portaria do MEC nº1.721/94; posteriormente houve nova reformulação no ano de 2006; em 2010 ocorreu nova mudança no PPPCE/UENP/CLM, com objetivo de adequar o curso com a resolução nº4 de 06/04/2009 do CNE/CES, que dispõe sobre a carga horária para o curso de graduação em Enfermagem, a partir disto o curso passa a ser anual, com carga horária de 4.490h, distribuídas em cinco anos, sendo o ensino de caráter integral, com aumento na carga horária do Estágio Curricular Supervisionado.

A organização curricular segue as recomendações das Diretrizes Curriculares de 2001, tendo em sua estrutura: Currículo, Ementas, Programas, disciplinas, objetivos, bibliografias, orientações teóricas e práticas, modelos de representação descritiva e carga horária. O currículo adotado é tradicional, contudo, observou-se na literatura a tendência das Universidades adotarem o currículo integrado.

Constatou-se que o modelo curricular do curso de Enfermagem da UENP/CLM segue as propostas das Diretrizes Curriculares em relação à formação que atenda a promoção da saúde e prevenção de doenças assim como, a reabilitação proposta pelo SUS.

O ensino prático ocorre em laboratórios internos e externos à universidade, precedendo o ensino prático e o estágio, o ensino clínico e o estágio curricular supervisionado são realizados em hospitais e na rede básica de saúde, não havendo como determinar a metodologia utilizada por meio da análise deste PPP, sendo uma lacuna a ser pesquisada futuramente. Quanto ao sistema de avaliação do ensino, o mesmo segue orientações do Regimento Interno da Universidade estando de acordo com as Diretrizes Curriculares.

No que se refere à pesquisa na graduação, constatou-se que essas não se relacionam com a promoção da saúde e prevenção de doenças, tampouco com o estágio prático, não contemplando as recomendações do SUS, sendo um ponto crítico encontrado neste estudo, pois as pesquisas realizadas não abordam soluções para a realidade de saúde em que vivemos atualmente, havendo a necessidade de criação de linhas de pesquisas com objetivos voltados para a realidade do SUS.

Ficou evidente que as ementas e os programas das disciplinas necessitam de reformulações em relação aos objetivos das disciplinas no âmbito das práticas e do estágio, assim como a reflexão sobre as bibliografias recomendadas e as disponíveis por parte dos docentes.

Os conteúdos programáticos é outro ponto a ser considerado, pois ainda não foram atualizados, porém se encontra em vigor até a finalização desta pesquisa, sendo que a

maioria não descreve o ensino prático, aulas de laboratórios e os estágios, e sabe-se que estes ocorrem, pois os mesmos encontram-se descritos na matriz curricular.

Com todos esses apontamentos, pode-se dizer que as prescrições do PPP do Curso de Graduação em Enfermagem da UENP/CLM, correspondem às prescrições das Diretrizes Curriculares, entretanto, alguns tópicos não são esclarecidos nas Diretrizes, tais como ementas, bibliografias, carga horária de ensino clínico e aulas de laboratórios.

Ao apresentar os conteúdos básicos, implantação do curso em 2001, primeiro PPPCE/UENP/CLM elaborado em 2004, mudanças ocorridas em 2006 e a análise do PPP atual do curso de Enfermagem da UENP/CLM, acreditamos que o mesmo precisa de ajustes em relação ao âmbito das práticas, com padronização nas prescrições do ensino prático e do estágio, com objetivos definidos e articulados em relação aos programas, ementas, conteúdos, literaturas, facilitando a compressão do PPP.

Nessa pesquisa não foram encontrados autores que discutem os conteúdos programáticos, ementas e bibliografia, sendo que as discussões são referentes ao PPP como um todo, e poucos estudos relacionam à prática com o PPP.

Portanto, a contribuição desta pesquisa para o curso de Enfermagem da UENP/CLM se dará pelos apontamentos levantados por meio da análise do PPP, sendo ponto de partida para o aperfeiçoamento deste documento com a evolução do curso, pois é preciso considerar que essas prescrições ainda serão colocadas em práticas, tendo iniciado esse processo em 2011, por isso muito há que se fazer, sendo assim o próximo passo após a aprovação deste trabalho pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, será a apresentação desta pesquisa para o Colegiado do Curso de Enfermagem da UENP/CLM, com o intuito de refletir sobre as adequações a serem realizadas.

Cabe ressaltar que o PPPCE/UEP/CLM apresenta-se em conformidade com as Diretrizes, portanto, os colegiados do curso, mesmo sendo formados anteriormente às Diretrizes de 2001, sem dúvida, fizeram um excelente trabalho desde início do curso e na elaboração deste PPP.

Vale salientar que não houve em momento algum a intenção de esgotar tal discussão, mas entender a organização curricular do âmbito das práticas na graduação em Enfermagem com o intuito de contribuir para o ensino aprendizagem da IES e sanar dúvidas quanto aos aspectos documentais e teóricos que permeiam o trabalho dos professores quanto ao ensino prático e ao estágio.

No entanto, fazemos questão de finalizar tal discussão com a citação do Saviani (2009), ao se referir à carreira docente e às condições atuais dos professores, bem como a formação dos mesmos, relacionando-a com a educação e com o desenvolvimento do País:

[...] não posso me furtar de chamar a atenção para o fato de que a questão da formação de professores não pode ser dissociada do problema das condições de trabalho que envolvem a carreira docente, em cujo âmbito devem ser equacionadas as questões do salário e da jornada de trabalho. Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos. Ora, tanto para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover os recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado. É preciso acabar com a duplicidade pela qual, ao mesmo tempo em que se proclamam aos quatro ventos as virtudes da educação exaltando sua importância decisiva num tipo de sociedade como esta em que vivemos, classificada como "sociedade do conhecimento", as políticas predominantes se pautam pela busca da redução de custos, cortando investimentos. Faz-se necessário ajustar as decisões políticas ao discurso imperante. [...] Como assinalei na parte final da conclusão de meu livro *Da nova LDB ao Fundeb* (Saviani, 2008b, p. 323-324), não se trata de colocar a educação em competição com outras áreas necessitadas, como saúde, segurança, estradas, desemprego, pobreza etc. Ao contrário, sendo eleita eixo do projeto de desenvolvimento nacional, a educação será a via escolhida para atacar de frente todos esses problemas. [...] é claro que, com esse projeto, será resolvido também o problema da qualidade da educação: transformada a docência numa profissão atraente socialmente em razão da sensível melhoria salarial e das boas condições de trabalho, para ela serão atraídos muitos jovens dispostos a investir seus recursos, tempo e energias numa alta qualificação obtida em graduações de longa duração e em cursos de pós graduação. Com um quadro de professores altamente qualificado e fortemente motivado trabalhando em tempo integral numa única escola, estaremos formando os tão decantados cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes para ocupar os postos do fervilhante mercado de trabalho de um país que viria a recuperar, a pleno vapor, sua capacidade produtiva. Estaria criado, por esse caminho, o tão desejado círculo virtuoso do desenvolvimento. (SAVIANI, 2009, p. 153-154).

Sem dúvida, as palavras de Saviani apontam que a atual situação que o Brasil se encontra está diretamente relacionada com a educação, pois esta é base para que o País se desenvolva em outros aspectos tais como saúde, educação, segurança, lazer e trabalho, aspectos estes que estão contemplados na Constituição Federal de 1988. Portanto, percebe-se que as recomendações das Diretrizes Curriculares do curso de Enfermagem para a área da saúde, serão efetivadas quando houver a valorização dos professores e a melhora na

educação em sua totalidade, da educação infantil a pós-graduação. Neste sentido, para a enfermagem, a educação é fundamental para a manutenção da saúde, assim como a promoção e a prevenção da mesma, sendo que esta é um instrumento de notável importância para a classe, pois acreditamos que a saúde e a cidadania começam na escola; é a partir da escola que o indivíduo é inserido e incluído em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, I.; RUA, M. **Interdisciplinaridade, estágios clínicos e desenvolvimento de competências**. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n3/v14n3a08.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

ALMEIDA, M. C. P. A formação do enfermeiro frente à reforma sanitária. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 505-510, 1986.

ALVEZ-MAZZOTTI, A. J. A 'revisão bibliográfica' em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis: o retorno. In: A BUSSOLA do escrever desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 2. ed. Florianópolis: Cortez, 2006. p. 25-41.

ANGERAMI, E.L.S.; GOMES, D.L.S. Análise da formação do enfermeiro para a assistência de enfermagem no domicílio. **Rev. latino-am. enfermagem**, Ribeirão Preto. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v4n2/v4n2a02.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

ANTUNES, A.V.; COSTA, M. N. **Dimensionamento de pessoal de enfermagem em um hospital universitário**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n6/v11n6a19.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. 2011. Disponível em: <<http://www.abennacional.org.br/index.php?path=26>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

BANDEIRANTES. Prefeitura Municipal. **História de Bandeirantes**. 2011. Disponível em: <<http://www.bandeirantes.pr.gov.br/index.php/a-cidade/historia>>. Acesso em: 4 ago. 2011.

BAPTISTA, S. S.; BARREIRA, I. A. Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 59. n. esp., p. 411-416, 2006.

BARBOSA, E. C. V. **Formação do enfermeiro-docente para o ensino de Graduação em Enfermagem: um olhar sobre a universidade privada**. 2007. 92 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery, Rio de Janeiro, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. Ed. São Paulo; 2011.

BERNARDINO, E.; OLIVEIRA, E.; CIAMPONE, M. H. T. Preparando enfermeiros para o SUS: o desafio das escolas formadoras. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 59, n. 1, p. 36-40, 2006.

BOUSSO, R. S. et al. Estágio Curricular em Enfermagem: transição de identidades. **Revista Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 218-225, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 17 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/ CES nº 3, de 7 de novembro de 2001.** Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Enfermagem. Brasília DF, 2001b.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Superior. **Edital nº 4/97.** Convoca as instituições de ensino superior a apresentar propostas para as novas diretrizes curriculares dos cursos superiores. 1997b. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/e04.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CES/CNE nº 583, de 4 de Abril de 2001.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. 2001a. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNS/CNE nº 776, de 3 de Dezembro de 1997.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. 1997a. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0776.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria Executiva. **SUS Princípios e Conquistas.**

Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos Humaniza SUS, Formação e Intervenção.**

Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 243p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório final da 11ª**

Conferência Nacional de Saúde realizada de 15 a 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/11_cns.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento programático de ações e estratégias. **Manual de Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus.** Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 102p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Programa Nacional de**

Reorientação da Formação Profissional em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.87p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho. Lei 6494, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º Grau e supletivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 dez. 1977.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 27 jun. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 22 jun. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973**. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5905.htm>. Acesso em: 19 jul. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949**. Dispõe sobre o ensino de Enfermagem no país e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/1775.htm>. Acesso em: 19 jul. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 27 jun. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995**. **Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**, e dá outras providências. Novembro 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm>. Acesso em: 14 jun. 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 jun. 2011.

CARRIJO, A. R. **Registros de uma prática**: anotações de Enfermagem na memória de enfermeiras da primeira escola nightingaleana no Brasil (1959- 1970). 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado)-Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARVALHO, M. D. B. et al. Expectativas dos alunos de Enfermagem frente ao primeiro estágio em hospital. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 200-206, 1999.

CASATE, J. C.; CORRÊA, A. K. **Vivência de alunos de Enfermagem em estágio hospitalar**: subsídios para refletir sobre a humanização em saúde. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v40n3/v40n3a01.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Parecer nº 452/00**. Grupo de apoio administrativo. Curitiba, 2000.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Processo nº 340/05**. Dispõe sobre os dados gerais do curso. Curitiba, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei nº 7.498/86**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Brasília, DF, 1986. Disponível em: <<http://www.corenpr.org.br/sobre/index.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN 189/1996**. Estabelece parâmetros para dimensionamento do quadro de profissionais de Enfermagem nas instituições de saúde. Rio de Janeiro: COFEN, 1996. Disponível em: <<http://site.portalcofen.gov.br/node/4249>>. Acesso em: 8 ago. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN 299/2005**. Dispõe sobre indicativos para a realização de estágio curricular supervisionado de estudantes de Enfermagem de graduação e do nível técnico da educação profissional. Rio de Janeiro: COFEN, 2005. Disponível em: <<http://site.portalcofen.gov.br/node/4334>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN 311/2007**. Rio de Janeiro: COFEN, 2007. Disponível em: <<http://site.portalcofen.gov.br/node/4394>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

CORBANI, N. M. de S.; BRÊTAS, A. C. P.; MATHEUS, M. C. C. Humanização do cuidado de Enfermagem: o que é isso?. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 62, n. 3, p. 349-354, 2009.

COSTA, L. M.; GERMANO, R. M. Estágio curricular supervisionado na Graduação em Enfermagem: revisando a história. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 60, n. 6, p. 706-10, 2007.

COSTA, R. K. de S.; MIRANDA, F. A. N. **Sistema Único de Saúde e da família na formação acadêmica do enfermeiro**. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v62n2/a21v62n2.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

COSTA, W. A. **Doenças transmissíveis de importância no Estado de São Paulo**. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-. Acesso em: 12 dez. 2011.

CRISTINA, J. S. O.; PAGANINI, M. C. **Ensino clínico**: significado para o acadêmico de Enfermagem. 2008. Disponível em: <http://www.utp.br/enfermagem/boletim_3_ano2_vol2/pdf/art3_ensinoclinico.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2011.

CZERESNIA, D. **Epidemiologia, ciências humanas e sociais e a integração das ciências**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n6/7180.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

DELORS, J. et al. **Educação um tesouro a descobrir**. 2003. Disponível em: <<http://www.microeducacao.com.br/concurso/ConcursoPEBII2009/B-DelorsEducacao-Um%20Tesouro%20a%20Descobrir.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2011.

FERNANDES, J. D. et al. **Dimensão ética do fazer cotidiano no processo de formação do enfermeiro**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a25.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

FERNANDES, J. D. et al. Diretrizes curriculares e estratégias para implantação de uma nova proposta pedagógica. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 443-449, 2005.

FERREIRA JÚNIOR, M. A. F. Os reflexos da formação inicial na atuação dos professores enfermeiros. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 61, n. 6 p. 866-871, 2008.

FEUERWERKE, L. C. M.; SENA, R. R. **Contribuição ao movimento de mudança na formação profissional em saúde: uma avaliação das experiências UNI**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v6n10/04.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

FEUERWERKE, L.; ALMEIDA, M. **Diretrizes Curriculares e Projetos Pedagógicos: é tempo de ação!**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v56n4/a06v56n4.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2011.

FONSECA, J. O. P. et al. A importância de um centro de atenção secundária a portadores de hipertensão arterial e diabetes em um cenário para a melhoria da assistência à população idosa. **Revista Médica Minas Gerais**, Supl. 4, p. 25-29, 2008.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, 1., Ilhéus. [BAIA]: ForGRAD, [1999]. Disponível em: <http://www.pp.ufu.br/Plan_Grad.htm>. Acesso em: 27 jun. 2011.

FRANÇA, L. S.; BARREIRA, I. A. A enfermeira-chefe como figura-tipo em meados do século XX. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 57, n. 4, p. 508-511, 2004.

FREITAS, G. F. Entidades de classe de Enfermagem. In: OGUISSO, T. (Org.). **Trajetória histórica e legal da Enfermagem**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2007. p. 241-243.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE AGRONOMIA LUIZ MENEGHEL. **Carta consulta**. Bandeirantes Paraná, 2000.

FUREGATO, A. R. F. Enfermeiras do Brasil: história das pioneiras. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 16. n. 1, p. 161-162, 2008.

GALLEGUILLOS, T. G. B. **Avaliação da educação superior de Enfermagem na perspectiva da Comissão Assessora de Avaliação para Enfermagem – INEP**. 2007. 182 f. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GALLEGUILLOS, T. G. B.; OLIVEIRA, M. A. de C. A Gênese o desenvolvimento histórico do ensino de Enfermagem no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 80-87, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas; 2002.

GODOY, C. B. **O Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina na Construção de uma nova Proposta Pedagógica**. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n4/13373.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.

GOMES, L. R. et al. **Avaliação da aprendizagem no ensino superior: “Nota” expressão do comportamento do aluno**. 2007. Disponível em: http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/53-artigos-gomeslr_et al.pdf. Acesso em: 3 jan. 2012.

GOMES, T. O.; ALMEIDA FILHO, A. J.; BAPTISTA, S. S. Enfermeiras-religiosas na luta por espaço no campo da Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 58, n. 3, p. 355-360, 2005.

HAAG, G. S. et al. **Contribuições da monitoria no processo ensino-aprendizagem em Enfermagem**. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v61n2/a11v61n2.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2011.

HAYASHIDAH, M.; MENDES, I. A. C. **Laboratório de Enfermagem: histórico organizacional e funcional de uma unidade universitária**. 1994. Disponível em: <http://gepecopen.eerp.usp.br/files/artigos/Artigo59fin.pdf>. > Acesso em: 19 jul. 2011.

HEYDEN, M. S. T.; RESCK, Z. M. R.; CLÍCIA, V. C. G. **A Pesquisa na Graduação em Enfermagem: requisito para conclusão do curso**. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v56n4/a21v56n4.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2012.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do censo 2010 publicado no Diário Oficial da União, 2011**. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41. Acesso em: 04 ago. 2011.

ITO, E. E. et al. O ensino de Enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 570-575, 2006.

ITO, E. E. **O estágio curricular segundo a percepção dos enfermeiros assistenciais de um hospital de ensino**. 2005. 98 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem)-Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ITO, E. E. et al. **O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade.** 2005. Disponível em: <<http://www.ee.usp.br/reeusp/upload/pdf/291.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

KRUSE, M. H. Enfermagem moderna: a ordem do cuidado. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 59. n. esp., p. 403-410, 2006.

LALUNA, M. C. M. C.; FERRAZ, C. A. **Compreensão das Bases Teóricas do Planejamento Participativo no Currículo Integrado de um Curso de Enfermagem.** 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n6/v11n6a11.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2011.

LESSA, I. **Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: um desafio para a complexa tarefa da vigilância.** 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n4/a14v9n4.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

LOPES NETO, D. Aderência dos cursos de graduação em Enfermagem às diretrizes curriculares nacionais. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 60. n. 2, p. 627-634, 2007.

MARINHO, M. G. **A presença norte americana na educação superior brasileira: uma abordagem histórica da articulação entre a Fundação Rockefeller e estruturas acadêmicas de São Paulo.** 2005. Disponível em: <<http://www.cantareira.br/thesis2/v2n3/gabriela.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2011.

MARRAM, A. L.; LIMA, P. G. O estágio curricular na Graduação em Enfermagem. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 33., 2010, Caxambu. **Pôsteres...** Minas gerais: Brasil – Grupo de Pesquisa Estado, Política e Gestão da Educação (GEPGE), 2010. p. 1-6.

MONTEIRO, B. A. **Diretrizes e bases da educação nacional e Escolas de Enfermagem na década de 1960: uma visão histórica.** 2009. 116 f. Dissertação (Mestrado)-Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MOREIRA, A. Movimentos de profissionalização da Enfermagem. In: OGUISSO, T. (Org.). **Trajetória histórica e legal da Enfermagem.** 2. ed. São Paulo: Manole, 2007. p. 120.

MOSER, D. C. **Relação teórico-prática na formação profissional do enfermeiro: reflexões de um percurso.** 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2006.

MOURA, A. et al. SENADen: expressão política da educação em Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 59, n. esp. p. 442-453, 2006.

MOURÃO, L. C. **O Professor e a instituição formação em saúde: implicações nas transformações curriculares.** 2006. 245 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

NETO, F.R.G.X. et al. Fatores de risco e perfil da clientela assistida em hospital cardiológica em crise hipertensiva. **Biblioteca Lascasas**, 2008; v.4, n.5. Disponível em: <<http://www.index-f.com/lascasas/documentos/lc0372.php>>. Acesso em : 12 out. 2009.

NUNES, G. M. et al. **Os Desafios da Participação Popular no Sistema Único de Saúde**. 2009. Disponível em: <http://sejarealista.files.wordpress.com/2009/12/3-part_popular-no-sus.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2011.

OGUISSO, T. Florence nightingale. In: **TRAJETÓRIA histórica e legal da Enfermagem**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2007. p. 58-97.

OLIVEIRA, A. G. B.; ALESSI, N. P. **O Trabalho de Enfermagem em Saúde Mental: Contradições e Potencialidades atuais**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n3/16543.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2011.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, A. A. A. **Avaliação da Aprendizagem na Universidade**. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n1/9n1a04.pdf>>. Acesso em: 3 de jan. 2012.

OLIVEIRA, M. L. C.; SOUZA, L. A. C. **Causas externas: investigação sobre a causa básica de óbito no Distrito Federal, Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v16n4/v16n4a03.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

OPITZ, S. P. et al. **O currículo integrado na Graduação em Enfermagem: entre o ethos tradicional e o de ruptura**. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/5598/3207>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

PADILHA, M. I. C. S.; SILVA, A. L.; BORENSTEIN, M. S. Os congressos brasileiros - pontes para a liberdade e transformação da Enfermagem. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 3, p. 7-13, 2006.

PARRA, S. **O processo de Conversão da Idéia de Projeto Político Pedagógico em Política Educacional Pública no Estado do Paraná (1983-2002)**. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PEREIRA, A. L. F. **As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n5/17825.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2011.

PERES, A. M.; CIAMPONE, M. H. T. **Gerência e competências gerais do enfermeiro**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010407072006000300015&script=sci_arttext>. Acesso em: 8 ago. 2011.

PINTO, J. B. T. **A formação do enfermeiro- anos 2000: contradições e desafios a prática pedagógica**. 2003. 351 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

- PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. **Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública.** 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v29n4/10>>. Acesso em: 15 nov. 2011.
- PIRES, R. P. **Formação de competência na interface estágio extracurricular e início da atuação profissional como enfermeiro.** 2006. 210 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PORTO, F. **Os ritos institucionais e a imagem pública da enfermeira brasileira na imprensa ilustrada: o poder simbólico no click fotográfico (1919-1925).** 2007. 189 f. Tese (Doutorado em Enfermagem)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Enfermagem Anna Nery, Rio de Janeiro, 2007.
- PRADO, J. T. C. **Prescrição e realização do currículo: percepções de docentes e discentes sobre o componente curricular estágio supervisionado na graduação em Enfermagem.** 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Católica de Santos, Santos, 2006.
- PRADO, M. L.; REIBNITZ, K. S.; GELBCKE, F. L. Aprendendo a cuidar: a sensibilidade como elemento plasmático para formação da profissional crítico-criativa em Enfermagem. **Revista Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 296-302, 2006.
- QUIROGA, C. C. C. **A prática pedagógica no ambiente hospitalar e a formação profissional do enfermeiro.** 2010. 84 f. Dissertação (Mestrado)-Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação Mestrado em Educação, Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2010.
- RENOVATO, R. D. et al. As identidades dos enfermeiros em cenários de mudanças curriculares no ensino da Enfermagem. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7. n. 2, p. 231-248, 2009.
- RODRIGUES, R. M. **Diretrizes Curriculares para a Graduação em Enfermagem no Brasil: contexto, conteúdo e possibilidades para a formação.** 2005. 265 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- SANTOS, S. S. C. **Perfil de egresso de curso de Enfermagem nas diretrizes curriculares nacionais: uma aproximação.** 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672006000200018&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 ago. 2011.
- SAUPE, R.; ALVES, E. D. Contribuição à construção de projetos político-pedagógicos na Enfermagem. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 60-67, 2000.
- SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p.143 - 155, 2009.
- SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 1-13, abr. 2009.

SCHERER, Z. A. P.; SCHERER, E. A.; CARVALHO, A. M. P. **Reflexões sobre o ensino da Enfermagem e os primeiros contatos do aluno com a profissão**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n2/v14n2a20.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. **O professor reflexivo: algumas reflexões sobre sua utilização por professores que atuam na área da saúde**. 2009. Disponível em: <<http://www.facec.edu.br/seer/index.php/enfermagem/index>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

SILVA, A. P. S.; COGO, A. L. P. Aprendizagem de punção venosa com objeto educacional digital no curso de Graduação em Enfermagem. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/3162/1733>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

SILVA, D. M.; SILVA, E. M. **O ensino clínico na formação em Enfermagem**. 2004. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium30/8.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2011.

SILVA, K. L.; SENA, R. R. **Integralidade do cuidado na saúde: indicações a partir da formação do enfermeiro**. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n1/07.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

SILVA, M. G. et al. Processo de formação da (o) enfermeira(o) na contemporaneidade: desafios e perspectivas. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 176-184, 2010.

SILVA, M.G.; **Contribuições do Mestrado em Educação para a Formação de professores universitários bacharéis**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.

SILVA, R. M.; SILVA, I. C. M.; RAVALIA, R. A. Ensino de Enfermagem: reflexões sobre o estágio curricular supervisionado. **Revista Práxis**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 37-41, 2009.

SOARES, M. **Metamemória: memórias travessia de uma educadora**. São Paulo, 2001.

SORDI, M. R. L.; BAGNATO, M. H. S. Subsídio para uma formação profissional crítico-reflexiva na área da saúde: o desafio da virada do século. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto São Paulo, v. 6, n. 2, p. 83-88, 1998.

SPAGNOL, C. A. (Re) pensando a gerência em Enfermagem a partir de conceitos utilizados no campo da saúde coletiva. **Ciência Saúde Coletiva**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 119 -127, 2005.

TEIXEIRA, E. et al. Trajetória da educação em Enfermagem no Brasil. In: HADDAD, A.E. (Org.). **A trajetória dos cursos de graduação na saúde: 1991-2004**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

TYRREL, M. A. R.; SANTOS, T. C. F. Setenta anos de vida universitária da Escola de Enfermagem Anna Nery: uma breve reflexão. **Escola de Enfermagem Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 138-142, 2007.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior**. Paris: Unesco, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel. **Projeto político pedagógico do curso de Enfermagem**. Bandeirantes, 2011c.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. **Apresentação da UENP**. Jacarezinho, 2011a. Disponível em: <http://www.uenp.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19&Itemid=60>. Acesso em: 02 ago. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel. **10 anos do curso de Enfermagem**. 2011b. Disponível em: <http://www.clm.uenp.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=932&Itemid=376>. Acesso em: 19 ago. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel. **Histórico da instituição**. Bandeirantes, 2011d. Disponível em: <http://www.clm.uenp.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=84&Itemid=123>. Acesso em: 02 ago. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel. **Projeto político pedagógico do curso de Enfermagem habilitação em bacharelado**. Bandeirantes, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ. Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneguel. **Projeto de adequação do curso de Enfermagem**. Bandeirantes, 2005.

VALE, E. G.; FERNADES, J. D. Ensino de Graduação em Enfermagem: a contribuição da Associação Brasileira de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 59, n. esp., p. 417-422, 2006.

VALLA, V.V. **Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização**. 1999: Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v15s2/1283.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2011.

VALSECCHI, E. S. S.; NOGUEIRA, M. S. **Estratégias de ensino utilizadas na disciplina de fundamentos em Enfermagem**. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5175/3348>>. Acesso em: 19 jul. 2011.

ZANIN, A. T.; SELONK, M. J. T. **Ensaio sobre a forma de estruturação do poder local na região norte do Paraná: O caso do município de Bandeirantes (PR)**. 2011. Disponível em: <http://www.selonk.com.br/gphr/wp-content/themes/selonk-theme/artigos/angelica_tamirez_zanin.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Aulas Práticas em Laboratório

Disciplina	ANATOMIA HUMANA.
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Aborda métodos de estudo em Anatomia; planos de construção do corpo humano; leis gerais de crescimento e fatores gerais de variação; estudo dos sistemas tegumentar, ósseo-articular, muscular, cardiovascular, respiratório, digestório, renal, reprodutor masculino e feminino, nervoso, endócrino e órgãos dos sentidos. Por meio de exposição interativa de conteúdo, com apoio de livro texto e atlas de anatomia, e desenvolvimento de prática de laboratório. Esta disciplina permitirá ao aluno o reconhecimento das diferentes estruturas que compõem o corpo humano e sua localização, constituindo a base para todas as atividades de Enfermagem.
Bibliografias	DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia básica dos sistemas orgânicos . Rio de Janeiro: Atheneu, 2006. DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia humana sistêmica e tegumentar . Rio de Janeiro: Atheneu, 2007. MACHADO, A. Neuroanatomia funcional . 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1993. MOORE, K. L.; DALLEY, A. F. Anatomia orientada para a clínica . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. NETTER, F. H. Atlas de anatomia humana . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. ROHEN, J. W.; DRECOLL, L.; YOKOCHI, C. Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional . 4. ed. São Paulo: Manole, 2007. SOBOTTA, J. Atlas de anatomia humana . 22. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. SPENCE, A. P. Anatomia humana básica . 2. ed. São Paulo: Manole, 1991. VALERIUS, K. P.; DUNCKER, H. R.; SNIPES, R. L. Atlas fotográfico de neuroanatomia . Tradução de J. L. Toledo Neto e I. P. Desiderio. São Paulo: GEN/Ed. Santos, 2009. Título da obra original: Photo-atlas of neuroanatomy.

Quadro 1A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 19).

Disciplina	BIOFÍSICA.
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Processos de transporte por meio de membranas celulares. Bioeletrogênese. Transmissão sináptica. Biofísica da contração muscular. Noções de Radiologia e Radioproteção.
Bibliografias	GARCIA, E. A. C. Biofísica . São Paulo: Atheneu, 2000. GUYTON, A. C. Tratado de fisiologia médica . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002. HENEINE, I. F. Biofísica básica . Rio de Janeiro: Atheneu, 1999. OKUNO, E.; CALDAS, I. L.; CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas . São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1982.

Quadro 2A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 19-20).

Disciplina	BIOLOGIA CELULAR.
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Noções de microscopia óptica e eletrônica. Células eucariontes e procariontes. Células em nível molecular. Morfofisiologia e ultraestrutura dos componentes celulares e suas interações. Relações entre a biologia celular, a origem de doenças e disfunções que afligem o homem na atualidade.
Bibliografias	DE ROBERTIS, E. D. P.; DE ROBERTIS, E. M. F. Bases da biologia celular e molecular . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Quadro 3A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 20).

Disciplina	BIOQUÍMICA.
Modalidade de ensino prático	Laboratório.
Ementa	A célula e sua organização bioquímica. Química e função biológica de aminoácidos e proteínas, carboidratos, lipídios e ácidos nucleicos. Metabolismo de carboidratos, lipídios e aminoácidos. Regulação e integração do metabolismo em mamíferos. Bioquímica analítica qualitativa.
Bibliografias	CAMPBELL, M. K.; FARREL S. O. Bioquímica: COMBO . São Paulo: Thompson, 2007. LEHNINGER, A. L.; NELSON, D. L.; COX, M. M. Princípios de bioquímica . 3. ed. São Paulo: Savier, 2000. NELSON, D. L.; COX, M. M. Lehninger: princípios de bioquímica . 4. ed. São Paulo: Savier, 2004.

Quadro 4A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 20).

Disciplina	FISIOLOGIA HUMANA
Modalidade de ensino prático	Laboratório.
Ementa	Sistema nervoso. Cardiovascular, respiratório, renal, digestivo, endócrino, reprodutor e sangue.
Bibliografias	AIRES, M. de M. Fisiologia . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. GUYTON, A. Fisiologia humana . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. GUYTON, A. Tratado de fisiologia médica . 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Quadro 5A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 20-21).

Disciplina	EMBRIOLOGIA E HISTOLOGIA
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Mitose e Meiose. Controle do Ciclo celular. Gametogênese. Fecundação. Fertilização Estudo das oito primeiras semanas da embriogênese humana. Crescimento Fetal. Destino dos folhetos germinativos. Características dos períodos embrionários e fetais. Anexos embrionários. Evolução Humana. Estudo histológico dos tecidos epitelial, conjuntivo, muscular e nervoso.
Bibliografias	GLEREAN, A. Manual de histologia . São Paulo: Atheneu, 2002. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular . 20. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular . 20. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Histologia básica . 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2004. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Noções básicas de citologia, histologia e embriologia . MOORE, K.; PERSAUD, T. V. N. Atlas de embriologia clínica . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. MOORE, K.; PERSAUD, T. V. N. Embriologia clínica . 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. SANTELLI, G. M. M. Histologia: imagens em foco . Barueri: Manole, 2003.

Quadro 6A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 21).

Disciplina	INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E BIOESTÁTICA.
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Pesquisa conceitos. Pesquisa em Enfermagem. Processo de Pesquisa. Projeto de Pesquisa: passos e construção. Introdução à bioestatística. Estatística descritiva: variáveis, tabelas, gráficos, medidas de posição. Amostragem e estimação. Noções de probabilidades e distribuições. Regressão e correlação. Testes de hipóteses. Análise de variância e separação de médias. Sistemas operacionais: fundamentos e conceitos básicos. Navegadores. Motores de busca online: expressões e regras sintáticas de busca. Processadores e Editores de Texto. Gerenciadores de apresentações. Planilhas eletrônicas. Softwares e Aplicativos de suporte para a área de informática.
Bibliografias	APPOLINÁRIO, F. Dicionário de metodologia científica : um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004. BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. Projeto de pesquisa : propostas metodológicas. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. CRUZ, C.; RIBEIRO, U. Metodologia científica : teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004. LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J. Pesquisa em Enfermagem : métodos, avaliação crítica e utilização. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. MARTINS, G. A.; PINTO, R. L. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos . São Paulo: Atlas, 2001.92p. MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento : pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2006.

Quadro 7A – Características do Pnsino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 22-23).

Disciplina	MICROBIOLOGIA
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Características gerais de micro-organismos (bactérias, fungos e vírus). Morfologia e citologia bacteriana. Fisiologia e genética bacteriana. Crescimento microbiano (cultivo, isolamento e identificação bacteriana). Métodos de controle de crescimento de micro-organismos. Antimicrobianos. Mecanismo microbiano de patogenicidade – Microbiota normal do corpo humano. Estudo das principais bactérias patogênicas para o homem. Características gerais dos vírus. Principais viroses de importância médica humana. Coleta e transporte de material clínico humano. Infecções Hospitalares.
Bibliografias	BROOKS, G. F.; BUTEL, J. S.; MORSE, S. A. Jawetz, Melnick & Adelberg's microbiologia médica . 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. MURRAY, P. R. et al. Microbiologia médica . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. PELCZAR JR., P. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. Microbiologia . 1. ed. São Paulo: Makron Books, 2004. v. 1 e 2. TORTORA, G. J. et al. Microbiologia . 8. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Quadro 8A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 24-25).

Disciplina	PROCESSOS PATOLÓGICOS GERAIS
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Introdução à Patologia Geral: homeostasia, Saúde x Doença, etiologia, etiopatogenia, fisiopatologia. Lesões Celulares Reversíveis e Irreversíveis. Distúrbios da Circulação. Distúrbios do Crescimento e Diferenciação Celular. Carcinogênese e Neoplasia. Inflamação e Mediadores Químicos da Inflamação. Cicatrização.
Bibliografias	ANATOMICAL Chart Company; atlas de fisiopatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. BIRNEY, M. H. et al. Fisiopatologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. (Coleção Práxis). BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo. patologia . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. CONTRAN, R. S.; KUMAS, V.; ROBBINS, S. L. Robbins patologia estrutural e funcional . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. FARIA, J. L. Patologia geral, fundamentos das doenças, com aplicações clínicas . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. MONTENEGRO, M. R.; FRANCO, M. Patologia: processos gerais . 4. ed. São Paulo: Atheneu, 1999. PORTH, C. M. Fisiopatologia . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2004. SPICER, W. J. Bacteriologia, micologia e parasitologia clínicas: um texto ilustrado em cores . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Quadro 9A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 25).

Disciplina	PARASITOLOGIA HUMANA
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Relações parasito-hospedeiro. Protozoários e helmintos de interesse da saúde. Modos de infecção e infestação, diagnóstico, profilaxia e controle das doenças parasitárias do país e região. Entomologia da saúde: principais artrópodes transmissores e veiculadores de doenças.
Bibliografias	COURA, J. R. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. v.1 e 2. REY, L. Parasitologia . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Quadro 10A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 25-26).

Disciplina	FARMACOLOGIA
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Farmacocinética, farmacologia sna, snc. Sistemas cardiovascular e renal. Aparelho digestivo. Autofarmacologia. Anestésicos locais. Antiinflamatórios. Corticoides. Insulina e hipoglicemias orais. Coagulantes e anticoagulantes. Ocitócicos e anovulatórios. Antibióticos e quimioterápicos. Antissépticos e desinfetantes. Interação medicamentosa. Intoxicações exógenas agudas
Bibliografias	KATSUNG, B. Farmacologia médica . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M. Farmacologia . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

Quadro 11A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 27).

Disciplina	GENÉTICA HUMANA
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Estrutura e funcionamento do DNA e cromossomos. Padrões de herança em humanos. Genética de populações humanas. Erros inatos do metabolismo. Alterações cromossômicas em humanos. Distúrbios Multifatoriais. Genética do câncer. Genética na prática da assistência à saúde.
Bibliografias	BROWN, T. A. Genética: um enfoque molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. KORF, B. R. Genética humana e genômica . 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. LEWIS, R. Genética humana: conceitos e aplicações . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. MOTTA, P. A. Genética humana aplicada a psicologia e toda a área biomédica . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. OTTO, P. A.; FROTA-PESSOA, O.; OTTO, P. G. Genética: humana e clínica . São Paulo: Roca, 2004. PASTERNAK, J. J. Uma introdução à genética molecular humana . 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. THOMPSON, M. W.; MCINNES, R. R.; WILLARD, H. F. Genética médica . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993.

Quadro 12A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 26).

Disciplina	IMUNOLOGIA
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório.
Ementa	Noções sobre antígeno e órgãos linfoides, imunoglobulinas, interação antígeno e anticorpo. Sistema complemento. Resposta imune humoral, celular e cooperação celular. Hipersensibilidade mediada por anticorpo e por células. Imunodeficiência e imunodepressão. Imuno-hematologia, imunologia de transplantes e tumores. Autoimunidade. Imunoprofilaxia e imunodiagnóstico.
Bibliografias	<p>ABBAS, A. K. Imunologia celular e molecular. 3. ed. São Paulo.</p> <p>CALICH, V.; VAZ, C. Imunologia. Rio de Janeiro: Evinter.</p> <p>ROITT, I. M. Imunologia. London: Mosby.</p> <p>TIZARD, I. R. Imunologia veterinária. 5. ed. São Paulo: Roca.</p> <p><http://www.medstudents.com.br></p> <p><http://www.sciencedirect.com></p>

Quadro 13A – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 27).

APÊNDICE B – Práticas Clínicas em Saúde e Laboratório

Disciplina	FUNDAMENTOS PRÁTICOS PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM I.
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório e práticas clínicas em saúde.
Ementa	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à realização do cuidado integral ao ser humano, no ciclo vital, com ênfase nas técnicas fundamentais de Enfermagem (básicas); Preve Atividades de Clínica Prática intercaladas aos conteúdos teóricos em ambiente hospitalar e na atenção primária
Bibliografias	<p>BARROS, A. L. B. L. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de Enfermagem no adulto. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>GEOVANINI, T. et al. História da Enfermagem: versões e interpretações. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.</p> <p>GIORDANI, A. T. Humanização da saúde e o cuidado. São Caetano do Sul: Difusão, 2008.</p> <p>MUSSI, N. M. et al. Técnicas fundamentais de Enfermagem. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.</p> <p>POTTER, P. A. et al. Fundamentos de Enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.</p>

Quadro 1B – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 24).

Disciplina	FUNDAMENTOS PRÁTICOS PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM II
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório e práticas clínicas em saúde.
Ementa	Sistematizar a Assistência de Enfermagem prestada ao ser humano na fase adulta e direcionada à satisfação das necessidades humanas básicas a partir de conteúdos éticos, teóricos e práticos acerca do cuidar e do processo de cuidar em Enfermagem. Interpretação de exames diagnósticos (laboratoriais e de imagem). Procedimentos invasivos de Enfermagem. Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à realização do cuidado integral ao ser humano, no ciclo vital, com ênfase nas técnicas fundamentais de Enfermagem (avançadas). Atividades de Clínica Prática intercaladas aos conteúdos teóricos em ambiente hospitalar e na atenção primária.
Bibliografias	<p>BARROS, A. L. B. L. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de Enfermagem no adulto. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>CARPENITO-MOYET, L. J. Diagnósticos de Enfermagem: aplicação à prática clínica. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>DIAGNÓSTICOS de Enfermagem da NANDA: definições e classificação 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>DOCHTERMAN, J. M.; BULECHEK, G. M. Classificação das intervenções de Enfermagem (NIC). Tradução: Regina Machado Garcez. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>DOPICO, L.; MACIQUEIRA, S.; MESQUITA, A. Procedimentos de Enfermagem: semiotécnica para o cuidado. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p> <p>MOORHEAD, S.; JOHNSON, M.; MAAS, M. (Org.). Classificação dos resultados de Enfermagem (NOC). Tradução: Marta Avena. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p>

	<p>MUSSI, N. M. et al. Técnicas fundamentais de Enfermagem. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.</p> <p>POTTER, P. A. et al. Fundamentos de Enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.</p> <p>POSSO, M. B. S. Semiologia e semiótica de Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2006.</p> <p>SILVA, M. T.; SILVA, S. R. L. P. T. Cálculos e administração de medicamentos na Enfermagem. São Paulo: Martinari, 2008.</p> <p>TANURE, M. C.; GONÇALVES, A. M. P. (Org.). SAE: sistematização da assistência de Enfermagem: guia Prático. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p>
--	--

Quadro 2B – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 29-30).

Disciplina	SAÚDE DA MULHER
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório e práticas clínicas em saúde.
Ementa	Estudo morfológico do aparelho reprodutor feminino. Fisiologia e endocrinologia do processo gestatório. Embriologia. Conceitos de saúde da mulher. Gênero, saúde sexual e saúde reprodutiva. Direitos reprodutivos. Políticas de atenção à saúde da mulher. Humanização e assistência integral à saúde da mulher durante o pré-natal, parto e puerpério. Cuidado de Enfermagem no período gravídico – puerperal. Semiologia e semiotécnica aplicadas à mulher. Aleitamento materno. Prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama. Planejamento familiar. Climatério. Abortamento. Afecções ginecológicas e obstétricas. Violência contra a mulher.
Bibliografias	<p>BARROS, S. M. O. de. Enfermagem no ciclo gravídico puerperal. São Paulo: Manole, 2005.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual de atenção à mulher no climatério/menopausa. Brasília, DF, 2008.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle de cânceres do colo do útero e da mama. Brasília, DF, 2006.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamentos de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada. Brasília, DF, 2005.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília, DF, 2001.</p> <p>RICCI, S. S. Enfermagem materno: neonatal e saúde da mulher. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan., 2008.</p> <p>ZUGAIB, M. Obstetrícia. São Paulo: Manole. 2007.</p>

Quadro 3B – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 33-34).

Disciplina	SAÚDE DO NEONATO, CRIANÇA E ADOLESCENTE
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório e práticas clínicas em saúde.
Ementa	Assistência de Enfermagem ao recém-nascido normal, prematuro, baixo peso e de alto risco. Acompanhamento ativo ao crescimento e desenvolvimento normal do neonato, criança e adolescente. Saúde do escolar, adolescente e família: ações preventivas e educativas. Sistematização da Assistência de Enfermagem nas afecções clínicas e cirúrgicas do neonato, criança e adolescente. Saúde integral: redução da mortalidade infantil e neonatal. Assistência de Enfermagem do nascimento à adolescência implementando intervenções à saúde, pautado no ensino, pesquisa e gerenciamento dos riscos e agravos.
Bibliografias	<p>BOWDEN, V. R.; GREENBERG, C. S. Procedimentos de Enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto acolher: um encontro da Enfermagem com o adolescente brasileiro. Brasília, DF: Associação Brasileira de Enfermagem/Governo Federal, 2000.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil. Brasília, DF, 2004.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde. Organização Pan Americana da Saúde. Guia alimentar para crianças menores de dois anos. Brasília, DF, 2002.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, DF, 1991.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Violência doméstica contra a criança e o adolescente. Recife: Edupe, 2002.</p> <p>DIAGNÓSTICOS de Enfermagem da NANDA: definições e classificação 2009-2011. Tradução Regina Machado Garcez. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>DOCHTERMAN, J. M.; BULECHEK, G. M. Classificação das intervenções de Enfermagem (NIC). 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>GUIMARÃES, H. C. Q. C. P.; BARROS, A. L. B. L de. Classificação das intervenções Enfermagem. Revista Escola de Enfermagem USP, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 130-134, 2001.</p> <p>HOCKENBERRY, M. J.; WILSON, D.; WINKELSTEIN, M. L. Wong fundamentos de Enfermagem pediátrica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.</p> <p>MARTINS, M. A. et al. Semiologia da criança e do adolescente. 1. Ed. Medbook, 2010.</p> <p>MOORHEAD, S.; JOHNSON, M.; MAAS, M. Classificação dos resultados de Enfermagem (NOC). 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>NAPOLEÃO, A. M. A. Estudo da aplicabilidade de intervenções da NIC no atendimento a crianças com diagnóstico de Enfermagem 'Desobstrução ineficaz de vias aéreas relacionada à presença de via aérea artificial' em um centro de terapia intensiva pediátrico. 2005. Tese (Doutorado)- Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.</p> <p>NEIRAHUERTA, E. del P. et al. Preparo da criança e família para procedimentos cirúrgicos: intervenção de Enfermagem. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 340-53, 1996.</p> <p>ORSHAN, S. A. Enfermagem na saúde das mulheres, das mães e do recém-nascido. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p>

	<p>POLIT, C. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. Fundamentos de pesquisa em Enfermagem, métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>RICCI, S. S. Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>ROCHA, S. M. M.; NASCIMENTO, L. C.; LIMA, R. A. G. Enfermagem pediátrica e abordagem da família: subsídios para o ensino de graduação. Revista Latino-americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 10, n. 5, p. 709-14, 2002.</p> <p>SCHMITZ, E. M. et al. A Enfermagem em pediatria e puericultura. Rio de Janeiro: Atheneu, 2000.</p> <p>TAMEZ, R. N. Enfermagem na UTI neonatal, assistência ao recém-nascido de alto risco. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.</p>
--	--

Quadro 4B – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 34-35).

Disciplina	PRÁTICAS CLÍNICAS EM ALTA COMPLEXIDADE
Modalidade de Ensino Prático	Laboratório e práticas clínicas em saúde.
Ementa	Atendimento de Enfermagem a pacientes que necessitam de cuidados em unidades de urgência e emergência e terapia intensiva por meio da aplicação da Sistematização da Assistência e humanização do cuidado.
Bibliografias	<p>AMERICAN HEART ASSOCIATION= FUNDAÇÃO INTERAMERICANA DO CORAÇÃO. Suporte avançado de vida em cardiologia. Rio de Janeiro, 2007.</p> <p>DAMASCENO, M. C. T.; BARAKAT, S. Pronto socorro: condutas do Hospital das Clínicas e da Faculdade de Medicina da USP. São Paulo: Manole, 2008.</p> <p>DIAGNÓSTICOS de Enfermagem da NANDA: definições e classificação. Organizado por North American Nursing Association. Trad. Jeanne Liliane Marlene Michel. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>FISCHBACH, F. Manual de Enfermagem: exames laboratoriais e diagnósticos. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>FORTE, D. Pronto socorro: condutas do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Manole, 2010.</p> <p>HIGA, S. E. M.; ATALLAH, N. A. Guia de medicina de urgência. São Paulo: Manole, 2009.</p> <p>HUDAK, C. M. Cuidados intensivos de Enfermagem: uma abordagem holística. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>PAVELQUEIRES, S. et al. Mast: Manobras avançadas de suporte ao trauma e emergências Cardiovasculares. 5. ed, 2008.</p> <p>SILVA, M. J. P. Qual o tempo do cuidado?: humanizando os cuidados de Enfermagem. São Paulo: Centro Universitário São Camilo: Loyola, 2004.</p> <p>SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner/Suddarth: tratado de Enfermagem médico-cirúrgica 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>ZUNIGÃ, Q. G. P. Ventilação mecânica para Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2003.</p>

Quadro 5B – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 36).

APÊNDICE C – Somente Práticas Clínicas

Disciplina	SAÚDE AMBIENTAL
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	O meio ambiente humano, qualidade de vida e saúde. Riscos no trabalho, habitação e meio ambiente. Políticas ambientais, interações entre sistemas, natureza e sociedade. Doenças Crônicas não-transmissíveis
Bibliografias	ALMEIDA, M. C. P.; ROCHA, J. S. Y. O saber de Enfermagem e sua dimensão prática . São Paulo: Cortez, 1986. CIANCIARELLO, T. I. Instrumentos básicos para o cuidar: um desafio para a qualidade da assistência . Rio de Janeiro: Atheneu, 2003. PERRY, A. G.; POTTER, P. Fundamentos de Enfermagem . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. RIZZOTTO, M. L. F. História da Enfermagem brasileira e sua relação com a saúde pública . Goiânia: AB, 1999. SANTOS, C. A. F. A Enfermagem como profissão . São Paulo: Pioneira, 1993.

Quadro 1C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 21-22).

Disciplina	CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	Esta disciplina introduz conteúdos acerca das diversas dimensões da relação indivíduo e sociedade e os seus condicionantes culturais, políticos e econômicos. Aborda os processos saúde-doença enquanto fenômeno social produzidos e reproduzidos na sociedade pelas diferentes culturas e grupos, mediante a perspectiva teórica das ciências sociais na sua tripla composição disciplinar: antropologia, sociologia e ciência política.
Bibliografias	BERGER, P. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística . 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. cap.1 e 2. DA MATTA, R. Relativismo: uma introdução a antropologia social . Rio de Janeiro: Rocco, 1987. FREIRE, G. Médicos, doentes e contextos sociais . Rio de Janeiro, 1993. GEERTZ, C. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: Zahar, 1978. GIDDENS, A. Sociologia . Porto Alegre: Artmed: 2007. HELMAN, C. G. Cultura, saúde e doença . 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2003. LAPLANTINE, F. Antropologia da doença . São Paulo: Brasiliense, 1988. MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. Antropologia uma introdução . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998. MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993. QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. de. Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber . Belo Horizonte: UFMG, 1999. REZENDE, M. J. de. As desigualdades sociais. In: TOMAZI, N. D. (Coord.). Iniciação à sociologia . São Paulo: Atual, 1993. p.83-122. SILVEIRA, R. de J. Os movimentos sociais. In: TOMAZI, N. D. (Coord.). Iniciação à Sociologia . São Paulo: Atual, 1993. p. 207-250.

Quadro 2C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 22).

Disciplina	ENFERMAGEM COMO PROFISSÃO/FUNDAMENTOS PARA O PROCESSO DE CUIDAR / RELAÇÕES HUMANAS
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	Enfermagem e sua evolução histórica. Tendências, perspectivas e contribuições científicas do avanço social da profissão. Equipe de Enfermagem, espaços de atuação do enfermeiro. Instrumentos básicos de atuação profissional. Entidades representativas. Fundamentos para o Processo de Cuidar visando à introdução do aluno na comunidade, escolas, creches, instituições de saúde em diferentes níveis de assistência para contextualização das práticas em saúde, de maneira gradativa a fim de favorecer a aprendizagem num nível crescente de complexidade para o cuidado de Enfermagem.
Bibliografias	CIANCIARULLO, T. I. Instrumentos básicos para cuidar : um desafio da assistência. São Paulo: Atheneu, 1997. CIANCIARULLO, T. I. et al. Sistema de assistência de Enfermagem : evolução e tendências. São Paulo: Ícone, 2001. HORTA, W.; CASTELLANO, B. E. P. Processo de Enfermagem . São Paulo: EPU, 1979. POTTER, P. A.; PERRY, A. G. Fundamentos de Enfermagem . 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2004.

Quadro 3C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 23).

Disciplina	ATENÇÃO À SAÚDE COLETIVA I
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	Sistema de Saúde no Brasil: evolução e conceitos básicos. Legislação e Normas Operacionais do SUS. Controle social e financiamento do SUS. Sistema Municipal de Saúde (municipalização e territorialização). Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal. Vigilância em Saúde como unidade de práticas de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador.
Bibliografias	BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil . Brasília, DF: Senado Federal. Centro Gráfico, 1988. BRASIL. Lei orgânica de saúde nº 8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. BRASIL. Lei orgânica de saúde nº 8142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da sociedade na gestão do SUS e sobre financiamento. Disponível em: < http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz >. MAFFEI, S.; SOARES, A. D.; CORDONI, L. J. Bases da saúde coletiva . Londrina: UEL, 2001. ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO. Políticas de saúde . Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. < http://www.saude.gov.br >

Quadro 4C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 27-28).

Disciplina	ENFERMAGEM EM CLÍNICA MÉDICO-CIRÚRGICO
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	Aplicação da metodologia de assistência ao cliente adulto clínico e cirúrgico, com considerações aos extremos da idade, às doenças crônico-degenerativas, com estudo dos aspectos clínicos epidemiológicos, abordando as ações preventivas, curativas, cirúrgicas e de reabilitação, em nível hospitalar, ambulatorial e domiciliar. Assistência de Enfermagem as patologias dos diversos sistemas com enfoque médico-cirúrgico. Identificação das respostas humanas frente às limitações, a fim de programar um plano de cuidado de forma ordenada e sistemática, executar e prestar assistência ao cliente, família e comunidade referentes às afecções e intercorrências clínicas e cirúrgicas, caracterizada por uma assistência holística realizada de forma intelectual e deliberada.
Bibliografias	<p>MEEKER, M. H.; ROTHROCK, J. C. Alexander: cuidados de Enfermagem ao paciente cirúrgico. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1997.</p> <p>MORTON, P. G. et al. Cuidados críticos de Enfermagem: uma abordagem holística. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2007.</p> <p>POSSARI, J. F. Assistência de Enfermagem na recuperação pós-anestésica (RPA). São Paulo: Iátria, 2003.</p> <p>POSSARI, J. F. Centro cirúrgico: planejamento, organização e gestão (RPA). São Paulo: Iátria, 2004.</p> <p>SILVA, M. D'A. et al: Enfermagem na unidade de centro cirúrgico. 2. ed. São Paulo: EPU/Edusp, 1997.</p> <p>SMELTZER, S. C.; BARE, B. G. Brunner & Suddarth: tratado de Enfermagem médico-cirúrgico. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-koogan, 2009.</p> <p>SMITH, N. E. Enfermagem médico-cirúrgica. 8. ed. São Paulo: Manole, 2005.</p> <p>SPRINGHOUSE CORPORATION. Enfermagem médico-cirúrgico. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006. (Série Incrivelmente fácil).</p> <p>TANNURE, M. C.; PINHEIRO A. M. Sistematização da assistência de Enfermagem: guia prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2010.</p>

Quadro 5C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 30).

Disciplina	ENFERMAGEM PERIOPERATÓRIA, CENTRAL DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	Cuidado de Enfermagem ao cliente no período perioperatório e desenvolvimento de atividade no complexo de central de material e esterilização.
Bibliografias	<p>MEEKER, M.H.; ROTHROCK, J. C. Alexander: cuidados de Enfermagem ao paciente cirúrgico. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1997.</p> <p>POSSARI, J. F. Assistência de Enfermagem na recuperação pós-anestésica (RPA). São Paulo: Iátria, 2003.</p> <p>POSSARI, J. F. Centro cirúrgico: planejamento, organização e gestão (RPA). São Paulo: Iátria, 2004.</p> <p>SILVA, M.D'A. et al: Enfermagem na unidade de centro cirúrgico. 2. ed. São Paulo: EPU/Edusp, 1997.</p>

Quadro 6C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 30-31).

Disciplina	ATENÇÃO À SAÚDE COLETIVA II
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	Assistência básica de Enfermagem à saúde da criança, mulher e adulto em nível de atenção básica por meio de ensino e estágio supervisionado. Educação em saúde. Modelo Assistencial. Intervenções de Enfermagem na saúde coletiva. Sistematização da assistência de Enfermagem na atenção básica.
Bibliografias	BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Pré-natal e puerpério : atenção qualificada e humanizada: manual técnico. Brasília, DF, 2005. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança : nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília, DF, 2009. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Manual de atendimento à gestação de alto risco . 3. ed. – Curitiba: SESA, 2004. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. Natural é parto normal : pré-natal, parto e puerpério. 3. ed. Curitiba: SESA, 2004. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. Coordenadoria de Programas Especiais. Manual do programa de prevenção e controle do câncer ginecológico . Curitiba: SESA, 2005. RICCO, R. G.; ALMEIDA, C. A. N.; CIAMPO, L.A. D. Puericultura . Temas de Pediatria, São Paulo, n. 80, 2005. SATO, H. K. Programa Nacional de Imunização . Sociedade Brasileira de Pediatria, 2003.

Quadro 7C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 31-32).

Disciplina	ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL E PSIQUIATRIA
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	Promoção de saúde mental por meio do relacionamento interpessoal e grupal e da comunicação. Política Nacional de Saúde Mental. Aplicação de metodologia de assistência de Enfermagem nos transtornos mentais, visando à promoção da saúde e reintegração do doente na família e na comunidade
Bibliografias	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10 : descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. Compêndio de psiquiatria . Porto Alegre: artes médicas, 2007. STEFANELLI, M. C.; FUKUDA, I. M. K.; ARANTES, E. C. (Org.). Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais . Barueri: Manole, 2008. STUART, G. W.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica : princípios e prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

Quadro 8C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p. 33).

Disciplina	SAÚDE DO IDOSO
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	Atuar nos cuidados necessários com o idoso inserido em seu contexto. Reconhecer as limitações físicas e psicossociais no processo de envelhecimento. Estratégias de promoção de acordo com a realidade a manutenção da qualidade de vida. O significado do cuidar. O processo de envelhecimento e suas repercussões no cuidar. O cuidador profissional e familiar: deveres, direitos e repercussões. A família como unidade de cuidado. Atenção ao idoso no domicílio, em ILPI e em serviços de saúde: direitos e deveres.
Bibliografias	<p>BEAUVOIR, S.de. A velhice. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Viver mais e melhor: um guia completo para você melhorar sua saúde e qualidade de vida. Brasília, DF, 1999.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Estatuto do idoso. 1. ed. Brasília, DF, 2003. (Série E: legislação de saúde).</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília, DF, 2006. (Série A: normas e manuais técnicos, n. 19).</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Guia prático do cuidador. Brasília, DF, 2008.</p> <p>DESTÉFANI, G. Envelhecer com dignidade. São Paulo: Loyola, 2000.</p> <p>NERI, A. L. Envelhecer num país de jovens: significado de velho e velhice, segundo brasileiros não-idosos. São Paulo: Unicamp, 1991.</p>

Quadro 9C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p.32).

Disciplina	ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE APLICADA A ENFERMAGEM.
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	Teorias da Administração. Funções do administrador. Princípios da administração. Gestão de pessoas. Estilos de liderança e Gestão da qualidade. Funções administrativas do enfermeiro na unidade hospitalar e Unidade Básica de Saúde.
Bibliografias	<p>BERTELLI, S. B. Gestão de pessoas em administração hospitalar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.</p> <p>BORBA, V. R.; LISBOA, T. C. Teoria geral da administração hospitalar. Qualitymark, 2006.</p> <p>JOINT COMMISSION RESOURCES. Temas e estratégias para liderança em Enfermagem: enfrentando os desafios hospitalares atuais. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>MARQUES. Administração e liderança em Enfermagem. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.</p> <p>ORLANDO, I. J. O relacionamento dinâmico enfermeiro/paciente: função, processo e princípios. São Paulo: EPU, 1978.</p> <p>RIBEIRO, A. de L. Teorias da administração. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>SANTOS, E. F. et al. Legislação em Enfermagem: atos normativos do exercício e do ensino de Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 1997.</p> <p>SANTOS, A. S.; MIRANDA, S. M. R. A Enfermagem na gestão em atenção primária à saúde. Barueri: Manole, 2007.</p>

Quadro 10C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p.35).

Disciplina	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – INTERNATO
Modalidade de Ensino Prático	Práticas clínicas em saúde.
Ementa	Vivência das diversas situações de saúde-doença da prática profissional. Avaliação das necessidades de saúde. Aplicação da Metodologia da Assistência de Enfermagem. Atuação na gerência dos serviços de Enfermagem, nos diferentes níveis de atenção à saúde, com supervisão indireta. Elaboração e aplicação de projetos assistenciais e individuais específicos à área de Enfermagem, aos quais contemplem atividades de aprendizagem cultural, social e de desenvolvimento técnico-científico, podendo resultar em subsídios à elaboração de trabalho final monográfico.
Bibliografias	<p>ANDRADE, S. M.; SOARES, D. A. CORDONI JÚNIOR, L. (Org.). Bases da saúde coletiva. Londrina: UEL, 2001.</p> <p>ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (Org.). Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 5. ed. Joinville: Univille, 2005.</p> <p>BORK, A. M. T. Enfermagem baseado em evidências. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>KURCGANT, P. et al. Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>SANTOS, A. da S. S.; MIRANDA, S. M. R. C de. A Enfermagem na gestão em atenção primária à saúde. Barueri: Manole.</p> <p>TASCA, A. M. et al. Cuidado ambulatorial: consulta de Enfermagem e grupos. Porto Alegre: EPUB. 2006.</p> <p>WALDOW, V. R. Cuidar: expressão humanizadora da Enfermagem. Petrópolis: Vozes, 2006.</p>

Quadro 11C – Características do Ensino Prático.

Fonte: Elaborado a partir do PPPCE (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, 2011c, p.36-37).

ANEXO

ANEXO A

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ADMINISTRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 75 Total: 105

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Elaboração, análise e avaliação do planejamento da assistência à saúde. Administração do processo de trabalho de enfermagem nas organizações de saúde.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

INTRODUÇÃO À DISCIPLINA:

- Reconhecimento do grupo.
 - Apresentação do programa e esclarecimentos.
- 02 aulas teóricas

FILOSOFIA DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM

- Importância da filosofia para os enfermeiros.
 - Como definir a filosofia do serviço de enfermagem.
 - Exemplos de filosofias e objetivos descritos pelos elementos integrantes
- 02 aulas teóricas.

RELACIONAMENTO DINÂMICO ENFERMEIRO/PACIENTE

- Limitações físicas.
 - Reações adversas ao ambiente.
 - Dificuldades de comunicação.
 - Situação da enfermagem em relação aos princípios da prática.
- 02 aulas teóricas

A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

- Aspectos relativos à estrutura organizacional.
 - Tipos de estrutura.
 - Organograma.
 - Posição hierárquica da enfermagem na estrutura organizacional.
- 06 aulas teóricas.
12 AULAS PRÁTICAS

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS NA ENFERMAGEM

- Administração de recursos materiais.
 - Importância, finalidades, objetivos da administração de materiais nas instituições de saúde.
 - Materiais a serem gerenciados pelo enfermeiro.
 - Manutenção do serviço de enfermagem atualizado sobre novos materiais.
- 06 aulas teóricas.
08 AULAS PRÁTICAS.

SUPERVISÃO EM ENFERMAGEM

- Importância, origem, características da função de supervisão.
- Etapas para o desenvolvimento da supervisão.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ADMINISTRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 75 Total: 105

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- Processo de trabalho em saúde e na enfermagem.
- A função gerencial da (o) enfermeira(o).
- Dimensionamento de pessoal de enfermagem.
- Recrutamento e seleção do pessoal de enfermagem.
- Escala de distribuição do pessoal de enfermagem.
- Avaliação do desempenho do pessoal de enfermagem.

08 aulas teóricas

08 AULAS PRÁTICAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO E INSTRUMENTOS:

- Planejamento, organização, direção e controle.
- Delegação, comunicação, negociação, liderança, motivação, padrões, decisão, educação continuada e educação permanente.
- Planejamento da assistência de enfermagem.
- Auditoria em enfermagem.
- Mudanças em enfermagem.

06 aulas teóricas.

12 AULAS PRÁTICAS

Atividades Práticas:

- A organização, campo de prática, quanto à função e estrutura.

OBJETIVO - Identificar a finalidade da organização e a sua estrutura, consideradas as funções operacionais de uma Organização.

TÉCNICA - Observação estruturada no decorrer de visita ao ambiente.

- Discussão de grupo.

04h

- Funcionamento de setores (sistemas, unidades) de administração geral.

OBJETIVO - Identificar a função e a estrutura de setores de Recursos Humanos (Pessoal); Orçamentário e Financeiro (Contabilidade, Finanças); de Material (Suprimentos); e de Marketing.

TÉCNICA - Observação estruturada de subgrupos por setor; Discussão de Grupo.

08h

- Funcionamento de setores médicos e assistenciais de apoio (meios complementares de diagnóstico e tratamento).

OBJETIVO - Definir a função e a estrutura de setores de Laboratório, Radiologia, Nutrição, Serviço Social, Fisioterapia, Psicologia e outros existentes na estrutura da organização, campo de prática.

TÉCNICA - Observação estruturada de subgrupos por setor; Discussão de Grupo.

04h

- Organização e funcionamento do setor (sistema, divisão, departamento, seção, unidade...) de enfermagem.

OBJETIVOS - Identificar a estrutura organizacional da enfermagem na unidade de saúde.

- Definir os tipos de planejamento desenvolvidos.

- Identificar mecanismos de direção empregados.

- Identificar os tipos de mecanismos de controle e respectivos instrumentos adotados.

TÉCNICA - Observação estruturada de subgrupos por setor; Discussão de Grupo.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ADMINISTRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 75 Total: 105

Página 3

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

16h

III. LIVRO TEXTO

KURCGANT, Paulina (coord)., Administração em Enfermagem. São Paulo:EPU, 1991

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

ORLANDO, Ida Jean., O relacionamento dinâmico enfermeiro/paciente: função, processo e princípios. / Ida Jean Orlando; (tradução de Alina Maria Elizabeth Leuba Salum e Maria Josephina Leuba Salum). - 3 reimpressão. São Paulo: EPU: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978

CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 4ª ed. São Paulo: Mc Grawhill, 1993.

MARGERISON, C.; MC CANN, D. Gerenciamento de equipes - novos enfoques práticos. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

MARQUES. Administração e liderança em enfermagem. 1ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTOS, E. F. et al. Legislação em enfermagem. Atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 1997..

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Regina Hitomi Fukuda Ohira

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ADMINISTRAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 75 Total: 105

Página 4

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: REGINA HITOMI FUKUDA OHIRA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ANATOMIA HUMANA I**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Introdução à anatomia. Sistema ósseo. Osteologia. Sistema articular. Sistema muscular. Miologia. Sistema Circulatório. Angiologia.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I - INTRODUÇÃO À ANATOMIA.

- " Conceitos e subdivisões da anatomia.
- " Termos de posição e direção.
- " Particularidades em relação à posição e direção.

UNIDADE II - ESQUELETO HUMANO

1. OSSOS
 - " Tipos de ossos e segmentos constituintes.
 - " Protuberâncias e depressões.
 - " Forâmens.
 - " Inervação.
 - " Vascularização.
 - " Medula óssea.

2. CARTILAGENS

- " Noções gerais.
- " Tipos de cartilagens.

UNIDADE III - JUNTURAS OU ARTICULAÇÕES

- " Classificação das articulações.
- " Descrição sucinta das articulações sinoviais.
- " Tipos de movimentos.
- " Estrutura e função.
- " Inervação.
- " Vascularização.

UNIDADE IV - MÚSCULOS

1. M. Esqueléticos.
 - " Origem e inserção.
 - " Vascularização e inervação.
 - " Desnervamento do músculo.
 - " Ações e funções.
 - " Teste dos músculos.
 - " Reflexos e tônus muscular.
2. Tendões e aponeuroses.
3. Fácias

Unidade V- Introdução ao estudo do Aparelho Circulatório

Unidade V I- Estudo do Coração

- " Anatomia externa do coração.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ANATOMIA HUMANA I

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- " Pericárdio.
- " Tamanho, posição, orientação, e variações
- " Ápice, bases, faces.
- " Sulcos, átrios e ventrículos.
- " Anatomia interna do coração.
- " Aurículas, átrios, seio coronário.
- " Válvula atrioventricular.
- " Veias cavas.
- " Veias pulmonares.
- " Ventrículos.
- " Artéria pulmonar e aórtica.
- " Sistema de condução.
- " Vascularização do coração.
- " Estudo do fluxo sanguíneo.

Unidade VII - Sistema Circulatório

- " Circulação Pulmonar

Unidade IV- Sistema Circulatório (Angiologia)

- " Circulação sistêmica - RAMIFICAÇÕES AÓRTICAS E TRIBUTAÇÕES VENOSAS
- " Cabeça.
- " Pescoço.
- " Membros superiores.
- " Tórax e Abdome.
- " Membros inferiores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - AULAS PRÁTICAS

Unidade I - Ossos, músculos, nervos e vasos sanguíneos do corpo.

Unidade II - Ossos, generalidades.

Unidade III - Ossos, acidentes ósseos AXIAL I.

Unidade IV - Ossos, acidentes ósseos AXIAL II.

Unidade V - Ossos, acidentes ósseos APENDICULAR I.

Unidade VI - Ossos, acidentes ósseos APENDICULAR II..

Unidade VII - Ossos, acidentes ósseos APENDICULAR III.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ANATOMIA HUMANA I

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 3

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Unidade VIII - Ossos, acidentes ósseos APENDICULAR E AXIAL.

Unidade IX - Artrologia: generalidades e componentes sinoviais.

Unidade X - Miologia: generalidades.

Unidade XI- Miologia: Cabeça e Pescoço.

Unidade XII - Miologia: tronco.

Unidade XIII - Miologia: membros superiores.

Unidade XIV- Miologia: membros inferiores.

Unidade XV- Aparelho Circulatório

Unidade XVI- Angiologia I

Unidade XVII- Angiologia II

Unidade XVIII- Angiologia III

III. LIVRO TEXTO

Dangelo JG, Fattini CA. Anatomia humana sistêmica e segmentar. 3ª. ed. São Paulo: Atheneu; 2007.

Gardner; Gray ; O'Rahilly- Anatomia . Rio de Janeiro; Guanabara. Koogan.

Moore KL, Dalley AF. Anatomia orientada para a clínica. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

Machado ABM. Neuroanatomia funcional. 2ª. ed. São Paulo: Atheneu; 2000.

Martin J ,Neuroanatomia-Texto e Atlas. Ed. Artes Médicas

Netter, F . Atlas de Anatomia Humana. Porto Alegre: Artmed, 1998

Rohen-Yokochi. Atlas fotográfico de Anatomia Sistêmica e Regional. Editora Manole.

Sobotta, J; Becker. Atlas de Anatomia humana. Rio de Janeiro: Guanabara, Koogan, 20ª edição 1993

Spalteholz W, Spanner R. Anatomia humana: atlas e texto. 1ª. ed. São Paulo: Roca; 2006.

Tortora GJ. Principios de anatomia humana. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

Valerius, K P., Dunker, H. R. Atlas de Neuroanatomia. 1ª. ed. São Paulo: ed. Santos/GEN; 2009

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Agur, AMR, Dalley AF. Grant: atlas de anatomia. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006.

Köpf-Maier P. Wolf-Heidegger: atlas de anatomia humana. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006.

Netter FH. Atlas de anatomia humana. 3ª. ed. Porto Alegre: ArtMed; 2004.

Putz R, Pabst R. Sobotta: atlas de anatomia humana. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006.

Rohen JW, Yokochi C. Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional. 2ª. ed. São Paulo: Manole; 1989.

Schünke M, Schulte E, Schumacher U, Voll M, Wesker K. Prometheus: atlas de anatomia (pescoço e órgãos internos). 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

Schünke M, Schulte E, Schumacher U, Voll M, Wesker K. Prometheus: atlas de anatomia (anatomia geral e aparelho locomotor). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

Schünke M, Schulte E, Schumacher U, Voll M, Wesker K. Prometheus: atlas de anatomia (cabeça e neuroanatomia). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

Spalteholz W. Atlas de anatomia humana: Spalteholz - Spanner. 16ª. ed. São Paulo: Roca; 1998.

Tillman BN. Atlas de anatomia humana. 1ª. ed. São Paulo: Manole; 2006.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ANATOMIA HUMANA I

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 4

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Professor Responsável: João Lopes Toledo Neto

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: JOÃO LOPES TOLEDO NETO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ANATOMIA HUMANA II**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Sistema Respiratório. Caixa torácica. Sistema digestório. Cavidade abdominal e parede. Sistema nervoso. Neurologia. Sistema Urinário, Sistema Genital Feminino. Sistema Genital Masculino. Anatomia da Pelve.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Conteúdo Programático - Aulas teóricas

UNIDADE I - SISTEMA RESPIRATÓRIO

Conceito e divisão.

Nariz e cavidade nasal.

Seios paranasais.

Faringe e laringe.

Pleura e pulmões.

UNIDADE II - TÓRAX

" Parede torácica e mediastino.

" Vasos sanguíneos, nervos.

UNIDADE III - SISTEMA DIGESTÓRIO

Conceito e divisão.

Boca e cavidade bucal.

Divisão da cavidade bucal.

Palato, língua e dentes.

Faringe e esôfago.

Estômago e duodeno.

Peritônio.

Intestino delgado e grosso.

Fígado e pâncreas.

UNIDADE IV - ABDOME

" Parede e cavidade.

" Vísceras intra e extraperitoniais.

" Peritônio

" Vasos sanguíneos, nervos.

UNIDADE V - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO SISTEMA NERVOSO

" Constituição celular.

" Sistema Nervoso Central e periférico.

" Divisão do sistema nervoso.

" Sistema ventricular.

" Anatomia macroscópica do telencéfalo.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ANATOMIA HUMANA II

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- " Anatomia Macroscópica do Diencefalo.
- " Anatomia Macroscópica do Cerebelo.
- " Tronco encefálico.
- " Medula espinhal.
- " Tronco encefálico e medula espinhal.
- " Meninges, Ventriculos e Vascularização do Sistema Nervoso.
- " Nervos espinhais - Nervos cranianos.
- " Sistema Nervoso autônomo.
- " Sistema Nervoso Simpático e Parassimpático.
- " Sistema Nervoso Autônomo.
- " Sistema Nervoso Simpático e Parassimpático.
- " Meninges.

Unidade VI - Aparelho Urinário

- " Rins.
- " Uréteres.
- " Bexiga.
- " Uretra.
- " Relações Vasculares.

Unidade VII - Aparelho Genital Masculino

- " Testículos.
- " Condutos.
- " Glândulas.
- " Pênis.
- " Vascularização e inervação.

Unidade VIII - Aparelho Genital Feminino

- " Útero.
- " Ovários.
- " Tubas.
- " Aparelho genital externo.
- " Vascularização e inervação.

Unidade IX - Estudo da Pelve

- " Diferenças entre gêneros.
- " Aspectos morfométricos.
- " Irrigação e drenagem.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ANATOMIA HUMANA II

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 3

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Unidade I - Aparelho respiratório.

Unidade II - Parede torácica.

Unidade III - Aparelho digestório.

Unidade IV - Parede e cavidade abdominal.

Unidade V - Neuroanatomia.

Unidade VI - Anatomia das Vias Urinárias.

Unidade VII - Anatomia dos genitais masculinos.

Unidade VIII - Anatomia dos genitais femininos.

Unidade IX- Anatomia da Pelve.

III. LIVRO TEXTO

Dangelo JG, Fattini CA. Anatomia humana sistêmica e segmentar. 3ª. ed. São Paulo: Atheneu; 2007.

Gardner; Gray ; O'Rahilly- Anatomia . Rio de Janeiro; Guanabara. Koogan.

Moore KL, Dalley AF. Anatomia orientada para a clínica. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

Machado ABM. Neuroanatomia funcional. 2ª. ed. São Paulo: Atheneu; 2000.

Martin J ,Neuroanatomia-Texto e Atlas. Ed. Artes Médicas

Netter, F . Atlas de Anatomia Humana. Porto Alegre: Artmed, 1998

Rohen-Yokochi. Atlas fotográfico de Anatomia Sistêmica e Regional. Editora Manole.

Sobotta, J; Becker. Atlas de Anatomia Humana. Rio de Janeiro: Guanabara, Koogan, 20ª edição 1993

Spalteholz W, Spanner R. Anatomia Humana: atlas e texto. 1ª. ed. São Paulo: Roca; 2006.

Tortora GJ. Princípios de anatomia humana. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

Valerius, K P., Dunker, H. R. Atlas de Neuroanatomia. 1ª. ed. São Paulo: ed. Santos/GEN; 2009

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Agur, AMR, Dalley AF. Grant: atlas de anatomia. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006.

Köpf-Maier P. Wolf-Heidegger: atlas de anatomia humana. 6a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006.

Netter FH. Atlas de anatomia humana. 3ª. ed. Porto Alegre: ArtMed; 2004.

Putz R, Pabst R. Sobotta: atlas de anatomia humana. 22ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2006.

Rohen JW, Yokochi C. Anatomia humana: atlas fotográfico de anatomia sistêmica e regional. 2ª. ed. São Paulo: Manole; 1989.

Schünke M, Schulte E, Schumacher U, Voll M, Wesker K. Prometheus: atlas de anatomia (pescoço e órgãos internos). 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

Schünke M, Schulte E, Schumacher U, Voll M, Wesker K. Prometheus: atlas de anatomia (anatomia geral e aparelho

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ANATOMIA HUMANA II

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 4

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

locomotor). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

Schünke M, Schulte E, Schumacher U, Voll M, Wesker K. Prometheus: atlas de anatomia (cabeça e neuroanatomia).

1ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2007.

Spalteholz W. Atlas de Anatomia Humana: Spalteholz - Spanner. 16ª. ed. São Paulo: Roca; 1998.

Tillman BN. Atlas de anatomia humana. 1ª. ed. São Paulo: Manole; 2006.

Professor Responsável: João Lopes Toledo Neto

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: JOÃO LOPES TOLEDO NETO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ANTROPOLOGIA APLICADA SAÚDE**

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 0 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

O homem como ser pensante. Semiótica e Filosofia: o homem como ser simbólico. Antropologia como ciência: objetivo, teorias e métodos. Cultura na educação dos profissionais de saúde. Representações socioculturais e políticas do corpo e do processo saúde/doença e morte.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Antropologia e Ciência

1-1 Surgimento da antropologia.

1-2 Principais correntes de análise.

1-3 Conceitos básicos da antropologia: etnocentrismo, relativismo cultural, aculturação.

1-4 Campo, objeto e métodos de pesquisa em Antropologia, etnografia, etnologia.

Unidade II - Cultura ou culturas?

1-1 A cultura como conceito antropológico.

1-2 Teoria científica da cultura (Malinowski).

1-3 Cultura brasileira e identidade nacional.

Unidade III - Processo Saúde e Doença - perspectiva antropológica a partir da

" Representação simbólica do corpo.

" Política pública de saúde.

" Política de atenção à saúde dos povos indígenas.

Unidade IV - Estudos antropológicos voltados à saúde.

" HIV.

" Crianças portadoras de paralisia cerebral.

" Suicídio.

" Doenças da Miséria social.

III. LIVRO TÊXTO Envelhecimento, corpo, vida e morte.

GEERTZ - Clifford - A interpretação das culturas. SP Guanabara Koogan, 1989

DELOUP, Jean - Yves. O corpo e seus símbolos. Uma antropologia essencial. Petrópolis - Vozes (2002)

DEBERT, Guita Grin. A reinvenção da velhice, SP. EDUSP:, 1999

ALVES, P.C Antropologia da Saúde: traçando identidades e explorando fronteiras. S.P Relume - Dumará, 1998

LAPLANTINE, F. Antropologia da Doença. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1991.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ANTROPOLOGIA APLICADA A SAÚDE

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 0 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

BOLTANSKI, Luc. Classes Sociais e o corpo. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CASSIR, E. Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 1994

HELMAN, Cecil G. Cultura, saúde e doença. 2. Ed. Trad. Eliane Mussmich. Porto Alegre: Artes Médicas 1994.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: MARINA MEDEIROS

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: MARINA MEDEIROS

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Departamento de Engenharia e Desenvolvimento Agrária

Disciplina: **BIOESTATÍSTICA**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 0 Total: 30

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Introdução à Bioestatística: Gráficos e Tabelas; Cálculo das probabilidades: Distribuições; Medidas; Amostragem e Estimção; Testes de hipóteses: Student; Regressão e Correlação; Análise de Variância; Método de coleta e análise de dados para pesquisa na área de saúde.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Introdução

Estatística: conceito e emprego. Populações e amostras. Variáveis e suas classificações. Aproximações e arredondamentos.

Unidade II - Estatística Descritiva:

Rol, divisão dos dados em classes, frequências, representação em tabelas e gráficos.

Médias de posição: medidas de tendência central e medidas de dispersão.

Unidade III - Noções de Probabilidade:

Conceito e teoremas.

Unidade IV - Distribuições teóricas de frequência:

Distribuição Binomial.

Distribuição de Poisson.

Distribuição Normal.

Unidade V - Regressão e correlação.

Emprego e determinação de parâmetros.

Interpretação dos resultados.

Unidade VI - Testes de significância

Teste "t" de Student

Teste do Qui-Quadrado

Unidade VII - Experimentação

Princípios Básicos da Experimentação.

Delineamentos experimentais.

Análise de variância.

Testes para comparações múltiplas.

III. LIVRO TEXTO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Departamento de Engenharia e Desenvolvimento Agrárias

Disciplina: BIOESTATÍSTICA

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 0 Total: 30

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

VIEIRA, S. Introdução à Bioestatística, Campus: São Paulo, 1981

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: MARIA APPARECIDA VALERIO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Biologia e Tecnologia

Disciplina: **BIOFÍSICA**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 0 Total: 30

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Processo de transporte através de membranas biológicas. Transporte iônico. Potenciais de ação e repouso. Transmissão sináptica. Contração muscular.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

I. Processo de transporte através de membranas biológicas e transporte iônico:

- Relação entre estrutura e função das membranas biológicas. Conceitos de lipossolubilidade e hidrossolubilidade.
- Estruturas de Transportes: canais iônicos e operadores.
- Receptores.
- Cotransporte e contra-transporte.
- Difusão simples e facilitada. Osmose.
- Conceito e osmolaridade e tonicidade de soluções.
- Alterações no regime estacionário: desidratação e hiperidratação. Cálculo da osmolaridade.
- Transporte iônico; bomba de sódio-potássio e equação de Nerst.

II. Potenciais de ação e repouso:

- Conceito de potencial elétrico e relação com o potencial de Nerst.
- Potencial de repouso e sua relação com o transporte de íons.
- Potencial de ação e sua relação com os transportes de íons.
- Efeitos da alteração nas concentrações iônicas nos potenciais de ação e repouso. Análise do caso de administração do cloreto de potássio.

III. Transmissão sináptica:

- Nervos amielinados e mielinados: condução contínua e saltatória.
- Funcionamento das sinapses químicas dos tipos excitatória e inibitória.

IV. Contração muscular:

- Tipos de músculos.
- Músculo como um motor elétrico linear.
- Relações energéticas no músculo e eficiência mecânica.
- Contrações isométricas e isotônicas.
- Mecanismos da contração muscular.
- Junção neuromuscular.

III. LIVRO TEXTO

Heneine, I.F. Biofísica Básica. São Paulo: Atheneu, 2000.

Durán, J.E.R. Biofísica: fundamentos e aplicações. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Guyton, A.C.; Hall, J.E. Fisiologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Biologia e Tecnologia

Disciplina: BIOFÍSICA

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 0 Total: 30

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: CHRISTIANE LUCIANA DA COSTA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Biologia e Tecnologia

Disciplina: **BIOLOGIA I (CITOLOGIA)**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Noções de microscopia óptica e eletrônica. Células eucariontes, procariontes e vírus. Células em nível molecular. Morfofisiologia dos componentes celulares. Relações de ultraestrutura com sua fisiologia.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

AULAS TEÓRICAS

1. INTRODUÇÃO À CITOLOGIA

- a. História da Biologia Celular e Molecular.
- b. Células Procarióticas e Eucarióticas e seus Componentes

2. MÉTODOS DE ESTUDO DAS CÉLULAS

- a. Microscopia Óptica.
- b. Microscopia Eletrônica.

3. BASES MOLECULARES DA CONSTITUIÇÃO CELULAR

- a. Água e minerais.
- b. Ácidos nucleicos.
- c. Proteínas e Enzimas.
- d. Carboidratos.
- e. Lipídios.

4. ESTRUTURA MOLECULAR DAS MEMBRANAS CELULARES

- a. Membranas Celulares: Funções, Estrutura e Composição Química.
- b. Glicocálice.
- c. Especializações da Membrana.
- d. Junções Intercelulares.
- e. Mecanismos de Transporte através da Membrana.

5. MECANISMOS MOLECULARES DOS PROCESSOS DE MOVIMENTAÇÃO CELULAR

- a. Citoesqueleto: Microtúbulos, Filamentos de Actina, Filamentos Intermediários e Proteínas Acessórias.
- b. Movimentos Citoplasmáticos, Transporte Intracelular de Moléculas e Contração Muscular.

6. TRANSFORMAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ENERGIA

- a. Mitocôndrias: Estrutura e Função.
- b. Glicólise.
- c. Ciclo de Krebs.
- d. Fosforilação Oxidativa.

7. SISTEMA DE ENDOMEMBRANAS

- a. Retículo Endoplasmático Liso e Rugoso.
- b. Complexo de Golgi.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Biologia e Tecnologia

Disciplina: BIOLOGIA I (CITOLOGIA)

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- c. Síntese e Secreção Celular
- d. Endossomos, Lisossomos e Peroxissomos.

8. PROCESSOS DE SÍNTESE NA CÉLULA

- a. Ribossomos: Composição Química e Organização Molecular.
- b. Síntese Proteica: Transcrição e Tradução.

9. ARMAZENAMENTO DA INFORMAÇÃO GENÉTICA

- a. Componentes do Núcleo Celular Interfásico.
- b. O Núcleo em Divisão.
- c. Cromossomos.

10. CICLO CELULAR, MITOSE E MEIOSE

- a. Ciclo Celular.
- b. Replicação do DNA.
- c. Mitose: suas Fases e Consequências Genéticas.
- d. Meiose: suas Fases e Consequências Genéticas.
- e. Alterações Cromossômicas na Espécie Humana (Numéricas e Estruturais).

AULAS PRÁTICAS

1. CONTATO E MANUSEIO DO MICROSCÓPIO

- 1.1 Introdução ao Uso do Laboratório.
- 1.2 Microscopia Óptica.
- 1.3 Verificação da Resolução Óptica.

2. MORFOLOGIA CELULAR

- 2.1 Células Procarióticas.
- 2.2 Células Eucarióticas Animais.
- 2.3 Células Eucarióticas Vegetais I e II.

3. MEMBRANA PLASMÁTICA E MECANISMOS DE TRANSPORTE

- 3.1 Mecanismos de Transporte Passivo: Difusão.
- 3.2 Mecanismos de Transporte Passivo: Osmose em Células Vegetais e Animais.
- 3.3 Efeito da Diferença de Concentração em Célula Vegetal e Animal.

4. FAGOCITOSE E DIGESTÃO INTRACELULAR

- 4.1 Observação de Digestão Intracelular em Protozoários.

5. MOVIMENTOS CELULARES

- 5.1 Movimento Flagelar.
- 5.2 Movimento do Hialoplasma e Cloroplastos.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Biologia e Tecnologia

Disciplina: BIOLOGIA I (CITOLOGIA)

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 3

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

6. INCLUSÕES CITOPLASMÁTICAS

6.1 Observação de Amiloplastos em *Solanum tuberosum*.

6.2 Observação de Amiloplastos em *Palirus australis*.

7. MORFOLOGIA NUCLEAR E DNA

7.1 Extração do DNA do Morango.

7.2 Simulando a Síntese de Proteínas.

7.3 Identificação de Núcleo em Células do Sangue Humano.

8. MITOSE

8.1 Organização Sequencial das Fases da Mitose.

8.2 Observação das Fases da Mitose em Células de *Allium cepa*.

9. CARIÓTIPO HUMANO

9.1 Cariótipo Humano Normal.

9.2 Cariótipo Humano apresentando Variações Cromossômicas Numéricas e Estruturais.

III. LIVRO TEXTO

DE ROBERTIS, E. D. P.; DE ROBERTIS, E. M. F. Bases da biologia celular e molecular. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

ALBERTS, B. et al. Biologia molecular da célula. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ALBERTS, B. et al. Fundamentos de biologia celular. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LEWIS, R. Genética humana: conceitos e aplicações. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: JOÃO PAULO FERREIRA SCHOFFEN

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: **BIOLOGIA II (HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA GERAL)**

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 45 Total: 90

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Ciclo celular e meiose. Gametogênese. Fecundação. Estudo das quatro primeiras semanas da embriogênese humana. Destino dos folhetos germinativos. Características dos períodos embrionários e fetal. Anexos embrionários. Evolução humana. Tecidos epiteliais, conjuntivos, musculares e nervosos

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

* INTRODUÇÃO À HISTOLOGIA

- Tecido Epitelial: Origem embrionária, classificação, funções, características gerais, especializações da membrana Superficial.

- Tecido Conjuntivo: constituição, funções do tecido conjuntivo, tipos de células, classificação, tecidos conjuntivos propriamente ditos (Tipos e ocorrência), tecidos conjuntivos de propriedades especiais, tecidos conjuntivos de sustentação (tecido cartilaginoso e ósseo).

- Tecido Muscular: constituição, origem e tipos (Músculo estriado esquelético, fibra muscular: morfologia e constituição, sarcômero - miofibrilas e contração muscular, músculo estriado cardíaco, músculo liso).

- Tecido Nervoso: características, origem embrionária, componentes e organização. Estudo dos neurônios. Estrutura, Ultraestrutura (Estudo da Neuroglia, células, funções, fibras nervosas, meninges, plexo coroide, líquido).

* Introdução à Embriologia.

- Importância da Embriologia.

- Períodos do desenvolvimento humano.

- Termos descritivos em Embriologia.

- Gametogênese.

- Sistema reprodutor feminino.

- Transporte dos gametas.

- Maturação dos espermatozoides.

- Fertilização.

- Clivagem do zigoto.

- Formação do Blastocisto (Blastogênese).

- Resumo da primeira semana do desenvolvimento humano.

- Fim da implantação e continuação do desenvolvimento embrionário.

- Desenvolvimento do Saco Coriônico.

- Locais de implantação do Blastocisto

- Resumo da segunda semana do desenvolvimento humano.

- Gastrulação: formação das camadas germinativas.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: BIOLOGIA II (HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA GERAL)

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 45 Total: 90

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- Neurulação: Formação do tubo neural
- Desenvolvimento dos Somitos.
- Desenvolvimento do celoma intraembrionário.
- Desenvolvimento inicial do Sistema Cardiovascular.
- Desenvolvimento Ulterior das vilosidades coriônicas.
- Resumo da terceira semana do desenvolvimento humano.

- Fases do desenvolvimento embrionário.
- Dobramento do embrião.
- Derivados das camadas germinativas.
- Controle do desenvolvimento do embrião.
- Principais eventos da quarta à oitava semana.
- Estimativa da idade do embrião.
- Resumo da quarta à oitava semana.

- Anexos embrionários: Placenta, Âmnio e Fluido Amniótico, Saco Vitelínico, Alantóide, Gravidez Múltipla

III. LIVRO TEXTO

Junqueira, L.C.; Carneiro, J.; HISTOLOGIA BÁSICA, 10ª edição; Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan; 2004.
 Junqueira, L.C.; Carneiro, J.; BIOLOGIA CELULAR E MOLECULAR, XXª edição; Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan; XXXX.

Santelli, Gláucia M. Machado; HISTOLOGIA: IMAGENS EM FOCO; Barueri, SP; Manole; 2003.

Moore, K., Persaud, T.V.N.; EMBRIOLOGIA CLÍNICA; 6ª Edição; Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan; 2000.

Junqueira, L.C.; Carneiro, J.; NOÇÕES BÁSICAS DE CITOLOGIA, HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA;

Moore, K., Persaud, T.V.N.; ATLAS DE EMBRIOLOGIA CLÍNICA; 2ª Edição; Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan; 2002

Glerean, Álvaro; MANUAL DE HISTOLOGIA (TEXTO E ATLAS PARA ESTUDANTES NA ÁREA DA SAÚDE); São Paulo: Editora Atheneu, 2002.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Crespo, X; Curell, N; Curell, J.; ATLAS DE ANATOMIA HUMANA; Bolsa Nacional do Livro.

Dangelo, J.G.; Fattini, C.A.; ANATOMIA HUMANA BÁSICA. Rio de Janeiro; Atheneu, 1973.

Souza, D.R.; Pato, T.R.; Logullo, P.; TERMOS TÉCNICOS DE SAÚDE / DICIONÁRIO; Conexão.

Porth, C. M.; FISIOPATOLOGIA; 6ª. Edição; Rio de Janeiro; Guanabara Koogan; 2004.

Behmer, O.A., et al; MANUAL DE TÉCNICAS PARA HISTOLOGIA NORMAL E PATOLÓGICA; 2ª edição, Barueri-SP; Editora Manole Ltda; 2003.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: NATÁLIA MARIA MACIEL GUERRA SILVA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Biologia e Tecnologia

Disciplina: **BIOQUÍMICA**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

A célula e sua organização bioquímica. Química e metabolismo de carboidratos, aminoácidos, proteínas, lipídios e ácidos nucleicos. Integração e controle do metabolismo. Bioquímica analítica qualitativa.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**UNIDADE I: Introdução a bioquímica**

Ligações bioquímicas; biomoléculas; água; equilíbrio ácido-base; sistema tampões.

UNIDADE II: Carboidratos

Classificação. Monossacarídeos. Esterioisomeria. Oligossacarídeos. Polissacarídeos. Açúcares redutores e não-redutores.

UNIDADE III: PROTEÍNAS**SUBUNIDADES:****3.1. Aminoácidos**

Definição. Fórmula geral. Propriedades ácido-básicas dos aminoácidos. Reações químicas. ligação peptídica, oligopeptídeos.

3.2. Proteínas

Definição. Classificação. Organização das proteínas. Mobilidade das proteínas. Desnaturação das proteínas. Proteínas conjugadas. Estrutura tridimensional de proteínas. Função de proteínas fibrosas. Função de proteínas globulares (mioglobina e hemoglobina). Transporte sanguíneo de gases.

UNIDADE IV: ENZIMAS

Definição. Classificação. A atividade enzimática. Cinética enzimática. Inibidores. Influência da temperatura e do pH na ação enzimática. Enzimas michaelianas e enzimas alostéricas.

UNIDADE V: METABOLISMO DE CARBOIDRATOS

Introdução. Fonte de Carbono e energia. Ciclo energético celular. Regulação do metabolismo. Glicólise. Fermentação. Glicogenólise. Entrada dos dissacarídeos e monossacarídeos na glicólise. Ciclo de Krebs. Gliconeogênese. Regulação do metabolismo de carboidratos. Fosforilação oxidativa. Balanço energético.

UNIDADE VI: LIPÍDIOS

Definição e classificação. Glicerídeos. Ácidos graxos. Fosfolipídios. Esfingolipídios. Esteroides. Propriedade de membranas.

UNIDADE VII: ÁCIDOS NUCLEICOS

Definição e função. Bases nitrogenadas. Pentoses. Ácido fosfórico. Nucleosídeos. Nucleotídeos. Polinucleotídeos. DNA/RNA.

UNIDADE VIII: METABOLISMO DE PROTEÍNAS

Introdução. Balanço nitrogenado. Transaminação. Desaminação. Descarboxilação. Destino do esqueleto carbônico. Ciclo da ureia.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Biologia e Tecnologia

Disciplina: BIOQUÍMICA

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

UNIDADE IX: METABOLISMO DE LIPÍDIOS

Introdução. Metabolismo de triglicerídios. Metabolismo de glicerol. Metabolismo de ácidos graxos. Degradação dos ácidos graxos. Biossíntese de ácidos graxos. Biossíntese do colesterol. Metabolismo de lipoproteínas. Regulação.

III. LIVRO TEXTO

LEHNINGER, A. L., NELSON, D. L., COX, M. M. Princípios de Bioquímica. São Paulo: Sarvier, 2000;

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

VIEIRA, C. E., GAZZINELLI, G., MARES-GUIA, M. Bioquímica Celular e Biologia Molecular. Ed. Atheneu, 2ª ed. Rio de Janeiro, 1998;

CAMPOS, S. L. Entender a Bioquímica "Metabolismo fundamental em animais e plantas". 2ª ed. Escolar Editora Lisboa, 1999.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: PABLO GOMES KIIPPER

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Página 1

Disciplina: **ENFERMAGEM COMO PROFISSÃO/FUNDAMENTOS PARA O PROCESSO DE CUIDAR** 08/08/2011

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 15 Total: 60

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Enfermagem e sua evolução histórica. Tendências, perspectivas e contribuições científicas do avanço social da profissão. Equipe de enfermagem, espaços de atuação do enfermeiro. Instrumentos básicos de atuação profissional. Entidades representativas.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: Enfermagem e sua evolução histórica.

- Período Antes de Cristo até a Enfermagem Moderna.
- Florence Nightingale.
- Acontecimentos históricos no desenvolvimento da enfermagem.
- A enfermagem no Brasil - Anna Nery.
- Enfermagem Moderna.

UNIDADE II: Enfermagem como profissão

- Instrumentos Básicos em Enfermagem.
- Processo Saúde Doença.
- Processo de Enfermagem.

-UNIDADE III: Contextualização da atuação em enfermagem.

- Teoria das Necessidades Humanas.
- Motivação em Enfermagem.
- Humanização da Assistência.

UNIDADE IV: Entidades de Classe

Cofen/Coren/ABEN/ Sindicatos

Lei do Exercício Profissional nº 7498/86 - Equipe de Enfermagem.

Composição da Equipe

Função de cada membro da equipe

UNIDADE V: Tendências atuais na enfermagem

III. LIVRO TEXTO

CARRARO, T.E. Resgatando Florence Nightingale. São Paulo: AB, 1997.

Instrumentos Básicos para cuidar: um desafio para finalidade de assistência: São Paulo: Atheneu, 1997.

Notas sobre a enfermagem: Florence Nightingale.

PAIXÃO, W. História de enfermagem 5ª ed. São Paulo: Julio G. Reis.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Página 2

Disciplina: ENFERMAGEM COMO PROFISSÃO/FUNDAMENTOS PARA O PROCESSO DE CUIDAR 08/08/2011

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 15 Total: 60

Semestre/Ano: 2º / 2010

SUDDART, Brunner - Tratado de Enfermagem médico cirúrgico - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

CIANCIARULLO, T.I. et al - Sistema de Assistência de Enfermagem: evolução e tendências - São Paulo: Ícone Editora - 2001.

POTTER, Patrícia A., PERRY, Anne Griffin - Fundamentos de Enfermagem - volume I - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

CIANCIARULLO, T.I. - Instrumentos básicos para cuidar: um desafio da assistência. São Paulo: Atheneu, 1997.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Flávia Teixeira Ribeiro da Silva

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: ELIANA DE FÁTIMA CATUSSI PINHEIRO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ENFERMAGEM SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 120 Total: 180

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Evolução biológica da criança e do adolescente. Semiologia e semiotécnica aplicada à criança e ao adolescente. Saúde do escolar e do adolescente. Afecções clínicas e cirúrgicas da criança e adolescentes. Imunizações próprias da infância. Cuidado de enfermagem ao recém-nascido normal, prematuro e de baixo peso. Atuação frente às patologias do recém-nascido. Ações preventivas e educativas à criança, adolescente e família. Mortalidade neonatal.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

4.1 Apresentação da disciplina.

- " Ementa.
- " Objetivos.
- " Conteúdo programático.
- " Critérios de avaliação.
- " Bibliografia geral.

4.2 Conceitos de humanização no processo de internação da criança e do adolescente na assistência de enfermagem. Sistematização da assistência de enfermagem à criança e ao adolescente. O papel do enfermeiro na assistência de enfermagem E ao adolescente. O papel do enfermeiro na assistência de enfermagem; defesa e cuidado da família; prevenção da doença e promoção da saúde ;o cuidado determinado pela cultura.

4.3 Atendimento à criança e sistematização das ações das consultas de enfermagem. Fundamentos básicos para elaboração de um roteiro para exame físico do recém-nascido, da criança e do adolescente:

- " Histórico.
- " Conceitos.
- " Antecedentes obstétricos.
- " Levantamento de problemas.
- " Diagnóstico de enfermagem.
- Intervenções de Enfermagem.
- Resultados esperados.
- " Assistência de enfermagem.

4.4 Processo de hospitalização da criança

- " Objetivos.
- " Conceito.
- " Transtornos biopsíquico espiritual.
- " Orientações aos pais e/ou familiares quanto ao processo de hospitalização.
- " Assistência de Enfermagem individualizada e humanizada à criança em processo de hospitalização.

4.5 Assistência de Enfermagem ao RN na sala de parto.

- " Objetivos.
- " Materiais utilizados.
- " Procedimentos.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ENFERMAGEM SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 120 Total: 180

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- " Mensurações dos perímetros: cefálico, torácico, abdominal, altura e peso.
- " Credeização e aplicação de Kanakion.
- " Higiene do couro cabeludo.
- " Higiene corporal.
- " Aproximação mãe e filho.

4.6 Características anatomofisiológicas do RN pré-termo, a termo e pós-termo.

- " Objetivos.
- " Exame físico do RN:
 - . Materiais utilizados.
 - . Preparação do ambiente.
 - . Exame físico céfalo - caudal;
- " Anatomia e fisiologia básica do RN a termo, pré-termo pós-termo.
- " Avaliação neurológica através dos reflexos presentes no RN.

4.7 Mortalidade infantil

- " Índice de mortalidade infantil no Brasil e Paraná.
- " Principais causas.
- " Causas preveníveis e não-preveníveis.
- " Assistência de enfermagem à prevenção da mortalidade infantil.

4.8 Atribuições da enfermagem na pediatria.

- " Objetivo.
 - " Diagnóstico de enfermagem.
 - " Assistência individualizada.
 - " Coleta de materiais para exames.
 - . Normas gerais;
 - . Exame de urina.
 - . Exame de fezes;
 - . Exame de sangue.
 - . Cultura de exsudato.
 - " Administração de medicamentos.
- Segurança química na administração de medicamentos.
- o Conhecimento da droga.
 - o 5 regras de administração de medicamentos.

- " Formas de apresentações de medicamentos.
- " Vias de administração de medicamentos.
- o Gastrintestinal.
 - Oral ou bucal.
 - Gástrica.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ENFERMAGEM SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 120 Total: 180

Página 3

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- Duodenal.
- Retal.
- Sublingual.
 - Vaginal.
 - Ocular.
 - Auricular.
- Respiratória.
- Tópica ou cutânea.
- Parenteral.
 - Intradérmica.
 - Subcutânea.
 - Intramuscular;
 - Endovenosa ou intravenosa.
- " Dosagem das soluções.
- " Terapia intravenosa.
- o Materiais utilizados (dispositivos intravenosos).
- o Soluções utilizadas.
- o Velocidade do gotejamento.
- o Diluição e rediluição.

4.9. Patologias respiratórias mais comuns na infância e adolescência:

- " Conceito e qual via acometida.
- " Fisiopatologia.
- " Condutas terapêuticas.
 - Diagnósticos de enfermagem.
 - Intervenções de enfermagem.
 - Resultados esperados.

4.10 Atribuições da enfermagem na pediatria.

- " Objetivo.
- " Diagnóstico de enfermagem.
 - Intervenções de enfermagem.
 - Resultados esperados.
- " Coleta de materiais para exames.

. Normas gerais.

- . Exame de urina.
 - . Exame de fezes.
 - . Exame de sangue.
 - . Cultura de exsudato.
 - " Administração de medicamentos.
- Segurança química na administração de medicamentos.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ENFERMAGEM SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 120 Total: 180

Página 4

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- o Conhecimento da droga.
- o 5 regras de administração de medicamentos.

" Formas de apresentações de medicamentos.

" Vias de administração de medicamentos.

Gastrintestinal.

- Oral ou bucal.

- Gástrica.

- Duodenal.

- Retal.

- Sublingual.

- Vaginal.

- Ocular.

- Auricular.

- Respiratória.

- Tópica ou cutânea.

- Parenteral.

- Intradérmica.

- Subcutânea.

- Intramuscular.

- Endovenosa ou intravenosa.

" Dosagem das soluções.

" Terapia intravenosa.

o Materiais utilizados (dispositivos intravenosos).

o Soluções utilizadas.

o Velocidade do gotejamento.

o Diluição e rediluição.

4.11 Apresentação de um seminário, contendo 14 temas diversificados que acometem a criança e o adolescente:

" Temas diversificados.

" Etiologia.

" Sinais e sintomas.

" Diagnóstico.

" Tratamento.

" Cuidados de enfermagem.

III. LIVRO TEXTO

BASTOS, A da C. Noções de Ginecologia. 9ª ed. Ver. E atual. São Paulo: Atheneu, 1994.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ENFERMAGEM SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 120 Total: 180

Página 5

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

MARCONDES, E . Pediatría básica 8ª ed. São Paulo: Savier, 1, 1991

CURSINHO, M. R. Assistência de enfermagem em pediatria. São Paulo: Savier, 1992.

Nébia Maria Almeida de Figueredo. Ensinando a cuidar da criança: Difusão enfermagem, 2003 (práticas de enfermagem. Barros , Lucia Botura Leite & cols. Anamnese e exame físico. 2002 Artmes ed.

Wong. Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. Elsevier, 2007.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

BARROS, João Coriolano Rego & FUSCO Solange Regina Gigliole. Aleitamento Materno: Assistência Integrada ao Recém-Nascido. São Paulo: Atheneu, 1996.

GREEN, Movis; HAGGERTY, Robert J. Pediatría Ambulatorial. Porto Alegre; Artes Médica, 1992.

BACK, H. E. H.; SHMITZ, Eliza Maria. A Enfermagem em Pediatría e Puericultura: Acidentes na Infância. São Paulo: Editora Atheneu, 2000.

GIKAS, R. M. C. et all. Pediatría na Atenção Básica. 1ª. ed. São Paulo: Editora Savier, 20002.

HARNACK, G. A. V. Manual de Pediatría. São Paulo: EPU: Sringer, 1980.

WONG, D. L. Enfermagem Pediátrica, Elementos Essenciais à Intervenção Efetiva. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Professor Responsável: Daniela Aparecida de Oliveira.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: CARINA BORTOLATO GARCIA/ELIANA DE MELO BRUM

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ENFERMAGEM SAÚDE DA MULHER**

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 120 Total: 180

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Estudo morfológico do aparelho feminino. Semiologia e semiotécnica aplicadas à mulher. Papel do enfermeiro nos programas que assistam a mulher nas diversas fases do ciclo evolutivo. Prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama. Planejamento familiar. Climatério. Fisiologia e endocrinologia do processo gestatório. Cuidados de enfermagem no período gravídico-puerperal. Metodologia do cuidado de enfermagem diante das afecções gineco-obstétricas. Humanização do cuidado à gestante, parturiente e puérpera. Mortalidade materna. Gestação na adolescência.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Política de Saúde da Mulher.
- Revisão sobre a fisiologia e anatomia do sistema reprodutor feminino.
- Revisão sobre Embriologia.
- Revisão da fisiologia e anatomia da mama.
- Aleitamento Materno e técnicas de amamentação.
- Sinais e Sintomas da gravidez.
- Alterações morfofisiológica do organismo feminino durante a gravidez.
- Revisão sobre pré-natal.
- Exame físico na gestante.
- Exames complementares durante a gestação.
- Cálculo de idade gestacional e data provável de parto.
- Gravidez de alto risco.
 - Doença hipertensiva específica da gestação.
 - Hiperêmese gravídica.
 - Aborto.
 - Descolamento prematuro de placenta.
 - Placenta prévia.
 - Mola hidatiforme.
 - Hemorragias;
 - Gravidez gemelar.
- Introdução à Enfermagem Obstétrica.
- Humanização na assistência à parturiente e discussão sobre casas de parto.
- Trabalho de parto: períodos e Assistência de enfermagem no trabalho de parto.
- Tipos de partos.
- Modos não-farmacológicos para a condução do trabalho de parto.
- Assistência de enfermagem durante o puerpério.
- Cuidados imediatos com o R.N.
- Doenças sexualmente transmissíveis.
- Prevenção de câncer de mama e colo uterino.
- Violência contra a mulher.
- Mortalidade materna.

III. LIVRO TEXTO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ENFERMAGEM SAÚDE DA MULHER

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 120 Total: 180

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Enfermagem Materno - Neonatal e Saúde da Mulher. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

Brasil. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: plano de ação 2004-2007. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada - Manual Técnico de Atenção à Saúde. Brasília, 2005.

RESENDE, J. de; MONTENEGRO, C. A. B. Obstetrícia Fundamental. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1980.

ZIEGEL, E. E.; GRANLE, M. S. Enfermagem Obstétrica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985.

NEME, B. Obstetrícia Básica . 2ª edição São Paulo : Sarvier, 2000.

BRANDEN, P. S. Enfermagem Materno-Infantil. 2ª ed. São Paulo: Reichmann e Affonso Editores. 2002

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

NEME, B. Obstetrícia Básica. 2ª ed. São Paulo: Sarvier, 2000.

POLI, L.M.C., ZAGONEL, I.P.S. Prática do aleitamento materno: a cultura familiar na transferência de conhecimento. Curitiba: Família, Saúde e Desenvolvimento, 1999.

BASTOS, A da C. Noções de Ginecologia. 9ª ed. São Paulo: Atheneu. 1994.

BRANDEN, P. S. Enfermagem materno-infantil. 2ª ed. São Paulo: Reichmann & Affonso Editores. 2000.

BEREK, J. S., ADASHI, E. Y., HILLARD, P. A. Novak / Tratado de Ginecologia. 12ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ENFERMAGEM SAÚDE DA MULHER

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 120 Total: 180

Página 3

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Talita Vidotte Costa

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: TALITA VIDOTTE COSTA/JULIANA MARIA SIGNORETTI

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ENFERMAGEM SAÚDE DO ADULTO I**

Carga Horária: Teórica: 120 Prática: 240 Total: 360

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

O cuidado de enfermagem frente às doenças crônico-degenerativas. Estudo dos aspectos clínico-epidemiológicos. Estudo das afecções clínicas abordando os aspectos preventivos, curativos e de reabilitação. Intervenção da enfermagem nas ações diagnósticas e terapêuticas. Cuidado de enfermagem frente às alternativas terapêuticas em nível hospitalar, ambulatorial e domiciliar. Estudo das afecções cirúrgicas com enfoque preventivo, curativo e de assepsia, descontaminação, desinfecção e esterilização. Manejo de material cirúrgico. O cuidado humanizado ao cliente clínico e cirúrgico. Processo de anestesia. Tecnologia cirúrgica. Sistema de funcionamento do centro cirúrgico. Aplicação de metodologia da assistência ao cliente clínico e cirúrgico. Trabalho em equipe.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Orientação da introdução à Enfermagem em Centro Cirúrgico, Recuperação Pós-Anestésica e em Centro de Material Esterilizado.
- Necessidades Humanas Básicas.
- SAE.
- Gasometria Arterial.
- Estrutura Organizacional da Unidade de Centro Cirúrgico.
- Assistência de Enfermagem a pacientes com desequilíbrio hídrico e de eletrólitos.
- Manutenção e Conservação da Unidade de Centro Cirúrgico.
- Organização do Centro Cirúrgico (Recursos Humanos, Atribuições, Relacionamento Interpessoal).
- Evolução Histórica da Enfermagem em Centro Cirúrgico.
- Classificação Cirúrgica.
- Consentimento Informado.
- Sistemática da Assistência de Enfermagem Perioperatória.
- Assistência de Enfermagem a Pacientes Portadores de Enfermidades Cardiovasculares.
- Assistência de Enfermagem Pré-operatória.
- Índice de ASA.
- Assistência de Enfermagem a Pacientes com lesões Traumáticas do Sistema Músculo-Esquelético.
- Assistência de Enfermagem a Pacientes com Distúrbios Neurológicos.
- Assistência de Enfermagem na Unidade de Centro Cirúrgico.
- Assistência de Enfermagem a Pacientes com Enfermidades Respiratórias.
- Suturas, Fios e agulhas.
- Videocirurgias.
- Uso do Bisturi Elétrico, Laser e Ultrassônico.
- Assistência de Enfermagem na Sala de Cirurgia.
- Alta da Sala de Cirurgia.
- Assistência de Enfermagem a Portadores de Enfermidades do Pâncreas.
- Técnicas Anestésicas e os Cuidados de Enfermagem.
- Evolução Histórica do Ato Anestésico.
- Principais Drogas Utilizadas no Processo Anestésico e os Cuidados de Enfermagem.
- Assistência de Enfermagem a Pacientes com Enfermidades Gastrointestinais.
- Questões e Implicações Éticas e Legais no Exercício da Enfermagem em Centro Cirúrgico.
- Normativas do Conselho Regional de Enfermagem relevante para a Prática Profissional da Enfermagem em Centro Cirúrgica.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ENFERMAGEM SAÚDE DO ADULTO I

Carga Horária: Teórica: 120 Prática: 240 Total: 360

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- Assistência de Enfermagem a Pacientes com Disfunção Urinária e Renal.
- Sistematização da Assistência de Enfermagem e Necessidades Humanas Básicas.
- Assistência de Enfermagem a Pacientes Portadores de Enfermidades Hepáticas e de Vias Biliares.
- Assistência de Enfermagem a Pacientes portadores de Enfermidades da Tireoide.
- Unidade de Recuperação Pós-Anestésica.
- Assistência de Enfermagem a Pacientes com Neoplasias.
- Centro de Material e Esterilização.
- Centro de Material Esterilizado Assistência de Enfermagem a Pacientes com Choque e Falência Multissistêmica.
- Assistência de Enfermagem a Pacientes com Enfermidades Hematológicas.
- Assistência de Enfermagem a Pacientes com Enfermidades Imunológicas.
- Assistência de Enfermagem ao Paciente portador de Diabetes *Mellitus*.
- Assistência de Enfermagem ao Paciente com Hipertensão Arterial.
- Assistência ao Paciente Idoso e Aspectos do Envelhecimento.

III. LIVRO TEXTO –

SMELTZER,S.C., Tratado de Enfermagem médico-cirúrgico.7 ed. São Paulo: Guanabara Koogan,2002.

SUDDART,Brunner E.,Tratado de enfermagem médico cirúrgico. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

VASCONCELOS, Marcio Moacyr., Guia Profissional para Doenças. 7 ed. Guanabara Koogan, 2005.

SOUZA, Sonia Regina, Enfermagem Médico Cirúrgica. 3 ed, Vol I-II-III, Reichmo, 2004.

AMADO, ITALO,, Enfermagem Básica Teórica e Prática. 2 ed. Ridul, 2003.

NETTINA, S.M. Prática de enfermagem. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.782 p.

AUM, F.BRUY, G. Manual de cirurgia. São Paulo: EPU, 2001.

GHELLERE,T., ANTONIO,M.C., SOUSA,M.de L.de., Centro cirúrgico: aspectos fundamentais para enfermagem. 3 ed. Florianópolis:UFSC, 1993.182p.

SILVA,M.D'Apparecida,A.;RODRIGUES,A.L.;CESARETTI,T.U.R.Enfermagem na unidade de centro cirúrgico. 2 ed. São Paulo: EPU, 1997.249p.

SILVA,M.L'A.A. et alli. Enfermagem na Unidade de Centro Cirúrgico. São Paulo, EPU-EDUSP, 1982.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professora Responsável: Marla Fabiula de Barros Hatisuka / Juice Ishie Macedo

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ENFERMAGEM SAÚDE DO ADULTO I

Carga Horária: Teórica: 120 Prática: 240 Total: 360

Página 3

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável:

LUIZ FABIANO ZANATA/LEIA REGINA DE SOUZA ALCÂNTARA/MARLA F. DE BARROS HATISUKA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ENFERMAGEM SAÚDE DO ADULTO II**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 90 Total: 120

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Princípios fundamentais em enfermagem psiquiátrica e saúde mental. Assistência de enfermagem ao doente mental nas diversas condutas terapêuticas. Aplicação de metodologia de assistência de enfermagem, visando à promoção da saúde e reintegração do doente na família e na comunidade. Desospitalização do doente mental. Relacionamentos interpessoal e grupal. Estudo das doenças transmissíveis dos grupos humanos nos níveis preventivos, assistenciais e de reabilitação nos espaços biopsicossocial e espiritual enfocando as intervenções de enfermagem.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- " Conceitos.
- " História da psiquiatria;
- " Propostas de mudança/desospitalização.
- " CAPS/NAPS.
- " Relacionamento interpessoal.
- " Comunicação terapêutica.
- " Relacionamento interpessoal terapêutico.
- " Relação de ajuda.
- " Entrevista de ajuda.
- " Processo de enfermagem.
- " NHB e diagnósticos da Nanda.
- " Terminologias em psiquiatria.
- " Diferentes tipos de grupos.
- " Procedimentos/assistência de enfermagem em psiquiatria.
- " Transtornos psiquiátricos (neuroses, psicoses, desvios sexuais e dependência de drogas).
- " Medicamentos psicotrópicos.
- " Estágio.

III. LIVRO TEXTO

- IRVING, S. Enfermagem psiquiátrica básica. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979.
- STUART, G. W.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica: princípios e prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.
- ESPINOSA, F. A. Guias práticos de enfermagem - transtornos psiquiátricos no adulto. Rio de Janeiro: MC Graw Hill, 1998.
- GREIST, J. H. Psiquiatria geral, São Paulo: 1999.
- RODRIGUES, A.R.F. Enfermagem psiquiátrica: saúde mental prevenção e intervenção. São Paulo: EPU, 1996.
- BENJAMIM, A. A entrevista de ajuda. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SADOCK, B. J. e SADOCK, V. A. Compêndio de psiquiatria. Porto Alegre: art méd, 2007.
- STEFANELLI, M.C.; FUKUDA, I.M.K.; ARANTES, E.C. (orgs). Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. Barueri, São Paulo: Manole, 2008.
- Organização Mundial da Saúde. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- ALVARENGA, P.G.; ANDRADE, A.G. Fundamentos em psiquiatria. Barueri, São Paulo: Manole, 2008.
- DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- TOWNSEND, M.C. Enfermagem Psiquiátrica: conceitos de cuidados. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ENFERMAGEM SAÚDE DO ADULTO II

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 90 Total: 120

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

SILVESTRE, M.L. Enfermagem psiquiátrica. Rio de Janeiro: 1996

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Ana Lúcia De Grandi.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: ANA LÚCIA DE GRANDI

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **EPIDEMIOLOGIA**

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 15 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

História da Epidemiologia. Definição, conceitos, princípios e terminologias. Conceituar binômio saúde/doença. Níveis de prevenção da doença. Vigilância epidemiológica. Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica. Sistemas de informações em saúde. Epidemiologia nos serviços de saúde. Função da CCIH (Comissão de Infecção Hospitalar). Atuação do enfermeiro epidemiologista. Tipos de vigilância das infecções hospitalares. Indicadores de saúde, demografia e análise dos níveis de saúde. Cadeia epidemiológica das doenças. Transição epidemiológica e demográfica.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I : História da Epidemiologia.

- Surgimento da Epidemiologia.
- Conceito de Epidemiologia.
- Organização atual do setor da Epidemiologia.
- Objetivo da Epidemiologia.
- Terminologia e princípios.

UNIDADE II: Vigilância Epidemiológica.

1. Conceito
2. Atuação do enfermeiro no setor de Vigilância Epidemiológica.
3. Utilização da Vigilância Epidemiológica na avaliação das ações e planejamento dos serviços de saúde.

UNIDADE III: Sistema de Informação utilizado na Epidemiologia.

- Sistema de Informação de Mortalidade (SIM).
- Sistema de Informação de Nascidos Vivos (Sinasc).
- Sistema de Informação de Notificação de Agravos (Sinan).
- Sistema de Informação Ambulatorial (SIA).
- Sistema de Informação de Internação Hospitalar (SIH).
- Sistema de Informação de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).
- Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB).

UNIDADE IV: Indicadores e Coeficientes da Epidemiologia

- Conceito de Indicadores.
- Conceito de Coeficientes.
- Conceito de Taxa de Incidência e Prevalência.
- Principais Indicadores e Coeficientes.
- Cálculo dos coeficientes, taxa de incidência, prevalência.

UNIDADE V: Comissão de Infecção Hospitalar

- Conceito da CCIH
- Principais germes multirresistentes.
- Infecções mais freqüentes no ambiente hospitalar.
- Portaria nº 2616/MS/GM, de 12 de maio de 1998 - obrigatoriedade da manutenção dos hospitais em manter o Programa de Controle de Infecção Hospitalar.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: EPIDEMIOLOGIA

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 15 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

UNIDADE VI:

Transição epidemiológica e demográfica.

UNIDADE VII:

Cadeia epidemiológica das doenças.

III. LIVRO TEXTO

ROUQUAYROL, M. Z., Epidemiologia e Saúde. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

RODRIGUES, E. A. C. et al. Infecções hospitalares: prevenção e controle. 1ª ed. São Paulo: Sarvier, 1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Guia Brasileiro de Vigilância Epidemiológica. 5. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 1998.

PEREIRA, M. G., Epidemiologia teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

ANDRADE, S. M., SOARES D. A, JÚNIOR, L. C., (org.) Bases da Saúde Coletiva. Londrina: Editora UEL, 2001.

OLIVEIRA, A C. Infecções Hospitalares. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2005

VENANCIO, J. Vigilância Epidemiológica. Ed. FIOCRUZ, 2000.

WALDMAN, E. A . Vigilância em Saúde Pública. 2ª ed. São Paulo. Saúde e Cidadania

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: SIMONE CRISTINA CASTANHO SABAINI DE MELO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I (ALTA COMPLEXIDADE - UTI E PS)**

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 255 Total: 315

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

O cuidado de enfermagem a clientes com grau de necessidade de alta complexidade incluindo as unidades de terapia intensiva e pronto socorro.

- Noções de pronto socorro, reanimação cardio-respiratória e outros procedimentos.
- Manuseio de aparelhos e instrumentos de alta tecnologia.
- Desenvolvimento de julgamento e tomada de decisão em enfermagem frente às emergências.
- Implementação de plano de cuidados ao cliente grave.
- Apoio à família, prepara para a alta hospitalar do binômio paciente/família.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- O conteúdo programático respeitará às necessidades da turma, adequando-se quando necessário.
- Estrutura organizacional do SE e UTI.
- Atendimento Inicial no Serviço de Emergência.
- Critérios de Admissão e Alta na UTI.
- Atendimento Pré-Hospitalar.
- Farmacologia na UTI.
- Insuficiência Respiratória Aguda e Síndrome da Angústia Respiratória Aguda.
- Ventilação Mecânica
- Distúrbio Ácido-Base.
- Politraumatismos.
- Politraumatismos.
- Choque.
- Choque.
- O Grande Queimado.
- Afecções Cardíacas.
- Afecções Neurológicas.
- Intoxicações Graves.

III. LIVRO TEXTO

FORTES, Julia I. Enfermagem em Emergências - São Paulo: EPU, 1986

HUDAK, Carolyn M. Cuidados Intensivos de Enfermagem - Uma abordagem Holística Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A: 1997

SMELTZER, Suzanne C.; BARE, Brenda G. - Brunner/Suddarth Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica 7ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A. 1994

SPARKS, Sheila M. et all - Diagnóstico em Enfermagem - Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2000.

DIEPENBROCK, Nancy H.; Cuidados Intensivos - 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 2005.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I (ALTA COMPLEXIDADE - UTI E PS)

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 255 Total: 315

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

KNOBEL, Elias.; Condutas nos Pacientes Graves - 2º ed. São Paulo: Atheneu. 1999.

IRWIN, Richard S.; Manual de Terapia Intensiva - 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 2000.

HUDDLESTON, Sandra Smith.; FERGUSON.; Sandra G.; Emergências Clínicas - 3º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A. 2006.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Materiais Fornecidos em Cursos de Capacitações

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Ana Cândida Martins Grossi
Ronaldo Pinheiro da Silva

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável:

ANA C. GROSSI/RONALDO P. SILVA/JOSÉ AP. B. JUNIOR/MIRIAM F. S. ALARCON/CAROLINA F. ROSA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II**

Carga Horária: Teórica: 0 Prática: 180 Total: 180

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Desenvolvimento da prática assistencial nas diversas situações dos diversos ciclos de vida voltado à área de enfermagem, os quais contemplem atividades de aprendizagem cultural, social e de desenvolvimento técnico-científico.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Estagio supervisionado em Unidades Básicas de Saúde (UBS-PSF).

- Funções do Enfermeiro em UBS e PSF.
- Atividades ambulatoriais incluindo curativos; preparo e administração de medicamentos por via oral, IM, EV, Subcutânea, inalatória e outras.
- Acompanhamento de pacientes cadastrados no Programa Hiperdia (diabetes e hipertensão).
- Pré-consulta de Enfermagem.
- Pós-consulta de Enfermagem.
- Triagem pré-consulta médica.
- Puericultura.
- Vacinação.
- Visitas Domiciliares (execução de procedimentos de enfermagem no domicílio).
- Coleta de material para exame preventivo do câncer do Colo do Útero.
- Participação nas campanhas de Saúde Pública inseridas no calendário da Secretaria de Saúde Estadual e Municipal.
- Realização de todos os procedimentos administrativos de competência do Enfermeiro.

III. LIVRO TEXTO

Não existe especificidade bibliográfica, uma vez que no desenvolvimento do estágio o aluno estará vendo, ou revendo, praticamente, todos os conteúdos até então trabalhados. Esta posição foi discutida e acordada com o Perito.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Todos os documentos e protocolos do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde do Estado do Paraná e do município de Bandeirantes-PR, vigentes no período letivo de 2010.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: JANAINA RECANELLO BEGUI/EMILIANA CRISTINA MELLO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 360 Total: 390

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Vivência das diversas situações de saúde-doença da prática profissional. Elaboração e aplicação de projetos assistenciais individuais específicos à área de enfermagem, aos quais contemplem atividades de aprendizagem cultural, social e de desenvolvimento técnico-científico, resultando em subsídios à elaboração de trabalho final monográfico.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**1-PERCEPÇÃO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM INSERIDO NA ORGANIZAÇÃO**

1.1 Filosofia.

1.2 Objetivos.

1.3 Estrutura.

1.4 Propostas assistenciais.

2. CONHECIMENTO DOS INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÃO**3. CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA DA UNIDADE**

3.1 Faixa Etária.

3.2 Procedência.

3.3 Dados Socioeconômicos.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS**5. PARTICIPAÇÃO DA ENFERMEIRA NA PREVISÃO DE CUSTOS RELATIVOS AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM****6. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS FASES DO PLANEJAMENTO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM E DA RESOLUTIVIDADE**

6.1 Conhecimento do sistema como um todo.

6.2 Determinação de prazos e objetivos.

6.3 Estabelecimentos de prioridades.

6.4 Seleção dos recursos disponíveis.

6.5 Estabelecimento do plano operacional.

6.6 Desenvolvimento.

6.7. Aperfeiçoamento.

7. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE CARGOS, FUNÇÕES E ATIVIDADES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM TENDO EM VISTA AS PROPOSTAS ASSISTENCIAIS DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM E PERCEPÇÃO DOS RISCOS OCUPACIONAIS.**8 CARACTERIZACAO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.**

8.1 Categorias e números de funcionários e distribuição por turnos.

8.2 Relação entre recursos humanos e necessidade.

8.3 Conhecimento das escalas e da dificuldade para sua elaboração.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 360 Total: 390

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

8.4 Proposta de desenvolvimento pessoal.

9. IDENTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA E DAS FASES UTILIZADAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA FUNÇÃO DE SUPERVISÃO

9.1 Planejamento da função supervisão.

9.2 Execução.

9.3 Avaliação.

9.4 Percepção da problemática na realidade da UBS

10. CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO E DA PROBLEMÁTICA DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.

11. PERCEPÇÃO DO PROCESSO DE LIDERANÇA VIVENCIADO PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

12. PERCEPÇÃO DO COMPORTAMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM FRENTE ÀS MUDANÇAS.

III. LIVRO TEXTO

Chiavenato, I. Introdução à Teoria geral da Administração. 4ª ed. São Paulo; Me Grawhill, 1.993.

Margerison, C; MC CANN, D. Gerenciamento de equipes- novos enfoques práticos. 1ª, São Paulo: Saraiva, 1.996.

Marques, Administração e liderança em enfermagem em enfermagem, 1ª ed. Porto Alegre; artes Médicas, 1.999.

Santos, E. F. et al. Legislação em enfermagem. Atos normativos do exercício e do ensino de enfermagem. São Paulo; Ateneu, 1.997.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Eliana de Fátima Catussi Pinheiro

Ricardo Castanho Moreira

Janaina Recanello

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável:

ELISÂNGELA PINAFO/ELIANA DE FÁTIMA CATUSSI PINHEIRO/MARLA FABÍULA B. HATISUKA/
RICARDO CASTANHO MOREIRA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: **FARMACOLOGIA**

Carga Horária: Teórica: 36 Prática: 36 Total: 72

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Farmacocinética, farmacologia sna, snc. Sistemas cardiovascular e renal. Aparelho digestivo. Autofarmacologia. Anestésicos locais. Antinflamatórios. Corticoides. Insulina e hipoglicemias orais. Coagulantes e anticoagulantes. Ocitócicos e anovulatórios. Antibióticos e quimioterápicos. Antissépticos e desinfetantes. Interação medicamentosa. Intoxicações exógenas agudas.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- 1- Princípios básicos da farmacologia.
- 2- Conceitos farmacocinéticos de importância clínica.
- 3- Administração, absorção, distribuição e eliminação das drogas.
- 4- Mecanismos de ação das drogas.
- 5- Fatores que influenciam nas ações e efeitos das drogas.
- 6- Farmacologia do sistema nervoso autônomo (sna).
 - Organização anatômica e funcional do sna.
 - Drogas simpatomiméticas e simpatolíticas.
 - Drogas parassimpatomiméticas e parassimpatolíticas.
 - Estimulantes e bloqueadores ganglionares.
- 7- Farmacologia do sistema nervoso central (snc).
 - Aspectos gerais da farmacologia do snc.
 - Hipnóticos (sedativos e ansiolíticos).
 - Anticonvulsivos.
 - Hipnoanalgésicos.
 - Psicofármacos.
- 8- Anestésicos locais.
- 9- Farmacologia da junção neuromuscular.
- 10- Farmacologia cardiovascular.
 - Drogas de ação cardíaca (digitálicos e antiarrítmicos).
 - Anti-hipertensão.
 - Farmacologia da coagulação.
- 11- Farmacologia do aparelho digestivo.
 - Estimulantes e inibidores das secreções: salivar, gástrica e intestinal.
 - Antieméticos e antiespasmódicos.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: FARMACOLOGIA

Carga Horária: Teórica: 36 Prática: 36 Total: 72

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

12- Endocrinofarmacologia.

- Corticoides.

- Ocitócicos e anovulatórios.

- Insulina e hipoglicemiantes orais.

13- Diuréticos.

14- Autofarmacologia.

- Histamina e anti-histamínicos.

- Prostaglandinas.

- Polipeptídeos.

- Sero-tonina e antagonistas.

- Óxido nítrico.

15- Farmacologia especial.

- Antibióticos.

- Quimioterápicos.

- Anti-inflamatórios.

- Antissépticos e desinfetantes.

- Intoxicações exógenas agudas.

III. LIVRO TEXTO

RANG, H.P., DALE, M.M. e RITTER, J.M. Farmacologia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001

KATSUNG, B. Farmacologia Médica. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

ASPERHEIM, M. K. Farmacologia para Enfermagem. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

FUCHS, S.D., WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

GILMAN, A. G. As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 10ª ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill Interamericana, 2003.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: CRISTIANO MASSAO TASHIMA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: **FISIOLOGIA HUMANA**

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 0 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Sistema nervoso, cardiovascular, respiratório, renal, digestivo, endócrino, reprodutor e sangue.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade 01: Sistema Nervoso.

- Plano geral do sistema nervoso central.
- Transmissão sináptica.
- Circuitos neuronais básicos.
- Organização geral dos sistemas sensoriais.
- Somestesia.
- Funções motoras da medula espinhal e do tronco cerebral.
- Sistema nervoso autônomo e hipotálamo.

Unidade 02: Sistema Cardiovascular.

- Fisiologia do músculo cardíaco.
- Ciclo cardíaco.
- Regulação do bombeamento cardíaco.
- Sistema especializado excitatório e condutor do coração.
- Controle da excitação e da condução do coração.
- Característica do eletrocardiograma normal.
- Ritmos sinusais anormais, contrações prematuras, fibrilação ventricular, fibrilação atrial e parada cardíaca.
- Características físicas da circulação.
- Teoria básica da função circulatória.
- Relação entre pressão, fluxo e resistência.
- Distensibilidade vascular.
- Veias e suas funções.
- Mecanismos de controle do fluxo sanguíneo.
- Débito cardíaco, retorno venoso, insuficiência cardíaca e choque.

Unidade 03: Sistema respiratório.

- Organização morfofuncional do sistema respiratório.
- Movimento respiratório, volumes e capacidade pulmonar, espaço morto e ventilação alveolar.
- Mecânica respiratória.
- Fluxo sanguíneo pulmonar.
- Transporte de gases no organismo.
- Regulação da respiração.
- Mecanismos de defesa das vias aéreas.

Unidade 04: Sistema Digestório.

- Princípios gerais de motilidade gastrointestinal.
- Controle neural de motilidade gastrointestinal.
- Fluxo sanguíneo gastrointestinal.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: FISILOGIA HUMANA

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 0 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- Funções motoras do estômago.
- Movimento do intestino delgado.
- Movimento do cólon.
- Princípios gerais de secreção do trato alimentar.
- Secreção da saliva, secreção esofágica, secreção gástrica, secreção pancreática e secreção de bile pelo fígado.
- Princípios básicos da absorção gastrointestinal.
- Distúrbios gerais do trato gastrointestinal.

Unidade 05: Sistema Renal.

- Anatomia fisiológica dos rins.
- Formação da urina: filtração glomerular, reabsorção tubular e secreção tubular.
- Controle fisiológico da filtração glomerular e do fluxo sanguíneo.
- Controle fisiológico da reabsorção.
- Armazenamento da urina e micção.
- Regulação do equilíbrio ácido-básico.

Unidade 06: Sistema Endócrino.

- Introdução à fisiologia endócrina.
- Glândulas endócrinas - natureza dos hormônios e suas funções.
- Hormônios epifisários, tireoideos, adrenocorticais, insulina e glucagon.
- Hormônios masculinos e femininos.

III. LIVRO TEXTO

- Aires, Margarida de Mello. Fisiologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1999.
- Guyton, Arthur. Tratado de Fisiologia Médica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2002.
- Guyton, Arthur. Fisiologia Humana. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

- WF. Ganong. Fisiologia Humana. 17ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- Davies, Andrew. Fisiologia Humana. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: CRISTIANO MASSAO TASHIMA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **FUNDAMENTOS DE NUTRIÇÃO E DIETOTERAPIA**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 0 Total: 30

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Os alimentos: seus componentes, funções e importância. Carências nutricionais, repercussão no organismo. Normas e padrões nutricionais. Nutrição adequada nos períodos do ciclo vital. Noções de Dietoterapia e suporte nutricional.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Conceitos básicos sobre alimentos e nutrição.
- Grupos nutricionais, funções e carências.
- Conceitos sobre necessidades energéticas, alimentação equilibrada e cálculos.
- Estados fisiológicos com cuidados nutricionais especiais.
- Dietoterapia: definições.
- Dietas especiais em enfermidades e seus cuidados.
- Cuidados de enfermagem na administração de dietas enterais e parenterais.

III. LIVRO TEXTO

KRAUSE, Mahan. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. São Paulo, Roca: 2002.

SOUZA, Virginia H. S.; MORACHI, Nelson. O Hospital: Manual do Ambiente Hospitalar. 2 ed: Curitiba, 2005.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

WAITZERBERG, D, L. Nutrição Enteral e Parenteral na Prática Clínica. Rio de Janeiro, Atheneu: 1998

AUGUSTO, A.L.P. et all. Terapia Nutricional. São Paulo, Atheneu: 1999.

www.saude.gov.br - Ministério da Saúde.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Joyce Priscila Boreski

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: FUNDAMENTOS DE NUTRIÇÃO E DIETOTERAPIA

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 0 Total: 30

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: ANNECY TOJEIRO GIORDANI

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Biologia e Tecnologia

Disciplina: **GENÉTICA HUMANA E EVOLUÇÃO**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Introdução à genética humana. Herança multifatorial. Fatores que influenciam os padrões de herança. Fundamentos da genética bioquímica. Citogenética Humana. Aconselhamento genético. Genética molecular, individual, populacional e evolutiva.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Introdução à Genética Humana: Importância e Abrangência da Genética para as Áreas de Saúde. A Genética versus Dilemas Éticos. Determinação Genética e Ambiental (Fenótipo, Genótipo).

Bases Físicas da Herança: Ciclo Celular. Mitose. Meiose.

Herança Mendeliana: A Primeira Lei de Mendel. Conceito de Alelo e de Interação Alélica. Análise de Heredogramas. Casos Extensões da Primeira de Lei: Dominância incompleta, Codominância, Genes letais, Alelos Múltiplos, Pleiotropia, Penetrância e Expressividade. A Segunda Lei de Mendel. Extensões da Segunda Lei: Interação não Alélica.

Heranças Relacionadas ao Sexo: Heranças Ligada, Limitada, Influenciada ao Sexo. Genes Limitados e Influenciados pelo Sexo.

Ligação Gênica e Alterações Cromossômicas: Genes ligados; permuta e recombinação. Mapas genéticos. A topografia dos Cromossomos. Alterações cromossômicas: numéricas e estruturais.

Genética Molecular: a estrutura e composição química do DNA e RNA. Os genes e a expressão da informação biológica. A replicação do material genético. As alterações no material genético. O genoma humano.

Genética Clínica e Aconselhamento Genético: Estudo e discussão dos aspectos clínicos de doenças genéticas, bem como seus aspectos hereditários, visando à identificação e o aconselhamento genético.

III. LIVRO TEXTO

Korf, B. R. Genética humana e genômica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008, 257p.

Lewis, R. Genética Humana - conceitos e aplicações 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 453p.

Pasternack, J. J. Uma introdução à genética molecular humana. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, 434p.

Thompson, M. W.; McInnes, R. R.; Willard, H. F. Genética Médica. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1993, 339p.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

GRIFFITHS, A. J. F.; MILLER, J. H.; SUZUKI, D. T.; LEWONTIN, R. C.; GELBART, W. M. Introdução à Genética, 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998, 856p.

SNUSTAD, P.; SIMONS, M. J. Fundamentos de Genética, 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

GUERRA, M. S. Introdução à Citogenética Geral. Guanabara Koogan, 1988.

GRIFFITHS, A. J. F.; MILLER, J. H.; LEWONTIN, R. C.; GELBART, W. M. Genética Moderna. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Biologia e Tecnologia

Disciplina: GENÉTICA HUMANA E EVOLUÇÃO

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

SNUSTAD, D. P.; SIMMONS, M. J.; JENKINS, J. B. Principles of Genetics. New York: John Wiley & Sons, 1997, 829p.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: DANIELLE CRISTINA GREGORIO DA SILVA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: **IMUNOLOGIA**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Noções sobre antígeno e órgãos linfoides, imunoglobulinas, interação antígeno e anticorpo. Sistema complemento. Resposta imune humoral, celular e cooperação celular. Hipersensibilidade mediada por anticorpo e por células. Imunodeficiência e imunodepressão. Imuno-hematologia, imunologia de transplantes e tumores. Autoimunidade. Imunoprofilaxia e imunodiagnóstico.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Introdução à imunologia: Conceito de inato, adaptativo, células.

Órgãos linfócitos primários e secundários.

Ativação de linfócitos T e B.

Funções de linfócitos T e B.

Antígenos e Anticorpos.

Processamento e apresentação de antígenos.

Sistema complemento.

Funções efetoras inatas e mediadas por antígenos.

Citocinas.

Resposta Inflamatória.

Vacinas e Vacinações.

Exames Imunológicos.

Hipersensibilidade tipo I e tipo II.

Hipersensibilidade tipo III e tipo IV.

Imunodeficiência primária e secundária.

Autoimunidade.

Imunidade aos tumores.

III. LIVRO TEXTO

Roitt- Imunologia, Ed. Mosby

Abbas, A.K. Imunologia celular e molecular, 3a ed. São Paulo.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Calich, V & Vaz, C. Imunologia- Ed. Evinter, Rio de Janeiro.

Tizard, I.R. Imunologia Veterinária- Ed. Roca, 5a ed., São Paulo

OUTRAS FONTES:

www.medstudents.com.br

www.sciencedirect.com.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: WAGNER LOYOLA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM**

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 15 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Fundamentos da Ética Profissional. Direitos e Deveres do Profissional de Enfermagem. Direitos do Pacientes. Noções de Bioética. Análise da Lei do Exercício Profissional. Responsabilidade Ética, Civil e Penal da Equipe de Enfermagem. Dilemas Éticos

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1- Conceitos gerais:

- Legislação e Ética.
- Portaria.
- Resolução.
- Estatuto.
- Regimento.
- Bioética.
- Lei.
- Decreto.
- Parecer.
- Código de Deontologia.;

2- Organização da Educação no Brasil

- Vida Estudantil - 1870 a 1890 no Brasil.
- Decreto 15799/1922.
- Decreto 16300/1923.
- Lei 2604155.
- Conselho Nacional de Educação.

3- Principais resoluções do Cofen

- Cofen 218199.
- Cofen 189196.
- Cofen 2252000.
- Cofen 256 – 2001.
- Cofen 2003.

4- Decreto e regulamentação da LEP 7498/86

- Privativamente do Enfermeiro.
- Função do Técnico e Auxiliar de Enfermagem.

5- Código de Deontologia de Enfermagem.

- Aprovação pela Resolução Cofen.
- Responsabilidades Fundamentais.
- Exercício Profissional.
- Enfermeiro Perante a Classe.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: LEGISLAÇÃO E ÉTICA PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 15 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

6- Principais Códigos de Ética.

- Manual do Coren.
- Aspectos Legais.
- Lesão.
- Crime e Responsabilidade.

7 O Enfermeiro e a Responsabilidade Legal do Exercício Profissional.

- Conceituação de Responsabilidade.
- Código de Ética.
- Decisão do Coren - Pr DIR 019/2003.
- Decreto Cofen 218/9.

8 - Seminários

III. LIVRO TEXTO

SANTOS, E.F.ET AL - Legislação em Enfermagem - Atos Normativos do Exercício e do Ensino de Enfermagem. Atheneu 2000 Rio de Janeiro

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Constituição da Republica Federativa do Brasil - Leis e Decretos. 1988 Brasília

GERMANO, R.M. A Ética e o Ensino de Ética na Enfermagem no Brasil. Cortez, 1993 São Paulo

JIMENEZ, C.M. Trabalho e Convivência: Um Ensaio de Ética Profissional.: UEL, 1997 Londrina

SANTOS, I.et al, Enfermagem Fundamental: Realidade, Questões, Soluções.: Atheneu, 2001 São Paulo

OLIVEIRA. J.codigo penal. 5 edi. Saraiva ,1990 São Paulo

OLIVEIRA, J. Código Civil. Saraiva, 1990 São Paulo

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Edivaldo Cremer

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: REGINA HITOMI FUKUDA OHIRA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **METODOLOGIA DA PESQUISA I**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Conhecimento científico. Produção do conhecimento. Processo de pesquisa. Trabalho científico. Comunicação do conhecimento científico. Metodologia Científica em Enfermagem.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

01. FORMAS DE CONHECIMENTO.
02. O MÉTODO CIENTÍFICO.
03. LINGUAGEM CIENTÍFICA.
04. FASES DA PESQUISA CIENTÍFICA.
05. PROJETO DE PESQUISA.

III. LIVRO TEXTO

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 21 ed. Rev.Ampl. São Paulo: Cortez, 2000.
 BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Nursing.
 Cadernos de Saúde Pública.
 Revista Latino-Americana de Enfermagem.
 Revista Brasileira de Enfermagem.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável:

JAEL S. SANTOS RANDO

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável:JAEL S. SANTOS RANDO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **METODOLOGIA DA PESQUISA II**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 0 Total: 30

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Monografia. Organização e execução de acordo com as normas da FFALM.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

REVISÃO DOS CAPÍTULOS DA MONOGRAFIA

01. Introdução.

02. Revisão de Literatura.

03. Material e Métodos.

04. Resultado e Discussão.

05. Conclusão.

06. Referências Bibliográficas.

III. LIVRO TEXTO

Normas para elaboração e apresentação de monografias do curso de Enfermagem da FFALM.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Jael S. Santos Rando

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: **MICROBIOLOGIA**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Introdução à microbiologia. Esterilização e desinfecção. Citologia, fisiologia e genética de microrganismos. Antimicrobianos. Noções de vírus, bactérias e fungos de interesse da saúde. Doenças sexualmente transmissíveis.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I:

INTRODUÇÃO À MICROBIOLOGIA.

Histórico.

Classificação de microrganismos.

Anatomia funcional das células procariontes e eucariontes.

UNIDADE II:

CITOLOGIA MICROBIANA

Parede celular.

Membrana celular.

Citoplasma (Inclusões).

Material genético.

Endósporo.

Flagelos e Cílios.

UNIDADE III:

FISIOLOGIA MICROBIANA

Reações catabólicas e anabólicas.

Enzimas.

Produção de energia.

Vias metabólicas: glicólise.

Crescimento microbiano.

UNIDADE IV:

ESTERILIZAÇÃO E DESINFECÇÃO

Ação dos agentes de controle microbianos.

Métodos físicos de controle microbiano.

Métodos químicos de controle microbiano.

UNIDADE V:

GENÉTICA MICROBIANA

Estrutura e função do material genético.

Regulação da expressão gênica bacteriano.

Mutações.

Transferência genética e recombinação.

DNA recombinante.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: MICROBIOLOGIA

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

UNIDADE VI:

ANTIMICROBIANOS

- Espectro da atividade antimicrobiana.
- A ação das drogas antimicrobianas.
- Efetividade dos agentes quimioterápicos.

UNIDADE VII:

VIROLOGIA

- Características gerais dos vírus de importância médica.
- Estrutura viral.
- Taxonomia dos vírus de importância médica.
- Identificação viral e principais doenças causadas por vírus de interesse médico.
- Replicação viral.

UNIDADE VIII:

MICOLOGIA

- Características gerais dos fungos de importância médica.
- Principais doenças causadas por fungos de importância médica.
- Divisões de fungos e a sua reprodução.

UNIDADE IX:

DST (DOENÇA SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEL)

- Doenças bacterianas do sistema reprodutor.
- Doenças virais do sistema reprodutor.
- Doenças fúngicas do sistema reprodutor.
- Doenças do sistema reprodutor causado por protozoários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - AULAS PRÁTICAS:

1. Noções gerais de laboratório.
2. Coloração simples.
3. Coloração de Gram.
4. Meio de Culturas (Preparo e componentes nutricionais).
5. Flora normal.
6. Semeadura e microscopia.
7. Esterilização e desinfecção.
8. Teste bioquímico de identificação de bactérias.
9. Teste de sensibilidade a antibióticos.
10. Isolamento de microrganismos do ambiente.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: MICROBIOLOGIA

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 3

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Tortora, G. J., Funke, B. R., Case, C. L. Microbiologia, 6ª ed. Editora Artmed. 2000.

Pelczar, M. J., Chan, E. C. S. e Krieg, N. R. Microbiologia: conceitos e aplicações. São Paulo: Makron Books, 1996.

Jawetz, E., Melnick, J., Adalberg, E. E., Brooks, G. F., Butel, J. S. e Ornston, L. N. Microbiologia médica. 20ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 1998.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Trabulsi, G. L. Microbiologia. 2ª ed. Rio de Janeiro, Atheneu, 1998.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: LEOPOLDO SUSSUMU MATSUMOTO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: **PARASITOLOGIA**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Relações parasito-hospedeiro e noções básicas de ecologia. Protozoários e helmintos de interesse da saúde. Modos de infecção e infestação, diagnóstico, profilaxia e controle das doenças parasitárias do país e região. Entomologia da saúde: principais artrópodes transmissores e veiculadores de doenças.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I: INTRODUÇÃO

- a) Introdução à Parasitologia.
- b) Relações entre os seres vivos.
- c) Origem do parasitismo.
- d) Conceitos empregados em Parasitologia.
- e) Regras internacionais de nomenclatura zoológica.

UNIDADE II: FILO ARTHROPODA

- a) Classe ARACHNIDA
Amblyomma cajennense; Rhipicephalus sanguineus; Sarcoptes scabiei, Demodex
- b) Classe INSECTA
 - Ordem DIPTERA
Anopheles; Culex; Aedes; Lutzomyia; Musca domestica; Dermatobia
 - Ordem ANOPLURA
Pediculus humanus; Pthirus pubis
 - Ordem SIPHONAPTERA
Pulex irritans; Tunga penetrans
 - Ordem HEMIPTERA
Triatoma; Panstrongylus; Rhodnius

UNIDADE III: FILO SARCOMASTIGOPHORA

Trypanosoma cruzi; Leishmania; Entamoeba histolytica; Giardia lamblia

UNIDADE IV: FILO APICOMPLEXA

Toxoplasma gondii; Cryptosporidium; Plasmodium

UNIDADE V: FILO PLATYHELMINTHES

- Classe TREMATODA
Schistosoma mansoni
- Classe CESTODA
Taenia solium; Taenia saginata; Echinococcus granulosus; Hymenolepis nana

UNIDADE VI: FILO NEMATHELMINTHES

- Classe NEMATODA
Strongyloides stercoralis; Ascaris lumbricoides; Ancylostoma duodenale; Ancylostoma braziliense; Necator americanus; Enterobius vermicularis; Toxocara spp; Trichuris trichiuria

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: PARASITOLOGIA

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

III. LIVRO TEXTO

NEVES, D.P. Parasitologia Humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1999.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

PESSOA, S.B.; MARTINS, A.V. Parasitologia Médica. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

REY, J. Parasitologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 731 pp., 1991

PERIÓDICOS

Jornal Brasileiro de Patologia

Jornal Brasileiro de Medicina

Outras fontes:

www.scielo.brwww.scholar.google.comwww.elsevier.com

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: LIZA OGAWA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE**

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 60 Total: 105

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Elaboração, análise e avaliação do planejamento em saúde. Estilos gerenciais e gestão da qualidade.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- .Teorias da Administração.
- .Funções do administrador.
- .Organograma.
- .Conceito de gerenciamento em Enfermagem.
- .Gestão em Saúde.
- .Planejamento Estratégico.
- .Cultura e poder nas organizações.
- .Gestão de pessoas (recrutamento, seleção, motivação, administração de conflitos, avaliação de desempenho e treinamento).
- .Estilos de liderança.
- .Gestão da qualidade.

III. LIVRO TEXTO

BERTELLI, Sandra B. Gestão de pessoas em Administração Hospitalar. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração: teoria, processo e prática. São Paulo, Makron Books, 2004.

KURCGANT, Paulina. Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2005.

RIBEIRO, Antonio de Lima. Teorias da Administração. São Paulo: Saraiva, 2003.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Luis César G. de. Gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 2006.

AGUIAR, Maria A. Ferreira de. Psicologia aplicada à Administração: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2005.

LACOMBE, Francisco. Recursos Humanos: princípios e tendências. São Paulo, Saraiva, 2005.

MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. São Paulo, Atlas, 2004.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: EDNA APARECIDA L. B. KATAKURA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: **PROCESSOS PATOLÓGICOS GERAIS**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Introdução à Patologia Geral: homeostasia, doença, etiologia, etiopatologia. Processos reversíveis e irreversíveis. Distúrbios circulatórios. Inflamação. Cicatrização. Carcinogênese e Neoplasias.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Introdução à Patologia.

Processos patológicos gerais.

Homeostasia.

Saúde x Doença.

Patologia: conceitos e divisões.

Causas (etiologia) e mecanismos de produção (patogenia) dos processos patológicos gerais.

Classificação das lesões.

Ação dos agentes agressores.

- Processos reversíveis e irreversíveis.

Insuficiência dos mecanismos homeostáticos celulares (as degenerações).

Conceito e classificação das degenerações.

- Degeneração hidrópica, vacuolar, tumefação, inchaço turva ou edema celular - predominantemente por insuficiência na regulação da água e dos eletrólitos celulares.

- Degeneração gordurosa, esteatose ou lipidose - alteração na regulação da quantidade e/ou estado físico-químico de lípidos.

- Degeneração hialina ou hialinose - alteração na regulação do teor e do estado físico-químico de elementos proteicos no citoplasma.

- Degeneração mucóide ou mucopolissacaridose - aumento na produção de muco.

- Degeneração glicêmica ou glicogenose - metabolismo alterado dos glicídios.

Alterações no interstício.

- Apoptose: definição, etiologia, diferenciação, mecanismos de regulação.

- Necrose: conceito, etiologia, mecanismos de formação.

Necrose de coagulação: etiopatogênese, características micro e macroscópicas.

Necrose de liquefação: etiopatogênese, tecido predominante, características micro e macroscópicas. (Abscesso, flegmão e empiema).

Necrose caseosa: etiopatogênese, características micro e macroscópicas.

Necrose gordurosa ou esteatonecrose: etiopatogênese, características macro e microscópicas.

Necrose gomosa: etiopatogênese, características micro e macroscópicas.

Necrose hemorrágica: etiopatogênese, características micro e macroscópicas.

Necrose fibrinoide: etiopatogênese, características micro e macroscópicas.

Necrose gangrenosa: etiopatogênese, características micro e macroscópicas.

-Evolução das necroses: absorção, drenagem, cicatrização, calcificação, encistamento.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: PROCESSOS PATOLÓGICOS GERAIS

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Calcificação: distrófica, metastática e idiopática. Conceito etiopatogênese e diferenciação.

- Distúrbios do crescimento e diferenciação celular:

Classificação e nomenclatura.

Células lábeis, estáveis e perenes.

Hipotrofia: classificação, regulação, diferenciação.

Hipertrofia: classificação, regulação, diferenciação.

Hipoplasia: classificação, regulação, diferenciação.

Hiperplasia: classificação, regulação, diferenciação.

Mecanismos de hipertrofia e hiperplasia de acordo com o ciclo mitótico.

Metaplasia: classificação, regulação, diferenciação.

Displasia: classificação, regulação, diferenciação.

- Carcinogênese e neoplasias.

Denominação.

Agentes causadores.

Nomenclatura e classificação.

Características.

Comportamento (benignas x malignas).

Anatomia geral das neoplasias.

Características micro e macroscópicas.

Epidemiologia das neoplasias.

Conseqüências gerais (metástases).

Vias de propagação.

Fases da metastatização.

- Distúrbios da Circulação.

Hiperemia ou congestão: denominação, classificação, etiologia, conseqüências.

Hiperviscosidade: denominação, classificação, etiologia, conseqüências.

Hemostasia do sistema vascular: tríade de virchow. denominação, classificação, etiologia, conseqüências.

Hemorragia: denominação, classificação, etiologia, conseqüências.

Trombose: denominação, classificação, etiologia, conseqüências.

Embolia: denominação, classificação, etiologia, conseqüências.

Isquemia: denominação, classificação, etiologia, conseqüências.

Infarto: denominação, classificação, etiologia, conseqüências.

Choque: denominação, classificação, etiologia, conseqüências.

Edema: denominação, classificação, etiologia, conseqüências.

- Inflamação.

Conceito.

Sinais cardinais;

Reação inflamatória.

Mediadores químicos.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: PROCESSOS PATOLÓGICOS GERAIS

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 3

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Alteração no calibre e fluxo vascular.

Permeabilidade aumentada.

Eventos celulares.

Causas;

Fenômenos.

Irritativo.

Vascular.

Exsudativo.

Degenerativo - necrótico.

Produtivo - reparativo.

Classificação:

Inflamação serosa.

Inflamação fibrinosa.

Inflamação pseudomembranosa.

Inflamação purulenta.

Inflamação hemorrágica.

Inflamação aguda x crônica.

Inflamação granulomatosa.

Processo de cura das inflamações.

- Cicatrização.

III. LIVRO TEXTO

- Anatomical Chart Company; ATLAS DE FISIOPATOLOGIA; Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2004.
- Brasileiro Filho, G.; BOGLIOLO PATOLOGIA. 6.ed. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2000.
- Contran, R.S., Kumas, V., Robbins, S.L.; ROBBINS PATOLOGIA ESTRUTURAL E FUNCIONAL; 5 ed. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 1994.
- Faria, J.L.; PATOLOGIA GERAL, FUNDAMENTOS DAS DOENÇAS, CO APLICAÇÕES CLÍNICAS; Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2003.
- Montenegro, M.R., Franco, M.; PATOLOGIA PROCESSOS GERAIS. 4 ed. São Paulo; Atheneu, 1999.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

- Contran, R.S., Kumas, V., Robbins, S.L.; FUNDAMENTOS DE ROBBINS - PATOLOGIA ESTRUTURAL E FUNCIONAL; 6 ed. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2001.
- Crespo, X; Curell, N; Curell, J.; ATLAS DE ANATOMIA HUMANA; Bolsa Nacional do livro.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Patologia Geral

Disciplina: PROCÉSSOS PATOLÓGICOS GERAIS

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 30 Total: 60

Página 4

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- Dangelo, J.G.; Fattini, C.A.; ANATOMIA HUMANA BÁSICA. Rio de Janeiro; Atheneu, 1973.
- Jawetz, E., Melnick, J., Adalberg, E. E., Brooks, G. F., Butel, J.S. e Ornston, L.N.; MICROBIOLOGIA MÉDICA; 20ª. ed; Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 1998.
- Souza, D.R.; Pato, T.R.; Logullo, P.; TERMOS TÉCNICOS DE SAÚDE / DICIONÁRIO; Conexão.
- Porth, C. M.; FISIOPATOLOGIA; 6ª. Edição; Rio de Janeiro; Guanabara Koogan; 2004
- Santelli, Gláucia M. Machado; HISTOLOGIA: IMAGENS EM FOCO; Barueri, SP; Manole; 2003.

- Revista de Saúde Pública
- <http://www.patologiaonline.hpg.ig.com.br>
- <http://www.mednet.com.br/instpub/patge/>
- <http://www.usp.br/fo/lido/patoartegeral/>
- <http://www.icb.ufmg.br/pat/>

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: NATÁLIA MARIA MACIEL GUERRA SILVA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 0 Total: 30

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Princípios básicos de funcionamento do aparelho psíquico. Psicologia do desenvolvimento da criança e do adolescente. Fenômenos psicossomáticos. Integração profissional e atuação na equipe multidisciplinar. Doença e saúde. Doença e família. Atitude diante da morte. Teoria da Psicologia.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Noções de Psicologia.
 - Psicologia como ciência e senso comum
 - Princípios básicos do Aparelho Psíquico, segundo a Psicanálise.
 - Mecanismo de defesa.
2. Noções de Desenvolvimento.
 - Fases do desenvolvimento psíquico da criança e do adolescente.
3. Noções de Doença e Saúde.
 - Conceito de Doença Mental e Saúde.
 - Conceito de Neurose e Psicose.
4. Morte.
 - Conceito e representação sobre o morrer.
 - Atitudes diante da morte (fases).
5. Equipe Multidisciplinar.
 - Trabalho em equipe.
6. Relacionamento interpessoal e o processo saúde-doença.
 - Enfermeiro/paciente.
 - Enfermeiro/família do paciente.
7. Fenômeno psicossomático.
 - Conceito de psicossomática.

III. LIVRO TEXTO

BARROS, Célia S. G. Pontos de Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo, Ática, 2005.

BOCK, M. B. (org). Psicologia - uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo; Saraiva, 1998.

KOVÁCS, Maria Júlia. et al., Morte e existência humana: caminhos de cuidados e possibilidades de intervenção. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2008.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 0 Total: 30

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

KUBLEN - ROSS, E. Sobre a morte e o morrer. São Paulo; Martins Fontes, 1997.

MELLO, Júlio. F.; BURD, Miriam. (Org). Doença e Família. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.

GONZALES, R. F.; BRANCO, Rodrigues. A relação com o paciente: teoria, ensino e prática. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2003. BOCK, M. B. (org). Psicologia - uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo; Saraiva, 1998.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

LAPLANCHE, Pontalis. Vocabulário de psicanálise. 7 ed. Martins Fontes, 1983.

LAPIERRE, L. Imaginário e liderança. São Paulo; Atlas, 1999.

NOVAES, M. H. Psicologia aplicada à reabilitação. Rio de Janeiro; Imago, 1987.

ORLANDO, I. I. O relacionamento dinâmico enfermeiro/paciente. E. P. U, 1978.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Edna Apª Lopes B. Katakura

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: EDNA APARECIDA L. B. KATAKURA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **SAÚDE AMBIENTAL**

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 15 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

O meio ambiente humano, qualidade de vida e saúde. Riscos no trabalho, habitação e meio ambiente. Políticas ambientais, interações entre sistemas, natureza e sociedade. Intoxicações por agrotóxicos.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Conceito de Saúde Doença.
- Ecologia e Ecossistema, equilíbrio ecológico.
- Doenças na População causadas pela contaminação ambiental.
- Saneamento básico: água, esgoto e lixo.
- Poluição ambiental: ar.
- Poluição ambiental: água.
- Poluição ambiental: solo.
- Redução da Camada de Ozônio.
- Efeito estufa.
- Chuva Ácida.
- Energia Alternativa.
- Conceito de Risco: o risco no trabalho; acidentes de trabalho.
- Segurança e higiene ocupacional.
- Resíduos sólidos: classificação, geração e destino.
- Lixo hospitalar.
- Lavanderia hospitalar/controlado de infecções.
- Intoxicações por agrotóxicos.

III. LIVRO TEXTO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: SAÚDE AMBIENTAL

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 15 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

III. LIVRO TEXTO

COUTO, R. C.; PEDROSA, T. M. G.; NOGUEIRA, J. M. Infecção hospitalar: Epidemiologia e Controle. 2 ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1999.

ROUQUAYROL, M. Z. Epidemiologia e Saúde. 5 ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1999.

KAWAMOTO, E. E; SANTOS, M. C H. dos, MATTOS, T. M. de Enfermagem comunitária. São Paulo: EPU, 1995.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

BURGOA-SANTOS, C. e col. La Salud Ambiental en México, Morelos México 1 ed. Instituto Nacional de Salud Pública, 1993

TEIXEIRA, P. F. P. Manual Sobre Vigilância Ambiental, ed. Washington, D.C.: OPS, 1996 105p.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: EMILIANA CRISTINA MELO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **SAÚDE COLETIVA I**

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 45 Total: 75

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Sistema de Saúde no Brasil: evolução e conceitos básicos. Modelo assistencial hospitalocêntrico. O Sistema Único de Saúde no Brasil. Sistema Municipal de Saúde (municipalização e a territorialização). O enfermeiro no desenvolvimento das funções de enfermagem em saúde pública. Vigilância à saúde como unidade das práticas de vigilância epidemiológica, sanitária e saúde do trabalhador.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Sistema de Saúde no Brasil: história, evolução e conceitos básicos.
 2. O Sistema Único de Saúde no Brasil.
 - Constituição Federal de 1988.
 - Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.
 - As diretrizes e princípios do SUS.
 - Normas Operacionais Básicas.
 - Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS).
 - Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990.
 - Controle Social: Conferências e Conselhos de Saúde.
 - Unidade Básica de Saúde.
 - Programa de Saúde Bucal.
 - Financiamento: Emenda Constitucional 29.
 - SIOPS (Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde).
 3. Sistema Municipal de Saúde:
 - Municipalização.
 - Territorialização.
 4. Modelo Assistencial Hospitalocêntrico:
 5. O enfermeiro no desenvolvimento das funções de enfermagem em saúde pública.
 - Recursos Humanos em Saúde.
 - Avaliação em Saúde.
 6. Vigilância à saúde como unidade das práticas de vigilância epidemiológica, sanitária e saúde do trabalhador:
 - Vigilância Epidemiológica.
 - Vigilância Sanitária.
 - Saúde do Trabalhador.
- UNIDADE PRÁTICA

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: SAÚDE COLETIVA I

Carga Horária: Teórica: 30 Prática: 45 Total: 75

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

1. Conhecer a área a ser trabalhada através do passeio ambiental.
2. Registro pelo grupo das informações obtidas e observadas.
3. Elaboração e aplicação do questionário para entrevistas com pessoas da comunidade (informantes-chave) para saber quais os problemas do bairro.
4. Reunião com as informantes-chave e com profissionais da área da saúde diretamente envolvidos com a população trabalhada.
5. Atividades desenvolvidas com a comunidade através de palestras e oficinas.
6. Escrever o relatório final da investigação, propondo soluções para os problemas encontrados.
7. Avaliação dos alunos.

III. LIVRO TEXTO

UGÁ, M. A.; et al. Descentralização e alocação de recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Rio de Janeiro: Revista Ciência & Saúde Coletiva, v. 8 n. 2, 2003.

ANDRADE, S. M.; SOARES, D. A.; CORDONI JUNIOR, L (Org.). Bases da Saúde Coletiva. Londrina: Ed.UEL; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2001.

BEVILACQUA, R., SAMPAIO, S. A P.. Recursos Humanos em Saúde. ED. NEPP, Unicamp, 1999.

COSTA, R. C. R.; Descentralização, financiamento e regulação: A Reforma do Sistema Público de Saúde no Brasil Durante a Década de 1990. Curitiba: Revista de Sociologia Política, n. 18, jun. 2002.

ROZENFELD, S. Fundamentos da Vigilância Sanitária. Editora Fiocruz, 2000.

SANTANA, L. M., CARMAGNAM, M. I.; Programa Saúde da Família no Brasil: Um Enfoque Sobre Seus Pressupostos Básicos, Operacionalização e Vantagens. São Paulo, Revista Saúde e Sociedade, vol. 10, n. 1, 2001.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

MENDES, E. V.. Uma agenda para a saúde. São Paulo: Hucitec, 1996.

ROUQUAYROL, M. Z. Epidemiologia e saúde. 5 ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1999

DUCAN, B., SCHMIDT, M T.; GIUGLIAN, Elsa R. J. et all. Medicina ambulatorial conduta clínica e atenção primária 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SILVA, S. F. da. Municipalização da Saúde e Poder Local: Sujeitos, Atores e Políticas. São Paulo: Hucitec, 2001

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: SIMONE CRISTINA CASTANHO SABAINI DE MELO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **SAÚDE COLETIVA II**

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 105 Total: 165

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Atividades de saúde prestadas à população pela rede básica. Assistência de enfermagem na rede básica de saúde. Educação em saúde. Intervenções de enfermagem em saúde coletiva.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Imunizações

- " Planejamento - atuação do enfermeiro diante da vacinação.
- " Organização da sala de vacina.
- " Rede de frio.
- " Esquema de vacinação.
- " Imunização passiva – soros.

Doenças imunopreveníveis.

- " Doenças exantemáticas.
- " Doenças infectocontagiosas.

Assistência ao pré-natal.

- " Protocolo de pré-natal de baixo risco.
- " Assistência de enfermagem para gestantes.
- " Orientações dos sinais e sintomas nos trimestres.
- " Preparo da mama para o aleitamento materno.
- " Acompanhamento do aleitamento materno.
- " Puerpério.

Prevenção do câncer de mamas.

- " Autoexame das mamas.
- " Realização do modelo de Gail.

Prevenção do câncer de colo uterino.

- " Manual do programa de preventivo do câncer da Secretaria de Saúde do Paraná.
- " Orientação para a coleta do material.

Assistência à criança de 0 a 6 anos.

- " Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento nas fases de 0 a 6 anos.
- " Orientação da alimentação.
- " Orientação da higiene.

Planejamento Familiar

- " Métodos contraceptivos - oral, barreira e natural.
- " Anamnese e diagnóstico de enfermagem.
- " Orientação e acompanhamento no planejamento familiar.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: SAÚDE COLETIVA II

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 105 Total: 165

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Visita Domiciliar

" Conceitos, acolhimento e integração junto ao serviço da unidade básica de saúde.

" Vinculação com grupos que necessitam de cuidados.

III. LIVRO TEXTO

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Manual de Vigilância Sanitária Epidemiológica, 1998

SANTANA. P: (Coord). Capacitação em gerência de unidades básicas de saúde do distrito sanitário. Brasília: OPAS, 1993

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: Instrução de trabalho: vigilância epidemiológica. Londrina 2000

SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE: Norma do programa de imunização. São Paulo, 1980. 42p

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

AAGIGNETTI, G. A., Manual de imunização, Curitiba: Universitária Champagnat, Pr.

RODRIGUES, E. A. C. et al. Infecções hospitalares: prevenção e controle. 1ª edição. São Paulo: Sarvier, 1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Manual de procedimentos básicos de vacinação, fundação nacional de saúde. Brasília, 2001.

SECRETARIA DA SAÚDE DO PARANÁ, Programa de prevenção do câncer de mama, 2002. Pontos Essenciais da Tecnologia de Anticoncepção, Population Program, EUA, 2001.

SECRETARIA DA SAÚDE DO PARANÁ, Natural é Parto normal (pré-natal, parto e puerpério), 1999.

www.ids-saúde-org.br, Programa Saúde da Família.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: SAÚDE COLETIVA II

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 105 Total: 165

Página 3

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

Professor Responsável: Flávia Teixeira Ribeiro da Silva

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: FLÁVIA TEIXEIRA RIBEIRO/ELISÂNGELA PINAFO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **SEMILOGIA APLICADA À ENFERMAGEM**

Carga Horária: Teórica: 90 Prática: 90 Total: 180

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Anamnese e exame físico realizados pelo enfermeiro. Terminologia científica. Sinais e sintomas. Liderança em enfermagem. Aplicação da metodologia na assistência de enfermagem aos pacientes atendidos nos diferentes níveis de complexidade. Consulta de enfermagem. O processo e o método científico utilizado na enfermagem. Teorias de enfermagem.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- I. Terminologias: significado das terminologias mais utilizadas, importância e utilização das mesmas.
- II. Sinais e sintomas: detectar e diferenciar os principais sinais e sintomas, de forma geral.
- III. Anotações de enfermagem: prontuário do paciente; admissão, alta e transferência; realização dos registros de enfermagem; importância dos registros no processo comunicativo entre funcionários para a continuidade da assistência prestada.
- IV. Teorias de enfermagem: as principais teorias e suas características; sua aplicabilidade na prática de enfermagem.
- V. Histórico de enfermagem: objetivo do histórico; entrevista (considerações éticas na coleta de dados; orientações básicas para o entrevistador como reduzir a ansiedade, comunicação, flexibilidade, empatia, nível de compreensão e aspectos culturais); banco de dados, considerando-se: dados pessoais, queixa principal, história da doença atual, história de saúde, história familiar, exame físico, informações radiológicas e laboratoriais, formulação do problema e diagnóstico de enfermagem.
- VI. Anamnese e exame físico: sequência céfalo-caudal considerando estado geral, nível de consciência, locomoção, postura física, biótipo, estado nutricional, couro cabeludo, boca, orofaringe, olhos, nariz, ouvido, pescoço, tórax anterior e posterior, abdômen, genitais, MMSS e MMII, pele, mensuração dos sinais vitais; técnicas fundamentais de inspeção, palpação, percussão e ausculta.
- VII. Consulta de enfermagem: análise do histórico de enfermagem, diagnóstico de enfermagem, resolução do problema.
- VIII. Processo de enfermagem: preenchimento do histórico de enfermagem; detecção dos problemas de enfermagem (diagnóstico); planejamento do plano assistencial e das prescrições de enfermagem; realização da evolução e implementação e prescrição, após evolução.
- IX. As diferentes metodologias utilizadas pelo enfermeiro para prestar assistência nos diferentes níveis de complexidade.
- X. Liderança em enfermagem: significados da liderança; características dos grupos e dos líderes; os diferentes estilos de liderança; o poder e a liderança; a prática da liderança na enfermagem.
- XI. Atividades desenvolvidas no estágio: histórico, levantamento de problemas de enfermagem, diagnósticos de enfermagem, prescrição, evolução e implementação dos cuidados prestados; elaboração de rotinas para coleta de dados e exame físico, pesquisa sobre patologias e medicamentos administrados nos pacientes avaliados.

III. LIVRO TEXTO

- BARROS, A. L. B. L. e col. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. Porto Alegre, Art Med: 2003.
- HORTA, W. A. Processo de Enfermagem. São Paulo, EPU: 1979.
- POSSO, M.B.S. Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. São Paulo, Atheneu: 1999.
- PORTO, C. C. Semiologia Médica. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan: 1997.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: SEMIOLOGIA APLICADA À ENFERMAGEM

Carga Horária: Teórica: 90 Prática: 90 Total: 180

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

- MUSSI, N. M. e cols. Técnicas Fundamentais de Enfermagem. São Paulo, Atheneu: 1955.
- GUARIENTEA, M.H.D. Técnicas de Enfermagem: pontos relevantes do ensinar e no executar. Londrina, UEL: 1997.
- STEFANELLI, M.C. Comunicação com paciente: teoria e ensino. São Paulo, Robe Editorial: 1998
- Diagnostico de Enfermagem da Nanda - definições e classificações; 2005- 2006, Porto Alegre: Artmed, 2006.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

- SMELTZER e BARE. Brunner e Suddath: tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan: 1999.
- WESTPHALEN, M. E. A.; CARRARO, T. E. org. Metodologias para a Assistência de Enfermagem: teorizações, modelos e subsídios para a prática. Goiania, AB:2001.
- KURCGANT, P. org. Administração em Enfermagem. São Paulo, EPU: 2001.
- DU GAS, B. W. Enfermagem Prática. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan: 1988.
- TIMBY, B. Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem. Porto Alegre, Art Méd: 2001.
- KOCH, R. e col. Técnicas básicas de enfermagem. Curitiba, Florence: 1999.
- CIANCIARULLO, T. Instrumentos básicos para o cuidar. São Paulo, Atheneu: 2000.
- CARPENITO, L. J. Diagnósticos de enfermagem: aplicação à prática clínica. Porto Alegre, Artes Médicas: 2002.
- Dicionário de termos médicos e de Enfermagem, 1ª edição - São Paulo: Rideel, 2002.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Joyce Priscila Boreski

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: ANNECY TOJEIRO GIORDANI

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **SEMIOTÉCNICA DE ENFERMAGEM**

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 120 Total: 180

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

Desenvolvimento de Habilidades Técnico-científicas do Cuidado de Enfermagem. Vias de Administração de Medicamentos. E Procedimentos Técnico-científicos de Enfermagem.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- " Humanização.
- " Fundamentos básicos.
- Prevenção e controle de infecção hospitalar.
- Infecção; colonização; infecção comunitária; infecção cruzada.
- " Noções de limpeza, desinfecção, esterilização, limpeza, limpeza terminal, limpeza concorrente ou diária, desinfecção terminal, desinfecção concorrente.
- " Tipos de leito: leito aberto, leito fechado, leito ocupado, leito de operado.
- " Principais posições: posição de fowler, decúbitos, posição de sims, posição ginecológica, posição de trendelenburg.
- " Tipos de imobilização.
- " Transporte do paciente.
- " Banho no leito.
- " SSVV.
- " Insumos .
- " Administração de medicamentos.
- Técnicas e vias de administração.
- " Cálculo de diluição.
- " Oxigenoterapia e nebulização.
- " Frigoterapia e termoterapia.
- " Curativos: tipos de curativos.
- " Exames laboratoriais e exames complementares.
- " Ostomia.
- " Aspectos de Sondagens.
- " Enteroclisma.
- " PVC.
- " Dreno de tórax.

III. LIVRO TEXTO

- SILVA, Marcelo Tardelli; SILVA, Sandra Regina L. P. Tardelli. Cálculos e administração de medicamentos na enfermagem. São Paulo: Martinari, 2008.
- MUSSI, Nair Miyamoto et al. Técnicas fundamentais de enfermagem. 2 ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2007.
- BORTOLOZO, Neuce Maria et al. Técnicas em enfermagem: passo a passo. Botucatu, SP. EPUB, 2007.
- POSSO, Maria Belén Salazar. Semiologia e semiótica de enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2006.
- DOPICO, Lolita; MACIQUEIRA, Sandra; MESQUITA, Ayla. Procedimentos de Enfermagem: semiotécnica para o cuidado. Editora Guanabara Koogan, 2004.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: SEMIOTÉCNICA DE ENFERMAGEM

Carga Horária: Teórica: 60 Prática: 120 Total: 180

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

GIORDANI, Anney Tojeiro. Humanização da saúde e o cuidado. São Caetano do Sul: Editora Difusão, 2008.
CRAVEN, Ruth F. Fundamentos de enfermagem: saúde e função humanas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
POSSARI, João Francisco. Prontuário do paciente e os registros de enfermagem. São Paulo: Íatria, 2005.
CIANCIARULLO, Tamara I. Instrumentos básicos para o cuidar: um desafio para a qualidade. São Paulo: Atheneu, 2005.
CIANCIARULLO, Tamara I. Sistema de assistência de enfermagem: evolução e tendências. São Paulo: Ícone, 2001.
JARVIS, Carolyn. Exame físico e avaliação de saúde. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: Edivaldo Cremer

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: EDIVALDO CREMER/LUCAS DE OLIVEIRA ARAÚJO

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: **SOCIOLOGIA EM ENFERMAGEM**

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 15 Total: 60

Página 1

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

I. EMENTA:

A saúde como objeto do estudo da Sociologia - caracterização geral, tendências e perspectivas epistemológicas da sociologia em enfermagem. Saúde e sociedade - o processo social das doenças e as mudanças sócio-históricas do perfil epidemiológico. Estrutura e dinâmica da sociedade e sua relação com a saúde.

II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade I - Sociologia e Ciência.

- 1-1 O surgimento da sociologia e sua consolidação como:
- 1-2 A sociologia e o cotidiano;
- 1-3 Sociologia e sociedade;
- 1-4 As principais correntes de análise sociológica.
Durkheim e os fatos sociais;
Weber e ação social;
Marx e as classes sociais;
- 1-5 Conceitos Básicos da Sociologia, Cultura, Trabalho e Sociedade.

Unidade II - Interação Social e Vida Cotidiana

- 1-1 O estudo da vida cotidiana - microsociologia.
- 1-2 Comunicação não-verbal.
- 1-3 Rosto, corpo e discurso em interação.

Unidade III- Gênero e Sexualidade

- 1-1 Diferença de gênero - gênero e biologia.
- 1-2 Perspectiva sobre desigualdade de gênero.
- 1-3 Feminilidade, masculinidade e relações de gênero.
- 1-4 Sexualidade humana.

Unidade IV - Sociologia do Grupo: Saúde, Doença e Envelhecimento

- 1-1 A sociologia do corpo.
- 1-2 Saúde e Sociedade - a ascensão do módulo bioético.
- 1-3 Abordagem sociológica sobre saúde e doença.
- 1-4 Saúde e envelhecimento.

III. LIVRO TEXTO

LALLEMENT, M. História das Ideias Sociológicas - das origens a Max Weber. Petrópolis-RJ, Ed. Vozes, 2003, p.326.
 AMARANTE, P. Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2000, p.316.
 ARRUDA, B. K. G. A educação profissional em saúde e a realidade social. Recife: Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (IMIP), Ministério da Saúde; 2001.

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Curso: GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

Departamento: Saúde e Educação

Disciplina: SOCIOLOGIA EM ENFERMAGEM

Carga Horária: Teórica: 45 Prática: 15 Total: 60

Página 2

08/08/2011

Semestre/Ano: 2º / 2010

VATIN, F. Epistemologia e Sociologia do Trabalho. Ed. Porto, Portugal, 2002, p.292.

FARIA, M. M.; JATENE, A. Saúde e Movimentos Sociais - O SUS no contexto da Revisão Constitucional de 1993. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 215.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Sociologia Geral. São Paulo, Editora Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M. Introdução a Sociologia. São Paulo, Editora Atlas, 1997.

NOVA, S. V. Introdução à Sociologia, São Paulo, Editora Atlas, 2000.

GUIDENS, ANTONY: Iniciação à Sociologia.

IV. LEITURA COMPLEMENTAR

Revista Crítica Marxista, 2002, n. 14, Boitempo Editorial, São Paulo, p. 190.

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: - Renata Paula Frassetto

Aprovado pelo Conselho Departamental da FFALM em reunião do dia 02 de junho de 2006.

Professor Responsável: RENATA PAULA FRASSETTO